

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

JOSÉ DOURADO DE SOUZA

ENTRE LUTAS, *PORONGAS* E LETRAS
A ESCOLA VAI AO SERINGAL
(RE)*COLOCAÇÕES* DO PROJETO SERINGUEIRO
(XAPURI/ACRE – 1981 / 1990)

BELO HORIZONTE/MG

FEVEREIRO DE 2011

JOSÉ DOURADO DE SOUZA

ENTRE LUTAS, *PORONGAS* E LETRAS
A ESCOLA VAI AO SERINGAL
(RE)*COLOCAÇÕES* DO PROJETO SERINGUEIRO
(XAPURI/ACRE – 1981 / 1990)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Educação Escolar: instituições, sujeitos e currículos

Orientadora: Professora Doutora Inês Assunção de Castro Teixeira

BELO HORIZONTE/MG

FEVEREIRO DE 2011

© SOUZA, J. D.,2011.

SOUZA, José Dourado de. **Entre lutas, porongas e letras: a escola vai ao seringal - (re)colocações do Projeto Seringueiro (Xapuri/Acre - 1981/1990).** Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2011. 259f.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S729e

Souza, José Dourado de, 1956 -

Entre lutas, porongas e letras: a escola vai ao seringal – (re) colocações do Projeto seringueiro (Xapuri/Acre – 1981/1990) / José Dourado de Souza. – Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2011.

259 f. : il. ; 30 cm.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial a obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Escolar: instituições, sujeitos e currículos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

ATA DA 267ª (DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA) DEFESA DE TESE NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:

Conhecimento e Inclusão Social

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze realizou-se, na Faculdade de Educação da UFMG, uma reunião para apresentação e defesa da tese: **"ENTRE LUTAS, PORONGAS E LETRAS: A ESCOLA VAI AO SERINGAL - (RE)COLOCACÕES DO PROJETO SERINGUEIRO (1981 / 1990)"** aluno **José Dourado de Souza**, requisito final para obtenção do Grau de Doutor em Educação. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Inês Assunção de Castro Teixeira - Orientadora, Salomao Antonio Mufarrej Hage, Andréa Maria Lopes Dantas, Antônio Júlio de Menezes Neto e Maria Isabel Antunes Rocha. Os trabalhos iniciaram-se às 09:00h com a síntese da tese feita pelo doutorando. Em seguida, os membros da banca fizeram uma arguição pública ao candidato. Terminadas as arguições, a banca examinadora reuniu-se, sem a presença do aluno e do público, para fazer a avaliação final da defesa da tese apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a tese: APROVADA. CONSIDERADA AINDA RELEVANTE O

TRABALHO REALIZADO, E RECOMENDADA A SUA PUBLICAÇÃO COM AS
LITERATURAS SUGERIDAS PELA BANCA EXAMINADORA

O resultado final foi comunicado aluno **José Dourado de Souza** e ao público, concedendo aluno o título de Doutor em Educação. aluno deverá encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 05 (cinco) exemplares. Nada mais havendo a tratar eu, Rosemary da Silva Madeira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e por seus membros. Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2011.

Profa. Dra. Inês Assunção de Castro Teixeira - Orientadora

Prof. Dr. Salomao Antonio Mufarrej Hage - UFPA

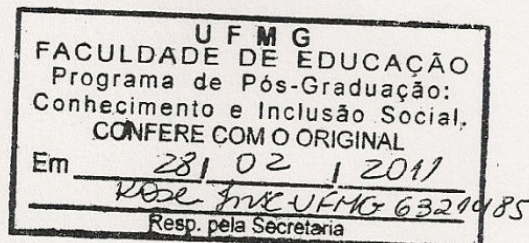
Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas - UFAC

Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes Neto - UFMG

Profa. Dra. Maria Isabel Antunes Rocha - UFMG

Rosemary da Silva Madeira

Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FaE/UFMG



Dedicatória

A todos os trabalhadores da Amazônia acreana que sofreram e sofrem a opressão capitalista.

À memória do casal de seringueiros Irene Dourado de Souza e José Ribamar Ferreira de Souza, meus pais, que lutaram incansavelmente contra a conta corrente do barracão até a morte.

A minha filha Anayran Araújo Dourado, que deve ter herdado a tradição da família em não aceitar nenhum tipo de discriminação e opressão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À Prof^a. Dr^a. Inês Assunção de Castro Teixeira, minha máxima orientadora, não só pela exuberância do saber, da competência indiscutível, mas também pela capacidade de doar-se com carinho e afeto, mesmo nos momentos de severidade. O meu muito obrigado, professora Inês, e um até logo.

Aos/às entrevistados/as: Ademir Pereira Rodrigues, Andrea Maria Lopes Dantas, Arnóbio Marques de Almeida Junior, Dercy Teles de Carvalho Cunha, Djalcir Rodrigues Ferreira, Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti, Francisco de Assiz Monteiro de Oliveira, Jacó Cesar Piccoli, Josué Fernandes de Souza (em memória), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha e Maria Sevy Dourado da Silva.

Aos membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. Salomão Antonio Muffarej Hage, Prof^a. Dr^a. Andréa Maria Lopes Dantas, Prof. Dr. Antonio Júlio de Menezes Neto, Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Antunes Rocha, Prof. Dr. Michel Marie Le Vem e Prof^a. Dr^a. Márcia Maria Spyer Resende, por aceitarem em participar deste processo avaliativo e pelas significativas contribuições dadas por ocasião da qualificação. O meu muito obrigado.

A minha filha Anayran e ao seu companheiro Alex, pela paciência e compreensão nos momentos bastante difíceis que passei na reta final deste trabalho.

Às Professoras Dr^a. Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos (UFMG) e Dr^a. Andrea Maria Lopes Dantas (UFAC), coordenadoras deste Doutorado Interinstitucional, por todo o apoio, atenção e carinho que a mim foram prestados durante esses tão longos quatros anos de estudos.

Ao Prof. Dr. Antônio Júlio e à Prof^a. Dr^a. Isabel Antunes, pela generosa acolhida e reflexões nos momentos de dúvida e de dificuldades, e às Professoras Dr^a. Mariza Guerra e Dr^a. Vanda Praxedes, pelas considerações sobre o trabalho com documentos.

Ao Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), em especial à Vânia e Rachel Dourado, por terem me proporcionado momentos de glória com a documentação do Projeto Seringueiro.

Aos meus amigos e colaboradores deste trabalho, Airton Chaves, Francisco Carlos (Carlitinho), Francisco Pinheiro e Gerson Albuquerque.

Aos servidores da secretaria do Programa de Pós-Graduação da FAE/UFMG, meus sinceros agradecimentos.

À Jussara, Fortunato, Mizael, Armstrong e todos os meus queridos alunos e alunas do Curso de Licenciatura em História da Zona Rural e do Bacharelado em História, pelo apoio, palavras de incentivo e torcida.

Aos/às colegas da turma do Acre: Aline, Andréia, Dolores, Francisco Raimundo, Cleyde, Lurdinha, Grace, Lúcia, Ednaceli, Márcia, Socorro Nery, pelo companheirismo, amizade e capacidade de socializar a resolução das pequenas e grandes dificuldades que passamos juntos.

Aos/às colegas do grupo de orientandos/as da Professora Inês Teixeira, pela colaboração e companheirismo a toda prova e pelos momentos de troca de conhecimentos, das dificuldades, de alegrias e afetos: Álida, Ariadia, Brenda, Camila, Célia, Dora, Gilmara, Herbert, Lucas, Marcelo e Renata.

À Janaira Fideles, Jussara, Raquel Dourado e Simone, pelo trabalho de transcrição e digitação de textos e outros mais.

Ao companheiro e amigo Jairo (esposo da Cleyde), que se fez assim compartilhando os encontros e desencontros em BH e ajudando na organização técnica desta tese.

A todos aqueles que porventura eu tenha esquecido de agradecer.

SOUZA, José Dourado de. **Entre lutas, porongas e letras: a escola vai ao seringal (re)colocações do Projeto Seringueiro (Xapuri/Acre - 1981/1990).** 259f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2011.

RESUMO

Este trabalho analisa uma experiência de educação com seringueiros da região de Xapuri/Acre, parte da Amazônia Sul-Occidental, sob a denominação de *Projeto Seringueiro*. Tal experiência, concebida numa perspectiva de Educação Popular, influenciada pelas ideias e práticas de Paulo Freire, da Teologia da Libertação e de um sindicalismo rural brasileiro, associado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no Acre, integra o Movimento Social, Ambiental e de Luta pela Terra. O estudo procurou analisar as circunstâncias e contextos sócio-históricos da emergência e realização deste projeto educativo, erigido no interior do *Projeto Seringueiro*, focalizando seu primeiro período, transcorrido entre 1981 e 1990. Explora alguns dos traçados mais gerais de sua estrutura e funcionamento, suas raízes e troncos. Apresenta e caracteriza, em especial, os atores sociais, individuais e coletivos envolvidos na proposta, indicando alguns de seus protagonismos, de suas relações, convergências e divergências, neste primeiro período, quando pela *estrada* do *Projeto Seringueiro*, *a escola vai ao seringal*, outras *colocações*. As bases teórico-metodológicas da pesquisa orientam-se por um aporte sócio-histórico, nos marcos da História Social Inglesa, sobretudo no pensamento de Edward P. Thompson. Neste sentido, enfatiza que o trabalho no campo da história deve considerar as articulações entre as dimensões e contradições da realidade, em seus processos e dinâmicas, e que o enfrentamento entre ser social e consciência social faz surgir novos problemas, dando origem à experiência. O desenho metodológico da investigação baseou-se na análise documental, realizada mediante o levantamento e estudo de documentos de arquivos, do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), prioritariamente. As descobertas da pesquisa revelam um processo eivado de continuidades e descontinuidades, de buscas e conquistas, fruto dos protagonismos de seus atores, no qual a necessidade de aprender a ler, escrever e contar foi sendo apropriada. As *estradas* da escola, como as do seringal, foram se alumando pela *poronga* que clareia a mata e, agora, clareia as ideias, quando transformada em cartilha escolar, no entendimento de seus seringueiros alunos e alunas. Procurou-se, pois, compreender os *veios* pelo quais aquele projeto educativo leva a escola ao seringal, reinventada, conquistada entre lutas, *porongas* e letras. A pesquisa orientou-se, em suma, por uma concepção que busca desvendar os elementos e dinâmica dos processos construídos pela ação dos atores sociais neles implicados, atenta à *ação coletiva e ao dinamismo da práxis transformadora dos homens como agentes históricos*.

Palavras-chave: Projeto Seringueiro – Educação de Seringueiros – Movimento Social dos Seringueiros – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR/Xapuri).

SOUZA, José Dourado de. **Among fights, *porongas* and letters**: the school goes to the *seringal* (rubber settlements) - (re)placements from the Rubber Tappers Project (Xapuri/Acre - 1981/1990). 259p. Thesis (Ph.D.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2011.

ABSTRACT

This study examined an educational experience with *seringueiros* (rubber tappers) in the region of Xapuri / Acre, part of the South-West Amazonia, entitled *Projeto Seringueiro* (Rubber Tappers Project). The experience, conceived from a perspective of popular education, influenced by the ideas and practices of Paulo Freire, Liberation Theology and by a Brazilian rural syndicalism, associated with the *Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG* (National Confederation of Agricultural Workers) in Acre, integrated the Social, Environmental and of Struggle for Land Movement. The objective of this study was to analyze the circumstances and socio-historical contexts of the emergence and implementation of that educational project - that was erected inside of the *Projeto Seringueiro* - focusing on their first period elapsed between 1981 and 1990. It also explored some of the general elements of its structure and functioning, besides its origins and consolidation. It presented and still described mainly the social actors, individuals and collectives involved in the educational proposal, indicating some of its protagonists, their relationships, similarities and differences in this early period, when through the *Projeto Seringueiro*, the school reached the *seringais* (rubber settlements) and other placements. The theoretical and methodological base of this research is guided by a socio-historical contribution, within the framework of the English Social History, especially the thought of Edward P. Thompson. In this regard, the analyses stressed that working in the field of history should consider the interrelationship between the dimensions and contradictions of reality in its processes and dynamics, and that the confrontation between social being and social consciousness gives rise to new problems and leads to the experience. Based on documentary analysis, the research methodology was conducted by the survey and study of archival documents mainly from the *Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA* (Center for Amazonian Workers). The survey findings suggest a process riddled with continuities and discontinuities, quests and conquests, as a result of the protagonists actions, in which the ability to learn to read, write and count was being appropriated by them. As the *poronga* (lamp) lightened the roads of the *seringal*, the school through the school handbook, cleared the ideas, according to their students/*seringueiros*. In this “road”, it was necessary to understand the reasons which took an education project to a *seringal*. In short, the research was oriented by a concept that seeks to discover the elements and dynamics of the processes constructed by the action of social actors, having regard to “collective action and the dynamics of transformative praxis of men as historical actors”.

Keywords: *Projeto Seringueiro* – Rubber tappers education - Social Movement of Rubber Tappers - Rural Workers Union of Xapuri - STR / Xapuri.

SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASO – Amazônia Sul-Occidental

ASPAC – Associação dos Professores do Acre

BASA – Banco da Amazônia Sociedade Anônima

BCB – Banco de Crédito da Borracha

CAE – Cooperativa Agro-Extrativista

CAID – Centro Acreano de Informação e Documentação

CALHIS – Centro Acadêmico Livre de História

CCA – Cine Clube Aquiri

CDIH/UFAC – Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre

CDOP AMAZÔNIA – Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia

CEA – Casa do Estudante Acreano

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CES – Centro de Estudos Supletivos

CESE – Coordenação Ecumênica de Serviços

CESEME – Complexo Escolar do Ensino Médio

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CHg – Cidades Hortigranjeiras

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

COLONACRE – Companhia de Colonização do Acre

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura

CPC – Centro de Produção e Consumo

CPI – Comissão Pró-Índio

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia

DEC/UFAC – Departamento de Economia/Universidade Federal do Acre

DED/UFAC – Departamento de Educação/Universidade Federal do Acre

DEMEC – Delegacia do Ministério da Educação e Cultura

DGH – Departamento de Geografia e História

DMA – Delegacia do Ministério da Agricultura

ECAJA – Estúdio Cinematográfico Amador de Jovens Acreanos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica Rural do Acre

FAE – Fundação de Assistência ao Educando

FAMP – Festival Acreano de Música Popular

FDRHCD – Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto

FETAC – Federação do Teatro Amador do Acre

FUNBESA – Fundação do Bem-Estar Social do Acre

FUNTAC – Fundação de Ciência e Tecnologia do Acre

GJTA – Grupo Jirau de Teatro Amador

GTN – Grupo Terra Norte

HSI – História Social Inglesa

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JAC – Juventude em Ação Comunitária

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LIBELU – Liberdade e Luta

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NARI – Núcleo de Apoio Rural Integrado

NPC - Núcleos de Produção e Consumo

OXFAM – Oxford Family

PABAE – Programa Brasileiro de Auxílio ao Ensino Elementar

PADs - Projetos de Assentamento Dirigido

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PARs - Projetos de Assentamento Rápido

PIN – Plano de Integração Nacional

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRC – Partido Revolucionário Comunista

PROBOR – Programa da Borracha

PRONASEC – Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural

PROTERRA – Programa da Terra

PS – Projeto Seringueiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RE – Reserva Extrativista

RECM – Reserva Extrativista Chico Mendes

SEC – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESE – Secretaria Ecumênica de Serviços

SESI – Serviço Social da Indústria

SETA (Grupo) – Grupo Semente de Teatro Amador

SNI – Sistema Nacional de Informações

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STR/XAPURI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDHEVEA – Superintendência de Desenvolvimento da Hévea

UDR - União Democrática Ruralista

UFAC – Universidade Federal do Acre

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPPEA – União dos Professores Primários do Estado do Acre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 15

CAPÍTULO 1

ALUMIANDO A ESTRADA, COMO A *PORONGA*, 34

- 1.1. O Acre no contexto do capital monopolista internacional: o primeiro surto da borracha, 36
- 1.2. A crise da produção da borracha vegetal nativa e o rearranjo para sobreviver, 41
- 1.3. O Acre na Segunda Guerra Mundial e a batalha da borracha, 43
- 1.4. Ditadura e capital: pecuarização, expropriação e luta pela terra, 45

CAPÍTULO 2

AS *COLOCAÇÕES* RECOLOCADAS, 51

- 2.1. A categoria *movimentos sociais* no contexto da educação de seringueiros, 51
- 2.2. O movimento social dos seringueiros e as lutas de resistência em Xapuri-Acre, 56
- 2.3. Os antecedentes institucionais: o CEDOP AMAZÔNIA e o CTA, 65
- 2.4. O Projeto Seringueiro: educação, saúde e cooperativismo, 72

CAPÍTULO 3

AS RAÍZES, OS TRONCOS, AS LUTAS, AS LETRAS, 79

- 3.1. Educação e seringueiros: estradas e percursos, 80
- 3.2. A Educação de seringueiros na Amazônia Sul-Occidental (1981-1990), 104

CAPÍTULO 4

OS *VEIOS*, AS *ESTRADAS* DE UMA ESCOLA SERINGUEIRA, 142

4.1.Estrutura física, equipamentos, arquitetura e aspectos (bases) gerais de funcionamento, 142

4.2.Os sujeitos sociais da escola: docentes e discentes, 152

4.3.Material e recursos didáticos, 156

CAPÍTULO 5

AS MÃOS QUE CONDUZEM A ESCOLA AO SERINGAL, 168

5.1.Os seringueiros, suas famílias e as comunidades, 168

5.2.O Sindicato, a CONTAG e a Igreja Católica, 180

5.3.A Equipe do Projeto Seringueiro, o CEDOP/CTA e as instituições proponentes e financiadoras da educação de seringueiros, 188

5.4.O poder local, o Estado e o seu aparato policial, 197

5.5.Outros atores (estudantes, artistas, intelectuais, igrejas não católicas) e a participação dos indígenas, dos negros e das mulheres, 202

CONCLUSÃO, 212

FONTES DOCUMENTAIS, 217

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 220

ENTREVISTAS, 224

GLOSSÁRIO, 225

ANEXOS, 229

INTRODUÇÃO

Origem e contextualização da pesquisa

A tese **Entre Lutas, *Porongas*¹ e Letras: a escola vai ao seringal – (re)colocações do Projeto Seringueiro (Xapuri/Acre – 1981 / 1990)**, trata de uma experiência de educação com seringueiros realizada na região da Amazônia Sul-Occidental (ASO), no período de 1981 a 2007, por iniciativa de algumas pessoas, atendendo a uma reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR – Xapuri), tendo como entidades gestoras o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (CDOP AMAZÔNIA) em um primeiro momento, e depois o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA).

As primeiras ações da experiência aconteceram em seringais do município de Xapuri – Acre, expandindo-se gradativamente para seringais de outros municípios acreanos, ficando conhecida com o nome de *Projeto Seringueiro* (PS). A atuação deste *Projeto* incluía ações nas áreas de *educação, saúde e cooperativismo* e tinha como objetivo fundamental contribuir para a melhoria de vida das populações daqueles seringais.

Dada a larga duração desse *Projeto* e suas complexidades, as pesquisas realizadas indicaram a necessidade de distribuir seus quase trinta anos de existência em três distintos períodos, todos eles carregados de especificidade temporal, espacial e documental. Considera-se, pois, que o primeiro período transcorreu de 1981 a 1990; o segundo de 1991 a 2000; e o terceiro de 2001 a 2007². Tal divisão seguiu critérios fundamentados nas continuidades e rupturas do processo como um todo, levando em consideração as particularidades e intensidade de cada momento.

¹ *Poranga* é uma espécie de lamparina a querosene, feita de flandres, com um suporte arredondado para ser encaixado na cabeça do seringueiro de modo seguro. Possui uma proteção oval e alongada para cima na parte de trás, evitando que o sopro do vento a apague. Os seringueiros usam esta forma de iluminação em seus mais diversos a fazeres noturno, principalmente para cortar seringa.

² Esta periodização foi constituída a partir de alguns estudos, como: BASÍLIO, 1992; LIMA, 2010; MARTINS, 1994; SILVA, 1998; SOUZA, 1999, e também pela leitura e análise da documentação pesquisada para a elaboração desta Tese.

Considerando vários fatores, dentre eles a vastidão do *Projeto Seringueiro*, optei por tratar nesta tese apenas da *educação* no Projeto e somente durante o primeiro período, ficando o segundo e o terceiro para futuras pesquisas. Mas, para esclarecer melhor sobre estes recortes e a opção, apresento sinteticamente o que se inclui em cada um deles, para uma melhor compreensão de todo o processo, do qual o primeiro período é uma parte.

A fase inicial, de 1981 a 1990, caracteriza-se pela influência das concepções freirianas de educação popular e das ideias e práticas da teologia da libertação e do sindicalismo rural, identificando-se fortemente como um movimento social em defesa do meio ambiente e de luta pela terra, ao mesmo tempo em que eram estabelecidas as primeiras parcerias, os primeiros convênios com o Estado, mas mantendo-se, sempre, a autonomia do Projeto. É ainda nesse momento inicial que a luta, antes para manter-se na posse da terra, transforma-se em uma luta política voltada principalmente para a defesa do meio ambiente e a constituição das Reservas Extrativistas (RE) e dos Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE).

O segundo momento, de 1991 a 2000, dá continuidade à defesa de uma escola comprometida com as lutas sociais, com o meio ambiente e com a permanência das famílias dos trabalhadores seringueiros, agora em suas reservas e assentamentos. Para tanto, torna-se necessário modernizar suas práticas produtivas, com a utilização de novas tecnologias, de acordo com as exigências da concepção de reserva e assentamento extrativista, ao qual a escola terá que se adequar. Isso conduz o movimento como um todo, e o projeto de educação dos seringueiros, em particular, a estreitar cada vez mais suas relações com o poder público estatal e a buscar novas parcerias, principalmente com entidades voltadas para uma política ambiental.

O terceiro período, transcorrido entre 2001 e 2007 caracteriza-se, principalmente, pelo fato de a escola ir perdendo gradativamente a perspectiva de educação popular e assumindo cada vez mais a condição de uma instituição escolar, oficial, uma escola genérica tal quais as demais administradas pelo poder público de Estado. Não só as concepções e metodologias passam a ser as mesmas presentes na política educacional do governo, mas também o material didático, o calendário escolar, a formação dos professores, etc. Nesse mesmo período, as famílias de seringueiros começam a enfrentar uma diversidade de problemas relacionados com as formas de apropriação, o uso e a comercialização dos recursos naturais disponíveis na área das reservas e dos assentamentos que ocupam. Obrigadas a cumprir uma complicada legislação, as famílias sentem-se engessadas e vão novamente perdendo a esperança de dias melhores.

Sendo esta tese um estudo específico sobre o projeto educativo do *Projeto Seringueiro*, no período compreendido entre 1981 a 1990, o caminhar da pesquisa orientou-se pela busca dos significados gerais e de alguns aspectos do projeto educativo erigido no interior do Projeto Seringueiro, envolvendo algumas questões, quais sejam: - em que circunstâncias e contextos sócio-históricos se deram a emergência e realização deste projeto educativo, erigido no interior do Projeto Seringueiro, no período de 1981 a 1990? Qual a estrutura e funcionamento deste projeto educativo, suas raízes e troncos mais gerais? Quais foram e como se caracterizam os atores sociais, individuais e coletivos envolvidos nesta experiência educativa, bem como suas relações no interior do Projeto? Como foram concebidas, estruturadas, e como funcionavam as escolas, de um modo geral?

Para desenvolver essa discussão e o propósito geral do estudo, estruturei a pesquisa de modo que suas análises possibilitassem uma compreensão deste projeto educativo, de suas origens até a constituição das Reservas Extrativistas, resultando na elaboração de cinco capítulos, assim constituídos:

O Capítulo 1, *Alumiando a Estrada, como a Poronga*, busca situar a conjuntura em que surge esta experiência de educação de seringueiros. Recompõe o processo histórico iniciado na segunda metade do século XIX, indo até o final da década de 70 e início da de 80 do século XX, quando começam a funcionar as primeiras escolas do *Projeto Seringueiro*. Para tal foram tratados os seguintes aspectos em suas respectivas seções: *O Acre no contexto do capital monopolista internacional: o primeiro surto da borracha; A crise da produção da borracha vegetal nativa e um rearranjo para sobreviver; O Acre na segunda guerra mundial e a batalha da borracha; e Ditadura e capital: pecuarização, expropriação e luta pela terra.*

O Capítulo 2, *As Colocações Recolocadas*, considerando que a experiência educativa deste Projeto se efetivou na perspectiva do movimento social, tornou-se necessário caracterizar o movimento social dos seringueiros de Xapuri, para melhor compreender as relações estabelecidas entre este movimento e aquele projeto educativo. Deste modo focalizamos os seguintes aspectos: *A categoria movimentos sociais no contexto da educação de seringueiros; O movimento social dos seringueiros e as lutas de resistência em Xapuri (Acre); e As instituições proponentes e gestoras do Projeto Seringueiro.*

O Capítulo 3, *As Raízes, os Troncos, as Lutas, as Letras*, trata de aspectos gerais desta experiência de educação de seringueiros durante seu primeiro período, buscando analisar seus fundamentos históricos, os processos sociais, políticos e institucionais que viabilizaram a sua efetivação e a dinâmica interna das escolas. Deste modo, o capítulo comporta duas partes:

Educação e seringueiros: estradas e percursos; A educação de seringueiros na Amazônia Sul-Occidental (1981-1990).

O Capítulo 4, *Os Veios, as Estradas de uma Escola Seringueira*, estuda mais especificamente as Escolas do *Projeto Seringueiro*. Analisa a estrutura física e a arquitetura das escolas, esclarecendo sobre como foram elas constituídas, estruturadas e organizadas. Analisa, também, a atuação de seus sujeitos sociais: docentes e discentes. E por último, descreve alguns do material e recursos didáticos utilizados no cotidiano da escola. Este capítulo foi estruturado em três partes: *Estrutura física, equipamentos, arquitetura e aspectos (bases) gerais de funcionamento; os sujeitos sociais da escola: docentes e discentes; material e recursos didáticos.*

O Capítulo 5, *As Mãos que conduzem a Escola ao Seringal*, trata mais especificamente da problemática central deste estudo, relativa aos sujeitos envolvidos naquela experiência educativa do *Projeto Seringueiro* e suas relações, visto que tais atores desenvolveram, ao longo do percurso histórico, características, atitudes e perspectivas próprias, segundo seus interesses. Neste sentido, tornou-se significativo fazer uma caracterização destes diferentes atores, bem como examinar suas relações no contexto do Projeto. Identificaram-se vários atores, mas para efeito de análise considereei somente os mais importantes, quais sejam, *os seringueiros, suas famílias e as comunidades; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri; a Igreja Católica; as entidade/instituições proponentes/financiadoras e outros que atuaram de forma não tão direta como foi o caso de intelectuais, jornalistas, partidos políticos, grupos culturais, etc.*

Nas *Considerações Finais* apresento uma síntese final desta tese, expondo algumas descobertas de cada capítulo e no todo do trabalho. Apresento, também, indagações e novas questões que a pesquisa proporcionou e perspectivas de continuidade desse estudo, indicando possibilidades de novos problemas que poderão ser objeto de outras investigações.

O objeto de estudo e suas bases teórico-conceituais

As primeiras ações do *Projeto de Educação dos Seringueiros* tiveram início em dezembro de 1981 na *Colocação Já com Fome*, no Seringal Nazaré, em Xapuri (Acre), com uma turma de 14 seringueiros adultos. O propósito era alfabetizá-los, ensinando-os a ler,

escrever e fazer as operações matemáticas básicas: somar, subtrair, multiplicar e dividir, para que eles pudessem se organizar em sindicatos, montar suas cooperativas de produção e consumo e atuar politicamente, no sentido de garantirem a posse da terra e a defesa do meio ambiente.

Em 2007, quando as últimas escolas do *Projeto* em seus 26 anos de existência foram entregues ao poder público estatal, por volta de 100 unidades escolares tinham sido instaladas e, aproximadamente, 18.000 alunos frequentaram suas escolas, com uma taxa de alfabetização em torno de 40%, ainda que muitas delas tivessem sido extintas ao longo dos anos.

Cabe lembrar que as práticas de educação alternativa no Brasil são diversas, como podemos citar: comunidades de pescadores do litoral nordestino, trabalhadores da Erva-Mate do Mato Grosso, meninos e meninas de rua, presidiários, grupos da terceira idade, trabalhadores do MST, comunidades indígenas, etc. As razões deste fato podem ser atribuídas à grande extensão territorial do país com suas especificidades regionais, com sua diversidade étnica e cultural, como também pela existência de uma infinidade de grupos sociais que, mesmo inseridos no processo produtivo, formal ou não, constituem grandes bolsões de miséria nas diversas regiões do país, entre outros fatores.

Dependendo de cada caso, essas experiências são resultantes de iniciativas de pessoas ou entidades vinculadas ou não ao poder público estatal, mas todas sempre com o propósito de promover melhores condições de vida para essas populações. A *Educação de Seringueiros* tratada nesta tese não foge a isso, mas tem suas particularidades. Ela surge com o propósito imediato de ensinar os seringueiros a ler e escrever para melhor organizarem suas lutas em defesa da posse da terra e do meio ambiente, e não como uma iniciativa de longo prazo, como se caracteriza a escola formal regular dos sistemas oficiais. Não era intenção dos idealizadores desta educação promover uma formação geral, gradativa e permanente, de inserção daquelas populações num quadro de ascensão social. Pelo contrário, a intenção era preparar as pessoas para uma luta imediata contra os fazendeiros e contra toda e qualquer forma de poder constituído que se opusesse aos propósitos do movimento social mais geral, liderado pelo STR/Xapuri.

A opção por trabalhar, nos marcos do referido projeto educativo, o processo de aquisição da leitura e da escrita a partir dos aspectos da cultura popular local, demonstra a rejeição aos modelos oficiais de ensino da época. Portanto, quando uma família decidia frequentar uma destas escolas que começava a surgir no interior da floresta, na verdade

estava, antes de tudo, colocando-se contra os fazendeiros, contra o sistema oficial de ensino e contra as demais instituições estatais presentes naquela localidade³.

Trata-se, portanto, de um projeto educativo singular, visto que foi uma experiência desenvolvida com comunidades que habitavam espaços de floresta, com grandes dificuldades de aglomeração populacional. Uma proposta que se pretendia desvinculada de qualquer formalidade escolar tradicional, estatal ou privada⁴.

Essa experiência educacional tem também particularidades, por ser uma educação pensada para atender as necessidades político-sociais prementes de um segmento específico da sociedade: os trabalhadores da floresta, os seringueiros. É, ainda, uma experiência educativa que se erigiu com o propósito de alcançar soluções imediatas: preparar os seringueiros para lutarem pela posse da terra e pela proteção do meio ambiente, como também contra a ditadura militar e os governos locais.

Tendo em vista sua questão central e seu objetivo, a pesquisa foi realizada na perspectiva de seu desenvolvimento histórico, dentro de um espaço e um tempo determinado. Ambos concebidos em um contexto de complexidade, em que os sujeitos se evidenciam ou se retraem a partir do enfrentamento de seus antagonismos, de suas positivities e negatividades, de seus avanços e recuos, de suas estruturas e desestruturas.

A perspectiva é de que o ato educativo é um processo em construção, pelo qual se constroem, se transformam e se transmitem saberes, individuais e coletivos. Além disso, não se trata de algo inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento, visto que o ato educativo envolve relações de poder e transmite visões sociais particulares e interessadas, produzindo identidades individuais e sociais específicas.

Buscou-se compreender a experiência de educação de seringueiros, valorizando seus aspectos internos e externos, compreendendo-a enquanto movimento social, o Movimento Social dos Seringueiros, em suas lutas em defesa do meio ambiente e pela posse da terra. Procurou-se considerar suas relações com o poder político, com as políticas públicas

³ Estas informações podem ser confirmadas através da leitura dos seguintes textos e documentos indicados nas fontes documentais e referências bibliográficas desta tese, tais como os de: BASÍLIO, 1992; CUNHA, 1986 e 1998; CUNHA, 1997 e SOUZA, 1999.

⁴ Trata-se, ainda, de uma experiência educativa, que apesar de seu indiscutível reconhecimento público, tem sido pouco estudada academicamente, em seu percurso histórico das origens, em 1981, até 1990.

educacionais e as estruturas de poder político, do Estado do Acre em especial. Reconstituirei, assim, alguns aspectos do percurso realizado pelo *Projeto Seringueiro*, tentando aproximar da diversidade de experiências vividas pelos seus diferentes atores, individuais e coletivos.

Foi possível observar que esta experiência de educação de seringueiros praticada e construída durante o período em estudo, ao longo do seu desenvolvimento histórico vai adquirindo características específicas e particulares, constituindo um processo carregado de altos e baixos, de conflitos e contradições. Mas aos pouco foi sendo reconhecida, conquistando sua notoriedade. Este reconhecimento é de tal importância que mesmo os seus opositores, aqueles que encararam esta proposta como uma verdadeira afronta à ordem e às instituições escolares, hoje admitem a positividade desta iniciativa.

Várias instituições e pessoas foram articuladas contra e a favor desse *Projeto*. Do lado dos que eram favoráveis, temos: os seringueiros, intelectuais, estudantes, professores, jornalistas, profissionais liberais, militantes políticos, ambientalistas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Igreja Católica, a CONTAG e diversos grupos culturais, dentre outros de seus apoiadores. Do lado dos que estavam contra: os fazendeiros, a União Democrata Ruralista (UDR), o poder público local, as forças policiais, segmentos de empresários urbanos. Havia, portanto, divergências internas e externas a essa experiência de educação com seringueiros, tanto pessoais como institucionais. Havia, ainda, as certezas e as incertezas, o possível e o irrealizável.

Motivado por essas contradições, o estudo foi realizado numa perspectiva histórica, buscando reconstituir alguns aspectos do percurso traçado pelo *Projeto Seringueiro*, procurando compreender a diversidade de experiências vividas pelos seus diferentes atores, atento às suas mudanças e flutuações, fluxos e transformações, tendências e concepções, tentando sempre apreender suas continuidades e rupturas, bem como as tensões, os limites e possibilidades nela presentes. Seja no sentido de um projeto de educação emancipatória, seja em outras direções, tendo como eixo central a questão acima indicada quanto aos atores nela envolvidos.

Encontrei abrigo teórico-metodológico para as análises aqui apresentadas na História Social Inglesa (HSI), principalmente em um de seus autores, Edward Palmer Thompson⁵.

⁵ Thompson faz parte da Escola Inglesa Marxista, representada principalmente por ele, Hobsbawm e Christopher Hill, autores que articulam três grandes campos historiográficos: história social, história cultural e históriapolítica. A preocupação com a dimensão cultural de Thompson vai acrescentar conceitos fundamentais

Esse historiador entende que o trabalho no campo da história deve considerar a inter-relação das múltiplas evidências da realidade que se quer pesquisar. Deve se preocupar com a formação da consciência social. Considera que o diálogo, o enfrentamento entre *ser social* e consciência social, fazem surgir novos problemas, dando origem continuamente

[...] à **experiência** – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15).

Para este autor, apesar de a *experiência* surgir espontaneamente no *ser social*, ela não emerge desprovida de pensamento. Surge porque seres racionais (homens e mulheres) encontram-se refletindo permanentemente sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. E mais, o *ser social* não se constitui desvinculado de seus conceitos e expectativas organizadoras. Não se *reproduz por um único dia sem pensamento*. São as mudanças efetivadas no *ser social* que vão originar a experiência modificada. Por sua vez, esta experiência, ao exercer pressões sobre a consciência social existente, levanta novas questões. Thompson salienta:

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

Retomando a questão da articulação entre *ser social* e *consciência social*, Thompson destaca que o *ser social* não é um objeto qualquer, desprovido de pensamento, e que a

ao Materialismo Histórico e Dialético, repensando as noções de infraestrutura e superestrutura. Apesar de estar diretamente vinculado ao campo da história social, Thompson é também considerado pioneiro dos estudos da História Cultural. Contudo, as raízes da História Cultural e Social devem ser buscadas em intelectuais como Lukács (1885-1971) e Antonio Gramsci (1891-1937).

consciência social não é um recipiente passivo de reflexões. O autor considera, ainda, que [...] *assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido* [...] (p. 17).

A aproximação destes dois campos historiográficos, a História Social e História Cultural em Thompson, pode ser identificada inicialmente no debate sobre infra-estrutura e superestrutura, mas também em afirmações que se destacam: *a classe social se constituía numa formação econômica e também cultural*. Ou, ao se opor à afirmação de que *sem produção não há história*, à qual o autor complementa com a ideia de que *sem cultura não há produção*. Thompson busca demonstrar, ainda, que os sujeitos populares, com suas atitudes e comportamentos aparentemente insignificantes, desenvolvem formas de resistência às diferentes formas de dominação.

Esta pesquisa, desenvolvida na perspectiva da História Social considerou as múltiplas evidências da realidade analisada, procurando apreender a complexidade daquela experiência educativa em seu percurso histórico, sobretudo por se tratar de uma experiência concebida como um Movimento Social, Ambiental e de Luta pela Terra. Um projeto que surgiu e se desenrolou na direção de uma educação popular, influenciada pelas ideias e práticas da Teologia da Libertação e de uma dada perspectiva do sindicalismo rural no Acre.

O percurso metodológico, o pesquisador e seu objeto

Meu interesse em realizar uma pesquisa sobre a educação de seringueiros desta região vem sendo construído há algum tempo. No entanto, só teve início por ocasião do Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual desenvolvi uma dissertação intitulada *Um Estudo Histórico do Currículo da Educação de Seringueiros na Amazônia Ocidental (1981 – 1986)*⁶.

Por reconhecer as limitações de tal estudo, voltado fundamentalmente para a compreensão do processo histórico de construção do currículo do Projeto de Educação de Seringueiros, busquei, na tese, aprofundar a pesquisa relativa ao período de 1981 a 1990,

⁶ A dissertação foi realizada sob a orientação do professor Dr. Antônio Flávio Barbosa Moreira, tendo sido concluída em 1999.

valorizando outros aspectos dessa experiência de educação, a partir da análise das relações entre os diferentes atores que ali interagiram.

Como dito anteriormente, trata-se de um estudo em uma perspectiva histórica, dentro de uma abordagem qualitativa, que se contrapõe à matriz *positivista*, que defende a existência de uma realidade exterior ao sujeito a ser conhecida objetivamente, cujos fenômenos podem ser fragmentados e explicados por meio de um processo de relações de causa e efeito amplamente generalizáveis. Como se sabe, de um modo geral os positivistas apregoam a independência entre sujeito e objeto na relação cognitiva, consideram que o processo de investigação é neutro. Já os *qualitativistas* defendem que esta relação é uma interação e que a influência dos valores é inerente ao processo de investigação⁷.

Esta maneira de conceber a pesquisa nos aproxima de uma abordagem crítico-dialética (GAMBOA, 1989) que busca questionar fundamentalmente a visão estática da realidade. Esta abordagem, por seu caráter marcadamente crítico, pretende desvendar mais que o conflito das interpretações, o conflito de interesses. Pretende entender a transformação das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão histórica e desenvolvendo suas possibilidades de mudança.

As propostas contidas nesses tipos de pesquisas

[...] se caracterizam por destacar o dinamismo da práxis transformadora dos homens como agentes históricos. Para isso, além da formação da consciência e da resistência espontânea dos sujeitos históricos nas situações de conflitos, propõem a participação ativa na organização social e na ação política (GAMBOA, 1991, p. 97).

A pesquisa orienta-se, também, no pensamento de Adam SCHAFF (1991), ao propor uma relação cognitiva na qual tanto o sujeito quanto o objeto possam manter sua existência objetiva e real, atuando um sobre o outro. Ao contrário do que apregoa o mecanicismo positivista, de que no processo cognitivo o sujeito se constitui em um instrumento que apenas registra passivamente o objeto.

⁷ Acerca dessa discussão, presente em vasta literatura, ver: BARROS, 2008 e 2010; GAMBOA, 1991; KOSIK, 1976; SCHAFF, 1991; SEVERINO, 2009.

[...] é atribuído aqui um papel ativo ao sujeito submetido por outro lado a diversos condicionamentos, em particular às determinações sociais, que introduzem no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida (SCHAFF, 1991, p. 75).

Pensar a investigação social desta maneira significa dizer que não se tem nenhuma pretensão de dar conta da totalidade dos fatos que constituem esta realidade, que é esta experiência de *Educação de Seringueiros/as*. Assim entendida, a pesquisa desenvolvida concorda com Karel Kosik, quando este diz que:

Na realidade, totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) podem vir a ser racionalmente compreendidos. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade (KOSIK, 1976, p. 35-36).

Para a coleta de dados propriamente dita, adotei quatro procedimentos básicos: a) Contato Direto; b) Pesquisa Bibliográfica; c) Pesquisa Documental; d) Entrevistas.

Em relação ao *Contato Direto*, este se deu em diversos momentos, desde os que aconteceram antes, durante e depois da pesquisa de mestrado acima referida, e também durante o doutorado. Esses contatos incluíram não só visitas às pessoas dirigentes dos organismos envolvidos com o *Projeto de Educação de Seringueiros*, mas também, às escolas, alunos e professores, ex-alunos e ex-professores, supervisores e ex-supervisores, coordenadores e ex-coordenadores das unidades escolares do Projeto. Estes contatos se deram, também, com representantes de instituições/organismos que, de algum modo, se posicionaram contrários a esta educação: fazendeiros, policiais, administradores públicos, jornalistas, e, também, com pessoas que não interagiram diretamente com este *Projeto*, mas que de algum modo têm conhecimento e se posicionam a respeito dele. Durante estas visitas foram colhidas informações relativas às possíveis fontes documentais e orais a serem pesquisadas, fazendo-se um cadastro destes *lugares de memória* e das pessoas que poderiam e/ou deveriam ser entrevistadas.

Na *Pesquisa Bibliográfica*, fez-se uma revisão da literatura existente, começando com uma releitura de minha dissertação de mestrado, *Um Estudo Histórico do Currículo da Educação de Seringueiros na Amazônia Ocidental (1981 – 1986)*. Depois, uma segunda leitura – a primeira foi feita por ocasião da elaboração do projeto da pesquisa – dos textos que tratam das questões teóricas e metodológicas da pesquisa, sobre educação, educação popular, teologia da libertação, movimentos sociais, movimento ambiental, movimento sindical e,

também, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros que tratam especificamente desta experiência de *educação de seringueiros/as*.

A *Pesquisa Documental* foi desenvolvida nos seguintes arquivos: arquivo pessoal deste pesquisador; Arquivo do Museu da Borracha; Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) da UFAC; Arquivo do Palácio do Bispo da Prelazia do Acre e Purus; Arquivo do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). De meu arquivo estudei uma série de documentos avulsos e recortes de jornais relativos ao movimento sindical, ambiental e de luta pela terra. Constam também textos informativos sobre a ação da Igreja Católica, da CONTAG, do CTA e do Partido dos Trabalhadores (PT) na região em estudo, dentre outros tipos de fontes, tais como dissertações e teses acadêmicas e outros trabalhos científicos publicados que tratam especificamente do *Projeto Seringueiro*. No acervo do Museu da Borracha pesquisei apenas jornais, quais sejam: *A Gazeta do Acre*, *O Jornal* e *O Rio Branco*. No Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) da UFAC, levantei e avaliei informações do jornal *Varadouro*. No Arquivo do Palácio do Bispo da Prelazia do Acre e Purus, foram consultados documentos relacionados à ação da Igreja Católica na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no período e região em estudo, com destaque para o Boletim Informativo *Nós Irmãos*.

A *Pesquisa Documental* tornou-se densa e efetiva no Arquivo do CTA, onde se encontra um grande número e diversos tipos de documentos⁸. Ali foi possível localizar 16 caixas box com documentos diversos e 50 DVDs com áudio e/ou áudio e vídeo, que reúnem inúmeras informações que vão desde a gravação de reuniões, avaliações de atividades, palestras, treinamentos, até aulas inteiras ou em parte e registradas no decorrer do Projeto de educação em pauta. Esta documentação encontra-se em uma sala de madeira tamanho 4 x 5, aproximadamente, com um mínimo de ventilação, obrigando o uso de ar condicionado. Quanto aos documentos escritos ali contidos, tornou-se complicado estabelecer um critério para a sua classificação e ordenamento. Ainda assim, classifiquei-os em: relatórios de cursos e treinamentos, de atividades anuais, de reuniões de avaliação, de visita e/ou supervisão às escolas; Projetos para negociar recursos e de atividades; Documentos institucionais do tipo: atas, correspondências oficiais, regulamentos, etc.; Bilhetes, ou seja, correspondências entre pessoas, feitas em pedaços de papel. Eles ali estão em grande quantidade e traduzem uma

⁸ Lamentavelmente, falta ao acervo do CTA a devida organização e sistematização, diante da importância da documentação ali existente, problema que merece ser resolvido com urgência.

diversidade de propósitos: informar, solicitar, agradecer, reclamar, zombar, etc. Cabe destacar o acervo fotográfico, que, apesar de não dispor de nenhuma organização sistematizada, permite enxergar melhor as realidades deste Projeto.

Para as *entrevistas* semiestruturadas foram selecionados 11 sujeitos, tendo sido todos entrevistados. Os critérios de seleção dos depoentes foram: reconhecimento público – escolhi aquelas pessoas que foram mais referenciadas durante os contatos realizados; provável posicionamento divergente de um e outro depoente; pessoas que sempre estiveram e continuam atuando no Projeto, diferentemente de quem dele se retirou; pessoas que atuaram em momentos diferenciados. Considerando que as entrevistas se efetivaram dentro do que se entende por *história oral*, são necessários alguns esclarecimentos sobre este procedimento.

Iniciei a pesquisa com história oral relativa ao *Projeto Seringueiro* em 1996, quando do meu ingresso no Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, concluído em 1999. Naquela ocasião (1996/99) foram realizadas 15 entrevistas *semiestruturadas*, na modalidade da *história oral temática*, com professores, ex-professores, alunos, ex-alunos, técnicos e gestores do Projeto de Educação de Seringueiros. Utilizamos, para tal, gravador à pilha com fita K-7 e máquina fotográfica para registrar não somente os sujeitos entrevistados, mas também o ambiente no qual as entrevistas aconteceram e os espaços de vivência e práticas educativas desses sujeitos. As entrevistas foram transcritas e arquivadas em meu acervo pessoal, tendo sido de extrema importância na elaboração da dissertação de mestrado acima referida, como também na feitura dessa tese de doutorado. Quanto à tese, realizei 11 novas entrevistas semiestruturadas. Para tal, utilizamos gravador eletrônico, filmadora e máquina fotográfica. Todas as entrevistas foram transcritas e devolvidas aos entrevistados e entrevistadas, para seu conhecimento e possíveis reparos. Eles concordaram com o material que receberam e autorizaram a sua utilização e divulgação na íntegra, com os seus nomes verdadeiros. Portanto, não foi necessária a criação de nomes fictícios.

Cabe esclarecer que a opção por trabalhar com história oral, sob a forma de entrevista *semiestruturada*, não foi uma simples alternativa metodológica com propósito de preencher vazios de documentos convencionais, ou lacunas de informações deixadas por documentos já consagrados, pois é um posicionamento profissional que envolve questões teórico-epistemológicas e políticas quanto à produção do conhecimento dito científico. Trata-se de uma possibilidade de tornar visíveis os excluídos da documentação oficial, tornando possível

a escuta de suas vozes, a visão de sua face, incluindo nas análises históricas a sua presença, os seus sentimentos, pensamentos, viveres e experiências.

Considerando-a como uma alternativa à história oficial, MEIHY (1996) salienta que a História Oral tem se constituído em um importante espaço no qual os movimentos de minorias culturais e discriminados, como mulheres, negros, índios, etc. (acrescentaria seringueiros e ribeirinhos) vêm fazendo valer suas vozes, suas experiências de vidas. E ainda segundo o autor, *a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral* (MEIHY, 1996, p. 10).

Tratando deste tema, só que mais especificamente sobre entrevista narrativa, mas com ideias que cabem aqui, Teixeira & Pádua (2006) observam que:

[...] na realização de seu ofício, na pesquisa social com a Oralidade e a História Oral, os/as pesquisadores/as vão em busca das narrativas e interpretações dos sujeitos sobre seus viveres, numa incansável procura pelo narrador e sua experiência. Sem desconhecer os limites da situação discursiva da entrevista, essa metodologia qualitativa de investigação, propõe-se a escutar os sujeitos que, generosamente, emprestam e confiam suas vidas aos/as entrevistadores/as, que delas recolhem não somente os fatos, mas os sentidos, os sentimentos, os significados e interpretações que tais sujeitos lhes conferem (TEIXEIRA & PÁDUA, 2006, p. 2).

Para estas autoras a entrevista é sempre uma possibilidade no campo da pesquisa social. Constitui-se em uma prática social localizada em contextos sócio-históricos e políticos. É uma atividade humana carregada de sentido, interesses e propósitos. Trata-se de um encontro socioantropológico, de uma relação intersubjetiva entre entrevistado e entrevistador.

Enquanto pesquisador de um objeto que tem estreita relação com minha própria história de vida, tento aqui refletir sobre os diferentes contextos em que esta relação foi sendo construída. Resgato a minha aproximação ao mesmo a partir de minha origem.

Nasci em 1956 e vivi até os onze anos de idade às margens do Rio Envira, no Seringal Recreio – Município de Feijó (Acre). Fui o décimo primeiro filho do casal de seringueiros Irene Dourado de Souza e José Ribamar Ferreira de Souza. Nasci já órfão de pai e, talvez por isso, todos sempre procuravam dar-me muita atenção. Assim, pude aproveitar bastante os conhecimentos dos mais velhos, dos mais experientes, e, já nos primeiros anos de idade, rios, lagos, igarapés e mata eram parte efetiva do meu cotidiano.

Aprendi, desde cedo, a conviver com os mistérios da selva, desvendando os segredos do caminhar na mata. Fui treinado para pescar e caçar, para utilizar corretamente os frutos como alimento, as plantas na cura de doenças e o tempo certo de se fazer cada coisa. Foi-me dada a oportunidade de aprender as técnicas do roçado, da cultura de várzea, da criação de pequenos rebanhos e da guarda de alimentos. Devo acrescentar, ainda, o aprendizado que tive na utilização de madeiras, fibras, cipós e cocos.

De todas essas experiências, há uma que considero fundamental em minha formação e que, com certeza, influenciou na opção de trabalhar com a cultura dos seringais. Refiro-me ao ser humano que ocupa esta floresta. A particularidade da relação do homem com a natureza nos seringais e a maneira como ele compartilha a cultura deixou marcas profundas em minha vida, porque se trata de um pragmatismo permanentemente reflexivo. Tudo que se faz se explica, se espregueia e se duvida. Ao caminhar na mata, além do espetáculo teatral apresentado por uma diversidade de seres, reais e imaginários, o som de uma orquestra composta por estes mesmos seres nos acompanha. A estética, a harmonia, a melodia deste espetáculo causará perplexidade a qualquer mestre escolado destes campos artísticos que o assista.

Ao lado disso há sempre alguém mais experiente que nos vai explicando tudo, desde o porquê das cores dos pássaros até uma mínima diferença na entonação do som produzido entre uma espécie de macacos e outra.

Isto é apenas um exemplo. Bom mesmo são as conversas no início da noite, antes e depois do jantar. Todos os detalhes, pequenos detalhes, recentes e antigos, vão sendo rememorados. Com risos ou com dor, com alegrias ou tristezas, com prazeres ou amarguras, são horas a fio de reflexões. Sem apartes ou questões de ordem, mas respeitando-se sempre a ordem de quem está com a fala. Ao mesmo tempo em que se joga baralho, *cholita* ou qualquer outro passatempo, mas sempre sem perder o ritmo da conversa e as pausas necessárias para o café ou o chá, seguidas do cigarro ou cachimbo com um bom tabaco feito ali mesmo. Mas essas conversas não param por aí. Seguem ao longo do dia, no alimentar dos animais, no capinar do roçado, no remar da canoa, etc. Tudo isto é acompanhado de longos diálogos, de profundas reflexões. É uma permanente aula.

Mas isso não nos permite dizer que a vida no seringal seja repleta de felicidade e harmônica, de convivência pacífica com a mata, a água e seus seres. Muito pelo contrário: a vida é intensa, tensa e conflituosa. De luta permanente pela sobrevivência, em que os dias de uma futura glória, os chamados dias melhores, não fazem parte do imaginário da grande

maioria daquela população. Tudo se torna um aqui e agora, porque esta é a lógica (ou a única razão de ser) do seringal. Um peixe que se pesca, uma caça que se caça, um legume ou uma fruta que se colhe, é sempre para uma alimentação imediata e única. As reservas são mínimas e nem há condições de ser diferente. Este universo de saberes ou não saberes, porque tudo é o que aparenta ser naquele momento, vai constituindo o ser (humano) de cada um.

Em 1967, com 11 anos de idade, por questão de doença da minha mãe, fui para a Cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre. Nessa cidade, fui trabalhar na rua para sobreviver, vendendo picolé, bolo, quibe, laranja, engraxando sapatos, lavando carros, distribuindo panfletos de cartomantes, ou ainda, entregando cartas do correio, como voluntário, etc. Encontrei-me novamente com o seringal, porque estes trabalhadores mirins, dos quais eu passei a fazer parte, eram quase todos filhos do seringal. E lá estava eu, novamente ouvindo as conversas, recordando os grandes feitos e, também, as desgraças do seringal.

Enquanto me inseria no *mundo do trabalho*, praticando as primeiras experiências de autoexpropriação, pois que para ganhar alguns trocados era preciso muitas horas diárias de ralação, fui, também, construindo, constituindo em mim uma outra cultura, a urbana, a da cidade, a cultura dita civilizada. E, obviamente, não era a cultura da elite urbanizada, mas a cultura dos excluídos, dos marginalizados. Assim, fui adquirindo certa capacidade de comparar, avaliar, decifrar e julgar uma e outra cultura ou uma da outra cultura: urbano *versus* rural e/ou elite *versus* excluídos. Foi nessas circunstâncias que consegui ingressar na escola primária com 12 anos de idade, mas já na 2ª série. Durante três infinitos anos tive que me dividir entre o estudo da escola primária e o trabalho na rua.

Considero que foram essas percepções deste mudo dicotômico, injusto e violento que me levaram a buscar formas de dividir as minhas inquietações. Primeiro, entre os próprios trabalhadores mirins (engraxates, picolezeiros, vendedores de bolo, etc.), depois, através de minha inserção nos grupos de jovens vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, que inspirados na Teologia da Libertação tornaram-se um importante veículo estimulador das contestações que marcariam presença nos diversos movimentos sociais e/ou populares surgidos no Estado do Acre a partir dos anos de 1970 (ROCHA, 2006; LOWY, 1991; MOURÃO, 1988).

Foi neste contexto que dirigi por vários anos o grupo Juventude em Ação Comunitária (JAC), que se constituiu em um ponto de partida de minha formação política, artístico-cultural

e científica. No JAC comecei as primeiras leituras sobre o marxismo, as primeiras experiências literárias, musicais, cinematográficas, teatrais, dentre outras⁹.

Na ocasião, já trazia para o debate a questão da especulação fundiária, com a expulsão dos seringueiros para a periferia das cidades e as consequências desse êxodo (DUARTE, 1987). Ainda na primeira metade da década de 70, atuei no Movimento Estudantil, participando das direções da Casa do Estudante Acreano (CEA), produzindo Jornais Estudantis, construindo os Grêmios Estudantis, que foram aos poucos substituindo os antigos Centros Cívicos Estudantis (CCEs), criados pela Ditadura Militar.

Na segunda metade dos anos 70 minha atuação continuou navegando entre as experiências artístico-culturais e políticas.¹⁰

Sofri, durante os anos 70, uma inquietante perseguição dos órgãos de segurança estaduais e federais, tanto na fiscalização e censura de nossas atividades artísticas, quanto, e principalmente, por nossas práticas políticas, em sua maioria clandestinas. Em fevereiro de 1979 fui processado pelos órgãos de segurança e sumariamente demitido do emprego que consegui na Universidade Federal do Acre (UFAC).

É importante lembrar que já no período de 1979 a 1982, estive envolvido com o movimento social dos seringueiros, na qualidade de diretor do Centro de Pesquisa e Criatividade (CPC/Teatro Horta), do Grupo Semente de Teatro Amador (Grupo SETA), que desenvolveria vários projetos artísticos (teatro, música, cinema, poesia, artesanato, etc.), com uma produção voltada para temas relacionados à expulsão dos seringueiros de suas *colocações*.

⁹ Durante a primeira metade da década de 70, tive oportunidade de atuar em dois filmes produzidos pelo Estúdio Cinematográfico Amador de Jovens Acreanos (ECAJA). Filmes estes que, apesar de não possuírem uma qualidade cinematografia considerável, revelavam uma latente inquietação de uma juventude ávida em realizações, mas impedida, pelas circunstâncias da ditadura militar, de assim fazerem.

¹⁰ Participei efetivamente na construção do Grupo de Músicas Populares Raízes; dos Festivais Acreanos de Músicas Populares (os FAMPs/Acre); na criação do Grupo Semente de Teatro Amador (Grupo SETA) e, posteriormente, na criação da Federação de Teatro Amador do Acre (FETAC). Ainda neste período, colaborei com a produção do Jornal Varadouro; com o funcionamento, na qualidade de sócio, do Cine Clube Aquiri (CCA); com a produção do tabloide literário Berracão; com a edição da página literária Contexto Cultural, editada no jornal *O Rio Branco*; com a organização de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Urbanos; com a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Acre e com a criação dos Centros Acadêmicos Livres (CALs), na qualidade de acadêmico dos cursos de Letras (iniciado em 1978) e História (iniciado em 1979) e de militante da Tendência Estudantil Liberdade e Luta (LIBELU).

Em 1983, ao assumir a Coordenação de Recursos Humanos da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto (FDRHCD) do Estado do Acre, uma das primeiras atividades realizadas foi um seminário sobre Educação Popular, no qual foram debatidos com ênfase os temas da educação de seringueiros e da educação indígena. Logo após o seminário, sediamos, nas dependências do Centro de Treinamento desta Coordenação, os projetos de *Educação de Seringueiros* e de *Educação Indígena*, que ali ficaram até o final de meu mandato em dezembro de 1986. Durante este período foi possível acompanhar mais de perto as preocupações e dificuldades enfrentadas pelo pessoal que estava à frente desses projetos.

Acompanhei outros momentos do Projeto de Educação de Seringueiros, também como pesquisador de um trabalho articulado pela Secretaria de Educação do Estado do Acre (SEC) e o então Departamento de Geografia e História (DGH) da UFAC, que resultou na publicação do livro *Acre: uma história em construção*, em 1985. Durante as pesquisas para a elaboração desse livro, realizei uma série de viagens aos municípios acreanos e ao interior da floresta, oportunidade em que mantive contatos mais próximos com os seringueiros e técnicos dos organismos institucionais que lhes prestavam assessoramento.

No período entre 1986 e 1995, esses contatos com a Educação de Seringueiros foram esporádicos, devido a meu maior envolvimento com as atividades do Departamento de História (DH) da UFAC, como seu professor e diretor. Contudo, a partir de 1996, com a implantação do curso de Licenciatura em História na cidade de Xapuri, (local onde ficava a subcoordenação do *Projeto Seringueiro*) e com o meu ingresso no mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), retomei os contatos com este *Projeto* com mais frequência.

Durante a realização do mestrado, fiz várias viagens a Xapuri e ao interior da floresta, realizando entrevistas, conhecendo a realidade do cotidiano das escolas e dialogando com os diversos sujeitos envolvidos com o *Projeto de Educação de Seringueiros*, além de pesquisa documental nos arquivos do CTA e da leitura de livros, teses e dissertações de mestrado acerca dessa experiência educativa.

No período de 2000 a 2004, o contato com as ações do *Projeto Seringueiro* foi mais esporádico. Porém, em 2005, fui orientar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de uma turma de Pedagogia da UFAC no município de Xapuri (Acre). Nesta oportunidade orientei um trabalho intitulado *Aquisição da Leitura e da Escrita nas Escolas do Projeto Seringueiro*,

sendo um dos autores um ex-aluno e ex-professor das escolas do *Projeto Seringueiro* e, naquele momento, um de seus coordenadores. Esta orientação possibilitou-me revisitar a história do *Projeto* e acompanhar o debate ainda presente sobre a oficialização ou não do restante das escolas que continuavam independentes, desvinculadas do poder estatal.

No mais, a tradição de pesquisa do extinto Departamento de História (DH) da UFAC e do atual Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), do qual faço parte, voltados fundamentalmente para temas relacionados ao extrativismo da borracha, às questões ambientais da região e às lutas dos trabalhadores por terra e outros temas destes derivados, com certeza exerceram uma grande influência em minha opção por esta problemática da tese.

É considerando que o conhecimento do processo histórico percorrido por esta experiência poderá estimular e ajudar na orientação de outras práticas educativas, com propósitos emancipatórios, que esta investigação foi realizada. Ao mesmo tempo, espera-se que suas descobertas, caso sejam apropriadas pelos sujeitos investigados e demais interessados, possam contribuir para repensarem suas práticas.

CAPÍTULO 1

ALUMIANDO A ESTRADA, COMO A *PORONGA*...

Para se compreender o surgimento dessa experiência de educação de seringueiros no início dos anos de 1980, este primeiro capítulo apresenta alguns dos antecedentes e a contextualização histórica do Projeto de Educação de Seringueiros, em breves considerações. Compõe seu pano de fundo, conectando acontecimentos remotos e recentes, buscando esclarecer as motivações e circunstâncias mais gerais dessa experiência de escolarização no interior dos seringais.

A análise se afasta de uma perspectiva histórica da linearidade, das conexões gradativas, da sucessão dos fatos a partir de causas e efeitos, buscando aproximar-se de um outro aporte historiográfico. Orienta-se num enfoque dialético, que entende os sujeitos como seres coletivos, inscritos em posições e interesses de classe, posicionamentos estruturais, porém dinâmicos e contraditórios. Afasta-se da fé no absoluto, no concluído, no acabado.

Considera-se que a vida social constitui-se de processos, de transformações e da construção do novo, sendo a história uma dinâmica de infinitas relações entre o homem e a natureza, tendo por finalidade a produção de sua própria vida. Relações de trabalho, portanto. Trabalho aqui entendido como um processo metabólico entre o homem e a natureza. O homem, enquanto sujeito que atua sobre a natureza (objeto), utiliza-se de meios de trabalho, com o objetivo de produzir valores de uso. E nesse processo ambos se transformam, a partir da ação concreta e consciente dos humanos, para a produção do que necessita para a existência e reprodução da natureza e de sua própria espécie. Nesses percursos, o homem constrói e reproduz a sua vida e a vida das sociedades, construindo a própria história. Esta é a história, como ciência ou como vida: a produção e reprodução da vida material e espiritual dos homens, a produção e reprodução da sociedade (MARX, 1982).

Entende-se a história como está colocado no Manuscrito de 1845/46, *A Ideologia Alemã*, em que Marx & Engels nos trazem uma importante contribuição sobre este tema:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. E ainda quando o mundo sensível se veja reduzido a um mínimo, a um bastão, como em São Bruno, ele pressupõe a atividade de produção desse bastão. A primeira coisa, portanto, em qualquer concepção histórica, é observar este fato fundamental em toda sua significação e em toda sua extensão e render-lhe toda justiça (MARX & ENGELS, 1986, p. 39-40).

Estas formulações são reforçadas por THOMPSON (1981), ao salientar que o trabalho no campo da história deve considerar as infinitas relações das múltiplas evidências da realidade que se quer pesquisar. Deve se preocupar com a formação da consciência social. O autor destaca, ainda, que o diálogo, o enfrentamento entre ser social e consciência social, faz surgir novos problemas, dando origem continuamente à *experiência*.

Mediante estes pressupostos, é possível compreender que os trabalhadores e trabalhadoras da floresta amazônica ocidental do início dos anos 80 do século XX, que se organizam e buscam uma educação que os qualifique para lutar contra os fazendeiros, é o desdobramento histórico daqueles que enfrentaram o aborígene e outros empecilhos próprios da região na segunda metade do século XIX, quando do início da extração do látex. E são esses trabalhadores que nos dias atuais habitam as Reservas Extrativistas (RE)¹¹ e os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE). Nos termos de Benedita ESTEVES (1999), o *manso*¹² se transformou no *guardião da floresta*¹³.

Nesse sentido, é fundamental entender como esse homem-seringueiro deslocou-se do Nordeste para esta região desde a segunda metade do século XIX, na condição de *retirante*; embrenhou-se na floresta cortando seringa como *brabo*; tornou-se *manso*, sujeitando-se ao sistema de aviamento que o extorquia e escravizava, e ao ambiente geral da floresta. No

¹¹ Áreas de florestas protegidas e pertencentes à União, ocupadas por seringueiros que podem explorá-las, mas de conformidade com legislação federal específica.

¹² A expressão *manso* era utilizada para designar o seringueiro já adaptado ao ambiente de trabalho na floresta, aquele que já possuía prática, contrastando com *brabo*, *arigó*, que é o seringueiro recém-chegado ao seringal, inexperiente, não adaptado.

¹³ A expressão *guardião da floresta* refere-se ao ocupante das Reservas Extrativistas, no sentido de protetor da floresta.

princípio, em uma convivência nem sempre amistosa com os indígenas, com os insetos e com animais selvagens. Para adiante, a partir da implantação das Reservas Extrativistas, transformar-se em *guardião da floresta*, apesar das precárias condições de vida que este título lhe impõe na atualidade.

Não se pretende, aqui, fazer uma profunda ou completa análise desse processo, identificando os diversos atores que interagiram na criação e organização do sistema seringal como um todo, entre outros de seus aspectos. Não se pretende, tampouco, analisar as relações sociais que se evidenciaram nesse sistema, mesmo porque vários pesquisadores já trataram do assunto, e o material produzido encontra-se disponível¹⁴. O que segue é apenas uma síntese de um processo, enfatizando-se o período mais recente, cenário no qual se desenvolve a proposta educativa do Projeto Seringueiro em discussão neste trabalho.

1.1 O Acre no contexto do capital monopolista internacional: o primeiro surto da borracha

Pode-se dizer que o Acre revela-se à nação brasileira e ao mundo somente a partir da segunda metade do século XIX, com a inserção da borracha no contexto do capital monopolista internacional. O fato motivou o deslocamento de uma grande quantidade de brasileiros de outras regiões do país para as terras acreanas, principalmente nordestinos, com o propósito de produzir a matéria-prima borracha, para atender a demanda das indústrias internacionais.

Essa presença de brasileiros no Acre com tal objetivo originou dois graves problemas. O primeiro associa-se com o massacre efetivado ao nativo que ocupava densamente esta região. O segundo se relaciona à ocupação de um território que não pertencia ao Brasil, tal

¹⁴ Dentre outros, destacam-se os seguintes autores e os respectivos anos de publicação de seus trabalhos a respeito da temática: ALLEGRETTI, 2002; AQUINO, 1982; CALIXTO & OUTROS, 1985; COSTA, 1973; COSTA SOBRINHO, 1992 e 2001; DUARTE, 1987; ESTEVES, 1999; MARTINELLO, 2004; OLIVEIRA, 1985; PINTO, 1984; FERREIRA REIS, 1977; SANTOS, 1980; SOUZA, 1999. Seus trabalhos estão devidamente indicados nas referências bibliográficas deste estudo.

como definido no Tratado de Santo Idelfonso de 1777 e, posteriormente, no Tratado de Ayacucho, de 1867, e outros documentos diplomáticos subsequentes¹⁵.

O primeiro problema torna-se de extrema gravidade, visto o extermínio de quase toda a população nativa. Dos 50 grupos existentes no início do século XX, restam atualmente apenas 12 deles. E a população nativa do período, então em torno de 60.000 indivíduos, agora não chega a 15.000.

Conforme Darcy RIBEIRO (1977), o alto grau de violência desses contatos se deve fundamentalmente a dois fatores: o caráter expansionista da fronteira, com uma atividade econômica extrativista extensiva e predatória e ao fato de esta atividade se realizar em uma região habitada por populações nativas, já escoraçadas de outras áreas.

O método mais frequente e eficiente de escoraçar o nativo e limpar a área para a instalação dos seringais eram as chamadas *correrias*. Estas, organizadas por seringalistas que armavam um grupo razoável de indivíduos (seringueiros e até índios *amansados*, entre 40 ou 50 em média) para atacarem as aldeias, ateando fogo em suas malocas e matando à bala ou com facões homens e mulheres, idosos e crianças. Os sobreviventes fugiam, então, para as florestas mais desertas. Daí o nome *correrias*.

Pedro Martinello salienta que nas áreas com abundância de árvores seringueiras, como na região do Purus, apesar de a ocupação ter acontecido de forma intensa e contínua, os nativos não apresentaram grande resistência, mas, ainda assim, a ocupação só se efetivou à custa de muitas vidas. Diferentemente, na região do Juruá, onde a densidade das árvores seringueiras é menor, os nativos resistiram heroicamente, [...] e só foram cedendo o campo ao nordestino por entre o trovejar das balas e o zunido das flechas envenenadas dos índios (MARTINELLO, 2004, p. 43).

Ainda sobre esta questão, merece destaque o comentário de Darcy Ribeiro:

Grande parte das tribos do Juruá-Purus desapareceu antes que fosse possível qualquer documentação sobre os seus costumes; de muitas delas só se conhece a

¹⁵ A este respeito, ver os trabalhos de AQUINO, 1982; CALIXTO & OUTROS, 1985; MARTINELLO, 2002; RIBEIRO, 1977; COSTA, 1973; LIMA, 1973; TOCANTINS, 1979.

crônica das violências de que foram vítimas, crônicas, aliás, quase idênticas, pois os mesmos fatos se repetiram com uma tribo após outra (RIBEIRO, 1977, p. 43).

Esse extermínio, que perdura até os dias atuais ao longo da história social brasileira, assumiu diferentes características, em função das péssimas condições de vida dessas populações que, muitas vezes, para sobreviver, têm que pedir esmola, roubar, e/ou prostituir-se nos núcleos urbanos das principais cidades acreanas. Além disso, trata-se não somente de um extermínio físico, como também cultural.

O segundo problema, a questão da propriedade sobre o território do Acre, atingiu seu ápice com a chamada *Revolução Acreana*¹⁶, chegando a uma *suposta*¹⁷ solução com a assinatura do Tratado de Petrópolis entre o Brasil e a Bolívia, em 17 de novembro de 1903. A maneira como foi articulado este conflito, buscando atender os interesses das classes dominantes local, regional, nacional e internacional, e de seus segmentos¹⁸, contribuiu, ao lado da forma de organização do poder nos seringais, para a construção de um modelo de poder autoritário, centralizador e nepotista que se reproduz até os dias atuais. Acrescente-se a essa situação, como ingrediente desta insurreição, os interesses das classes dominantes bolivianas e do capitalismo monopolista internacional.

É preciso problematizar a participação dos seringueiros nesta insurreição: homens rudes, geralmente analfabetos, esmagados pela dívida no *barracão*, aterrorizados ante a violência do *aviamento*, preocupados em garantir a sobrevivência em plena selva, nela se envolveram. Contudo, pode-se perguntar se estavam realmente imbuídos de sentimentos patrióticos de defesa de linhas de fronteira. Deve-se considerar que, mesmo sendo o universo mental destes homens bem diferente do dos seringalistas, eles assimilavam, por meios coercitivos, obviamente, a ideologia emanada do *barracão*.

¹⁶ A chamada *Revolução Acreana* refere-se a um conjunto de escaramuças (talvez fosse mais correto chamarmos *Insurreições Acreanas*) entre seringueiros, seringalistas e setores das classes dominantes regionais, contra o Exército Boliviano. Finalizou com a vitória dos brasileiros, ficando a polêmica acertada com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, supostamente.

¹⁷ O Tratado de Petrópolis estabelecia as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, enquanto os problemas com o Peru, em relação ao Acre, só foram acertados em 1908.

¹⁸ Pode-se incluir como elementos destas classes dominantes: latifundiários seringalistas, burguesia mercantil, burguesia industrial financeira e seus segmentos: altas patentes militares, altos funcionários da burocracia governamental a nível regional e nacional, entre outros agrupamentos.

Constata-se, ainda, à época, um nacionalismo exagerado em torno da questão da anexação do Acre ao Brasil. Inspirados em outros eventos que resultaram em conquista de novos territórios para o Brasil, políticos, intelectuais, militares e principalmente os governos locais e comerciantes regionais desenvolveram uma acirrada campanha, justificando a supremacia brasileira sobre este território, sendo o princípio do *uti possidetis*¹⁹ o mais evidenciado. Lembre-se, ainda, que por várias vezes esta região foi reconhecida, através de documentos legais, como sendo espanhola e, depois, boliviana. No entanto, sabe-se que desde o início da segunda metade do século XIX, os nordestinos brasileiros começaram adentrar as bacias dos rios Juruá e Purus sem se importar com *aonde terminava o Brasil*. Aos poucos, um contingente apreciável de trabalhadores empobrecidos, estimulados pela propaganda enganadora do enriquecimento fácil, foi ocupando toda a região. Enrique Peregalli salienta, a respeito:

Os trabalhadores brasileiros ocuparam e colonizaram territórios além das fronteiras estabelecidas nos acordos internacionais. Mas este processo não foi planejado pelo Estado, pelo contrário, o Estado aproveitou deste deslocamento de sobrevivência para incorporar novas regiões. (...) Enquanto existiu espaço e possibilidades de uma vida melhor, o *povo* penetrou no interior da América em busca de melhores condições de existência: lutou e perdeu. E o Estado nada fez por melhorar sua situação, embora o utilizasse para justificar o *uti possidetis*: *a terra pertence a quem a coloniza* (PEREGALLI, 1982, p. 17).

Como esse processo está diretamente vinculado à produção gumífera, observa-se que para a efetivação e a consequente expansão da empresa produtora de borracha, foram necessários: uma larga oferta de capital, a incorporação de novas áreas produtoras às já existentes e um acréscimo de mão de obra ao processo produtivo, conforme SANTOS (1980).

Em relação à oferta de capital, tratando da Amazônia como um todo, o autor considera que era de origem pública (do governo central e de governos locais) e privada (extrarregional e regional). O capital privado extrarregional podia ser nacional (capital de risco e crédito às importações de cabotagem) e estrangeiro (crédito às importações externas, capital de risco e empréstimos privados a governos locais). O fato é que o investimento de capital estrangeiro foi de grande monta. Ele estava presente em todos os setores da sociedade, desde serviços urbanos até portos e navegação.

¹⁹ Pretensiosa frase lusitana que significa dizer: "a terra não pertence a quem a descobre, mas a quem a ocupa".

Quanto à incorporação de novas áreas produtoras às já existentes, em relação ao Acre, como dito acima, o processo se deu em dois campos: o saque aos nativos e a compra deste território à Bolívia, conforme estabelecido no Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia. Ressalte-se, ainda, que a questão dos limites com o Peru só seria resolvida em 1908.

O acréscimo de mão de obra ao processo produtivo era um componente determinante para o aumento da produção, visto que em nenhum momento houve qualquer aperfeiçoamento nas técnicas de trabalho, tanto no interior dos seringais quanto no sistema de aviamento. Portanto, para aumentar a produção, era necessário arregimentar mais trabalhadores no Nordeste.

O processo migratório de trabalhadores nordestinos para o Acre está diretamente relacionado aos interesses do capitalismo monopolista, que naquele momento tinha a matéria-prima borracha como produto indispensável às suas indústrias. Mas, pelas condições em que se efetivava, esta migração era extremamente precária e desumana. Leandro TOCANTINS (1979) elucida como se dava essa migração pontuando: a falta de controle migratório; a má alimentação; os navios sujos; os animais destinados à alimentação ocupando os mesmos espaços dos seres humanos, as lotações excedidas, entre outros problemas havidos.

A articulação do tripé capital, novas áreas produtoras e mão de obra, criou as condições para que a empresa extrativista do primeiro surto da borracha (1850 a 1913) pudesse, de fato, produzir resultados satisfatórios ao capital monopolista internacional. O sistema de aviamento, criado para financiar e fornecer mercadorias, construiu uma cadeia de interdependência entre capital industrial, casas exportadoras, casas aviadoras, seringalistas e seringueiros, de modo a garantir a produção necessária às indústrias. De ano a ano, na mesma proporção que aumentava a população, expandiam-se as áreas produtoras, que adentravam sempre mais em território boliviano e peruano. E, conseqüentemente, aumentavam a produção. Quando da anexação do Acre ao Brasil (1903), sua população já era de aproximadamente 70.000 indivíduos, excluindo-se o aborígene²⁰.

A evolução da produção indicava um progresso sem retrocesso. Analisando as exportações de borracha da Amazônia como um todo, Samuel BENCHIMOL (1977),

²⁰ Informações mais detalhadas poderão ser encontradas em: BENCHIMOL, 1977; CALIXTO & OUTROS, 1985; MARTINELLO, 2004; SANTOS, 1980.

apresenta números significativos. Enquanto na primeira década (1821 a 1830), as exportações atingiram uma insignificante cifra de 329 toneladas, na década seguinte (1831 a 1840) foi de 2.314 toneladas. Na última década do século XIX (1891 a 1900), foram 213.755 toneladas. E somente no ano de 1901, foram 30.241 toneladas. Em 1905, 35.393, para em 1912 atingir as 42.286 toneladas.

Por sua vez, as razões da decadência são várias. MARTINELLO (2004) indica algumas: os altos custos de extração do produto, em relação ao dos seringais de cultivo do oriente; a inexistência de pesquisas agrônômicas; a falta de visão empresarial; e a carência de mão de obra barata da região. O autor destaca, ainda, que o custo da produção foi o fator preponderante desta decadência. Enquanto na Amazônia a densidade média era de 1,5 pés de seringueiras por hectare, no oriente era de 200 pés por hectare. Some-se a isto o valor da mão de obra.

Não encontrando alternativa para sair da crise, os seringalistas vão, aos poucos, abandonando seus barracões; e os comerciantes, suas casas aviadoras. Sem fornecimento de mercadorias, os barracões não podiam abastecer as *colocações*²¹, e sem víveres, os seringueiros não tinham como trabalhar. E, deste modo, não teriam borracha para exportar. Sem o alimento vindo do barracão e sem saldo para comprar uma passagem de volta ao Nordeste, restava ao seringueiro buscar no próprio interior da floresta ou nas margens dos rios, lagos e igarapés outras possibilidades de sobrevivência.

1.2 A crise da produção da borracha vegetal nativa e o rearranjo para sobreviver

Entre 1913 e o início dos anos de 1940, sem qualquer perspectiva de reerguer a produção da borracha, os seringueiros buscaram alternativas de sobrevivência. Parte deles tentou voltar ao Nordeste, de onde vieram, enquanto outros sequer chegaram a sair de Manaus e Belém, formando parte da população das periferias destas capitais. Outra parte foi residir nos núcleos urbanos do Acre, principalmente na cidade de Rio Branco, a capital. Entretanto, a grande maioria desses seringueiros permaneceu na floresta, desenvolvendo outras atividades

²¹ Parte de um seringal onde o seringueiro reside e exerce suas atividades. Um seringal divide-se em várias colocações. Cada colocação, por sua vez, compõe-se de várias estradas de seringa.

econômicas, além de continuarem, de modo tímido, a produção de borracha. Nesse quadro teve início o processo de constituição da figura do *posseiro* nos seringais do Acre.

Nesse período, entre 1913 e 1942, ocorreu um *rearranjo de sobrevivência* resultando na construção de uma série de atividades econômicas que passaram a conviver lado a lado com a produção da borracha, agora em escala inferior à dos anos anteriores. Como anunciado acima, o maior índice de produção durante o primeiro surto foi em 1912, com 42.286 toneladas. Mas em 1913 a cifra caiu para 36.232; em 1914, para 33.531. Em 1915, registrou-se uma discreta elevação, para 35.165 toneladas, voltando a declinar nos anos seguintes. Em 1932 atingiu-se a menor produção: 6.224 toneladas, conforme MATINELLO (2004).

A produção da borracha asiática, organizada e controlada pelos ingleses, através de métodos científicos e imposição de preços, torna-se, na década de 1920, definitivamente hegemônica, enquanto o custo da produção brasileira é cada vez mais caro, inviabilizando a continuidade do processo produtivo e, conseqüentemente, acentuando o abandono dos seringais.

No interior da floresta e/ou nas margens dos rios, igarapés e lagos, o seringueiro, que ao longo de várias décadas desenvolveu com exclusividade a extração do látex, isolado e solitário em suas estradas de seringas, impedido pelo seringalista de praticar qualquer outra atividade que não fosse o corte da seringueira, via-se obrigado a reinventar as suas práticas produtivas, para adquirir a sua sobrevivência e a de seus familiares, quando era o caso. Os poucos que constituíram famílias vão estabelecer outros critérios de organização do trabalho, e outros tantos formam parcerias, passando a residir e trabalhar em duplas.

Surgem, portanto, práticas produtivas até então proibidas pelos antigos patrões e/ou desconhecidas dos seringueiros. Recorre-se, agora, ao nativo, buscando entender e assimilar os seus sistemas de caça, de pesca, da agricultura de várzea e da utilização de madeiras em construções e para exportação, além do uso de produtos naturais na cura de doenças. Da caça aos animais silvestres, aproveita-se a carne para o alimento e as peles para serem comercializadas. Agora, acrescenta-se à extração do látex e à coleta da castanha a exploração de plantas oleaginosas e odoríferas. Reinventam-se as antigas práticas agropastoris do Nordeste, com a criação de pequenos rebanhos, cultivo de roçados, fruteiras e hortaliças.

Destaca-se, ainda, que mesmo com a drástica redução da produção da borracha, a população residente nos seringais não diminuiu em igual proporção, o que justifica o

surgimento de outras atividades econômicas. Nesse período, muitos seringalistas abandonaram suas propriedades, deixando os seringueiros na condição de ocupantes. Muitos outros seringais, que foram entregues por seus donos às casas aviadoras, como pagamento de dívidas, também ficaram abandonados pelos novos proprietários, levando à generalização da figura do ocupante em quase todos eles. Nesse processo, esta categoria de trabalhador vai se constituindo, nos idos de 1970/1980, como posseiro.

1.3 O Acre na Segunda Guerra Mundial e a batalha da borracha

O segundo surto da borracha corresponde ao período de 1942 a 1945. Foi um empreendimento organizado e controlado pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, com o objetivo fundamental de produzir borracha para atender a indústria bélica dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Esse empreendimento, conhecido como *A Batalha da Borracha*, resultante da assinatura de *Os Acordos de Washington*, entre Brasil e Estados Unidos, em março de 1942, teve como motivação o fato de os japoneses, a partir do ataque à base norte-americana de Pearl Harbour, terem dominado os seringais de cultivo dos ingleses, na Malásia. Assim, os Estados Unidos, maior parceiro dos aliados no conflito, assinou acordos não só com o Brasil, mas com todos os países que apresentavam possibilidades de produção extrativista da borracha, visando atender a esta demanda (PINTO, 1984).

Por esses documentos, o Brasil se encarregaria de viabilizar a reativação dos seus seringais, reabrindo varadouros e estradas de seringas, além de arregimentar pessoal para o corte. Como a grande maioria dos seringais estava abandonada há décadas, foi necessário um grande esforço não só para reestruturá-los com varadouros, estradas de seringa e suprimentos, entre outros, mas também para mobilizar um contingente de trabalhadores que atendessem às exigências da produção, de aproximadamente 70 mil toneladas ano. Mais de 55 mil homens foram mobilizados, a maioria do Nordeste brasileiro, novamente. No entanto, para alcançar a produção almejada, eram necessários em torno de mais 50 mil homens. Em contrapartida, os Estados Unidos financiariam o empreendimento e se comprometiam com a promoção de ações nos campos social, agrícola e industrial (MARTINELLO, 2004).

Ainda segundo Pedro Martinello, tanto o financiamento como a organização e controle da produção eram de responsabilidade dos estados norte-americanos e brasileiros. Tratava-se,

de um lado, de um verdadeiro monopólio estatal relativo à compra e à venda da borracha. E, de outro, da intervenção direta do governo na produção, reduzindo a participação do capital comercial no empreendimento. Para tanto, criou-se o Banco de Crédito da Borracha (BCB), para cuidar do financiamento do projeto em todas as suas instâncias. Foram articuladas várias instituições brasileiras e norte-americanas, além da criação de organismos para viabilizarem os planos. Os resultados, porém, foram desastrosos - a maior produção alcançada foi em 1944, com 21.192 toneladas, o equivalente apenas à metade da alcançada em 1912. E muito distante da meta prevista, de 70 mil toneladas ano.

O maior problema enfrentado continuou sendo o da mão de obra, sobretudo porque a imigração foi fundamentalmente familiar, representando altos gastos com o deslocamento das famílias do Nordeste até a Amazônia. A preocupação em deslocar trabalhadores acompanhados de suas famílias, por sua parte, tinha o sentido de garantir, definitivamente, a colonização da região. Essa nova leva de seringueiros ficou sendo conhecida como *os soldados da borracha*.

O bombardeio de Hiroshima e Nagasaki pôs fim à Segunda Guerra Mundial, com a consequente vitória dos aliados. E os americanos, com todos os seus equipamentos e recursos, deixaram a região. Dias depois, os governos daquelas localidades deparavam-se com um grave problema social: milhares de trabalhadores seringueiros invadiram os núcleos urbanos em busca de alimentos, trabalho e/ou condições para continuar nos seringais.

Mais uma vez houve a tentativa de retorno ao Nordeste, por parte deles, mas sem muito sucesso. Outros ficaram na periferia das cidades, recrudescendo o cinturão de miséria e de desempregados. A grande maioria, porém, seguiu o mesmo caminho do primeiro surto: tornaram-se posseiros dos seringais abandonados por seus patrões.

Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, os seringais da Malásia voltaram a funcionar a todo vapor. A concorrência se recolocou, e a produção de borracha da Amazônia/Acre acusou absoluto declínio. Durante as duas décadas seguintes (1945/65), o Brasil tentou várias alternativas para salvaguardar sua produção de borracha, todas sem êxito. A borracha sintética, juntamente com a vegetal de cultivo, passou gradativamente a ser colocada no mercado com preços bem mais baixos que o da vegetal nativa.

Reeditou-se, na região, um grande vazio econômico durante esse período, e a Amazônia/Acre só voltam a ser foco de atenções na segunda metade da década de 60, com os

governos militares, que a elegem como zona estratégica para o desenvolvimento nacional, transformando o Acre numa grande fazenda de gado.

1.4 Ditadura e capital: pecuarização, expropriação e luta pela terra

Integrar para não entregar era o lema implantado pela ideologia de Segurança Nacional da Ditadura Militar brasileira dos anos 60/80 do século XX. O Governo Federal, preocupado em definir sua política de ocupação da Amazônia, publica o Estatuto da Terra, através da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Essa nova política tem como foco *ocupar os espaços vazios da Amazônia*. Para a sua efetivação são editadas outras leis, decretos e regulamentos, programas, planos e projetos. No entendimento dos militares, a Amazônia deveria tornar-se uma região de grande produção agrícola, de criação de gado e extração de minérios. (DUARTE, 1987; IANNI, 1981; CALIXTO & OUTROS, 1985).

Paralelamente, a modernização da agricultura no sul e centro-oeste brasileiros, para atender a demanda dos parques industriais em ampliação e consolidação nos principais centros urbanos do país, impulsionou a entrada de grandes capitais estrangeiros no Brasil no período, destinados principalmente à aquisição de insumos, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos. Tal fato proporcionou o desenvolvimento de uma agricultura de base empresarial, intensiva e extensiva, utilizando tecnologias modernas. Nesse quadro, aquela antiga pequena propriedade de base familiar, com produção de subsistência destinada a atender o mercado interno, vai aos poucos sendo substituída por este novo modelo empresarial, com fins industriais e de exportação. Assim sendo, centenas de milhares de famílias, proprietárias de pequenos lotes de produção de subsistência, são gradativamente expropriadas e deslocadas para regiões mais longínquas, como a Amazônia/Acre. O capital monopolista internacional, oriundo dos Estados Unidos, em especial, ditava as regras, e os militares do Brasil, a qualquer custo, executavam as tarefas.

Nesse quadro geral, o Acre é escolhido para sediar grandes fazendas de gado. Logo nos primeiros anos da década de 70, grande volume de capitais nacionais e multinacionais inicia as compras dos seringais, que há muito se encontravam abandonados pelos donos, mas todos ocupados por posseiros. Esses antigos donos, os seringalistas, sem nenhuma possibilidade de fazerem de seus seringais propriedades produtivas e temendo perder tudo

para os posseiros, vendiam as terras a preços irrisórios aos compradores do Centro-Sul. Os novos donos, os *paulistas*²², que se encarregassem de expulsá-los de suas posses.

A terra no Acre apresentava um índice muito baixo em seus preços. O governo federal promovia incentivos fiscais e créditos bancários, enquanto o governo estadual, principalmente no período do governador Wanderley Dantas (1971-74), identificando-se com a ideologia desenvolvimentista do governo federal, desencadeou uma acirrada campanha publicitária relativa às terras *férteis, abundantes e baratas* do Acre, estimulando com isso os investimentos dos empresários do Centro-Sul. (DUARTE, 1987). Indivíduos e empresas, representando o capital nacional e internacional, atenderam ao convite do governador, que aconselhava: "*Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico*" (CALIXTO & OUTROS, 1985). Este *slogan* refletia a velha esperança de se estenderem as estradas brasileiras/acreanas até o Oceano Pacífico através do Peru.

Somente entre 1972 e 1974, calcula-se que mais ou menos um terço das terras acreanas tenha sido vendido aos grupos empresariais de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e outros estados em menor proporção, que se faziam representar por indivíduos e grupos que, pejorativamente, os acreanos denominaram *paulistas*. No período de 1972 a 1976, a valorização da terra acreana chegou a atingir 1.000%; e até 2.000%, nas proximidades das rodovias. Em 1977, só no município de Rio Branco, foram vendidos 70 seringais, sendo que um único grupo de empresários comprou 2,5 milhões de hectares, dos 15 milhões totais do Acre. Um balanço geral da década de 1970 indica que quase dois terços das terras do Acre foram vendidos para grupos de capitais do Centro-Sul ou mesmo de origem multinacional, na época (CALIXTO & OUTROS, 1985).

Observa-se que, se antes dessa avalanche, herdeiros de antigos seringais não procediam aos necessários inventários de suas heranças, porque os gastos com esse processo chegavam a valer mais que o valor de toda a propriedade, agora os inventários eram constantes, objetivando a venda imediata. Havia, também, uma questão polêmica relacionada à legalidade da documentação de propriedade dessas terras. Para classificar uma terra em condições legais de venda, de forma que o documento de propriedade do vendedor fosse válido, o INCRA deveria fazer uma *discriminatória*, observando a lógica da *cadeia*

²² *Paulistas e/ou fazendeiros* é uma expressão pela qual ficaram sendo conhecidos os compradores, empresários de terra no Acre, neste período.

dominical, até chegar ao título de origem, que poderia ter sido expedido tanto pela província do Amazonas como pela Bolívia e até pelo Estado Independente do Acre. A despeito disso, de se ter ou não documento legal, as terras continuavam sendo vendidas. A propaganda do governo estadual era estimuladora: (...) *depois da Transamazônica, o Acre é o melhor lugar para investir no mundo*. (CALIXTO & OUTROS, 1985).

Ainda conforme CALIXTO & OUTROS (1985), no período do governador Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1978), por sua vez, houve uma tentativa de inversão na postura estadual em relação a essa política de ocupação das terras no Acre. Ele suspendeu os incentivos aos empresários já estabelecidos na região e proibiu qualquer campanha publicitária visando à venda das terras acreanas. A preocupação de Mesquita era o retorno do homem ao campo (floresta/seringal), na tentativa de buscar condições para a reativação do extrativismo e a formação de pequenos agricultores, como forma de amenizar o *êxodo rural*, qual seja, a saída da floresta.

Ao lado dessa nova postura política estadual, há o novo posicionamento do INCRA, que passa a contestar os documentos baseados na simples escritura pública. Além disso, em 1976/77, os empresários sofrem um bloqueio de créditos e incentivos fiscais dados pela SUDAM, PROBOR, PROTERRA, motivado pela ilegalidade dos documentos de propriedade. Esses fatores contribuíram para frear, em parte, a expropriação das terras acreanas e sua consequente especulação (DUARTE, 1987).

Desde então, o governo estadual não mediu esforços para colocar em prática suas intenções e começa a pleitear, junto ao governo federal, a desapropriação de áreas destinadas a assentar os pequenos produtores. Suas reivindicações são atendidas parcialmente, pelos decretos nº 79.048 e 79.049, de dezembro de 1976, da Presidência da República. Dessa maneira, são desapropriadas duas áreas de terras: uma no município de Sena Madureira, com 292.000 hectares; e outra em Rio Branco, com 408.000 hectares, conforme DUARTE (1987).

Para tanto, o INCRA, instituição responsável pelos assentamentos dessas áreas, em parceria com outros órgãos e autarquias estaduais, adotou a metodologia dos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD). Nas áreas onde já se registrava a presença de posseiros, foram criados os Projetos de Assentamento Rápido (PAR). Com isso, o INCRA objetivava regularizar a situação fundiária das famílias ali assentadas, e a ocupação ordenada dos posseiros (DUARTE, 1987).

Contudo, tais medidas não foram suficientes para coibir o processo como um todo, e a especulação fundiária continuou, mesmo com a política de assentamento do governo Mesquita, que assentou mais famílias de trabalhadores vindos de outras regiões do país do que de seringueiros expulsos ou em processo de expulsão de suas posses em seringais vendidos a fazendeiros, provavelmente.

A vinda das famílias de outras regiões do país deu-se em função de outra forma de expropriação, fruto do processo de modernização da agricultura no Sul e Centro-Oeste já referidos acima, relativo às desapropriações provocadas pela construção de barragens para a instalação de hidroelétricas. Isto significou que a grande maioria dos trabalhadores seringueiros continuou migrando para a periferia das principais cidades acreanas.

Constata-se, pois, que a expansão do capital no Estado do Acre se dá em áreas já ocupadas por trabalhadores que há muito exploravam essas terras, sem nunca terem se preocupado com o aspecto legal da posse, diferentemente do que ocorreu em outras regiões da Amazônia, onde é possível que esse fato tenha acontecido em áreas desocupadas (COSTA SOBRINHO, 1992).

Os ocupantes das terras, que há muito se dedicavam ao extrativismo da borracha e da castanha e/ou outras culturas de subsistência, sem obter resultados satisfatórios, de início, iludiram-se com as promessas dos novos proprietários, como se vê nesse depoimento de Chico Mendes:

Eles (os fazendeiros) chegavam e diziam o seguinte: agora vai se acabar essa escravidão de vocês. Em cada seringal, desses que estão sendo comprados, vai ter escola pra vocês, televisão. Essa história de seringa, isso é papo furado, não dá resultado nenhum, só faz é empobrecer vocês. A gente vai precisar da terra e precisamos de vocês para trabalhar com a gente (Chico Mendes, In: CALIXTO & OUTROS, 1985, p. 207/208).

Essa argumentação tornou-se corriqueira no discurso dos compradores de terras, na tentativa de ludibriar os ocupantes, fazendo com que eles se desfizessem de suas posses, inclusive porque esses novos proprietários não estavam interessados em nenhum tipo de extrativismo, tampouco em agricultura de subsistência. Seus projetos estavam voltados exclusivamente para a pecuária extensiva, o que resultava em abrir campo para a formação de pasto, derrubando a floresta e expulsando os posseiros que ali estavam. Para DUARTE

(1987), muitos desses *empresários* preferiam deixar as terras adquiridas incultas, sem pecuária e sem agricultura, objetivando apenas a especulação, dada sua crescente valorização. E para que estas terras fossem realmente valorizadas, era preciso *limpar a área*, como diziam seus compradores, isto é, expulsar os seringueiros que as ocupavam.

O governo voltou a conceder incentivos fiscais para o financiamento da produção com juros simbólicos e a longos prazos, estimulando os novos donos das terras prosseguirem seus negócios. A motosserra entrou em ação, abrindo a floresta, derrubando seringueiras e castanheiras. Depois seria: queimar, plantar capim e criar gado (CALIXTO & OUTROS, 1985).

Nesse cenário, peões, jagunços e pistoleiros compunham o tripé que sustentava a empreitada dos fazendeiros. Esses indivíduos ateavam fogo às barracas dos seringueiros e colonos, obstruíam as estradas de seringas e varadouros e, quando encontravam reação, o tiroteio era a lei. Mesmo os novos proprietários que decidiram não fazer nenhum investimento produtivo não aceitaram a permanência de ocupantes em suas terras, visto que sua intenção era a especulação fundiária e, naturalmente, o valor da terra *limpa* (desocupada) era muito maior (CALIXTO & OUTROS, 1985).

Diante desta situação, muitos seringueiros e colonos fugiram para os seringais da Bolívia, outros foram aventurar a sobrevivência na periferia dos núcleos urbanos, na capital do Estado, principalmente. Os poucos que concordaram com os fazendeiros, tiveram que se submeter a uma atividade que lhes era totalmente estranha: cuidar de boi em troca de um mísero salário, de um local para dormir nos arredores da casa do fazendeiro e comida das piores, transformando-se, assim, num verdadeiro peão. Mas, a grande maioria dos seringueiros e colonos decidiu permanecer em suas colocações ou lotes agrícolas, reagiram e começaram a se organizar em sindicatos. Buscaram a ajuda da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Igreja Católica. Além destas, outras instituições e pessoas prestaram-lhes seu apoio (DUARTE, 1987).

Os conflitos se generalizaram, e em muitos seringais os antigos ocupantes da terra se organizaram e, armados, enfrentaram os jagunços dos empresários. De início, os conflitos aconteciam de forma isolada, sem muita repercussão, mas, aos poucos, o movimento dos trabalhadores da floresta foi tomando corpo. Os fazendeiros, sentindo-se ameaçados, reagiram, matando ou mandando matar lideranças sindicais, no que os trabalhadores da floresta responderam eliminando prepostos de fazendeiros (COSTA SOBRINHO, 1992).

No seringal Riozinho, por exemplo, segundo CALIXTO & OUTROS (1985), em 1973, duzentos trabalhadores foram mantidos durante sete meses em estado de confinamento, para que seu proprietário pudesse fazer o desmatamento desejado. No ano seguinte, um seringueiro matou um representante do comprador do seringal Catuaba, tendo a notícia se espalhado por todo o Estado. Em julho de 1977, no seringal Nova Empresa, os capatazes Carlos Sérgio Zaparolhi Siena e Osvaldo Gondim foram mortos por um grupo de posseiros. O Exército interveio no caso, prendendo os denunciados. Em 1979, no seringal Santa Fé, 128 posseiros armados de espingardas *empatarem* um grande desmatamento; 40 deles foram presos e logo postos em liberdade por efeito de ação judicial da CONTAG.

Um dos casos mais chocantes desse período foi o assassinato do líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia (STR – Brasileia), Wilson Pinheiro dos Santos, no dia 21 de julho de 1980, abatido com três tiros de revólver quando se encontrava na sede do referido Sindicato, consumando-se as ameaças que vinha recebendo dos fazendeiros daquela região. Alguns dias após o assassinato de Wilson, um grupo de posseiros e seringueiros emboscou e matou com facões e terçados o fazendeiro Nilo Sérgio, sob a alegação de que ele teria sido o mandante do assassinato do presidente do Sindicato (COSTA SOBRINHO, 1992).

Nesse contexto de violenta luta pela posse da terra e em defesa do meio ambiente, os trabalhadores da floresta vão tomando consciência da necessidade de se organizarem, e contando com o apoio da Igreja Católica, da CONTAG, de alguns partidos de esquerda e de um conjunto de pessoas voluntárias, criam seus sindicatos e organizam suas lutas e movimentos, não apenas contra os fazendeiros, mas contra o governo e a ditadura militar. Somam a outros milhares de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que em toda parte do país, no campo e na cidade, vão às ruas, vão às greves reivindicando as extintas liberdades democráticas.

CAPÍTULO 2

AS COLOCAÇÕES RECOLOCADAS

Considerando que a experiência de educação com seringueiros em estudo apresentou múltiplos sentidos, constituindo-se em um percurso dinâmico e complexo, optou-se por analisá-la na perspectiva da História Social, que concebe a realidade, as evidências e os indícios como um processo em permanente construção. Esta experiência educativa surge e se desenvolve no contexto do movimento social dos seringueiros da região da Amazônia Sul-Occidental, orientada inicialmente por uma concepção freiriana de educação popular e também influenciada por ideias e práticas da Teologia da Libertação e dos movimentos de luta pela terra e ambiental, em curso na região.

Estas circunstâncias conduziram-nos a reflexões sobre os *movimentos sociais*, sobretudo a alguns de seus aspectos, tais como: as características gerais do movimento social dos seringueiros no contexto da Amazônia acreana; sua articulação/conexões com as entidades proponentes e gestoras do *Projeto Seringueiro*; a discussão das origens, fundamentos e propósitos do mesmo. Procura-se, assim, subsídios para a compreensão da experiência educativa havida no interior deste Projeto, a identificação de seus atores e seus respectivos protagonismos e relações. Nessa direção o capítulo está estruturado nos seguintes eixos: a) categoria *movimentos sociais* no contexto da educação de seringueiros; b) o movimento social dos seringueiros e as lutas de resistência em Xapuri-Acre; c) as entidades proponentes e gestoras da experiência educativa do Projeto Seringueiro: o CEDOP AMAZÔNIA e o CTA; d) o *Projeto Seringueiro*: cooperativa, educação e saúde para seringueiros de Xapuri/AC.

2.1 A categoria *movimentos sociais* no contexto da educação de seringueiros

Entendendo que o *Projeto Seringueiro* foi concebido e articulado em uma perspectiva delineada pelo Movimento Social dos Seringueiros da Amazônia Sul-Occidental como um todo, é necessário precisar a categoria *movimentos sociais*, visto que estes, interagindo com os temas de *meio ambiente* e de *luta pela terra*, perpassam todo o percurso percorrido pela

experiência de educação em análise. Ademais, entende-se que o Movimento Social dos Seringueiros se insere no contexto e na denominação do que se chamou, nas últimas décadas, de *novos movimentos sociais*.

Mas os *movimentos sociais* não são novos. Eles surgem e se desenvolvem em diferentes sociedades e em diversos momentos históricos, como expressão das contradições entre as classes ou frações de classes de uma dada sociedade, como também aglutinam outros tipos de agrupamentos sociais, a exemplo das mulheres, dos grupos étnico-raciais, dentre outros. A história da sociedade humana é toda ela marcada pela presença de movimentos sociais. A título de referência, pode-se citar o movimento dos escravos em Roma no século IV; os movimentos camponeses no século XVI na Europa; o movimento dos mendigos na Inglaterra do século XVIII; e, ainda, o movimento dos camponeses durante a Revolução Francesa de 1789. Em nível mais global e recente, lembramos o movimento *hippie*, dos anos 60 e 70, presente em várias localidades, países e regiões da terra, o movimento cultural da juventude surgido na década de 1960, na França, dentre outros exemplos.

No Brasil, toda a história está impregnada da presença de movimentos sociais, da Colônia aos dias atuais, podendo-se apontar dentre eles: os movimentos dos negros, dos indígenas e dos religiosos contra os colonos e dos colonos contra a metrópole; os movimentos pela Independência do Brasil, pela libertação dos escravos, pela República e contra a República; o movimento anarquista, o modernista e o tenentista; os movimentos em defesa da educação, por emprego e contra as precárias condições de trabalho; os movimentos estudantil, operário e camponês. Mais recentemente surgem, ainda: os movimentos artístico-culturais, comunitários e de categorias profissionais; os movimentos de mulheres; dos homossexuais, transexuais e congêneres; dos meninos e meninas de rua; movimentos dos idosos. E, ainda, movimentos naturalistas, ecologistas e/ou ambientalistas. São, portanto, muitos e variados os movimentos, tanto no campo como nas cidades brasileiras.

Entende-se, pois, que *novos* são os problemas levantados por esses movimentos, bem como novos podem ser os métodos e estratégias de luta que adotam. A ideia e o paradigma do novo representam um modo original, inédito, uma nova forma de se fazer política, como também a politização de novos temas nas circunstâncias e cenários socio-culturais e históricos (FERNANDES, 1994).

Na década de setenta, surgem e se desenvolvem na América Latina, de um modo geral, e no Brasil, em particular, vários movimentos com o propósito de resistir e lutar contra as arbitrariedades dos governos militares autoritários e ditatoriais implantados em vários

países dessa região. Eles surgem a partir da insatisfação vigente, fruto do descaso do Estado e da política econômica implementada pelos ditadores, que provoca perdas econômicas à grande maioria da população. Estão também associados às perdas e restrições às liberdades democráticas, dentre outros problemas e questões que lhes deram origem.

No entendimento de FERNANDES (1994), os *movimentos sociais* recebem essa denominação, por suas características instáveis, efêmeras, e *sociais*, por reivindicarem direitos sociais e estarem afastados do contexto institucional do Estado. Percebe-se que o conceito *movimentos sociais* é muito mais abrangente. Não nega o popular, mas o inclui e ultrapassa. O conceito *movimentos sociais* não nega a luta de classes, mas desloca-a da posição central e estruturante. Mas a luta de classes se realiza no seio dos movimentos, e os *movimentos sociais* são, muitas vezes, expressão de conflitos de classes.

Os momentos de crises econômicas e de repressão militar são propícios ao surgimento e expansão desses movimentos, como foi o caso da América Latina na década de setenta. Conforme GOHN (1997), esses movimentos se articulam e se mobilizam em prol da valorização dos seus direitos individuais e coletivos, buscando manter sua força social, combatendo as injustiças e tiranias, não raro comprometendo sua própria sobrevivência física. Suas lutas vão além das privações meramente morais, são lutas contra as restrições materiais indispensáveis à vida. Não se trata de uma luta apenas por igualdade de direitos, mas, também, pelo reconhecimento dos direitos já expressos em lei.

Ainda segundo GOHN (1997), esses *novos movimentos sociais* surgem e se desenvolvem tendo por base alguns princípios como agitação, espírito de corpo, moral, ideologia, além de táticas e estratégias para ação política prática. A solidariedade é essencial, envolvendo seus membros em um clima de amizade, segurança, respeito e compromisso com os outros. A seus líderes é atribuído papel de destaque na condução do movimento como um todo, organizando, planejando e definindo estratégias de resistência, estimulando nos membros do grupo o espírito de união, a confiança, a segurança, a lealdade e a solidariedade.

O poder público institucionalizado, apesar de inibir e às vezes extinguir o poder desses movimentos, com frequência, dadas as suas próprias fragilidades, inoperância, impotência e descrédito diante da população, vai cedendo às pressões desses movimentos, podendo estes chegarem até mesmo à redefinição de aspectos relativos ao poder de Estado.

Apesar de suas limitações, os *novos movimentos sociais* têm sido, historicamente, agentes transformadores da realidade social. Eles ocuparam e ocupam os espaços que o

Estado, por incapacidade e/ou negligência, não tem preenchido, implementando ações e relações articuladas e consistentes, dando um novo sentido à realidade social. Com o tempo, porém, muitas dessas ações vão sendo incorporadas, definitivamente, pelo Estado.

Entendendo *movimentos sociais* como agentes de transformação da realidade social, GOHN (1997) destaca que:

Movimentos Sociais são o conjunto de ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socio-econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 1997, p. 251).

Essa concepção de *movimentos sociais* permite pensá-los como processo dinâmico e dialético. Como forças sociais não-institucionalizadas, mas que buscam a realização de seus propósitos, através de ações políticas em espaços não ocupados pelo Estado por inoperância, incompetência e/ou negligência.

Como dito anteriormente, este estudo sobre a educação de seringueiros considera o tema *movimentos sociais* de fundamental importância para suas análises, visto que os movimentos ambientalista e de luta pela terra, de que são parte, são considerados como tal. Isto é, os conflitos sociais e ambientais existentes na região e período em estudo são importantes e devem se constituir como referência prioritária nessa investigação. A remissão aos *movimentos sociais* se impõe. Pode-se considerar que aquele projeto de educação contém elementos característicos desses movimentos, sobretudo em seu período inicial, de um lado. De outro, o projeto educativo em pauta foi gestado no interior do Projeto Seringueiro, o qual vincula e insere em um movimento social mais amplo, do conjunto dos trabalhadores da floresta em defesa da própria floresta e para nela permanecerem, explorando-a e usufruindo dos seus recursos naturais.

Esse movimento maior, dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores, criadores, entre outros trabalhadores da floresta, já no início dos anos oitentas, antes mesmo de começarem as primeiras experiências com a educação de seringueiros, apresentava duas características, que produziram dois movimentos diferenciados, porém integrados nos

mesmos propósitos. Por um lado, havia um movimento ambientalista, que trazia ao debate as questões ecológicas e do desenvolvimento sustentável ou auto-sustentável. Por outro, encontra-se o movimento de luta pela terra, identificado e conduzido pelos trabalhadores da floresta, congregados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

A partir desses dois grandes movimentos articulados, unidos e conduzidos quase sempre pelos mesmos objetivos, interesses, lideranças e militância, vai sendo construída a ideia da educação de seringueiros. No entanto, mesmo sendo uma consequência de um movimento maior, disposto a instrumentalizar a luta dos trabalhadores da floresta como movimento geral, a educação de seringueiros, uma experiência de educação popular, vai adquirindo características próprias. Vai adotando procedimentos específicos e se configurando como um movimento social autônomo, porém integrado, compartilhado, incluído, assumindo e subsumido ao movimento maior.

Em relação à educação de seringueiros, especificamente, entende-se que as lutas destes seringueiros por educação constituem um movimento social conforme exposto acima. E mesmo que este projeto educativo tenha sido articulado e coordenado por duas ONGs, o CEDOP AMAZÔNIA e o CTA, a proposta seguiu os caminhos traçados pelo movimento dos trabalhadores da floresta de um modo geral. Apresentou características particulares e trilhou itinerários traçados pelas comunidades envolvidas. Por esse viés, a educação de seringueiros, mesmo possuindo envolvimento institucional, revela e conserva seu caráter social e popular por um longo período, muito embora, no desenrolar da experiência ao longo de seus períodos, tenha se institucionalizado sempre mais, tornando-se uma política pública de estado.

Melhor dizendo, ao assumir uma postura de comprometimento, ao se dispor a preparar os trabalhadores da floresta, política e pedagogicamente, para lutarem contra os fazendeiros e seus aliados, esse projeto educativo revela seu caráter nitidamente popular. Busca, permanentemente, valorizar e resgatar a cultura seringueira, ao mesmo tempo em que propõe uma vida comunitária, da mesma forma que procura construir, por meio do processo de ensino e aprendizagem, uma consciência crítica, preparando aqueles trabalhadores para lutarem por liberdade e justiça social. Assim sendo, essa educação se constitui, ao mesmo tempo, como uma experiência de educação popular e como um movimento social. Neste mesmo sentido, considero o movimento ambientalista e o movimento de luta pela terra, por suas características e protagonismo, também como *movimentos sociais*, inclusive porque esses dois movimentos não se separam, complementam-se.

Resta destacar que esses movimentos – educação de seringueiros, ambientalista e luta pela terra - não acontecem de forma isolada, no meio da floresta. Eles emergem, ampliam e consolidam a partir de forças desenvolvidas no seio das comunidades da floresta, sem isolamento, porque numa estreita relação com o mundo exterior. Os elementos do pensamento político, ambientalista e comunitário se identificam e conectam com o mundo exterior nos níveis regional, nacional e internacional.

Por último, as formas de financiamento de alguns programas, inclusive os de educação, e o desenvolvimento dessas comunidades, contribuem para a efetivação dessas influências, seja através de consultorias, de cursos, de seminários, de treinamentos do pessoal neles envolvidos, seja através do contato direto, leituras e estudos. Nesse sentido é que buscamos estudar esta experiência de educação de seringueiros na Amazônia Sul-Occidental, atentos às questões mais globais, aqui entendidas não apenas em seu sentido mercadológico, mas cultural, do pensamento. É sabido que as concepções de homem, de sociedade, de desenvolvimento ambiental, de vida comunitária, de educação, de desenvolvimento sustentável ou autossustentável estão todas impregnadas de ideias globalizadas.

2.2 O movimento social dos seringueiros e as lutas de resistência em Xapuri-AC

Do início da década de 1970 ao final da década seguinte, marcada por vários assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais, a região da Amazônia acreana vivenciou um dos períodos mais violentos de sua história recente. Na proporção em que o Estado brasileiro, gerenciado pelas expectativas e intervenções *modernizantes* e militarizadas, impunha um ritmo de *progresso* e *desenvolvimento*, nunca experimentado na região, ocorreu uma devassa de imensas áreas de florestas, abrigos naturais de seringueiras e castanheiras e das respectivas culturas de homens e mulheres que viviam em seu interior, com diferentes modos de vida há mais de um século.

Seringueiros, castanheiros, comboieiros, caçadores, pescadores, agricultores, mateiros, meeiros, lavadeiras, cozinheiras, parteiras, benzedadeiras, rezadeiras e variados grupos indígenas, sentiram na pele os efeitos da *nova ordem* que, febril e avassaladora, chegava à região. Frente à *chegada do estranho*²³ e às práticas culturais existentes, ocorreram vários

²³ Esse termo foi tomado por empréstimo do livro de José de Souza Martins, **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

conflitos e reordenaram-se as estratégias e os processos de posse e uso da terra, bem como os novos referenciais daí decorrentes. Neste quadro algumas dimensões e questões desse contexto sócio-histórico se destacam e culminam na formulação do projeto de educação de seringueiros, parte das estratégias de resistência e preservação das culturas dos trabalhadores da floresta e/ou rurais acreanos.

Em junho de 1970, o governo brasileiro gestava uma das primeiras propostas de intervenção modernizante da Amazônia: o Plano de Integração Nacional (PIN), que teria como desdobramento o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II. Na lógica do que seria efetivado a partir desses planos, estava uma concepção que acompanha antigos discursos sobre a Amazônia, que a consideram uma *região erma, isolada, à margem dos processos de desenvolvimento e fortalecimento “de toda a nação”*. Tal percepção não apenas desconsiderava as práticas culturais dos grupos humanos que habitavam a região, como propugnava sua *integração ao país*, tendo como suporte a construção de grandes rodovias, a exemplo da Transamazônica, Cuiabá – Rio Branco e Cuiabá – Santarém, entre outras, e a introdução de grandes projetos de exploração econômica e expansão industrial por toda a Amazônia.

A retórica governamental, reproduzida e ampliada pela grande imprensa brasileira, referia-se não somente à integração regional, mas ao projeto de alavancar o país à potência de primeira grandeza. Porém, como assinala MARTINS (1993), o que estava em curso era uma outra coisa, qual seja, a implantação de projetos de natureza fausta, como hidrelétricas, grandes rodovias e planos de colonização tendo como pressuposto básico a remoção e expropriação das populações indígenas e de trabalhadores seringueiros:

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 1993, p. 63).

Em relação à Amazônia acreana em estudo, seguindo o padrão moldado para o restante da região, o ideal do *progresso* era ladeado pelo de *missão*, como ressalta Elder Andrade de Paula, enfatizando que:

[...] os militares tinham a *missão* de *levar o progresso* para a região. A corrente progressista da Igreja Católica proclamava a *missão* de defender os pobres

contra as mazelas sociais – resultantes, entre outros fatores, da violenta expropriação da terra que vitimava milhares de famílias que viviam no campo – produzidas por aquele tipo de *progresso* em curso na Amazônia. Os pecuaristas, que começavam a chegar, e os representantes dos interesses oligárquicos regionais procuravam marcar posições a respeito de sua visão de *progresso* e de suas prerrogativas como *missionários* desse ideal (PAULA, 2005, p. 103-104).

Entre as lógicas da *missão* e do *progresso* colocadas em curso por diferentes atores sociais, desde o início da década de 1970, ocorreu um reordenamento social na Amazônia acreana, em meio a tensões e conflitos cujo alcance e ressonância ainda não foram dimensionados. Um dos cerne desse processo foi a questão da terra que [...] *tornou-se objeto especulativo, mercadoria em rápida valorização com o capital especulativo criando condições objetivas para sua reprodução* (SILVA, 1982, p. 83). Desse modo, com amplos financiamentos e facilidades que encontravam eco no discurso de Emílio Garrastazu Médici, um dos presidentes do período militar, sobre a necessidade de *preencher o vazio demográfico* do espaço amazônico, instalou-se uma nova *corrida do ouro* para a região, marcada pela presença de especuladores de vários tipos.

No caso do Acre, entra em pauta a questão da terra, que surgiu como mercadoria para especulação, com toda a sorte de violências e atentados aos direitos sociais²⁴.

Com a clareza de que se trata de uma fonte documental, cujos autores estavam comprometidos em denunciar os crimes e violências em curso na Amazônia acreana das décadas de 1970/80, os dados dão conta da existência de *latifúndios englobando mais de seis milhões de hectares*, colocam em evidência não apenas a forte presença de grileiros e especuladores na região, mas os intensos conflitos/tensões que se estabeleceram com tais presenças, especialmente, levando em consideração os milhares de famílias de trabalhadores

²⁴ Em maio de 1980, o jornal local *Varadouro* publicou um inventário dos novos maiores proprietários das terras acreanas: Agropecuária cinco Estrelas S/A, do Grupo Cruzeiro do Sul, com 37 mil hectares; Fazenda Boa Esperança, dos irmãos José e Pedro Bento Valias, com 16 mil hectares; Fazenda Morungaba, do Grupo Agapito Lemos, com 60 mil hectares; Agronorte, do Grupo Agapito Lemos, com 160 mil hectares; Condomínio Tarauacá, do Grupo Agapito Lemos, com 300 mil hectares; Condomínio Acuraua, com 63 mil hectares; Paranacre, Companhia Paranaense de Colonização Agropecuária e Industrial do Acre, com 600 mil hectares; H. Melo e Filho, com 35 mil hectares; Agropastoril Leal, Indústria e Comércio Ltda, de Altevire Leal, com 114 mil hectares; Companhia de Desenvolvimento Novo Oeste, do Grupo Atlântica Boa Vista, com 510 mil hectares; Fazenda Califórnia, do Grupo Atalla, com 427 mil hectares; Santana Empreendimento Agropastoril, com 350 mil hectares; Rômulo Bonalumez, com 173 mil hectares; Coapai, Cooperativa Agropecuária Alto Iaco, com 187 mil hectares [O grupo está adquirindo outros seringais na região que abrange uma área superior a 300 mil hectares]; Coloama, Colonizadora Agropecuária São Paulo S/A, do grupo formado por Pedro Aparecido Dotto, Alcebíades Bernardes e Juvenal Girardelli, com um milhão de hectares; Nelson Taveira, com 975 mil hectares; José Mário Junqueira, Ismerindo Ribeiro do Vale, Líbero Luchesi e outros, com 440 mil hectares...(Jornal Varadouro, nº 19, Rio Branco, Acre, maio de 1980).

seringueiros e grupos indígenas que viviam no interior de tais *propriedades*. (COSTA SOBRINHO, 1992; DUARTE, 1987; SILVA, 1982).

A inserção das empresas e grupos de *colonizadores agropecuaristas e industriais* em gigantescas áreas de florestas, marcadas historicamente pela presença de homens e mulheres que se constituíam social e culturalmente como seringueiros e castanheiros, implicou um voltar as atenções para algo que, até então, não fazia parte do universo mental das populações que residiam na floresta. Isto é, a ideia da presença de uma mercadoria ou um bem com valor de mercado: a terra. Seguindo esse raciocínio, Silva pondera que:

[...] enquanto o interesse estava apenas no seringal e não na terra, não se contestava a propriedade, marcada pelos limites das estradas de seringa. A repentina corrida pelas terras do Acre, sem que os compradores manifestassem interesse imediato pela exploração do seringal nativo, fez aparecer o problema fundiário do Estado. Em poucos anos, a maioria dos seringais acreanos passou às mãos daqueles compradores, cujos interesses colocaram em cheque a economia tradicional e transformaram a terra numa mercadoria altamente valorizada (SILVA, 1982, p. 51).

Mesmo partindo de uma abordagem marcadamente econômica, Silva acena para reflexões sobre as relações entre cultura e natureza, principalmente, nos aspectos relativos à transformação da percepção dos grupos locais em relação ao mundo e aos territórios em que viviam. Parte substancial das expropriações vivenciadas pelos trabalhadores da mata e/ou rurais e mesmo os processos de resistência, consoante à luta pela terra e pela floresta, foram fortemente marcados por essa nova concepção. Na *dialética dos conflitos*²⁵ que se estabeleceram, nas lutas pela sobrevivência e permanência na floresta, nos processos de reivindicação e busca de controle da escrita e em outros processos e experiências históricas dos trabalhadores do alto Acre, tal mudança no universo mental passou a exercer uma significativa influência.

Essa *dialética dos conflitos* teve, ainda, um alto preço em vidas, degradação ambiental e sofrimento humano nas cidades e florestas da região. Os *paulistas*²⁶, ao se apresentarem

²⁵ Termo proposto pelo professor Gerson Rodrigues de Albuquerque, em seu livro **Trabalhadores do Muru**: o rio das cigarras. Rio Branco: EDUFAC, 2005, ao refletir sobre a íntima vinculação entre os processos históricos de constituição de novos significados na relação cultura-natureza na região acreana. Especialmente, no tocante às novas construções mentais/culturais que, paradoxalmente, colocaram a terra como mercadoria no universo dos trabalhadores rurais e as suas novas formas de significação a seu uso e posse por diferentes grupos de homens e mulheres que viviam no interior da floresta, vilas e cidades dessa parte da Amazônia.

²⁶ Termo empregado pelo senso comum dos trabalhadores rurais da Amazônia acreana em referência aos diferentes tipos de “novos proprietários” externos.

como *novos donos dos seringais*, desinteressados pelas seringueiras e castanheiras, empreenderam uma avassaladora operação *terra limpa*. Com o apoio e auxílio do aparato estatal em níveis federal e estadual, estes *novos proprietários* mandavam queimar as casas e as plantações de trabalhadores, intimidavam e expulsavam famílias inteiras do interior dos seringais, praticando inúmeras formas de violências contra todos os que ousassem desafiar o *avanço* da dita *ordem*, do *progresso* e do *desenvolvimento*.

O historiador Gerson Albuquerque, em estudo sobre as formas de dominação e resistência entre grupos de trabalhadores rurais do rio Muru, no qual analisa o significado desse verdadeiro leilão das terras do Acre a grupos empresariais nacionais e internacionais, a partir da visão dos próprios trabalhadores rurais, ressalta que na segunda metade dos anos 1970 os jornais que circulavam diariamente nas cidades do Acre estão:

[...] repletos de manchetes e notícias de parte dos conflitos envolvendo seringalistas, agropecuaristas, seringueiros, barranqueiros, polícia e a jagunçada que agia a mando dos *novos proprietários* das terras e com a conivência do poder público. No entanto, a grande maioria dos atos de violência, praticados contra os seringueiros-agricultores, passava à margem dos indiferentes olhares da população que vivia nos centros urbanos (ALBUQUERQUE, 2005, p. 73).

A esse respeito, em *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental*, o sociólogo Pedro Vicente Costa Sobrinho formulou um amplo levantamento das violências dos *paulistas* contra seringueiros e posseiros acreanos. Em sua opinião, no início das expropriações, os trabalhadores não esboçaram reação às práticas de expropriação. A estratégia ou

[...] alternativa encontrada, como mais próxima e viável, fora abandonar simplesmente suas colocações, ou receber mísera indenização pelas benfeitorias e migrar para a Bolívia, área de fronteira, ou para a cidade, principalmente Rio Branco, capital do Estado, onde se amontoaram em localidades periféricas, formando uma paisagem de favelamento e miséria. (...) O silêncio sobre a questão fundiária foi apenas rompido por iniciativas, de certo modo, ainda tímidas, da Igreja. Através do boletim *Nós Irmãos*, criado para divulgar o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base da Prelazia, eram veiculadas notícias que davam conta do processo violento de expulsão, faziam-se denúncias e procuravam-se orientar os trabalhadores (COSTA SOBRINHO, 1992, p.152-154).

O que se observa a partir desses estudos é a intensificação de um debate que colocava a questão fundiária no centro das atenções, paralelamente ao surgimento de uma forma de reflexão sobre o social, oriunda de segmentos da Igreja Católica da Prelazia do Acre e Purus. A expropriação marcava a face de um momento em que não mais interessava aos fomentadores da nova frente econômica de desenvolvimento, nem a floresta com seus

seringais, nem os trabalhadores em seu interior. Essa ideia marcava os processos de resistência a tudo aquilo que se propagava como *moderno*, mas que se estruturava em arcaicas práticas de violência.

O movimento de resistência teve início com seringueiros-posseiros do Seringal Catuaba, que se encontravam instalados à margem da BR-364. A reação foi de certo modo espontânea, significando uma forma de esboçar resistência contra a expulsão da terra para não se tornar favelado na cidade ou peão de derrubada nas fazendas [...]. Segundo a narrativa de Joaquim Paulo (seringueiro e ex-soldado da borracha), os posseiros do Catuaba estavam na área com tempo que variava de 5, 10, 20 e até 40 anos. Com a abertura da rodovia BR-364, muitos deles deslocaram seus tapiris para a margem da estrada, facilitando assim as relações comerciais com marreteiros, que compravam os produtos dos seus roçados, borracha e castanha. A vida desses pequenos produtores transcorria em certa tranquilidade, pois seus ganhos permitiam o sustento com folga de suas famílias, apesar dos preços baixos pagos pela seringa (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 154).

Destaca-se, ainda, que a BR-364 e suas margens, a exemplo do que ocorreu como as de outros eixos rodoviários regionais, passaram a ser reivindicadas pelos grandes grupos de agropecuaristas. Apresentando-se na condição de proprietários, acompanhados por homens armados e oficiais de justiça, escorraçaram as famílias de trabalhadores que ali viviam. Nessa conjuntura, a partir de 1972, começaram os constantes conflitos entre os trabalhadores rurais e os *novos donos do Acre*. E em 1975, foi instalada a Delegacia Regional da CONTAG, que passou a exercer um papel relevante na criação e organização dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais na Amazônia acreana. Segundo Elder de Paula, as metas previstas pela Confederação foram rapidamente alcançadas no Acre, entre outras razões, pela:

[...] existência de condições objetivas expressas na ameaça iminente de expulsão da terra e aquelas mais subjetivas, como a ação pastoral desenvolvida pela Prelazia do Acre e Purus, esse sindicalismo contou também com alguns suportes institucionais relevantes no momento inicial de sua implantação. [...] Em 1976, um ano após sua instalação no Acre, a Delegacia Regional da CONTAG já havia fundado quatro sindicatos, que já contavam com 6.090 filiados (CONTAG, 1976). Em 1977, os sete municípios existentes no Estado até 1976 contavam com seus sindicatos organizados. Aproximadamente 20 mil trabalhadores filiaram-se a essas organizações até meados dos anos 80 (PAULA, 2005, p. 168-169).

Essa aceitação e envolvimento de milhares de trabalhadores rurais acreanos, com o sindicato, não era em busca de assistencialismo, como ressalta o autor. Ao contrário do que ocorria na maioria dos estados brasileiros, *dava-se na expectativa de garantir seus direitos, em especial, o da propriedade da terra*. Tal objetivo estava diretamente ligado ao conjunto de *revoltas* e insatisfações vividas pelas famílias de seringueiros e posseiros acreanos, em várias

localidades. Nessa linha de raciocínio, reiteramos as observações de Paula (2005), visto que havia uma grande disposição dos trabalhadores em participarem de organizações sindicais que se pautavam na defesa de seus direitos, com o apoio de setores da Igreja Católica, além da sensibilidade, comprometimento e outras *qualidades pessoais* de João Maia, assessor da CONTAG, responsável pelo acompanhamento das organizações sindicais na região do Acre e Rondônia.

A esse respeito, o Boletim *Nós Irmãos*, editado pela Prelazia do Acre e Purus, em junho de 1974, tornava público o documento síntese com as reflexões formuladas no 1º Encontro do Vicariato do Acre, realizado na cidade de Xapuri. O teor do documento reflete a dimensão dos conflitos em curso na região e a posição de religiosos católicos que atuavam nessa parte da Amazônia:

Em face da grave situação criada pelo problema das terras no Estado do Acre e em particular no território desta Prelazia, a Igreja acre-puruense, não entrando no lado técnico deste problema, mas inspirada no Evangelho de Cristo, faz questão de dar a esse respeito suas diretivas para todo o povo de Deus. A problemática das terras preocupa em especial os posseiros, colonos e seringueiros que vivem na maioria das vezes há vários anos no interior de nossos seringais e colônias sobre quem pesa a ameaça de deixarem suas posses, sem perspectiva alguma de sobrevivência. Na realidade, com o passar dos dias, multiplicam-se os casos de posseiros, colonos e seringueiros que da maneira mais arbitrária e mesmo violenta vêm sendo expulsos de suas posses sem o menor respeito à dignidade da pessoa e mesmo às Leis vigentes. [...] A orientação da Igreja no que diz respeito aos posseiros é a seguinte: a) conscientizar os posseiros de seus direitos segundo as orientações do Incra sobre a posse da terra; [...] c) denunciar aos órgãos competentes, Incra, 4ª Cia, Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria de Segurança as arbitrariedades cometidas contra esses trabalhadores; d) defender mesmo na justiça indivíduos ou grupos quando nenhuma outra providência for tomada pelos órgãos de direito [...] (Boletim *Nós Irmãos*, Prelazia do Acre e Purus, junho de 1974, *apud* COSTA SOBRINHO, 1992, p. 164-165).

Essa manifestação pública de setores da Igreja Católica que, comandada pelos bispos Giocondo Maria Grotti e Moacir Grechi, traz à tona os propósitos de uma congregação que assumira os princípios da Teologia da Libertação e sua *opção preferencial pelos pobres*, permite compreender seu papel como alicerce inicial sobre o qual se fundamentaria a resistência dos seringueiros, posseiros e colonos. E, ainda, da CONTAG e das organizações sindicais que ajudaram a fundar e consolidar.

Em entrevista concedida à professora Eloisa Winter do Nascimento, do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UFAC, João Maia, ex-Delegado da CONTAG na região, assim se manifesta sobre as primeiras iniciativas do órgão junto aos seringueiros acreanos:

Com a vinda da CONTAG, a gente começou a explicar a legislação e aí havia a vontade do pessoal se unir e resistir para, digamos, não perder a mata, não perder a seringa, a castanha e não perder a terra, mas estava faltando realmente alguém que orientasse, está aqui a Lei, em alguns casos você defende na prática resistindo, não é? Mas muitas vezes tem que entrar na justiça, tem que falar com autoridades, não é? Então o pessoal começou, digamos assim, a sentir o sabor de que aquela vontade de se organizar, quer dizer, tinha um respaldo, aí a coisa evoluiu realmente com a maior força [...] (João Maia, ex- delegado da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, em entrevista concedida à professora Eloisa Winter, *apud* COSTA SOBRINHO, Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental, 1992, p. 170).

Em suas análises sobre os processos de organização sindical e lutas de resistência dos trabalhadores rurais, João Maia retoma um dos elementos básicos dos movimentos sociais das populações que viviam na floresta. Tais lutas se deram a partir de uma escala de valores em que a floresta e seus principais produtos – aqueles em torno dos quais se constituíam culturalmente –, a seringa e a castanha, surgem em primeiro lugar, secundarizados pela questão da terra. Esta, somente naquele contexto e sob aquelas dadas condições, surgiria enquanto elemento a ser valorizado e pelo qual seringueiros e posseiros deveriam se organizar e lutar. Essa luta, no entanto, era uma luta pela floresta, para manter a *floresta em pé* e com ela suas culturas e modos de vida, como assinalam seus documentos e falas²⁷.

Em torno dessa luta foram criados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, em 1975, em Sena Madureira e em Brasileia, reunindo, no ato de criação, centenas de trabalhadores rurais, a maioria constituída de seringueiros. A partir dessas organizações, surgiria uma das mais expressivas formas de enfrentamento à devassa e derrubada da floresta para implantação das pastagens: os *empates*, ato de *empatar* ou impedir a derrubada e a expropriação, criado a partir das experiências dos adjuntos, mutirão em que as famílias se ajuntavam para formarem coletivas e ousadas possibilidades de sobrevivência. Nesse caso, o enfrentamento a uma *ordem* devastadora de suas culturas.

Quanto a isso, ESTEVES (1999)²⁸ assinala que *as violentas formas de expropriação recolocaram para os trabalhadores-seringueiros, a submissão, dado que, sem intermediações, não tinham para quem apelar*. No entanto, no contexto das transformações

²⁷ Nessa direção ver os estudos de Benedita Gomes Esteves, “Do “manso” ao guardião da floresta”, (1998), e de Gerson Albuquerque, “Trabalho, poder e violência no alto Juruá”, (2001), e *Trabalhadores do Muru*, (2005).

²⁸ Trata-se, aqui, de tese de doutorado, da autora, Benedita Maria Gomes Esteves, intitulada **Do “manso” ao guardião da floresta** : estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da reserva extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro : UFRJ, 1999. 248p. Tese (Doutorado em Política desenvolvimento e agricultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

vivenciadas na Amazônia das décadas 1970 e 1980, essa submissão se *diferenciava da praticada no tempo do patrão seringalista, sem nenhuma compensação para amenizar a humilhação e a revolta de ser expulso da terra* (ESTEVES, 1999).

Nessa análise sobre os processos que culminaram com a transformação de seringueiros e outros trabalhadores rurais do alto Acre, especialmente de Xapuri, em *guardiões da floresta*, a partir de suas pesquisas e envolvimento com as organizações do movimento dos trabalhadores, Benedita Esteves proporciona uma visão interna dos processos de enfrentamento às expropriações. Além disso, discute as formas de apreensão do discurso e do direito à fala, como referenciais de constituição das novas identidades sociais forjadas nos embates pelo direito ao uso e posse da terra. Segundo a autora,

[...] a presença do estranho (os *paulistas*) traduziu manifestações de interesses antagônicos, que impactaram as relações estruturais do sistema seringal, assinalando a ruptura na estrutura das relações sociais dele constitutivas. Na avaliação dos seringueiros, a venda dos seringais foi uma traição dos patrões, assim como são traidores aqueles que apoiaram os *paulistas* ou tornaram-se fazendeiros. Traição que se contrapõe à fidelidade que até então sustentava as relações. Com indignação, eles vão constatar que os patrões, vendendo os seringais para os sulistas, eram iguais a eles. Os seringueiros, sem os patrões e diante das ameaças de destruição das referências culturais que definiam sua forma de reprodução física e social, inseriram-se num processo de mudança de visão de mundo a partir da construção coletiva da invalidação da presença do fazendeiro. Esse processo, porém, não pode ser reduzido às manifestações espetaculares que vêm impressionando pesquisadores, como a violência, os empates ou as reservas extrativistas. Estes são desdobramentos válidos para representar a cristalização da mudança de posição de uma categoria de trabalhador extrativista, na Amazônia, mas, por si, não explicam o processo. (...) É necessário compreender, a partir da visão dos seringueiros, as referências aos elementos do espaço físico e social que conformaram suas representações. Entendo que são elas impulsionadoras, tanto da procura, quanto da recusa pelo outro. O reconhecimento de interesses comuns levou à procura do seu par social, fazendo surgir os *companheiros de luta*, a comunicação e a unificação da linguagem, em torno da luta pela manutenção da floresta em pé (ESTEVES, 1998, p. 136-138).

Seguindo essa análise, assinalamos que esse processo histórico inseriu não apenas a percepção da necessidade de luta pela sobrevivência, pautada no caso, em uma obstinada resistência ao avanço de um modelo de “desenvolvimento” que previa o deslocamento da floresta e das culturas produzidas em seu interior, mas, como parte desse mesmo processo, originou uma tomada de consciência de grupos tradicionalmente inaudíveis e invisíveis. Essa tomada de consciência aglutinava os interesses comuns a seringueiros, colonos, posseiros, Igreja Católica e CONTAG, que foram capazes de instituir as organizações dos trabalhadores,

sendo porta-vozes dessas populações. Ou seja, aquelas que jamais tiveram direitos sociais, bem como o direito à fala, como Esteves observa nos seguintes termos:

[...] na eficácia performativa do discurso, numa imposição oficial. Produzida perante todos e em nome de todos, a linguagem expressa o consenso sobre o sentido do mundo social em construção. No processo de mudança de posição no qual aquelas mulheres e homens se inseriram, a fala significa muito mais que a instituição de poderes. Para algumas lideranças, significa uma conquista que "dá voz aos oprimidos"; para outras, foi uma revelação de sua própria capacidade. A criação dos espaços de representação sintetiza a luta pelos direitos de manifestação e de expressão. Significa assumir os espaços que no tempo pretérito eram controlados pelo patrão. A fala passou a ser um instrumento importante, um recurso decisivo diante das disputas emergentes (ESTEVES, 1998, p. 136-138).

No contexto político, cultural e social dos enfrentamentos e das práticas de organização dos trabalhadores da floresta e/ou rurais, depreendemos seus protagonismos com atores das transformações havidas na região. Esse processo, como é sabido, foi marcado por formas de violência que culminaram no assassinato de importantes lideranças dos seringueiros e posseiros, como é o caso de Wilson Pinheiro, em 1980, e Chico Mendes, em 1988. Ambos membros da diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia, que esteve à frente da organização dos primeiros empates. Foi marcado, também, pelo surgimento de importantes projetos que mudariam a face das relações sociais e a própria questão do uso e posse da terra na região, como é o caso das reservas extrativistas e do *Projeto Seringueiro* que buscava atender aquelas populações da floresta, com saúde, cooperativismo e educação.

2.3 Os antecedentes institucionais: o CEDOP AMAZÔNIA e o CTA

As entidades gestoras do *Projeto Seringueiro* foram o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (CEDOP AMAZÔNIA), em um primeiro momento, e a frente, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). O CEDOP AMAZÔNIA, chamado Centro Acreano de Informação e Documentação (CAID) em sua primeira versão, foi o resultado de inquietações experimentadas por intelectuais de diferentes áreas do saber, principalmente de um grupo de professores/pesquisadores da UFAC que desenvolviam pesquisas vinculadas a questões relacionadas às populações que viveram ou estavam vivendo algum processo de exclusão social, econômica, política e cultural.

No entanto, as articulações pela criação do CAID/ CEDOP AMAZÔNIA envolveram, também, pessoas ligadas ao jornalismo, à advocacia, a diversos ramos de atividades artístico-culturais, associações de classes e/ou categorias, sindicatos, estudantes, pessoas ligadas às CEBs, além de uma pessoa vinculada à Universidade de Brasília, a antropóloga Mary Helena Allegretti Zanoni.

Os debates e reflexões sobre a necessidade de uma entidade que desenvolvesse projetos objetivando documentar, pesquisar, assessorar projetos, divulgar e trabalhar temas que fossem do interesse das populações amazônicas mais carentes, vinham sendo realizados há algum tempo, mas foi somente a partir de julho de 1981 que as reuniões objetivando a criação dessa entidade se iniciaram. E em outubro deste ano, é fundado e juridicamente constituído o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (CEDOP AMAZÔNIA), com os seguintes objetivos:

a) reunir informações e documentar a realidade da Amazônia rural, urbana e indígena; b) realizar pesquisas básicas sobre a realidade regional; c) prestar assessoramento, coordenar e executar projetos de desenvolvimento econômico, social e de educação popular; d) divulgar fatos, estudos e resultados de projetos que sejam de interesse da comunidade. (Estatuto do CEDOP AMAZÔNIA, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, em 05 de novembro de 1981, Ano XVIII, nº 3.248, p. 3-4).

A direção do CEDOP foi composta pelas seguintes instâncias: Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal e o Conselho de Consultores. Na Assembleia Geral de fundação foram eleitas e empossadas todas as pessoas que compunham os dois conselhos e a diretoria, ficando esta assim constituída: Diretora Administrativa – Mary Helena Allegretti Zanoni; Diretores Técnicos – Jacó Cesar Piccoli e Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti (Carlzinho).

O Informativo CEDOP de julho de 1982 contém uma síntese de sua proposta de trabalho definindo a necessidade de *documentar e entender o processo de transformações rápidas e quase sempre violentas* que a Amazônia passava naquele momento. Registra que este processo poderia produzir graves consequências, provavelmente irreversíveis, nas condições econômicas, ecológicas, sociais e culturais da região, em especial no Estado do Acre, dado o caráter da atividade agropecuária ali implantada. Espelhado nesta problemática regional, um grupo de pessoas identificadas com esta realidade criou o dito organismo, o

CEDOP AMAZÔNIA, buscando alcançar os objetivos acima apresentados a partir dos seguintes propósitos:

O primeiro deles é a necessidade de articular o processo de conhecimento da realidade com a sua transformação. Não queremos construir um Centro que apenas estude a realidade da Amazônia. Por outro lado, não acreditamos também que seja possível transformar a realidade social se não a entendermos. O segundo propósito decorre de certas características da própria região Amazônica. Não têm sido poucos os antropólogos, sociólogos, economistas, jornalistas, que, ao conhecerem mais profundamente os personagens da região – índios, posseiros, seringueiros, camponeses, castanheiros, garimpeiros, operários – não tenham sido levados a mudar sua maneira de ver e de se situar no mundo. Ninguém sai impune da Amazônia. Leva a marca de um movimento que hoje é muito forte e muito significativo: a resistência. (Informativo CEDOP, Rio Branco – Acre, julho de 1982, p. 1-2).

O antropólogo Jacó Cezar Piccoli, entrevistado por este pesquisador, fundador e membro da primeira e única Diretoria do CEDOP AMAZÔNIA, considera que este Centro foi o resultado de diversas inquietações havidas durante os anos de 1970 na região Amazônica e mais especificamente da Amazônia acreana. Salienta que a política de desenvolvimento econômico definida para esta região pela ditadura militar não garantiu o desenvolvimento social, fazendo com que a grande maioria da população regional tradicional (coletores e extratores) ficasse cada vez mais excluída dos possíveis resultados positivos desse *fictício* desenvolvimento econômico. Jacó declara:

O projeto dos militares de substituir índios e seringueiros por boi não previu as conseqüências que disto se derivariam. E ao desmatar para formar pastos, os novos proprietários de terra, os fazendeiros do Centro-Sul, estavam definitivamente desalojando uma infinidade de trabalhadores que há mais de um século tinham com essa terra a única razão de sua existência. Então, foi refletindo sobre essa nova realidade, conflituosa e desastrosa, que se pensou criar um espaço que permitisse uma reflexão mais aprofundada, científica dessa realidade. O CEDOP AMAZÔNIA foi criado para ser este espaço. Mas não só um espaço de documentação, análise e interpretação, mas também um espaço de intervenção. Quando o CEDOP acolheu a ideia do Projeto Seringueiro, ele estava atendendo este propósito, o propósito da intervenção, da luta em defesa destas populações excluídas (Entrevista com **Jacó Cezar Piccoli**, em 19.11.2010 – Rio Branco – Acre).

O economista e ambientalista Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti (Carlitinho), também entrevistado por este pesquisador, relata que naquele momento em que se articulou a criação do CEDOP, vivia-se na Amazônia uma grande expectativa de desenvolvimento econômico capitalista. Relembra que o projeto dos militares para esta região, a chamada

Operação Amazônica, era um plano bem elaborado e bem fundamentado filosófica e tecnicamente. Ele observa:

O propósito dos militares com a Operação Amazônica era o desenvolvimento capitalista. E o projeto da Operação Amazônia, nesta perspectiva da Ditadura Militar, é um projeto extremamente bem elaborado. Eles tinham uma concepção filosófica do que era, do que seria desenvolver, ter uma atividade considerada moderna, capaz de gerar o progresso, que no caso do Acre seria a pecuária. Para isso eles fizeram as adequações necessárias. Fizeram toda uma legislação para respaldar as ações. Fizeram adequações. O BASA deixa de ser um banco de crédito, um banco comercial pra ser um banco de financiamento desse desenvolvimento. Cria-se a SUDAM, e o BASA passa a ter também a função de agente financeiro da SUDAM. A SUDAM é criada para ser o órgão de planejamento deste desenvolvimento para a Amazônia, em substituição à SPVEA. Eles vão modernizar... Não basta ter a idéia, eles modernizam do ponto de vista prático. Eles criam as condições materiais para que isso aconteça. (Entrevista com **Francisco Carlos da Silva Cavalcanti (Carlzinho)**, em 14.12.2009 – Rio Branco – Acre).

Carlzinho considera que a criação do CEDOP AMAZÔNIA foi concebida tendo como pano de fundo essa realidade da Amazônia daquele momento. Entende que, apesar de a maioria das pessoas que articularam o CEDOP serem da UFAC, esta Universidade ainda não havia criado condições para o desenvolvimento de pesquisas, principalmente no campo social estava a serviço da ditadura militar. Sendo assim, era necessária a criação de uma entidade para congregar pessoas compromissadas com outra perspectiva, com a defesa dos excluídos. Carlzinho prossegue dizendo:

Havia uma necessidade de posicionamento político muito claro. Um posicionamento político muito claro de defesa da Amazônia, defesa dos povos da Amazônia, algo assim do tipo. Estava claro pra todo mundo naquela época, que tinha que haver ação política. Mas as condições eram muito precárias... O *Varadouro*, que era o grande e único veículo de denúncia, era feito em condições extremamente precárias. Era o arquivo do próprio Elson. Era o arquivo de alguém: do Marco, do Sílvio, um pouco de alguém daqui e dacolá. Era uma coisa assim, não havia... Então toda a idéia do CEDOP, portanto, era dotar... Era ter um lugar em que você começasse a guardar essa documentação toda dos movimentos populares do Acre, da história da Amazônia, e essa coisa toda. (...) Então, na cabeça da Mary, eu me recordo bem, era onde estava mais claro isso, e ela colocou... E na minha cabeça tinha a história da questão da terra, também de fazer pesquisas sobre a terra. Mas a Mary veio com uma coisa mais organizada, mais clara, mais delineada. Então ali estava, era discutir a questão da terra na Amazônia, e daí definirem alguns projetos, digamos, três, quatro, ou cinco projetos que pudessem se espalhar, mantendo um núcleo geral, o elemento focal, e daqui você articulava todos, voltados para a questão central que era a luta pela terra. (...) Então, não dá pra entender o CEDOP fora do contexto, do que acontecia naquele momento. E o que acontecia naquele momento? Pegando uma expressão do Marcos (jornalista do *Varadouro*), *havia um cheiro de pólvora no ar*. Essa expressão, o Marcos usou numa das edições do *Varadouro*. E nós muitas vezes comentamos isso. É o que se via, era isso, *o cheiro da pólvora no ar*. Porque os conflitos pela posse da terra estavam se intensificando. E qual foi o resultado disso? O contexto disso está em tudo quanto é tese aí. Há um conjunto de reflexões quanto a isso. A tese do

Adalberto, a minha tese, a tese do Luiz Antônio, a tese do Manoel Calaça, a tese do... Enfim, outras teses por aí (Entrevista com **Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti (Carlitinho)**, em 14.12.2009 – Rio Branco – Acre).

Motivados pela vitória do PMDB nas eleições de 1982, tanto para o governo do Estado do Acre quanto na maioria de seus municípios, muitos dos membros da direção do CEDOP AMAZÔNIA foram atuar em cargos do governo, tornando a entidade inoperante por algum tempo.

Considerando que parte dos recursos negociados com a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), com a (OXFAM) e com o Projeto Integração entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País, vinculado ao Ministério da Educação do Brasil (MEC), tinham sido aprovados e disponibilizados na conta bancária do CEDOP, foi constituída uma diretoria interina, para responder pela movimentação financeira do Centro, tendo sido designado Ronaldo Lima de Oliveira como Diretor Administrativo (presidente) e Manoel Estébio Cavalcante da Cunha como Diretor Técnico (tesoureiro), ambos membros da equipe do *Projeto Seringueiro* e atuantes nas áreas onde estavam sendo implantadas as escolas.

Esta situação não perdurou por muito tempo, visto que os dirigentes titulares do CEDOP optaram por desfazer este Centro, levando os encarregados pelo *Projeto Seringueiro* a procurarem outras entidades para serem proponentes de seus projetos, como foi o caso da Comissão Pró-Índio (CPI) e do Grupo Terra Norte (GTN).

Dada esta situação, a equipe do *Projeto Seringueiro* decidiu criar outra entidade gestora e proponente de seus projetos. Constitui então o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), fundado no dia 28 de maio de 1983, sendo que sua diretoria foi composta pelos mesmos membros da equipe do *Projeto Seringueiro*.²⁹

Manoel Estébio em um trecho de sua entrevista discorre sobre este processo de transição entre o CEDOP AMAZÔNIA e o CTA, dizendo:

²⁹ Os membros desta primeira diretoria do CTA foram: Presidente – Ronaldo Lima de Oliveira; Vice-Presidente – Manoel Estébio Cavalcante da Cunha; Secretária: Marlete de Oliveira; Tesoureira – Maria de Fátima Ferreira da Silva; 2º. Tesoureira – Dercy Teles de Carvalho Cunha; Assessoras Técnicas – Mary Helena Allegretti Zaroni e Eloisa Winter Nascimento.

Nós fundamos o CTA. Estas pessoas de que eu falei: Ronaldo, Marlete, eu (Manoel Estébio), Dercy, Fátima, Armando, Mary e Eloísa, fomos os fundadores do CTA, a primeira diretoria do CTA. [...] Por que a gente criou o CTA? Porque tinha sido criado o CEDOP AMAZÔNIA, mas quando em 1982 houve a primeira eleição direta para governador (depois da ditadura militar) e o PMDB ganhou as eleições, as pessoas que estavam ligadas ao CEDOP, a maioria dessas pessoas, migrou para atuar no Governo, e o CEDOP ficou acéfalo. Aí, para que não fechasse e nem inviabilizasse o Projeto, os projetos que o Projeto Seringueiro mantinha na época com o MEC, com a OXFAM e com a CESE, o MEC e mais duas agências de colaboração, a gente teve que assumir. Pegamos uma procuração e o Ronaldo passou a ser o Presidente do CEDOP, de uma maneira interina, para poder viabilizar a gestão dos recursos que estavam em caixa, e eu (Manoel Estébio) como Tesoureiro, para poder viabilizar. E a gente viu que isto era muito complicado. Poxa, se é pra gente ficar tentando tapar um negócio que não vai mais pra frente, a gente criou o CTA. Com essa intenção porque a gente... Para manter essas atividades, a gente contava com projetos, da época, da OXFAM, da CESE e do próprio MEC. Então a gente precisava ter uma agência institucionalizada, que pudesse ser proponente dos projetos que a gente desenvolvia (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

Os objetivos do CTA expressos em seu estatuto, no que diz respeito aos compromissos com os trabalhadores seringueiros e/ou rurais, não diferem muito dos propósitos do CEDOP AMAZÔNIA, sendo que aquele demonstra maior preocupação com os trabalhadores específicos daquela região. Os objetivos do CTA eram os seguintes:

a) Assessorar econômica, política, cultural e juridicamente os trabalhadores rurais (e seringueiros); b) Encaminhar propostas de trabalho de iniciativa dos trabalhadores; c) Prestar assessoramento, coordenar e executar projetos de desenvolvimento econômico, social, de saúde e educação popular; d) Realizar treinamentos para trabalhadores e para capacitação de pessoas que desejam atuar junto aos trabalhadores; e) Realizar pesquisa e documentação como subsídios aos trabalhos desenvolvidos; f) Divulgar junto à sociedade temas de interesse dos trabalhadores; g) Realizar quaisquer outras atividades que sejam de interesse dos trabalhadores (Estatuto do CTA, constante da Ata da Assembleia de Fundação do Centro, realizada em Rio Branco – Acre, em 28 de maio de 1983, p. 1-2).

Concomitante à criação do CTA, o *Projeto Seringueiro* vinha discutindo e encaminhando propostas como, por exemplo, a de o Sindicato ficar como gestor do Projeto. Mas esta proposta não foi aceita. Outro encaminhamento foi o de que todos os monitores/professores passassem a ser somente pessoas do próprio seringal, o que aconteceu, e para tal foi realizado um treinamento em agosto de 1983, para qualificar os seringueiros que agora seriam monitores/professores. Dessa forma a equipe do Projeto, além de ser, também, dirigente do CTA, passou a supervisionar e a assessorar, em serviço, o trabalho dos monitores/professores.

Com as pessoas se revezando entre a direção do CTA e supervisão/assessoramento aos professores das escolas do *Projeto Seringueiro*, as dificuldades não tardaram a aparecer. Surgiram vários problemas internos, principalmente quando os seringueiros monitores/professores souberam que os supervisores/assessores estavam recebendo salários, pagos através do financiamento dos projetos, e eles trabalhando a título de colaboração. Esta situação levou a equipe a rediscutir o caráter de autonomia do Projeto, concluindo que deveriam ser realizadas parcerias com o governo do Estado, o que se efetivou através de contratos provisórios para a maioria dos monitores/professores e a liberação de alguns membros da equipe que eram funcionários do Estado, para atuarem exclusivamente no *Projeto Seringueiro*. Estes encaminhamentos provocaram desentendimentos, resultando no afastamento dos iniciadores do Projeto, Ronaldo e Marlete, no começo de 1984.

Esta situação desarticulou o CTA, inviabilizando as negociações de novos recursos e diminuindo a atuação do *Projeto Seringueiro* no interior dos seringais. Durante 1984/85, o Projeto ocupou-se mais em discutir como dar continuidade ao trabalho do que trabalhando efetivamente. Fezeram-se levantamentos da real situação das escolas, reuniões de avaliação, e um novo treinamento aconteceu em 1985, mas os resultados não apareceram. No início de 1986, todas as pessoas que tinham constituído o CTA em 1983 se afastam do *Projeto Seringueiro*, ficando apenas algumas como dirigentes do CTA. Outra equipe do Projeto começa a ser constituída, ao mesmo tempo em que o CTA é refundado, em 9 de abril de 1986, modificando vários artigos do estatuto anterior e sua estrutura administrativa. O entrevistado Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho) discorre sobre este momento:

Então, o que era o CTA? A Mary Allegretti quando brigou com todo o mundo... Ela brigava com todo o mundo mesmo, não tinha muita paciência. Era uma pessoa muito inteligente e com um temperamento muito forte. Ela brigou e imediatamente criou o CTA. Então, o CEDOP criou o Projeto Seringueiro em 1981. [...] Mas ela criou o CTA e desistiu do CTA. Ela criou no Cartório, foi, registrou e tudo, mas aí foi embora, ela não ficou. O pessoal que ficou no *Projeto Seringueiro* não quis o CTA. O CTA era da Mary Allegretti, e eles estavam naquela briga e ficaram isolados no *Projeto Seringueiro*. Quando o Chico me chamou para o *Projeto Seringueiro*, o *Projeto Seringueiro* funcionava em uma salinha lá na Fundação Cultural, cedido, uma bem pequenininha, lá embaixo, perto de uma oficina, que era quase um depósitozinho, e não tinha uma entidade, não tinha nada, era só o *Projeto Seringueiro*. Mas aí: *como que é esse troço? Como recebe o dinheiro? Como é o financiamento?* Não tinha uma entidade para fazer o projeto, buscar o financiamento. Era uma situação bem enrolada, que entrava o dinheiro pela Comissão Pró-Índio. A Comissão Pró-Índio nos ajudava muito. Aí eu resolvi criar uma entidade, foi quando eu descobri, conversando com o pessoal, que tinha uma entidade criada, que era o CTA, que nunca tinha sido utilizado. Aí eu resgatei o CTA, que estava criado havia há três anos, desde 1983, e fui estudar sobre o *Projeto Seringueiro*, como é que era o *Projeto Seringueiro*, fui ler o primeiro

projeto, feito em 1981. [...] E eu achei o projeto muito bem elaborado, muito interessante, e assumi o CTA. Aí veio mais só o projeto de educação, quando a gente resgatou o CTA. Mas assumimos o compromisso de resgatar e colocar para funcionar, de fato, um projeto integral de educação, saúde e desenvolvimento econômico comunitário. Então, a essa altura o CTA começou a crescer, começou a fazer projeto, buscar financiamento. Eu consegui ir para uma sala maior, que rapidamente ficou pequena, e com o apoio do Dom Moacir a gente conseguiu o financiamento para comprar uma sede. E aí compramos uma sede, o trabalho foi crescendo, a gente avançou para criar a cooperativa, e em pouco tempo o CTA já era uma entidade grande, com vinte funcionários (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Manoel Estébio, presidente interino, coordenou a Assembleia Geral de refundação do CTA. Abaixo um trecho da Ata que registra a abertura dos trabalhos desta Assembleia:

Iniciando a reunião, o presidente em exercício do Centro, Manoel Estébio Cavalcante da Cunha, informou sobre o que o CTA havia feito logo após a sua criação e explicou o motivo pelo qual a partir de um determinado momento a entidade entrou em total marasmo. Estébio colocou que o que aconteceu foi que a maioria dos integrantes do Centro passaram a se dedicar integralmente ao Projeto Seringueiro, buscando consolidá-lo, o que prejudicou os trabalhos da entidade como um todo (Ata de refundação do CTA, realizada em 9 de abril de 1986, p. 1, em Rio Branco. Arquivos do CTA).

Desde então começaram a se redefinir as políticas de atuação do CTA, com efeitos ainda moderados sobre o *Projeto Seringueiro* até 1987/88, quanto o professor Arnóbio Marques assume a direção do CTA e do próprio Projeto. Neste momento as atenções estão totalmente voltadas para as questões relacionadas à constituição das Reservas Extrativistas (RE) e dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE), como resultado do I Encontro Nacional dos Seringueiros, e a consequente criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Priorizaram-se, agora, os debates relacionados às questões ambientais, às questões do Movimento Ambientalista e não mais do Movimento de Luta pela Terra, na perspectiva anterior, de luta por um lote de terra, simplesmente. A luta agora será numa perspectiva de conquista de uma terra coletiva, a Reserva, e não por lotes individualizados, conforme será exposto a seguir.

2.4 O Projeto Seringueiro: educação, saúde e cooperativismo

A primeira versão do *Projeto Seringueiro* foi elaborada em agosto de 1981, cujo documento encontra-se nos arquivos do CTA, sob o título de *Projeto Seringueiro*:

cooperativa, educação e saúde para seringueiros de Xapuri – Acre. A identificação institucional ainda é do Centro Acreano de Informação e Pesquisa (CAID), que corresponde à entidade inicial e não constituída juridicamente, do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (CEDOP AMAZÔNIA). Desse registro, constam como equipe de coordenadores as seguintes pessoas: Mary Helena Allegretti Zanoni, Pascoal Torres Muniz, Ronaldo Lima de Oliveira e Marlete de Oliveira.

A introdução do Projeto contém um *breve histórico da região*, que apresenta uma análise do processo histórico regional. Resgata os diferentes momentos da ocupação do espaço regional, com ênfase no território da Amazônia acreana, expondo suas razões e efeitos sobre as populações ali residentes e que nela chegaram, enfatizando o processo mais recente, tema já tratado neste estudo.

O Projeto pretendia atender a 100 pessoas, aproximadamente, distribuídas entre 16 famílias de seringueiros do seringal Nazaré, localizado a 50km da cidade de Xapuri (Acre), o que corresponde a mais de oito horas de caminhada, visto que o acesso à localidade era somente a pé. Considerando o padrão das distâncias nos seringais, as *colocações* destes seringueiros do Nazaré eram próximas umas das outras, distando entre duas e três horas de deslocamentos a pé. Os trabalhadores a serem beneficiados pelo Projeto eram filiados ao Sindicato e há muito vinham desenvolvendo atividades no formato da ajuda mútua, através do processo de *adjutório* ou mesmo de *troca de dia*, principalmente entre parentes e compadres. Conforme registrado no texto do Projeto, a ideia de sua realização

[...] surgiu da constatação efetuada pelos seringueiros de que seria necessária uma união em torno dos interesses comuns para melhorar as condições de produção e aumentar o nível de vida. Por outro lado, a necessidade de controlar os termos em que se dá a comercialização do produto extrativo assim como o conhecimento da legislação trabalhista que protege seus interesses, só seria possível se eles aprendessem a ler, escrever e realizar as principais operações matemáticas. Por último, a inexistência de serviços de atendimento à saúde, a não ser aqueles dos agentes tradicionais (parteiras, benzedeiras etc), e o alto índice de mortalidade infantil por família, tornaria necessário pensar alguma intervenção na área de saúde (**Projeto Seringueiro: cooperativa, educação e saúde para seringueiros de Xapuri – Acre. Centro Acreano de Informação e Pesquisa, Rio Branco – Acre, agosto de 1981, p. 5. Arquivos do CTA).**

Para alcançar tais metas, o Projeto estabelece três grandes objetivos, cada um correspondendo a um campo específico de atuação, de modo a obter a melhoria das condições de vida dos seringueiros, o fortalecimento de suas formas de cooperação mútua e o seu acesso

a um universo de informação e de conhecimento, através da alfabetização. Mary Allegreti (2002) cita os objetivos do Projeto, que eram:

a) Possibilitar a independência econômica dos seringueiros libertando-os dos intermediários na comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma Cooperativa de Produção e Consumo. b) Possibilitar o acesso dos seringueiros às informações relativas à legislação trabalhista que definem os seus direitos enquanto trabalhadores rurais, assim como o controle dos termos em que se dá a comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma escola onde será desenvolvido um curso de alfabetização e de iniciação à matemática. c) Possibilitar melhores condições de saúde através da implantação de um pequeno posto de atendimento e do treinamento de agentes locais. Essas ações ficarão inicialmente na dependência de um diagnóstico das condições existentes na área (ALLEGRETTI, 2002, p. 358-359).

A proposta foi encaminhada e negociada com três instituições: a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), com sede em Salvador; a Oxford Family (OXFAM), entidade inglesa mantida pelos alunos e ex-alunos da Universidade de Oxford, com uma sede em Brasília, e o Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País, ligado ao MEC. A OXFAM assumiu o financiamento para a implantação da Central de Produção e Consumo (CPC) e da Escola, e o CEDOP, entidade criada em julho de 1981, ficou responsável pela elaboração dos projetos específicos, pelo assessoramento e repasse dos recursos oriundos da OXFAM para as ações de cada área.

Quanto a isso, ALLEGRETTI (2002, p. 356) salienta que Chico Mendes considerava o analfabetismo um dos principais elementos de dominação dos seringueiros pelos patrões. Registra que foi esta condição de ignorantes que *contribuiu para consolidar a ideia de que o mundo se organizava em patrões e fregueses, reproduzindo uma estrutura social desigual e injusta*. A autora acrescenta, ainda, que a principal razão para a criação do *Projeto Seringueiro* está associada ao monopólio da comercialização e à ausência de educação. Segundo esta pesquisadora,

Em todo o período em que predominou o extrativismo da borracha na Amazônia, não houve investimento do poder público para mudar este quadro. Essa situação gerou, para os seringueiros, uma ideia ambígua: ao mesmo tempo em que dão grande valor ao conhecimento, ao *saber*, como dizem, sempre consideraram o acesso à educação um objetivo inalcançável. Chico Mendes identificou dois fatores como responsáveis pela ausência de escolas nos seringais: saber ler poderia levar os seringueiros a conhecer a contabilidade e questionar a exploração a que eram submetidos; e manter uma criança na escola era retirá-la do processo produtivo no qual se envolvia desde muito cedo. [...] Nesse contexto levar a educação para o seringal passou a ser o símbolo da verdadeira libertação dos seringueiros em

relação ao antigo sistema e da efetiva autonomia frente aos *patrões*. Mas do que aprender o código da leitura, da escrita e das contas, construir uma escola representava o início de um novo momento na vida daquelas pessoas. Tão forte quanto o significado da escola era o do controle sobre a comercialização, um aspecto em relação ao qual Chico Mendes sempre se referia, uma vez que liberdade significava, também, poder vender e comprar de quem oferecesse melhor preço (ALLEGRETTI, 2002, p. 256-257).

Os primeiros convidados a se engajarem no trabalho foram Ronaldo Lima de Oliveira e sua esposa Marlete Oliveira – ele ex-indigenista da FUNAI, demitido por questões políticas, fato frequente naquela época, e ela ligada às CEBs de Rio Branco. Referindo-se às origens daquela experiência de educação com seringueiros e da presença de Ronaldo e Marlete, Manoel Estébio observa:

O Projeto Seringueiro era, na verdade, um projeto de vida, mas um projeto político de vida do Ronaldo de Oliveira Lima. O Ronaldo era uma pessoa bastante interessante. Ele era funcionário da FUNAI e, naquele caso da reação contra o tal do *Cabeça Branca* – um grileiro de terra lá em Boca do Acre, na terra indígena dos Apurinã do Km 45 –, o Ronaldo ajudou os índios a se organizarem para expulsar o cara, e na época a FUNAI era dominada pelos coronéis. Então o Ronaldo e outros indigenistas que tinham posição consequente em favor dos índios, foram expulsos. [...] Aí o Ronaldo queria continuar a sua militância no indigenismo, mas não tinha como ele continuar, porque ele já era marcado de perto. Então o Ronaldo foi viver em Xapuri. O movimento dos trabalhadores de Xapuri o acolheu. Ele foi morar numa área que pertencia, entre aspas, à Fazenda Bordon, mas que na verdade era um processo, também, de grilagem da Bordon [...]. E aí, uma das *colocações*... Várias *colocações* tinham sido indenizadas, e os donos tinham sido expulsos. Então o Ronaldo reabriu uma dessas *colocações*, a que se chamava *Já com Fome*. E ele foi, para essa *colocação*, auxiliado pelos trabalhadores rurais de lá do Seringal Nazaré e de três seringais do entorno, que eram o Seringal Floresta, Seringal Tupã e o Seringal São Pedro. Então ele foi com essa moral toda dos trabalhadores rurais. E eles começaram a organizar lá uma experiência em três frentes, um trabalho em três frentes, que era o cooperativismo, que era a saúde e que era, também, a educação. (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

Observa-se, nesse trecho do relato desse entrevistado, que a Colocação *Já com Fome*, do seringal Nazaré, pertencia à fazenda Bordon, na qual os conflitos davam-se com maior frequência e violência. Seus ocupantes negaram-se a aceitar qualquer tipo de negociação que não garantisse a manutenção, *in loco*, de suas estradas de seringa. Por essa razão, provavelmente, o grupo Bordon passou a fornecer mercadorias aos seringueiros, proporcionando seu rápido endividamento.

Para melhor esclarecer o nível dos conflitos na região, vê-se abaixo um artigo do jornal *O Varadouro*, intitulado *Polícia apóia fazendeiro*:

Recentemente em Xapuri, entre os dias 21 e 28 de abril, houve uma prova concreta dessa vergonhosa aliança entre a ditadura militar, patrões latifundiários e multinacionais. Nessa ocasião, soldados da Polícia Militar fortemente armados com fuzis e metralhadoras, se deslocaram até o seringal Nazaré a convite do administrador da Fazenda Agropecuária do grupo paulista Bordon, Sr. Jaime de Tal, com o fim de deter 21 seringueiros que haviam feito um *empate* para evitar que aquela Fazenda destruísse, através de derrubada, suas colocações de seringa. Os seringueiros foram detidos, obrigados a interromper seus trabalhos, alguns inclusive foram forçados pelos policiais a deixar o látex, sem defumar, e conduzidos para a sede do município onde foram interrogados ostensivamente. Mais chocante, entretanto, é que todos os seringueiros tiveram suas armas de caça apreendidas. Com a apreensão dessas armas, talvez o governo militar e os latifundiários estejam colocando em prática um novo método para persuadir os seringueiros a abandonar suas colocações, pois normalmente grande maioria desses trabalhadores tem uma alimentação deficiente e com a perda de suas armas a situação alimentar se tornará insuportável. No entanto, apesar de todos esses atos repressivos, o que se observa é a disposição cada vez maior dos seringueiros em prosseguir em sua luta através de suas próprias organizações, o que certamente frustrará os planos da ditadura e seus aliados (Jornal Varadouro, nº 21, ano IV, maio/81, p. 3. Rio Branco-AC).

Ao mesmo tempo em que Ronaldo e Marlete pensavam em uma melhor maneira para a formação de uma cooperativa e para alfabetizar os seringueiros, foram se envolvendo com a produção de borracha e explorando as estradas de seringa da *colocação* que passaram a ocupar, sentindo mais de perto a real situação daquelas famílias de seringueiros. Constataram que o maior problema que enfrentavam era o do abastecimento, pois, ficando à mercê do marreteiro, corriam o risco de perder suas posses por dívida. Se cada um tentasse comercializar seus produtos diretamente na cidade, poderia ter vários problemas, devido às longas caminhadas, à falta de animais (*muare*s) para o devido transporte dos produtos e das mercadorias, às precárias condições dos varadouros quase todos já abandonados ou interditados pelos capangas dos fazendeiros. Além de ser um negócio incerto, pois não havia comprador definido para seus produtos, nem fornecedores de gêneros alimentícios dispostos a receberem o pagamento do fornecimento após a produção de uma nova safra e em produtos. Este trecho da entrevista de Marlete Oliveira ilustra bem esta situação. Ela relata:

[...] a gente constatou que a grande questão dos seringueiros, além da questão da posse da terra, na garantia da *colocação* que começava a ser desmatada pelos fazendeiros, existia, também, o problema da comercialização da borracha: eles nunca conseguiam se liberar dessa relação comercial dominante que existia entre marreteiro-seringueiro ou casa aviadora - seringueiro, quando essa relação se fazia direta. Mas, na maioria dos casos eram marreteiros, intermediários. Então o problema vivencial dos seringueiros se constituía, aí, nessa questão da relação comercial, já que eles não dominavam a leitura, não dominavam a escrita, quer

dizer, a nota de compras quem fazia era o marreteiro. Eles não tinham nenhum mecanismo de controle pra saber se eles tinham comprado tal mercadoria a tal preço e se eles estavam pagando tal mercadoria a tal preço, se a borracha tava sendo pesada e anotada com o valor real. Então tinha muito essa problemática levantada por eles. Eles conheciam já algumas experiências de cooperativismo não com seringueiros, mas na área de colonos. Inclusive em Xapuri já existia uma cooperativa, mas que atuava mais com colonos, e essa questão da cooperativa começou a ser discutida nessa perspectiva dos seringueiros. E o projeto toma corpo a partir dessas discussões. A questão foi colocada. É claro que existia uma troca nas discussões dessas preocupações entre os seringueiros e a gente [...]. (**Relatório** escrito por Marlete Oliveira, apresentado ao CTA, em 21.03.1992, p. 8-9).

Os ocupantes dos seringais Nazaré e São Pedro passaram a se reunir com frequência para discutir a viabilidade da cooperativa, que sempre esbarrava nas exigências burocráticas do Estado e na falta de recursos para a aquisição das primeiras compras, além de questões de sua administração, pois a maioria não sabia ler nem escrever.

Observa-se, portanto, que as atividades ligadas à educação vão sendo efetivadas, ao mesmo tempo em que se monta a Central de Produção e Consumo (CPC) que, para ser viabilizada, exigia, primeiramente, que os seringueiros soubessem ler, escrever e fazer algumas contas. O artigo de Mary Alegretti, publicado no jornal *Folha do Acre*, intitulado *Uma Escola para Seringueiros: na Mata*, elucida essa relação de interdependência entre organização da produção e educação:

Quando o Projeto Seringueiro fez a primeira reunião no Seringal Nazaré, em Xapuri, em julho de 1981, para discutir como iria funcionar a cooperativa que os seringueiros pretendiam organizar, surgiu um problema. Quem iria organizar o registro do movimento, se ninguém sabia ler e escrever? Sugerimos uma escola. Pensaram logo nas crianças e ficaram animados. Sempre aspiraram por uma. Sugerimos uma escola para adultos. Não acreditaram que seria possível. Disseram que já eram muitos velhos e a cabeça não era boa para o estudo. Mas o argumento maior era que ninguém se interessaria em dar aula no seringal. Além do que, eles não tinham tempo para estudar, por causa da seringá, do roçado [...]. A idéia de fazer uma escola no seringal, perto das *colocações* para os seringueiros, somente começou a ser analisada quando nós dissemos que seríamos os professores e que eles iriam definir quais os dias de estudo e quais os de trabalho. Combinamos, então, nessa reunião, que eles iriam começar a construir uma escola e nós nos prepararíamos para ser professores [...] (Artigo intitulado *Uma Escola para Seringueiros: na Mata*. Mary Helena Alegretti Zanoni. In: *Jornal Folha do Acre* - nº 74, ano I, 1983, p. 6. Rio Branco-Acre).

Deste modo, educação e cooperativismo se constituem em dois elementos de um único processo em construção. Com a parcela inicial dos recursos financeiros oriundos da OXFAM, é adquirida a primeira partida de mercadorias para abastecer os associados por um período de

um ano, como também alguns equipamentos: fornos para a fabricação de farinha de mandioca, tachos para a produção de mel de cana-de-açúcar, balanças e máquinas de calcular, além de animais para o transporte de cargas. A sede do armazém da Central foi instalada na *colocação Já com Fome*, no Seringal Nazaré, e os associados começaram a se abastecer já no final do ano de 1981 assumindo, assim, a produção do ano seguinte, visto que a de 1981 já estava comprometida com o marreteiro.

Apesar de parecidas com as tradicionais relações do sistema de aviação do antigo barracão e com as formas de fornecimento de mercadorias próprias dos marreteiros, as relações de compra e venda entre seringueiros e Central de Produção e Consumo (Cooperativa) delas se diferencia, sobretudo porque o seringueiro pode controlar suas *notas de compra* tendo sob sua guarda uma caderneta onde são anotadas as mercadorias adquiridas na Central. Ele pode ler (entender) o que comprou e prever o que pode comprar a partir das perspectivas da produção, agora possível de ser planejada e regulada. A Cooperativa cobra apenas um percentual para a sua manutenção e para cobrir as diferenças de preços de uma safra a outra, porque os preços da cooperativa são os mesmos, ou inferiores aos do mercado (da cidade). E ela não opera com a perspectiva de lucros, como ocorria nas formas anteriores. Os primeiros resultados foram satisfatórios e divulgados por toda a floresta, fazendo com que em outros seringais novos grupos fossem sendo formados com os mesmos propósitos.

A princípio, as ações ligadas à área de saúde não se desenvolveram dada à falta de financiamento, e, somente no segundo semestre de 1982, começou o treinamento de um membro da comunidade para atuar como agente de saúde no posto a ser instalado. Essa pessoa teria que já estar alfabetizada. Como se observa, o *Projeto Seringueiro* foi composto por três campos básicos de ações: cooperativismo, educação e saúde. Dado o propósito deste estudo, doravante será focalizado o subprojeto de educação. Deve-se esclarecer, ainda, que os termos *Projeto Seringueiro* e *Educação de Seringueiro* serão por vezes utilizados com o sentido da educação, mas sem dissociá-la dos demais aspectos.

CAPÍTULO 3

AS RAÍZES, OS TRONCOS, AS LUTAS, AS LETRAS

O *Projeto Seringueiro* teve início em 1981 e perdurou até 2007, momento em que as últimas escolas foram repassadas para a administração estatal. Seu propósito fundamental era atender as famílias de seringueiros da região da Amazônia Sul-Occidental com *educação, saúde e cooperativismo*.

Pesquisas realizadas permitiram identificar três períodos dentro deste seu transcurso, mas por razões já esclarecidas na introdução, esta tese trata apenas do primeiro período. Caracterizado, inicialmente, por uma forte influência de ideias e práticas da educação popular, da Teologia da Libertação e do sindicalismo rural, essa fase inicial identifica-se fortemente com o movimento social dos seringueiros da região em luta pela posse da terra e defesa do meio ambiente.³⁰

É nesse período que a luta, antes por uma área de terra individualizada/familiar, transforma-se em uma luta política por uma posse coletiva, traduzida na ideia da Reserva Extrativista (RE). E a educação, a princípio destinada aos adultos, transforma-se em uma educação escolar regular destinada a crianças e adolescentes, principalmente.

Tratarei neste capítulo de alguns aspectos gerais desta experiência de educação de seringueiros durante seu primeiro período, buscando alguns de seus fundamentos históricos, dos processos sociais, políticos e institucionais que viabilizaram a sua efetivação; da dinâmica interna das escolas. Deste modo este capítulo comportará duas partes:

A primeira – *Educação e seringueiros: estradas e percursos* – apresenta uma síntese do processo histórico da educação desenvolvida ou não no interior dos seringais da região em estudo, fazendo uma retrospectiva da relação dos trabalhadores seringueiros com a educação formal, desde o início da ocupação extrativista da borracha e a consequente anexação do Acre ao Brasil até o momento em que são criadas as condições para a concretização da educação no *Projeto Seringueiro*.

³⁰ Consultar: BASÍLIO, 1992; LIMA, 2010; SILVA, 1998; SOUZA, 1999; e Projeto Seringueiro: Cooperativa, Educação e Saúde para Seringueiros de Xapuri – Acre, agosto de 1981.

A segunda – *A Educação de seringueiros na Amazônia Sul-Occidental (1981 – 1990)* – apresenta uma caracterização do processo histórico do período em estudo, analisando seus traçados gerais, seus conflitos e contradições, seus avanços e recuos, buscando esclarecer sobre as rupturas e continuidades desta experiência.

3.1 Educação e seringueiros: estradas e percursos

Como observado anteriormente, a ocupação dessa região do Acre, por brasileiros, principalmente do Nordeste, ocorreu a partir do início da segunda metade do século XIX. Aqueles trabalhadores, em sua quase totalidade do sexo masculino e analfabetos, foram ocupando, sem cumprimento de nenhum critério de organização populacional, toda essa vasta região. E quando surge a possibilidade de constituírem famílias, essas populações dos seringais foram sempre alimentando a ideia de uma escola para seus filhos.

Contudo, esta não veio facilmente, e, quando veio, foi para os núcleos urbanos em formação ou, mais raramente, para as sedes dos seringais, com o propósito de atender, principalmente, os filhos dos habitantes da *margem*, que pela forma de organização e divisão social do trabalho no seringal faziam parte de uma elite. Constituíam os grupos encarregados do planejamento, organização e controle do processo produtivo nos seringais.

Para que um filho de seringueiro tivesse acesso a uma dessas escolas, teria que contar com a *benevolência* do patrão seringalista que, às vezes, em função de relações de apadrinhamento, consentia que o filho do seu compadre viesse morar na sede do seringal na condição de agregado, e assim pudesse estudar. Mas isto não o isentava de cumprir certas obrigações. Tinha que trabalhar e talvez em piores condições, já que não recebia pagamento, em virtude do *benefício* dos estudos.

Encontramos referências a essas escolas em diversos relatos e literatura, como no caso de José Potyguara, em seu livro *Terra Caída*, que, ao retratar a paisagem da sede do seringal do Coronel Antonio Monteiro, do início do século XX, comenta:

Num campo apertado entre a mata e o rio, a sede do seringal é apenas um embrião de povoado, um arremedo de rua paralela ao barranco. Perto do porto, o primeiro casarão de madeira, coberto de zinco, é o armazém. Ao lado, ligado por um trapiche de paxiúba, o escritório ostenta na fachada duas grandes letras vermelhas e já

um tanto desbotadas: A. M. – iniciais do coronel Antônio Monteiro. Em seguida, estão a casa do Tiburtino, a do guarda-livros, a **escola** (o grifo é meu), o curral e, por último, a residência do proprietário, um bonito chalé de madeira de lei, cercado de varandas (POTYGUARA, 1986, p. 16).

Tais escolas surgiram ao longo de todo o período áureo do extrativismo da borracha, muito mais por iniciativa do patrão seringalista, do que por uma política de Estado que atendesse as reivindicações dos seringueiros. Somente com a concentração de um maior número de pessoas residindo nas proximidades daquela localidade é que o Estado passava a assumir diretamente aqueles estabelecimentos de ensino.

Cabe observar que colocar uma escola no barracão, na sede do seringal, representava *status* para aquele patrão seringalista, criando ali uma ideia de urbanização, de vila, o que significava grandeza, progresso, superioridade em relação aos seringueiros e, principalmente, aos outros patrões seringalistas. Prevalecia até então a ideia de que escola está diretamente relacionada com aglomerado de pessoas, com povoamento urbanizado, ficando fora de cogitação a possibilidade de se criar uma escola que atendesse à população de seringueiros, dispersa no interior da mata, em suas colocações.

No relatório apresentado ao Conselho Municipal, datado de 7 de maio de 1917, o Intendente do Município de Xapuri, Alfredo Lamartine Nogueira, faz referências a essas escolas instaladas nas sedes dos seringais nos seguintes termos:

Verifiquei que existiam instaladas seis escolas primárias para ambos os sexos: duas nesta cidade, uma na cidade de Brasília (depois Brasileia), outra no **seringal Fronteira**, (o grifo é meu) a quinta no **seringal São Francisco de Iracema** (o grifo é meu) e a sexta no **seringal Porvir** (o grifo é meu). Estava criada uma outra escola na **Praia do Inferno** (o grifo é meu), mas esta só em abril último se instalou. O método de ensino, o regime escolar, como as demais práticas peculiares do funcionamento de uma escola, corriam à feição da capacidade profissional de cada preceptor (**MISCELÂNEA** do Município de Xapuri, Museu da Borracha, em Rio Branco – Acre, pasta de 1917, p. 6).

As professoras destas escolas dos seringais (são raros os casos de professor) eram quase sempre pessoas ligadas à estrutura de poder local: esposa ou filha do seringalista, do gerente ou de um outro trabalhador qualificado na hierarquia superior do barracão (guarda-livros, comboieiros, etc). E sua relação profissional era, geralmente, com o patrão seringalista, e não com o Estado.

Em períodos mais recentes, é possível encontrarmos escolas sendo instaladas até mesmo em colocações de seringueiros que foram adquirindo um papel de destaque em relação

às demais dentro do seringal. Vejamos o que diz uma das nossas entrevistadas, a farmacêutica/bioquímica e enfermeira obstetra Maria Sevy Dourado da Silva, que nasceu e viveu sua primeira infância na Colocação Laranjal, do Seringal Recreio, no município de Feijó (Acre), fronteira com o Estado do Amazonas, onde foi alfabetizada:

Fui alfabetizada quando eu tinha mais ou menos cinco ou seis anos de idade, lá no seringal onde nasci e passei a maior parte de minha infância. Quem me alfabetizou foi a minha mãe, que sabia ler e escrever, mas nunca tinha freqüentado uma escola. Ela tinha um conhecimento da leitura e da escrita ao que corresponderia, na época, à 2ª. ou 3ª. série do primário. Depois eu freqüentei a minha primeira escola, quando eu tinha uns sete ou oito anos de idade. Esta escola ficava na casa de minha mãe, onde eu morava, que era na Colocação Laranjal, do Seringal Recreio, no município de Feijó (Acre). A Escola se chamava “Coronel Francisco Ferreira de Souza”, uma homenagem prestada ao dono do seringal. Acho que a escola foi colocada ali, porque a Colocação Laranjal era uma que se destacava mais que as outras. Era um ponto de referência, de encontros de passeios. A professora era minha irmã, a Iraci, que tinha estudado até a 4ª série, na cidade de Feijó. Estudei ali mais ou menos dois anos, mas era muito difícil, porque não tinha material didático para todos os alunos. Então a professora priorizava os alunos mais velhos. Assim, vinha um determinado número de provas, aí a professora aplicava para aqueles alunos mais velhos, os mais novos ficava para outra etapa. Era uma sala multisseriada. Acho que isto era por volta de 1959, 60. Depois fui estudar em outra escola, numa localidade chamada Salvação, que ficava em outro Seringal, bem distante da Colocação que eu morava. Acho que eram mais de duas horas de caminhada, dentro da lama. Lá eu estudei pouco tempo, porque havia castigos: ficar ajoelhada sobre caroços de milho, apanhar com palmatória etc. Minha mãe não aceitou esse tipo de coisas e nos tirou desta escola. Era eu e minha irmã gêmea (referindo-se a sua irmã Maria Mavy, irmã da Ordem dos Servos de Maria) que estudávamos lá. Depois fomos para a cidade, morar em casa de conhecidos e/ou familiares, para estudar e trabalhar, ajudando nos cuidados da casa (Entrevista com **Maria Sevy Dourado da Silva**, em 13.11.2010. Rio Branco – Acre).

Em geral a reivindicação por escola ocorria nos períodos de crise do extrativismo da borracha quando os seringueiros, sentindo-se ameaçados pela baixa produtividade e, logicamente, pela garantia de um maior endividamento, acreditavam que a escola seria uma possibilidade de seus filhos escaparem desta dívida já hereditária. E, ironicamente, era nestes momentos (de decadência da produção) que o patrão seringalista e, conseqüentemente, o Estado, tinham menos interesse em investir em escolas, dadas as circunstâncias da crise.

A partir de 1903, com a anexação do Acre ao Brasil, o Estado brasileiro teve que se instalar nesta região. O modelo jurídico-político e administrativo definido foi o de departamentos, administrados diretamente pelo governo federal. Inicialmente foram criados três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Adiante foi desmembrado do Alto Juruá um outro departamento, o Alto Tarauacá. Este modelo de administração departamental vigorou até 1920, quando foi criado o Território Federal do Acre, unificando os quatros

departamentos em um governo geral, com capital em Rio Branco, administrado por um Governador Geral. Os cinco municípios (Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri) criados em 1912 e os demais (Brasília – depois Brasileira e Feijó) criados posteriormente, foram mantidos durante todo o período de vigência do Território Federal do Acre (COSTA, 1973).

Esta forma de administração, através de Prefeitos dos Departamentos e, depois, com a unificação dos departamentos, sob o comando do Governador-Geral do Território Federal do Acre, com prefeitos e governadores nomeados diretamente pelo presidente da República, indicava um modelo de administração centralizadora, mesmo que a geopolítica dos núcleos urbanos dificultasse este processo. Estes administradores eram designados mediante um compromisso de implantar a *civilização* na selva. Suas preocupações fundamentais eram criar um núcleo urbano capaz de gerenciar minimamente a cobrança de impostos, fiscalizando a importação e exportação; educar os cidadãos nos princípios do patriotismo e manter a ordem pública da cidade (vilarejo), visto que em relação à população de seringueiros, o poder público era completamente ausente, ficando a cargo dos seringalistas se administrarem da forma que lhes proviesse.

João Craveiro COSTA³¹ (1973), em *A Conquista do Deserto Ocidental*, intolerante com esta situação, salienta o quanto era violenta, centralizadora e ineficiente a administração pública implantada no Acre, desde sua anexação em 1903. Considera gritante a insuficiência dos serviços públicos e os desmandos das autoridades constituídas, em sua quase totalidade oficiais (coronéis) do exército brasileiro que vinham para a região como se fosse para uma operação militar. Buscando mostrar o quanto a administração federal não respeitava o Acre e os acreanos, COSTA (1973) cita um aliado e defensor da ação pública federal no Acre, o sociólogo Oliveira Viana, que afirma:

Dadas as condições excepcionais daquela sociedade, e extravagante de seus costumes, o recente de sua história, as origens e a índole da sua população, a sua extrema rarefação demográfica, e a regressão evidente de sua cultura; a única forma de poder público apta a realizar, dentro de alguns decênios, esse alto objetivo educacional, seria, não um governo livre, autônomo, descentralizado, emanado do escrutínio da própria soberania local; mas, ao contrário, feito e aparelhado aqui, absolutamente estranho àquela população; governo marcial, à lacedemônia, espécie de czarismo legal ou estado de sítio permanente, à semelhança do que fizeram os

³¹ João Craveiro Costa foi inspetor de ensino e militante do Movimento Autonomista Acreano durante o primeiro quartel do século XX.

invasores dórios nas cidades helênicas do Peloponeso (VIANA, *apud* COSTA, 1973, p. 130).

A análise de João Craveiro Costa demonstra que os serviços públicos no Acre e, em seu bojo, a educação há muito foram um privilégio dos setores urbanos abastados, enquanto a população dos seringais permanecia em absoluto isolamento, excluída de quaisquer deles.

Nas fontes pesquisadas que tratam da educação no Acre, pouco se fala sobre a educação de seringueiros, e quando se fala, na maioria das vezes, é em torno da educação rural. A esse respeito, GINELLI (1982)³², apoiando-se nos relatórios do inspetor de ensino João Craveiro Costa, concorda com este em suas críticas ao poder público instalado nos Departamentos e ao descaso com a educação, principalmente das populações embrenhadas no interior dos seringais: os filhos dos seringueiros.³³

Quando da unificação dos Departamentos em Território Federal em 1920, o Acre estava em meio a uma longa crise do extrativismo da borracha, que se inicia em 1913 e vai até 1942, momento propício para se pensar em novas alternativas econômicas para a região. Conforme GINELLI (1982), foi neste período que o Governador-Geral do Território Federal do Acre, José Cunha Vasconcellos³⁴, apoiado no que estabelecia o Decreto nº. 13.706, de 25 de julho de 1919, do Ministério da Agricultura, que criava o ensino agrícola, propôs a criação de um Patronato Agrícola para o Acre, instituído pelo Decreto nº. 16.082, de 26 de junho de 1923, embora sua instalação tenha se efetivado somente em de 29 de agosto de 1926, quando finalizara o mandato de Vasconcellos.

³² Giovanna Ginelli é religiosa da Ordem dos Servos de Maria, e professora e pesquisadora da Universidade Federal do Acre – UFAC. Contando com a colaboração de alunos e professores desta instituição e com financiamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, realizou pesquisa e publicou um trabalho intitulado *História da Educação Acreana*. O estudo de Ginelli (1982), livro intitulado *História da Educação Acreana*, é considerado pelos pesquisadores da área como a principal referência sobre a história da educação no Acre. O primeiro volume trata do período dos Departamentos, que vai desde a anexação do Acre ao Brasil em 1903 até 1920 com a unificação dos Departamentos em um único território e a instalação de um Governo-Geral, com capital em Rio Branco. O segundo volume estuda o período do Território Federal Unificado, que vai de 1920 até a transformação do Território Federal em Estado membro da Federação, em 1962.

³³ Acerca da documentação para consulta e pesquisa, Ginelli(1982) destaca a falta de documentação das precárias condições da que existe, parte dela em mãos de particulares e parte guardada nos arquivos das instituições públicas, sem que ofereçam o adequado ordenamento para consulta. A maioria dos documentos por ela consultados foram os pertencentes ao Museu da Borracha e ao Arquivo Geral do Estado do Acre, em Rio Branco (Acre).

³⁴ Governador-Geral do Território Federal do Acre, José Cunha Vasconcellos, mandato de 17.02.1923 a 19.05.1926.

A pesquisadora ressalta a importância dada pelas autoridades administrativas do Território a este Patronato Agrícola, e depois às escolas agrícolas. Ela observa:

Um dos sonhos de Cunha Vasconcellos era a fundação de uma escola agrícola para o progresso do setor primário na região. Até então, de fato, o Acre só conhecia técnicas agrícolas rudimentares, feitas de terçado e de enxada. De fato, chegavam os alimentos básicos que esta terra teria podido dar em profusão. Os administradores e os educadores sentiam profundamente este estado contraditório em que se achava o Acre e estudavam os meios mais viáveis para superá-lo (GINELLI, 1982, p. 190).

O Patronato Agrícola para o Acre, e, depois, o das escolas agrícolas, além de criar possibilidades de uma produção agrícola destinada a atender as necessidades de consumo da população, visto que sem produção de borracha não havia fornecimento de mercadorias, pelas *Casas Aviadoras*, buscava resolver um problema social grave. Qual seja, a presença, nos arredores dos núcleos urbanos, de uma quantidade incalculável de famílias de seringueiros, que com a crise abandonaram suas estradas de seringas, vindo buscar formas de sobrevivência em lotes cedidos pelo Estado ou por particulares nas proximidades das cidades, dando início ao que se constituiu, futuramente, em colônias agrícolas. As crianças a serem atendidas nestas escolas agrícolas eram filhas de ex-seringueiros que seriam transformados, em breve, em potenciais trabalhadores agrícolas. Contudo, as famílias de seringueiros que permaneceram em suas colocações de seringa não faziam parte desta clientela a ser atendida, permanecendo excluídas do processo de escolarização.

Se durante o segundo surto da borracha (1942 – 1945), também conhecido como *batalha da borracha*, período em que vigoraram os chamados Acordos de Washington, as ações públicas no interior dos seringais foram praticamente nulas, principalmente em relação à educação e saúde, posteriormente o descaso foi total. O fim da Segunda Guerra Mundial, por sua vez, finalizou a *batalha da borracha*, fazendo com que os seringais voltassem ao abandono anterior, agora em uma situação pior, pois além da reativação dos seringais de cultivo asiático com baixo custo de produção, o surgimento da borracha sintética foi decisivo para a falência da produção de borracha natural, dado o alto custo de sua de produção (MARTINELLO, 2004).

As colônias agrícolas incentivadas pelos governos do Território Federal do Acre ainda nas décadas 1920/30, e principalmente durante o governo do Capitão Oscar Passos³⁵, como

³⁵ Capitão Oscar Passos, mandato de 21.08.1941 a 22.08.1942.

consequência da ação do Patronato e das escolas agrícolas, vão ser retomadas e definitivamente implantadas durante o governo do Major José Guiomar dos Santos³⁶. A tentativa foi então de criar condições para solucionar o problema da emigração de milhares de famílias do seringal para a cidade as quais se aglomeravam nos arredores dos núcleos urbanos e de possibilitar a produção de alimentos. Seja ela para a sobrevivência destes emigrantes, seja de toda a população urbana, dado que o abastecimento oriundo das Casas Aviadoras de Belém e de Manaus foi reduzido drasticamente pela baixa produção de borracha. Mais uma vez as atenções se voltaram para a solução dos problemas urbanos e/ou de colonização agrícola, enquanto a grande maioria dos seringueiros continuou em suas colocações, agora sem patrão/barracão e sem a presença do Estado.

Quanto à educação básica no Acre no período de 1962 a 1983, Oliveira (2000) observa que

[...] historicizar a origem da manifestação popular em torno da democratização da escola básica, no longínquo rincão acreano, isolado e dependente [...] não traduz posições antagônicas excludentes. Quer antes significar o balanço desse jogo contraditório em que se dá a correlação de forças das classes fundamentais em torno da política educacional, com seus avanços e recuos (OLIVEIRA, 2000, p. 23).

Conforme os dados de OLIVEIRA (2000)³⁷, em 1960 o Acre possuía uma população de 160.208 habitantes, sendo 120.000 deles analfabetos. Em relação às 30.000 crianças em idade escolar, somente 10.000 estavam frequentando a escola, tendo havido um decréscimo nas aprovações em geral e nas conclusões do ensino fundamental comum. Talvez este tenha sido o fator do aumento da matrícula em 25%, no ano seguinte. Deve-se destacar, ainda, que os anos que antecederam a emancipação política do Acre em 15 de junho de 1962, são de extrema instabilidade política e administrativa. Somente em 1961 houve três governadores e três secretários de educação e cultura naquele estado. A situação era tão delicada que o

³⁶ Major José Guiomar dos Santos, mandato de 14.02.1946 a 30.06.1950.

³⁷ Mesmo considerando que a autora prioriza em sua pesquisa a análise da demanda social da educação básica em confronto com a política educacional do Estado, enfocando a questão do poder e dos movimentos sociais (p. 23), e que não trata em detalhes da educação rural e/ou nos seringais, seus estudos ajudam a pensar melhor esta questão, como veremos adiante.

governador José Rui da Silveira Lino³⁸ propôs em uma reunião dos governadores com o presidente João Goulart, em 06.12.1961, um Plano de Salvação para o Acre,

[...] cujos recursos a serem pleiteados atingem a vultuosa soma de 4 bilhões de cruzeiros. Destes recursos, **491 milhões de cruzeiros seriam para a educação** (o grifo é meu). Pretendia o governador, entre outros planos, construir **200 escolas rurais** (o grifo é meu), 10 grupos escolares, 8 jardins de infância, 7 escolas agro-artesanais e instalar o Centro Piloto de Erradicação do Analfabetismo (OLIVEIRA, 2000, p. 61).

A reivindicação do governador foi praticamente desconsiderada, visto que o orçamento publicado no jornal *O Acre*, em 22.02.1962, registra que, dos 491 milhões negociados para a educação, foi aprovado algo em torno de 83 milhões, o que representava 8,4% do orçamento total do Território para o ano de 1962.

O Acre foi elevado à categoria de Estado por força da Lei nº. 4.070, de 15 de junho de 1962, e o seu primeiro governador, José Augusto de Araújo, eleito por voto direto em 07.10.1962, com o apoio dos setores mais progressistas do estado, tomou posse em 01.03.1963. No entanto por circunstâncias do golpe militar de março de 1964, foi deposto em 08.05.1965, depois de 14 meses de mandato.³⁹

Nesse período, em relação à educação, e em especial à educação rural e/ou nos seringais, houve pouca melhoria, ficando apenas registradas as propostas audaciosas do Secretário de Educação e Cultura, professor Luís Cláudio de Castro e Costa. Entre elas, a de implantar *escolas-albergue* e *escola-volante*. Segundo OLIVEIRA (2000), as primeiras funcionariam em três formatos: *externato* para as crianças que morassem perto da escola e para as que morassem um pouco mais longe. E o *internato* para as que permanecessem o tempo todo na escola. *Quanto à escola volante*, segundo o *Plano Estadual de Educação, de 1963 – 1970*,

³⁸ Governador José Rui da Silveira Lino, mandato de 29.10.1961 a 06.07.1962.

³⁹ José Augusto Araújo tinha 37 anos de idade na época. Era nascido no Acre, em Cruzeiro do Sul, filósofo e se identificava com os movimentos de esquerda germinados no Brasil durante o período entre 1945 até início dos anos de 1960. Foi presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBS e filiado ao Partido Comunista Brasileiro - PCB. Os propósitos de seu governo eram audaciosos, priorizando obras de infraestrutura e a implantação de serviços sociais. Aproximou-se dos setores menos favorecidos e deu toda atenção aos colonos e seringueiros, estimulando a organização e luta dos trabalhadores da cidade, das colônias e dos seringais. Apoiou, inclusive, a organização das Ligas Camponesas no Acre.

Cada professor ficará determinado número de dias na habitação do seringueiro (colocação), reunindo, em hora disponível, o maior número possível de alfabetizando para as aulas. Fará uso de um aparelho de rádio receptor transistor, que captará orientação transmitida da capital do Estado, por professor especializado (Plano Estadual de Educação de 1963 – 1970, *Apud* OLIVEIRA, 2000, p. 64).

Esta poderia ter sido a primeira proposta de educação, realmente para os seringueiros, porém não saiu das intenções.

Também ALBUQUERQUE NETO (2007), em estudo sobre a política educacional no Acre, no período entre 1963 e 1995, reconhece a fragilidade do governo José Augusto de Araújo, neste campo, mas lembra que este governo

[...] foi implantado em um ambiente de transição, enfrentando hostilidade às mudanças, e dependente exclusivamente, dos recursos financeiros da União. Somentes à escassez de tempo e recursos para colocar em prática as ações educacionais pretendidas (ALBUQUERQUE NETO, 2007, p. 18).

No entanto, observa-se que, apesar das circunstâncias, foi possível, aos 14 meses daquele governo, criar o Conselho Estadual de Educação e a Faculdade de Direito, embrião da atual Universidade Federal do Acre.

ALBUQUERQUE NETO (2007) dedica a maior parte de seu estudo à análise da política educacional do Estado do Acre, desenvolvida no período dos governos militares (1964/83), destacando o que aconteceu em cada mandato. Cabe ressaltar inicialmente, que os propósitos dos militares para a região da Amazônia/Acre eram a implantação de uma política desenvolvimentista, orientada pelas diretrizes da ideologia do Desenvolvimento e da Segurança Nacional, que implicava a implantação de empresas agropecuárias em substituição ao antigo sistema do seringal. E na zona urbana, na criação de indústrias, até então inexistentes, estando a política educacional voltada para um ensino que qualificasse profissionais que atendessem a seus propósitos. Neste sentido, era quase impossível sustentar qualquer proposta de educação rural e/ou nos seringais, considerando que o Acre seria a parte da região amazônica destinada a sediar uma grande fazenda de gado, o que significava desativar por completo o sistema seringal, desmatando a floresta para a implantação de pastos.

O primeiro governador deste período (1964/83), Major Edgar Pereira de Cerqueira Filho⁴⁰, interventor, propõe a criação de cursos profissionalizantes, mas logo se deparou com

⁴⁰Governador Major Edgar Pereira de Cerqueira Filho, mandato de 08.05.1964 a 14.08.1966.

a falta de qualificação dos professores. Isto levou a Secretaria de Educação a promover uma série de treinamentos para docentes leigos, ministrados por uma equipe de profissionais formados pelo Programa Brasileiro de Auxílio ao Ensino Elementar – PABAE, oferecidos nos períodos de férias do magistério. Este programa tinha como propósito criar as bases para a implantação do modelo educacional tecnicista, nos moldes desenvolvido nos Estados Unidos.

ALBUQUERQUE NETO (2007) não poupa críticas à educação desenvolvida durante o governo de Cerqueira Filho, atribuindo à sua inoperância e autoritarismo, o surgimento do movimento político dos professores, com a criação da primeira organização dos professores do Acre, a União dos Professores Primários do Estado do Acre – UPPEA, que apesar dos seus propósitos iniciais estarem muito mais vinculados a uma sociedade de ajuda mútua, parte deu bases ao movimento sindical docente. O autor destaca ainda, que:

Em síntese, o governo de Cerqueira Filho se caracterizou como um governo autoritário, impopular e antidemocrático. Em consonância com o Governo Federal, usou de sucessivos atos de exceção para estancar os movimentos populares (ALBUQUERQUE NETO, 2007, p. 29).

O segundo governador do período militar foi um civil, Jorge Kalume⁴¹, de origem diretamente vinculada ao sistema seringal, como proprietário de seringal e comerciante, tendo ele aderido fielmente à política dos governos militares. Assumiu o governo do Acre amparado pelo Ato Institucional nº. 3, de fevereiro de 1966, que instituiu as eleições indiretas para governadores estaduais. Foi signatário da *Declaração da Amazônia*, firmada em 11.12.1966, em Belém (Pará), que incentivava os grandes empresários do sul do país a investirem na Amazônia. Era a chamada *Operação Amazônia*. Neste governo teve início o processo de especulação fundiária no Acre, surgindo daí os primeiros conflitos dos índios, posseiros e seringueiros *versus* fazendeiros.

Jorge Kalume confirmou a política educacional excludente de seu antecessor, cumprindo com os ditames dos governos militares, que estimulavam a expansão do ensino superior. Em 1968 o governo do Estado cria a Faculdade de Ciências Econômicas. Nos anos seguintes instituiu o Centro Universitário do Acre, com a implantação dos cursos de Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais de curta duração. Ainda no governo de Jorge Kalume, o Centro Universitário do Acre é transformado em Universidade do Acre. Em

⁴¹Jorge Kalume, mandato de 13.09.1966 a 15.03.1971.

relação à educação rural, foi elaborado o Plano Quadrienal de Educação do Estado do Acre: 1967/1970, que prevê uma extensão de até 75% da escolarização desta população em idade escolar própria. Este plano propõe, também, a erradicação do analfabetismo, principalmente na zona rural. No entanto, no final deste mandato as estatísticas indicam que praticamente nada foi feito.

O terceiro governo do período da ditadura militar no Acre foi de um outro civil e também professor de filosofia, Francisco Wanderley Dantas⁴², conhecido pelo codinome de Dantinhas. Política e ideologicamente consciente do seu papel em relação aos propósitos do governo federal, esse governador não exitou em nenhum momento em dar andamento a seu plano de governo. Seu programa de modernização, apoiado no ufanismo do *milagre brasileiro*, foi persistentemente sendo implantado, orientado pela ideologia de Desenvolvimento e Segurança Nacional.

Obediente ao *slogan* nacionalista *integrar para não entregar*, Dantas buscou recursos do governo federal para incentivar os setores da indústria, da agropecuária e da infraestrutura básica, com estradas vicinais, sistema de comunicações, rede de água, luz e esgoto e, também, escolas, para receberem e apoiarem os investimentos vindo do sul ou de grupos estrangeiros. Além disto, concedeu empréstimos a médio e longo prazo e reduzida taxaçaõ de impostos. Promoveu uma ampla campanha publicitária nos meios de comunicação de massa, dizendo das terras *fértil, abundantes e baratas* do Acre, indicando: *investir no Acre, produzir no Acre, exportar para o Pacífico*. Deste modo, a partir de 1972, conforme o Jornal Varadouro, começaram a chegar ao Acre:

[...] prepostos de grupos nacionais ou estrangeiros, especuladores de terras, grileiros ou simples aventureiros. Vinham de braços dados com seus jagunços e aqui encontravam outros aliados: o então governador Wanderley Dantas, os chefes de cartórios, alguns juizes e a polícia. Em pouco tempo, dois ou três anos, compraram a maior parte dos 15 milhões de hectares que o Acre possui e desarrumaram a vida de 40 mil famílias de seringueiros. A nova ordem econômica decretada ou estimulada pelo governo federal era a pecuária em vez da borracha. O boi no lugar do homem (**Jornal Varadouro**, nº. 19 – maio/1980, p.7).

O Acre transformou-se em uma arena de grandes conflitos. De um lado, os seringueiros, defendendo suas estradas de seringa e a mata de um modo geral, de onde

⁴²Francisco Wanderley Dantas, mandato de 15.03.1971 a 15.03.1975.

tiravam seus sustentos. Do outro, os grandes capitais, os compradores de terras, os fazendeiros, com seus peões de motosserra na mão e jagunços com armas em punho, para garantir o desmatamento e a queimada. Nesse período ocorreu o maior êxodo da mata para as periferias das cidades ou para os seringais da Bolívia, e têm início dois processos de invasão de terras: os seringais bolivianos abandonados e os terrenos baldios nos arredores das principais cidades do Acre. A esse respeito, ALBUQUERQUE NETO (2007), referindo-se ao problema educacional, considera que:

Esse quadro de convulsão social refletiu diretamente na política educacional do governo Wanderley Dantas, que procurou *racionalizar* a estrutura escolar para ampliar o número de matrículas. A racionalização educacional do governo Wanderley Dantas visava cumprir os dispositivos da Constituição Federal (Emenda Constitucional de 1969), da Lei nº. 5692/71 e da recém-aprovada Constituição Estadual que estabelecia que o Estado do Acre deveria *aplicar, no mínimo, 20% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (Art. 123)* (ALBUQUERQUE NETO, 2007, p. 42).

Wanderley Dantas não hesita em colocar em prática o que estabelece a Lei nº. 5692/71, suspendendo o exame de admissão à primeira série ginásial já no início de 1972. Em 1973, extinguiu o curso normal ginásial e estabeleceu convênio com a Universidade do Acre para a implantação das licenciaturas curtas. Em relação ao ensino médio foram criadas, em 1974, várias habilitações: Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Agropecuária, Auxiliar de Estatística, Auxiliar de Administração, Secretariado, formando-se o Complexo Escolar do Ensino Médio (CESEME). Posteriormente foram criados os cursos noturnos e supletivos. O convênio com a Universidade Federal do Acre foi ampliado, criando os cursos de Complementação Pedagógica, conhecidos como Esquema I e II, e foi realizada a expansão das licenciaturas curtas nos municípios de Cruzeiro do Sul e Xapuri. Na área da tecnologia educativa foram implantados: o Projeto Minerva; o Projeto Logos II; o Projeto João da Silva; o Projeto A Conquista e outros.

Em relação à educação na zona rural e/ou nos seringais, praticamente nada foi feito, visto que a prioridade do governo era a pecuária e a industrialização. Contudo, além dos programas de tecnologia educativa, acima referidos, foi oferecido o Curso Normal Parcelado, destinado a qualificar os professores leigos que atuavam na zona rural, que logo em seguida foi substituído pelo Logos II, também ele desativado, por ter sido constatada irregularidade em seu funcionamento.

O quarto governador do Estado do Acre no período da ditadura militar foi Geraldo Gurgel de Mesquita⁴³, que, apesar de deixar transparecer uma posição política contrária a de seu antecessor, era filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), como todos os outros do período militar e fiel ao projeto político dos militares. Suas ações vão se diferenciar do governo anterior, de Dantas, principalmente quanto à política de transferência das terras do Acre para os capitais do centro-sul e/ou estrangeiros.

Mesquita nega-se a fazer qualquer tipo de propaganda para a venda das terras do Acre; bloqueia os incentivos fiscais aos fazendeiros e estimula as famílias de seringueiros que estavam formando grandes cinturões de misérias nas periferias das cidades, a voltarem para o seringal. Mas como estas terras já estavam se transformando em pastos, Mesquita vai reivindicar junto ao Governo Federal, através do INCRA, a desapropriação de terras para assentar as famílias em lotes agrícolas. Entretanto, ao mesmo tempo em que se buscava assentar estes ex-seringueiros, uma grande leva de trabalhadores que foram desapropriados no centro-sul e centro-oeste, em consequência do processo de modernização da agricultura e da construção de barragens, começam a chegar ao Acre, e, também vão a busca destes lotes, fazendo com que a grande maioria dos que se encontravam nas periferias das cidades nelas permanecessem.

O *slogan* principal do governo Mesquita era: *Povo e Governo Juntos*. Em seus discursos manifestava a preocupação com os problemas sociais e a promoção do trabalhador, colocando-se na posição de catalisador das reivindicações das camadas menos favorecidas. Durante seu mandato o Acre foi o segundo Estado que mais desapropriou e discriminou terras. OLIVEIRA (2000) afirma que seu governo se caracterizava por uma grande dubiedade: era aliado do Governo Federal, que tinha o propósito de modernizar e incentivar a implantação do grande capital naquela região, e ao mesmo tempo colocava-se contra o desmatamento para a formação de fazendas, incentivando o retorno das famílias expulsas aos seus seringais de origem. Oliveira destaca:

É possível que Mesquita, cujo discurso evidenciava sua preocupação com os problemas sociais e a promoção do homem do campo, houvesse esperado que sua política social tivesse espaço de realização a partir dos novos princípios constantes do II PND, pois sua formação era de um intelectual orgânico da classe oprimida, vinculado especialmente à área rural. Circunstancialmente, fora cooptado pelo poder, mas expressava-se como quem não deseja compactuar com as injustiças

⁴³ Geraldo Gurgel de Mesquita, mandato de 15.03.1975 a 15.03.1979.

sociais e, desde o início, marcou sua posição contra o processo de substituição do extrativismo tradicional nos moldes em que vinha ocorrendo (OLIVEIRA, 2000, p. 129).

O governo Mesquita se efetiva em um período em que o processo de abertura política já é evidente, possível razão pela qual tenha conseguido empreender projetos de colonização e de infraestrutura econômica e social voltados para o setor rural e, de um modo geral, para uma população de baixa renda.

Em relação à educação, o Plano Quadrienal de Educação de 1975 a 1979 também dava prioridade ao atendimento da população carente das periferias urbanas e do campo referenciadas nas orientações do MEC. Pretendia-se adequar o ensino rural às peculiaridades do ambiente socioeconômico. O Plano continha uma *visão otimista da educação*, com propostas de políticas compensatórias, tais como: ensino especial, educação infantil, ensino supletivo, assistência ao educando, dentre outras. Para implantá-las, foram criados vários órgãos: Centro de Ensino Especial Dom Bosco, Ensino Pré-Escolar, Centro de Estudos Supletivos (CES) e Fundação do Bem-Estar Social do Estado do Acre (FUNBESA).

Apesar de constar em seus planos e discursos a preocupação com os menos favorecidos, segundo ALBUQUERQUE NETO (2007), Geraldo Mesquita

[...] oficializou a cobrança da *taxa escolar* nos estabelecimentos oficiais e incentivou a municipalização do ensino, além de desviar recursos das escolas públicas para as escolas particulares, sob o pretexto de compra de vagas para alunos carentes. As escolas particulares foram agraciadas em 1975, com CR\$ 93.400,00. Em 1979, a canalização dos recursos públicos atingiu a soma extraordinária de CR\$ 1.198.000,00, ou seja, em apenas quatro anos, o montante desviado das escolas públicas aumentou doze vezes do seu valor inicial, num flagrante contraste com o discurso oficial (ALBUQUERQUE NETO, 2007, p. 50).

No final do mandato os resultados obtidos não foram tão animadores. O concurso para professores, que foi realizado pela primeira vez, das 600 vagas somente 100 foram preenchidas, porque, ao invés de contratá-los, o governo comprou vagas na rede particular de ensino. Além disso, os baixos salários e a criação dos turnos intermediários estimularam a rescisão de contratos de aproximadamente 200 docentes. O quadro ficou tão caótico que, entre 1978 e 1979, a matrícula cresceu 12%, e o número de professores caiu em 6%. No ensino de 2º. grau noturno, faltavam vagas, e nos turnos matutino e vespertino sobravam. Mas o dado mais gritante é em relação à zona rural, uma prioridade no discurso do governador e seus planos, encerrou o mandato com 20.000 alunos em idade escolar fora da escola. Na tentativa de resolver o déficit escolar rural, o governo apelava para a própria comunidade construir suas

escolas e escolher pessoas da localidade para ser professor. Vê-se que, enquanto o governo favorecia o ensino privado, através da compra de vagas, fazia o discurso do ensino público, gratuito e de qualidade.

O quinto e último governador do período da ditadura militar foi Joaquim Falcão Macedo⁴⁴, oriundo da antiga União Democrática Nacional (UDN). Com o bipartidarismo implantado pelo governo militar, Macedo migrou para a ARENA, na qual atuou politicamente, apoiando o regime de recessão no Acre. Macedo nomeou para chefe do gabinete civil seu aconselhador e cunhado, professor Elias Mansour Simão Filho, liderança política do campo da esquerda com reconhecida participação nos movimentos estudantis⁴⁵.

Acerca do mandato do governador Macedo, Oliveira salienta que foi influenciado pelas ideias e práticas de seu chefe de gabinete civil. Segundo palavras do autor, “sem dúvida, Elias Mansour exerceu sua liderança, favorecendo a aceleração do processo de abertura democrática, embora forçado a adotar uma política de conciliação, com todas as suas contradições” (OLIVEIRA, 2000, p.133).

Elias Mansour não era apenas o mentor intelectual do governo Macedo, era também o polo aglutinador do poder de decisão, muitas vezes mantendo sobre sua direção até cinco secretarias de estado. Como o governo anterior, de Mesquita, o de Macedo adota uma política dúbia em relação ao governo federal: ao mesmo tempo em que aceita e concorda com as políticas globais dos militares, discorda da forma de como elas são efetivadas na região. As críticas ao governo federal são constantes, inclusive nos documentos oficiais, e tudo indica que saíam do punho do chefe de gabinete, como consta na apresentação do Plano de Ação do Governo: (1979/82). Vejamos algumas delas:

Diminuição do poder da administração estadual induzida à aceitação passiva de programas oriundos do governo federal. [...] Impossibilidade de acesso do Governo Estadual aos instrumentos legais/institucionais que regulam os problemas de base (como as relações de produção, a posse dos fatores produtivos e o bem-estar social). [...] Reduzida capacidade de mobilização de recursos financeiros necessários à produção dos bens e serviços que a sociedade demanda, diante do controle exercido pelo governo federal mediante os mecanismos de transferência. [...] Relacionamento direto entre os órgãos estaduais e a esfera federal, dificultando a atuação integrada do governo estadual (Plano de Ação do Governo - 1979/82, p. 13-15).

⁴⁴ Joaquim Falcão Macedo, mandato de 15.03.1979 a 15.03.1983.

⁴⁵ O professor Elias Mansour Simão Filho foi um dos 29 estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia que sofreram ação penal, por acusação de práticas de atividades subversivas.

Em outras passagens do referido Plano, estão novas críticas do governo estadual ao poder central do país. Inclusive responsabilizando-o pelos prejuízos causados com a entrada de grandes capitais no Acre, favorecidos pela política de desenvolvimento regional definida para a Amazônia, fundada nos princípios da integração nacional. Afirma-se, inclusive, que esta política desequilibrou econômica e socialmente aquele estado. Grande monta dos recursos financeiros oriundos dos financiamentos do governo federal para investimento na produção foram desviados, principalmente para aplicação no mercado financeiro.

Por outro lado, além da população expulsa dos seringais pelos fazendeiros, que vieram ocupar as áreas periféricas das principais cidades, o Acre recebeu neste período, uma quantidade significativa de famílias de trabalhadores oriundas do centro-sul e centro-oeste, que foram ocupar lotes de terra cedidos pelo programa de colonização do governo estadual em parceria com o INCRA, conforme dito anteriormente.

Os dois processos de ocupação careciam de tudo. Na zona urbana, as terras ocupadas eram quase todas em áreas alagadiças, sem nenhuma infraestrutura: água potável, luz, esgoto, escolas, postos de saúde, etc. E o que é pior: sem emprego, sem esperança, sem saber para onde ir. A indústria não veio. O Estado não veio. O político não veio... Na zona rural é preocupante até ouvir os relatos. Levas e levaras de famílias oriundas de outras regiões, algumas vindas, inclusive, em caminhões boiadeiro, eram *despejadas* no meio da mata sem nenhuma infraestrutura: sem ramais, sem transporte, sem alimento, sem nenhum tipo de assistência aos doentes. E sem casa para morar. Muitas destas famílias tinham como moradia uma lona de plástico cedida pelos funcionários do INCRA. Diante deste quadro não restava ao governo estadual nenhuma alternativa, a não ser se colocar contrário à política do governo federal para a região, tentando com isso amenizar os protestos da população e sensibilizar algumas autoridades do poder central, no sentido de viabilizar recursos para seus projetos.

Para outros o momento era de grande tensão. Na mata, os capangas dos fazendeiros, de arma em punho, enfrentavam os seringueiros/posseiros que com enxadas, terçados, foices, crianças e velhos, agora organizados em sindicato, promoviam os empates para frear o desmatamento. Na cidade, as CEBs, as Associações de Moradores, os sindicatos de diversas categorias profissionais, jornais, movimento artístico-cultural, diversas categorias de intelectuais, estudantes e partidos políticos de esquerda e/ou oposição, vão às ruas clamar por melhores salários, melhores condições de vida, pelo direito à livre organização. Denunciam desvio de verbas públicas, a péssima administração dos recursos públicos, as perseguições

políticas, o clientelismo do poder estatal, a violência policial, a falta de emprego, saúde e educação. Diante das pressões dos movimentos sociais, o governador Macedo atribuía a culpa à incoerência da política de desenvolvimento regional traçada para o Acre, que produzia as mazelas sociais que seu governo teria que enfrentar.

Em relação à educação, o governo de Macedo indicava em seu Plano de Educação e Cultura (1980/83), que:

[...] os recursos federais concedidos ao Estado são de suma importância para construção, recuperação e/ou ampliação de unidades escolares, capacitação de pessoal docente e complementação salarial de técnicos [...] Melhor seria, entretanto, se a política federal de aplicação de recursos se diversificasse, em função de nossas maiores dificuldades (Plano de Educação e Cultura /ACRE/SEC 1980/83).

Os dados levantados para a elaboração do Plano de Ação de Governo, o PAG de 1979/82, do Estado do Acre, evidenciavam:

[...] 32.000 crianças estavam fora da escola e 53.000 jovens e adultos alfabetizados pelo Mobral demandavam continuidade de estudos. Para o atendimento integral dessa clientela escolar, o governo do Estado necessitava construir [...] 2.356 salas de aula e deveria contratar 3.100 novos professores. No entanto, o governo traçou como meta *contratar 1.836 professores, construir 1.214 novas salas de aula e capacitar 1.800 professores da pré-escola ao 2º. Grau* (ALBUQUERQUE NETO, 2007, p. 56).

Entretanto os reclames do governo Macedo não podem ser aceitos em seu todo, ao menos quanto à educação, que neste período governamental recebeu dotação orçamentária triplicada. O problema maior não era a falta de recursos financeiros, mas de condições políticas, profissionais e operacionais para atingir as metas definidas nos planos. A própria Secretaria de Educação e Cultura (SEC) admitiu as limitações do Acre em relação à expansão do ensino. Reconhecendo sua fragilidade para atender à enorme demanda educacional, a SEC busca parcerias junto a vários setores da sociedade. Desta articulação resultou a realização do *I Encontro para Definição de Diretrizes para o Ensino Rural*, em maio de 1980, que, dentre outros organismos implicados com o tema, teve a participação da COLONACRE, EMATER-AC, INCRA, IBDF, SUDHEVEA, MOBRAL, SESI, SESC, SENAC, LBA, FUNBESA, DEMEC-AC, UFAC, Delegacia do Ministério da Agricultura – DMA e diversos sindicatos rurais.

Dentre os programas de caráter compensatório destinados aos carentes, o MEC lançou o Programa Nacional de Ações Socieducativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC).

Este foi implantado no Acre contando com a parceria da Colonacre, dos Núcleos de Apoio Rural Integrado (NARI) e da SUDHEVEA, tendo como propósito expandir a educação elementar na zona rural. Nesta perspectiva foram implantados o Telecurso João da Silva; o Telecurso *A Conquista*; e o Logos II, todos destinados a atender à demanda educacional rural.

Analisando o governo Macedo, ALBUQUERQUE NETO considera que:

A ação da SEC – Acre durante o último governo nomeado pelos militares era direcionada pela *visão otimista* da escola enquanto responsável pela ascensão social dos alunos em situação de desemprego, com baixos salários e carentes de serviços básicos de moradia e saúde (ALBUQUERQUE NETO, 2007, p. 59).

No período dos governos nomeados pelos militares, o Acre conviveu com algumas dificuldades educacionais de grande significação, como: baixa qualificação dos professores; fechamento de escolas; o funcionamento precário dos estabelecimentos escolares; achatamento salarial dos trabalhadores da educação, dentre outros. E mais, priorizou-se a expansão quantitativa em detrimento da qualidade. Ao mesmo tempo em que se incrementava a expansão das vagas, não se ampliava proporcionalmente o quadro de professores, e quando contratavam, eram professores leigos, principalmente para a zona rural. Construíram-se escolas, porém não se ampliava ou reformava as existentes.

Este período foi encerrado com um déficit de 2.300 salas de aula e 3.100 professores. Ficaram fora da escola 32.000 crianças e 53.000 jovens e adultos. Somente 75% da clientela em idade escolar obrigatória era atendida. A evasão e a reprovação juntas atingiam a cifra de 75% do desperdício escolar. Este foi o legado educacional da ditadura militar para o Estado do Acre. Neste quadro a educação de seringueiros foi concebida e deu início às suas primeiras experiências.

Contudo, antes de focalizar a educação do *Projeto Seringueiro*, é preciso situar o *Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural*⁴⁶. Este Seminário é consequência dos debates acontecidos no *I Encontro para Definição de Diretrizes para o Ensino Rural*, realizado em maio de 1980.

⁴⁶ O Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural foi promovido pelo Departamento de Educação da Universidade Federal do Acre – UFAC em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Acre, em agosto de 1980. O *Documento Final* deste Seminário foi redigido por: Léa Maria de Araújo Lima (SEC/AC), Nely Catunda da Cruz (DED/UFAC), Edir Figueiredo Marques de Oliveira (DED/UFAC), Luiz Carvalho Dias (DFA/AC), Creusa Ivone de Araújo (EMATER/AC) e Renato Nunes da Silva (DEC/UFAC).

Seu documento final foi redigido por pessoas de reconhecida competência e comprometimento com a educação e com os setores menos favorecidos da sociedade acreana da época, e destaca que a educação no meio rural é objeto de preocupação não somente de educadores, mas também dos governos federal e estadual, como expressam seus Planos de Ação para o quadriênio de 1979/82.

O Seminário teve como propósito buscar soluções variáveis para as preocupações de ambos os governos, contando com a participação de vários órgãos que atuavam direta ou indiretamente no meio rural. Os principais aspectos enfocados e discutidos foram: o contexto socioeconômico, a infraestrutura rural e a educação no meio rural. Quanto ao documento dele resultante, manifesta uma compreensão de que a educação deve ser pensada a partir do entendimento que se tem da relação homem/natureza, *sendo o homem a nossa preocupação e a terra o fator primordial da produção* (p. 3). Afirma que é o setor primário que potencializa a emancipação da sociedade, motivo pelo qual as políticas de governo devem estar voltadas para esta direção, e que se deve buscar aperfeiçoar o sistema democrático com a ampliação de oportunidade de trabalho e renda. O texto afirma:

As conquistas sociais se fazem na luta e são consolidadas pela organização social e distribuição equilibrada dos fatores de produção. Para que a paz se estabeleça, dentro de um equilíbrio dinâmico, necessário se faz que os desequilíbrios sociais sejam combatidos, e esta tarefa é competência de todos os grupos sociais, não obstante seus interesses específicos, porquanto a ausência desta consciência levará o sistema ao desequilíbrio com prejuízo para toda a sociedade. Se por um lado cabe aos menos afortunados adquirir consciência social, conquistando direitos e assumindo responsabilidades, cabe, por outro lado, aos mais privilegiados reconhecer essa necessidade da dinâmica social como fator de equilíbrio e paz e oferecer, pelos meios que detêm, oportunidades para que se dê, sem grandes sacrifícios, a emancipação social dos menos afortunados (**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 3).

Apesar de manifestar uma ideia de consenso e/ou de equilíbrio, o documento apresenta uma posição política e entendimento de homem e de sociedade onde os princípios democráticos, em uma perspectiva da construção da justiça social, são evidentes. Neste sentido, considera que a educação constitui-se em um elemento fundamental para o desenvolvimento dessa população, especialmente a rural, pois que o fruto do seu trabalho é indispensável para a vida da sociedade como um todo, o que implicaria recompensá-la melhor com renda e bem-estar.

Na sequência o referido documento faz uma análise da situação rural e/ou extrativista do Acre, de seu contexto socioeconômico, nos aspectos de infraestrutura e finaliza com a questão da educação. Em relação ao contexto socioeconômico, destaca aspectos relativos à população, analisando a relação urbano *versus* rural, demonstrando que o Acre, na década de 1970, teve um crescimento significativo da população em ambos os sentidos: rural e urbano. Isto se deu, como dito anteriormente, pelo fato de que uma grande quantidade de pessoas veio para o Acre, oriundas de outras regiões, tanto para se dedicarem à atividade agropecuária, como as que foram para os projetos de assentamento, elevando a população *rural/seringal* de 155.992, em 1970, para 169.134, em 1980. Ao mesmo tempo a população urbana deu um salto, passando de 59.307, em 1970, para 132.169, em 1980, elevando para mais do dobro a população, em apenas uma década. Isto reflete o quanto foi violento o processo de expulsão dos seringueiros de suas colocações de seringa para a periferia das cidades.

Em relação aos aspectos sociais, o documento do Seminário avalia que o Acre volta-se sempre e sobretudo para os problemas urbanos, função das pressões da população que se encontra mais próxima do poder público, enquanto a população *rural/seringal* teria dificuldades de se mobilizar e organizar suas reivindicações. O texto apresenta e analisa, ainda, alguns problemas agravantes que a população rural acreana daquela época vinha passando, tais como: a falta de programas de saúde e assistência médica; os hábitos distorcidos de alimentação; a carência de alguns alimentos básicos indispensáveis à saúde; as habitações impróprias: rústicas, sem conforto e segurança; o isolamento no interior da mata; o analfabetismo quase absoluto, de mais de 80% da população rural; a desorganização social e psicológica: origens abandonadas, famílias desestruturadas, e outras.

Em relação à *educação*, o documento enfoca cinco aspectos: a *situação das escolas*; o *professor*; a *relação escola – comunidade*; o *currículo*; e a *clientela*. No que se refere à *situação das escolas*, o texto alega a inviabilidade da localização das mesmas. Considera que apenas algumas escolas foram construídas pelo governo, sendo a maioria edificada pelas próprias comunidades e, portanto, localizadas em áreas de terras que não são propriedade do governo, e que a grande maioria não possui nenhum tipo de documento de sessão da área pelo seu proprietário. Pela existência de grande especulação fundiária na região, muitas vezes o seringal era vendido a um proprietário que não aceitava o funcionamento daquela escola nas terras que adquire. Vejamos o que registra uma passagem do documento:

[...] nem sempre os novos donos permitem que a escola continue em funcionamento: está em sua terra e, às vezes eles preferem utilizar *melhor* o espaço físico das escolas transformando-as em paiol ou algo semelhante, ou ainda, quando permitem que a escola funcione, interferem, de forma autoritária, negativamente, no desenvolvimento das atividades. Ocorre ainda, e com frequência, o fechamento de escolas que se tornam ociosas em decorrência da mobilidade da população rural que, em grande parte, não tendo acesso à posse da terra é obrigada a um nomadismo pelo qual não optou (**UNIVERSIDADE FERARAL DO ACRE**. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 17).

Uma matéria publicada no Jornal *A Gazeta* reforça a passagem citada acima:

Consta que outras escolas ao longo da estrada Brasileira/Assis Brasil estão fechadas ou funcionando precariamente. Por outro lado, seringueiros que trabalham naquela região informam que o governo construiu várias escolas, *com esforço e bem intencionado mas que de nada valeu* porque estas escolas foram construídas às margens da estrada, onde *proprietários e empresários* que adquiriram as terras, desmataram grande parte da floresta, fazendo com que os seringueiros se deslocassem para os *centros*, ou seja, fossem cada vez se afastando mais das margens, procurando novas colocações de seringas. Os seringueiros informam que seus filhos são obrigados, em alguns locais, a andar até duas horas para assistir aulas (JORNAL A GAZETA. Rio Branco – Acre. Em 9 de agosto de 1980, p. 4.).

Quanto aos professores, o documento destaca que estes geralmente não têm nenhuma formação pedagógica. A grande maioria tem apenas o 1º. Grau completo ou incompleto. Trabalham com salas multisseriadas, atendendo alunos com diferentes idades ao mesmo tempo. Considera, ainda, que apesar de o sistema vir oferecendo, momentaneamente, cursos de formação em regime parcelado, os resultados não têm sido gratificantes devido *aos currículos desenvolvidos nos cursos desvinculados da realidade rural, eminentemente urbana* (p. 18). Consta também daquele documento que as precárias condições de trabalho desestimulam o exercício da função do professor rural/seringal. Este é multifuncional, desenvolvendo, ao mesmo tempo, funções de professor, administrador, pedagogo, servente e, merendeiro. Além disso, é responsável pelo transporte da merenda e do material escolar da cidade até a sua escola, perdendo com isto vários dias letivos e dinheiro pessoal, porque é de sua responsabilidade o pagamento de hospedagem e alimentação e do transporte destes produtos.

Dada a sua importância, a riqueza de detalhes e fecundidade da análise sobre as condições de trabalho do(a) professor(a) rural/seringal à véspera do início das atividades de educação do *Projeto Seringueiro*, transcrevo este trecho do documento sobre o professor(a) rural:

Em virtude de não receber um salário que lhe permita suprir as necessidades básicas suas e da família, se vê obrigado a complementar o suprimento dessas necessidades, desenvolvendo outras atividades geralmente no cultivo de uma pequena agricultura de subsistência, quando dispõe de terra para fazê-lo. Quando isto não ocorre, faz biscates ou trabalha para terceiros. Ambas as situações interferem na sua atuação, pois de pouco ou nenhum tempo dispõe para se dedicar ao preparo das atividades docentes. [...] Participando pouco ou nada do planejamento escolar, o professor rural já é condicionado a receber tudo pronto do sistema, o que lhe tolhe o desenvolvimento da criatividade para superar a grande carência de material didático que se verifica nas escolas rurais. Por outro lado muitas vezes se vê cerceado pela autoridade do *donos da terra*, onde se localiza a escola. [...] Esse conjunto de fatores desfavoráveis acrescido da formação profissional – quando a têm – com base em currículos que só contribuem para atraí-lo para a cidade, graças às características já enfocadas, faz com que o professor rural tenha os olhos voltados para a zona urbana. Na primeira oportunidade, muitas vezes à revelia do sistema, se muda, pleiteia e geralmente consegue ficar numa escola urbana, inchando o sistema com seu despreparo, ou *encostado* nas escolas na ociosa função de inspetor de alunos. (UNIVERSIDADE FERARAL DO ACRE. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 19).

No que diz respeito à relação *escola – comunidade*, o documento assevera que a escola não tem nenhuma proposta para a comunidade, não conhece suas aspirações e nem a envolve na solução de seus problemas, seja de ordem material ou educacional. Considera que a política partidária imbricada nos setores responsáveis pelas políticas públicas de educação têm contribuído para este distanciamento, visto que não busca solucionar os problemas da escola rural de maneira *eficiente e eficaz*, oferecendo apenas soluções paliativas de interesses pessoais e/ou de pequenos grupos e nunca da comunidade. Isto contribui decisivamente para a comunidade perder o interesse em participar e cuidar da escola, *desestimulando a corresponsabilidade, o interesse na busca de soluções efetivas e reduzindo ao favoritismo o nível de aspirações* (UNIVERSIDADE FERARAL DO ACRE. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 20).

Contraditoriamente, esta escola rural, concebida e estruturada numa perspectiva de participação efetiva da comunidade, em função das questões acima colocadas, vai se afastando gradativamente da mesma, que passa a considerá-la *uma coisa do governo*, e que, portanto, ele deve ser o responsável por ela.

Em relação ao *currículo*, o documento do Seminário o considera desvinculado da realidade rural do Acre. É o mesmo das escolas urbanas,

[...] *na sua forma e essência*, com a agravante de não oferecer terminalidade, permanecendo a escola rural nos moldes da Lei 4.024/61, ou seja, estruturada para o ensino primário de 4 séries que por força da Lei 5.692/71, deixou de existir. Assim permanece o ensino anômalo uma vez que nenhum documento emanado do CFE lhe define a situação (**UNIVERSIDADE FERRAZ DO ACRE**. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 20).

Considera, ainda, que o despreparo ou o preparo inadequado dos professores faz com que eles não aproveitem a potencialidade de recursos e motivos disponíveis no meio rural, elaborando e operacionalizando, eles mesmos, um currículo coerente com esta realidade. A própria Secretária de Educação do Acre, em conferência proferida durante aquele Seminário, atribui à inadequação do currículo ali implantado o principal fator que contribui para a evasão e repetência. A este respeito a secretária acrescenta:

Os programas estão sobrecarregados de terminologia e conteúdos, às vezes, elevados para o entendimento do aluno e, quase sempre, tratando de assuntos que não lhe dizem respeito, deixando de lado a oportunidade de conduzi-lo ao conhecimento de sua realidade, preservação e aproveitamento dos recursos que o cercam, orientação para o trabalho que lhe possibilite a melhoria de vida e ponha em ação o seu poder de criatividade e utilização dos conhecimentos na solução de seus problemas. Esta situação não é motivadora para a permanência do aluno na escola, uma vez que este não encontra no que aprende funcionalidade para a vida real (**UNIVERSIDADE FERRAZ DO ACRE**. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 21).

Finalizando, o documento analisa a situação da *clientela*, dos alunos. Salienta que são crianças pré-adolescentes e adolescentes, que não dispõem de nenhuma condição favorável a um bom aprendizado. Além dos problemas com o currículo acima citados, lembra que esta clientela ingressa muito cedo na força de trabalho, o que não permite o cumprimento efetivo do horário escolar. Suas condições de saúde são precárias: a grande maioria é portadora de verminose e sofre de carência alimentar. A precariedade do acesso à escola é desestimuladora. São horas de caminhadas dentro da lama, atravessando igarapés e igapós sobre rústicas pinguelas, por dentro da água e às vezes a nado, correndo o risco de ser picado por algum inseto venenoso, além de ficarem expostos às chuvas e ao sol. O abandono e retorno à escola são freqüentes, e anos e anos se passam sem que o aluno conclua a 4ª série. Além do mais, esses meninos são

[...] subestimados em sua capacidade de aprender por falta de conhecimento e/ou respeito à subcultura a que pertencem, evidenciados nos currículos que lhes são oferecidos e no tratamento desigual que recebem por parte da população

urbana. Resumindo, a clientela escolar da zona rural é carente e desassistida, não havendo até hoje preocupação de atender às necessidades, aspirações e cultura própria (**UNIVERSIDADE FERARAL DO ACRE**. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 21).

No final do mesmo documento, seus elaboradores fazem 17 recomendações ao poder público⁴⁷.

Inexiste informação de que pelo menos em parte tais recomendações tenham sido colocadas em prática pela Secretaria de Educação do Acre ou por outros órgãos estatais. Indiscutivelmente elas constituem, em seu conjunto, o ideal para uma educação rural destinada a atender a população da região em estudo àquela época. No entanto, seus elaboradores em nenhum momento se referem às populações dos seringais, aos seringueiros propriamente ditos.

⁴⁷ Por considerar significativo para a compreensão do momento histórico em que surge a proposta educativa do *Projeto Seringueiro*, transcrevo-as:

1. Que seja oficializada a cessão de áreas para a construção de escolas; 2. Que seja regularizada a posse da terra para favorecer a fixação das famílias; 3. Que seja prevista, na construção das escolas rurais, a residência do professor com área disponível para cultura de subsistência pelo próprio; 4. Que sejam intensificados os programas de conclusão do 1º. Grau para professores rurais; 5. Que seja dada a formação profissional com currículos elaborados de acordo com a realidade rural; 6. Que a orientação oferecida pelo sistema aos professores rurais seja direcionada para o desenvolvimento de sua criatividade; 7. Que sejam oferecidos incentivos financeiros ao professor da zona rural; 8. Que o oferecimento, pelo sistema, de material escolar e de gêneros para a merenda escolar, inclua o transporte dos mesmos até a escola; 9. Que sejam estabelecidos critérios de transferência de professores da zona rural para a zona urbana; 10. Que, da elaboração de currículos para a formação profissional dos professores rurais, participem representantes dos órgãos que atuam nessa área; 11. Que na elaboração de currículos para as escolas rurais participem o professor, a comunidade e técnicos dos órgãos que atuam no meio rural e a Universidade Federal do Acre; 12. Que se promova o levantamento da distribuição espacial da população rural, através do setor de Informática da Secretaria de Educação, com vista à implantação de unidades escolares; 13. Que, quando houver possibilidade de ampliação da escolaridade de 1º. Grau, seja oferecida a iniciação para o trabalho através de programas que permitam a integração com a comunidade, à semelhança da experiência de Passo Fundo, através da unidade volante que, no caso do Acre, parece ser mais viável mediante a utilização de barcos devidamente equipados, completando-se o atendimento às escolas não ribeirinhas com caminhões onde o sistema viário permita acesso; 14. Que a terminalidade real seja oferecida em função de programas de desenvolvimento agrário já implantados ou a implantar com a participação integrada da EMATER, SENAI, INCRA, PIPMO, SDA, COLONACRE, a fim de garantir a infra-estrutura necessária e a absorção da mão de obra qualificada; 15. Que todas as experiências e renovação da Educação Rural sejam realizadas, inicialmente, nos Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs), nos Projetos de Colonização (PCs), nos Núcleos de Apoio Rural Integrados (NARIs) e Cidades Hortigranjeiras (CHg), pela facilidade que oferecem a uma atividade pioneira que necessita ser constantemente acompanhada e avaliada; 16. Que, considerando o que se constatou na literatura pertinente no que diz respeito ao êxodo rural, os currículos não devem voltar-se exclusivamente para a realidade rural. Os currículos devem prever o progresso do aluno de forma a atender suas necessidades de adaptação às constantes mudanças tecnológicas e sociais e à eventual opção pela vida urbana permitindo-lhe, inclusive, a continuidade de estudos; 17. Que se faça o estudo da possibilidade de uma experiência piloto de horários escolares concentrados, em dias alternados, como uma das alternativas para resolver o problema do calendário escolar desde que haja recursos humanos devidamente preparados e alimentação garantida para professores e alunos. (**UNIVERSIDADE FERARAL DO ACRE**. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980, p. 29-30).

Isto nos ajuda a esclarecer que, concretamente, o Acre nunca definiu uma política de educação para as populações dos seringais. Estas, quando incluídas em alguma política pública, são concebidas como rural, sem levar em consideração as particularidades da atividade extrativista. E quando a atividade extrativista é considerada pelas políticas públicas de educação, esta aparece como prática da população rural, como se observa no documento que está sendo comentado. Ressalte-se que esta constatação refere-se ao período em estudo, isto é, de 1981 a 1990.

De qualquer forma, independentemente da confusão ou incompreensão das diferenças entre rural e seringal, o documento contém um quadro estarrecedor da situação da educação não urbana no Estado do Acre, no início dos anos de 1980. Em relação à região de Xapuri, onde tem início o funcionamento das primeiras escolas do *Projeto Seringueiro*, a situação também não é animadora. Em matéria do jornal *A Gazeta do Acre*, intitulada *Em Xapuri, de 34 escolas funcionam 19*, pode-se verificar isso:

Das 34 escolas rurais que tinham em Xapuri no ano passado, apenas 19 estão funcionando, assim mesmo sem condições. Falta de tudo: livros, merenda, farda, sapato, cadernos etc. De acordo com dados da Prefeitura do município, 400 alunos estudam na zona rural, mas esse número, mesmo que seja verdadeiro, não atende a população. É preciso, para amenizar o problema, a construção imediata de mais 10 escolas para abrigarem 500 estudantes [...]. (**JORNAL A GAZETA DO ACRE**. 07 de abril de 1981, p. 2. Rio Branco – Acre).

Provavelmente, por esta insuficiência do poder público em não atender às populações dos seringais com educação, mas também pelas condições políticas e sociais daquele momento, o terreno se tornou fértil para se propor uma educação alternativa, desvinculada do Estado, encaminhada pelo movimento social dos seringueiros. Isto é o que ocorrerá com o *Projeto Seringueiro*, de que tratarei a seguir.

3.2 A Educação de Seringueiros na Amazônia Sul-Occidental (1981 – 1990)

Buscando caracterizar o processo histórico do período em estudo analisando seus conflitos e contradições, avanços e recuos, rupturas e continuidades, esta experiência de educação com seringueiros da região da Amazônia Sul-Occidental pode ser estudada levando em consideração cinco momentos.

O primeiro corresponde aos anos de 1981 e 1982 e tem o propósito de alfabetizar seringueiros adultos, buscando solucionar problema imediato da capacitação de lideranças para organizarem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – STR-X e a Central de Produção e Consumo (CPC), que deu origem à atual Cooperativa Agro-Extrativista (CAE), e atuarem neles. Pretende-se, também, capacitá-los para exercerem as funções de monitor da Igreja Católica e agente de saúde. Este momento se caracteriza, fundamentalmente, por serem as escolas improvisadas e os monitores/professores pessoas externas ao seringal. São cidadãos urbanos que, por alguma razão, assumiram o compromisso de alfabetizar os seringueiros.

O segundo momento corresponde aos anos de 1983 e 1984 e dar continuidade aos propósitos do momento anterior, porém esses dois anos se caracterizam por um período em que todos os monitores/professores são seringueiros alfabetizados pelo próprio Projeto. Ou foram alfabetizados anteriormente, e tiveram que participar de um treinamento de formação para poderem assumir tal responsabilidade.

No terceiro momento, referente aos anos de 1985 e 1986, continua os mesmos propósitos dos dois períodos anteriores, mas este se caracteriza por grandes tensões entre os fazendeiros e os seringueiros, com enfrentamentos diretos, principalmente através da realização dos empates. Estas tensões são refletidas no interior do próprio movimento social e do *Projeto Seringueiro*.

No movimento social há um redirecionamento das discussões sobre a posse da terra, visto que com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, surge a proposta da criação das Reservas Extrativistas (REs), saindo do foco da Reforma Agrária (RA) sustentada na legislação vigente.

Em relação à educação de seringueiros, o propósito inicial de alfabetização de adultos passa a ser questionado, considerando a presença significativa de crianças nas escolas, o que implicou a redefinição do material e recursos didáticos empregados até então. O debate volta-se para a elaboração de novo material didático, novos treinamentos para os professores, para as parcerias e o caráter independente do Projeto, o que levou à saída de várias pessoas e à entrada de outras no mesmo.

O quarto momento, de 1987 e 1988, pode ser caracterizado como um período de transição de uma proposta de educação popular inspirada em ideias de Paulo Freire, para uma proposta de educação escolar propriamente dita, destinada a seringueiros (crianças, jovens e adultos), mas diferenciada tanto da educação oferecida no meio urbano como a oferecida no

rural, mas sem um direcionamento específico para a formação de quadros para atuarem no movimento social. É também o momento em que começa a se consolidar a proposta da Reserva Extrativista (RE) e dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE). Neste sentido os propósitos, políticos e revolucionários que impregnavam os momentos anteriores vão sendo abandonados, assimilados por outros objetivos, de natureza socioambiental e humanista.

O quinto e último momento, transcorrido em 1989 e 1990, se apropria de uma perspectiva da educação mais técnica do que política. O propósito fundamental é estabelecer estratégias que viabilizem uma escola de boa qualidade com padrões de equiparação com as escolas urbanas, mas atenta às especificidades culturais e sociais daquelas comunidades, tendo como pano de fundo as questões ambientais.

Origens e propósitos

As primeiras realizações deste projeto educativo foram na colocação *Já com Fome*, Seringal Nazaré, no município de Xapuri. O Seringal Nazaré, à época, pertencia à *Fazenda Bordon*⁴⁸ e se constituía em uma espécie de quartel-general dos latifundiários do Acre. A positividade das primeiras experiências com esse tipo de educação possibilitou uma rápida expansão para outros seringais e municípios, tornando-se conhecida pelo nome de *Projeto Seringueiro*.

⁴⁸ A *Fazenda Bordon* pertencia a um segmento de empresários paulistas denominado Grupo Bordon, que havia adquirido vários seringais na região de Xapuri, na década de 1970.

que se efetivava inclusive pela falta de leitura e escrita por parte dos seringueiros, facilitando as anotações indevidas do seringalista na *conta corrente* do seringueiro. A manutenção do analfabetismo nos seringais fazia parte do processo de reprodução das bases da expropriação exercida pelo seringalista sobre o seringueiro.

Portanto, inicialmente a luta era contra os antigos padrões seringalistas, em virtude das péssimas condições de trabalho e dos preços sempre baixos da borracha e altíssimos dos produtos *aviados* no barracão, fazendo com que o seringueiro permanecesse sempre com débito. Com o acirramento da crise do extrativismo da borracha, muitos seringalistas faliram e abandonaram seus seringais, deixando milhares de seringueiros ocupando as colocações de seringa por longas décadas, sem lhes exigir nenhum procedimento legal para ali permanecerem, cobrando-lhes uma renda através de um acordo verbal, no máximo.

Isto foi o que caracterizou o chamado *seringueiro liberto*, aquele seringueiro que não tinha mais patrão, nenhum barracão para aviar os produtos necessários à sua sobrevivência no interior da mata, sendo obrigado a entregar a borracha que produzia como pagamento. No entanto, agora teria que encontrar no comércio das vilas ou cidades mais próximas, alguém que lhe fornecesse as mercadorias de que necessitava para pagar com a produção no final da safra.

Isto lhes onerava muito, principalmente porque agora o seringueiro teria que pagar o transporte das mercadorias da cidade até a colocação, e vice-versa. Mesmo assim, os seringueiros passaram a vislumbrar novas perspectivas, já que poderiam administrar o seu próprio negócio, diversificando sua produção, trabalhando em família e controlando melhor o consumo. Muitos inclusive adquiriram animais como muares ou bois para o transporte da produção e das mercadorias, como também de pessoas.

Quando da venda daquelas terras para a nova forma de capital que lá chegou na década de 1970, seus novos donos passaram a exigir a desocupação das áreas compradas. Neste momento se estabelece uma nova luta: dos seringueiros contra os fazendeiros, para não serem expulsos de suas posses. Estes enfrentamentos produziram resultados satisfatórios, e os seringueiros foram aos poucos conquistando o direito de permanecerem em suas posses. Assim, não estavam mais presos ao débito com o barracão e nem precisavam abandonar as terras que ocupavam há décadas, podendo comprar e vender a quem desejassem.

Contudo, apesar da melhoria nas relações de trabalho em função de terem sido, inicialmente, libertados dos laços que os prendiam ao barracão, e adiante terem conquistado o

direito de permanecerem na posse da terra, mesmo que vendida aos fazendeiros, o isolamento no interior da floresta e a consequente fragilidade do sistema de abastecimento os conduziram a reeditarem relações comerciais antes repudiadas pelos patrões seringalistas e preferidas pelos seringueiros. Trata-se das relações comerciais com o *marreteiro*, que nos tempos gloriosos da produção de borracha era conhecido como *regatão*.

Na ocasião, a figura do *marreteiro*, em substituição ao barracão do antigo seringalista, irá produzir relações de dependência mais perversas do que as anteriores. O *marreteiro* de agora é, geralmente, um *preposto* do fazendeiro que, omitindo essa farsa, apresenta-se como um comerciante ambulante bem intencionado, que se dá o sacrifício de conduzir até às colocações mais longínquas, às vezes em vários dias de viagem, os produtos de que o seringueiro necessita. Um trabalho dificultoso e arriscado, porque primeiro ele entrega as mercadorias, para depois receber os produtos (borracha, castanha etc).

A comercialização era feita através da troca da produção dos seringueiros por mercadorias trazidas pelo marreteiro, tendo como referência de valor o preço da borracha estabelecido pelo governo. Mas além deste preço do governo ser insignificante em relação ao custo da produção, o marreteiro negociava por um valor muito mais baixo, alegando o custo do escoamento, fazendo suas mercadorias chegarem à colocação do seringueiro com um preço exorbitante.

O grande propósito do marreteiro, preposto do fazendeiro, era fazer com que o seringueiro acumulasse uma enorme dívida rapidamente, de modo que não conseguisse pagar, a não ser que lhe entregasse a colocação para sanar o débito. Assim, os fazendeiros criavam um instrumento legal para tirarem os seringueiros de suas posses. Havendo resistência, a justiça e a polícia poderiam ser acionadas para fazer a desocupação.

Como a grande maioria dos seringueiros e seus familiares não sabiam ler nem escrever, o marreteiro, e antes o seringalista, registravam as mais absurdas anotações no livro de conta corrente (compra e venda) do seringueiro, levando a um débito cada vez maior e a um rápido endividamento. Esta situação indicava que uma das alternativas para os seringueiros se libertarem da permanente e crescente dívida era se alfabetizarem. Este trecho da entrevista de Aldemir ilustra esta situação:

A pretensão, o objetivo número um dessa educação com seringueiros era exatamente para livrar o seringueiro de uma situação que ele enfrentava [...]. Mas era porque o seringueiro, pelo fato dele não saber ler e não saber escrever, era

explorado por uma pessoa, por um comerciante conhecidíssimo como marreteiro, era um atravessador [...]. Tinha os patrões, os patrões sumiram e surgiram os marreteiros que levavam as mercadorias para os seringais em costa de animais – cavalos, burros – e pelo rio, em barcos. E aí é onde eles ganhavam. Eles chegavam à casa do seringueiro, negociavam a produção – a borracha, a castanha, algo que ele tivesse para venda. Ele comprava aquela produção por um preço mínimo. Fazia a conta, e mostrava para o seringueiro: *Olha, está aqui, sua conta deu isso aqui assim X*. Ele mostrava, mas o seringueiro não tinha como dizer não, porque ele não sabia, não reconhecia um número e não conhecia uma letra. Então tinha que se conformar com o que ele dissesse. Por outro lado, quando ele pegava a produção que colocava na balança, mandava o seringueiro olhar: *olha aqui, sua borracha pesou tanto*. Digamos que pesava duzentos quilos, ele dizia: *Tá aqui, cem quilos*. Como exemplo, né? E ele tinha que aceitar aquilo, porque ele não conhecia. Daí quando ele fazia a conta da renda da produção dele, ele já levava uma parte da conta no peso, e quando vendia a mercadoria, também, já tirava mais uma parte. Então, era uma exploração muito grande, absurda mesmo, que o seringueiro passava nesse momento. E o *Projeto Seringueiro* surgiu exatamente para atacar, para dar um contra-ataque a esta situação, que era alfabetizar o seringueiro para que ele pudesse ter um domínio mínimo da leitura e escrita e, pelo menos, das quatro operações básicas, para ele poder ter um controle da produção, dos seus gastos (Entrevista com **Ademir Pereira Rodrigues**, em 15.07.2009 – Rio Branco).

Ademir observa que, por não saber ler nem escrever, o seringueiro se sujeitava a estas formas violentas de exploração pelo marreteiro, por isto ele considera esta carência o principal motivo para a articulação das escolas do *Projeto Seringueiro*. Destaca a importância histórica do seringueiro, mostrando a grande contribuição que seu trabalho como extrator de látex proporcionou ao país e à região. E referindo-se ao processo de implantação das escolas de seringueiros, considera de grande significação a contribuição do líder sindical e ecologista Chico Mendes, da antropóloga Mary Helena Allegretti Zanoni, da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR-X), de Partidos Políticos e do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Sobre isso ele destaca:

Primeiramente essa proposta partiu do Chico Mendes, que era a liderança sindical na época, lá em Xapuri. Ele foi quem discutiu essa proposta. Ele com a Mary Allegretti, que era a coordenadora do CDOP sendo que mais tarde entrou um dos principais atores desta história, também, que era a Igreja, a Igreja Católica. Não como apoio ao *Projeto Seringueiro*, mas à categoria, ao movimento dos seringueiros. Ela apoiava a categoria e achava que eles tinham que aceitar de alguma forma... Precisavam de alguém que os socorresse. Mas diretamente mesmo, quem apoiou foi o Sindicato. O sindicato dos Trabalhadores Rurais, em sua essência, achou viável a proposta. E, aliás, foi o próprio Chico Mendes que discutiu a proposta e levou para as comunidades. A princípio foi isso. Depois surgiram os partidos políticos, mas simplesmente apoiavam, no discurso apoiavam, mas pra botar a mão na massa, pra fazer alguma coisa, foi o Sindicato. O Sindicato organizava as áreas, aí dizia: *olha, vai para lá com a equipe de educação do Projeto Seringueiro*, que entrava com o CEDOP, depois o CTA. Por sua vez, com a comunidade já organizada, o *Projeto Seringueiro* abria as escolas naquelas comunidades (Entrevista com **Ademir Pereira Rodrigues**, em 15.07.2009. Rio Branco).

Dercy Teles, uma de nossas entrevistadoras, também lembra, comenta que até a chegada dos fazendeiros do centro-sul, dos novos donos das terras, os seringueiros viviam em colocações de seringa de um seringal tradicional que tinha um patrão que os explorava, que com muita ou pouca produção mantinha o fornecimento de mercadorias necessárias à sobrevivência do seringueiro e de sua família, e comprava toda a sua produção.

Com a nova forma de propriedade e produção implantada a partir do início dos anos de 1970, os seringueiros perderam esta garantia e tiveram que resolver por sua conta a comercialização de sua produção. Vejamos alguns trechos do relato de Dercy Teles sobre este tema:

Naquele momento a gente estava vivendo um dilema muito grande, que era a passagem, a saída da figura dos seringalistas e a entrada dos pecuaristas. [...] sem saber como era que iria sobreviver a toda aquela situação, já que os pecuaristas se diziam proprietários de todos os seringais e queriam que todo mundo se retirasse, e ninguém sabia o que fazer, para onde ir [...] À medida que os seringalistas faliram e começaram a vender as terras, a vender os seringais para esses supostos pecuaristas que foram chegando, a gente não tinha mais o fornecedor. E nem tinha como escoar a produção, porque quem fazia isso era o seringalista que tinha os seus meios de fazer o escoamento da produção. Aí a gente ficou meio que em um barco sem remo, no meio do mar, porque não sabíamos o que fazer. Aqueles que foram mais bem sucedidos, começaram a comprar animais de carga para fazer o transporte, e procurar quem comprasse a sua produção. E os outros, que não tinham as mesmas condições, passaram a ser subordinados à figura dos *marreteiros*, que eram aquelas pessoas que surgiram substituindo os seringalistas, só que em um grau de exploração muito maior do que o adotado pelos seringalistas. Hoje tem muita gente que fala que o seringalista explorava, mas se a gente for analisar, ele explorava, mas se justificava, porque o seringueiro não tinha nenhuma preocupação em abrir varadouros, em fazer manutenção de varadouros, em transportar a produção e nem de comprar a feira. Se ele quisesse passar o ano inteiro na colocação dele, ele tinha tudo o que precisava para viver... Se assim trabalhasse. E tinha na porta, tinha em domicílio. Ao contrário do que é hoje, que não tem mais a figura do seringalista e todo o mundo é livre para vender para quem quiser, e comprar de quem quiser, também. Mas, em compensação, não tem para quem vender e nem de quem comprar lá dentro do seringal. Porque, atualmente, aqui em Xapuri, não tem ninguém comprando a borracha, a borracha prensada (Entrevista com **Dercy Teles de Carvalho Cunha**, em 01.10.2009 – Rio Branco – Acre).

Este relato de Dercy reforça a ideia de que a escola, a educação para os seringueiros daquela região foi concebida e articulada a partir de uma necessidade real, concreta. Um problema que os seringueiros tinham: cuidar da organização e comercialização de sua produção. A entrevistada reitera que quando estava na presidência do Sindicato (1981/82),

[...] a gente já estava discutindo essa questão da escola no Seringal, do analfabetismo e da inserção dessa experiência, de se começar a implantar uma escola piloto no Seringal. E quando eu saio da presidência do Sindicato, essa

discussão já estava meio que caminho andado. A gente já participava dessa discussão. E aí eu fui convidada a fazer parte da equipe. Inclusive trabalhei na primeira escola que foi fundada aqui no Seringal Nazaré, lá na Colocação Já com Fome (Entrevista com **Dercy Teles de Carvalho Cunha**, em 01.10.2009. Rio Branco).

Apesar do debate sobre quem teve a ideia e de quem deu início ao trabalho de educação dos seringueiros, deve-se reiterar que a necessidade por educação sentida pelos seringueiros daquela região inscreve-se no contexto geral da luta desses trabalhadores contra os fazendeiros. Sabe-se que em outros momentos históricos os seringueiros reivindicaram *uma escola para seus filhos*. Isto é um fato, os relatos dos tempos passados o comprovam, tal como dito antes. Mas aquela perspectiva era de se criar condição para sair da mata, pois um dos meios mais viáveis para tal, seria educando seus filhos na esperança de conseguirem um emprego na cidade e, assim, se libertarem das péssimas condições de vida do seringal.

No início dos anos de 1980, o quadro era outro. Os cinturões de miséria formados na periferia dos núcleos urbanos por ex-seringueiros, já expulsos de suas colocações durante os anos setenta, ou vindos, por iniciativa própria em busca de dias melhores, indicam que a luta deveria ser para permanecer na floresta. Que a educação – o ler, escrever e fazer contas – seria para ajudá-los a se defenderem de toda e qualquer forma de violência que os obrigassem a deixar as suas colocações. A educação seria para ajudá-los a entender melhor a própria floresta e para melhor defendê-la e explorá-la racionalmente. Daí a educação de seringueiros ter surgido com o propósito de constituir um caminho de resistência. Manoel Estébio, outro de nossos entrevistados, salienta que a educação de seringueiros foi concebida dentro de um contexto em que

[... havia uma situação de extrema exploração dos seringueiros, com o perigo iminente deles serem todos expulsos de suas colocações, onde moravam há décadas. Mesmo assim, estavam ameaçados. Não foram poucos os que tiveram de deixar os seringais, alguns indenizados com quantias ínfimas, outros simplesmente expulsos sem ter nenhum direito reconhecido. Aliás, a primeira escola do *Projeto Seringueiro* que funcionou na colocação *Já com Fome* havia sido indenizada por uma mixaria, pois, com medo de lutar e perder tudo o que construíra durante os longos anos em que morara e trabalhara lá, seu ex-dono não opôs resistência, quando o preposto do fazendeiro chegou e lhe disse que aquele local não lhe pertencia e que era melhor receber o que o fazendeiro benevolmente lhe oferecia do que perder tudo na justiça (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

Para Manoel Estébio, a educação de seringueiros surge com o propósito de fazer a capacitação político-pedagógica daqueles trabalhadores, qualificando-os para a luta contra os latifundiários. Sem saber ler nem escrever, eles poderiam ser facilmente ludibriados pelos

prepostos dos fazendeiros. Por não dominarem o código da escrita, também não podiam ter acesso às informações contidas nos panfletos e documentos produzidos pela Igreja e pelo Sindicato, até então os dois principais organismos de apoio e orientação da luta dos trabalhadores da floresta. No mais, para atuar no Sindicato e na Igreja, era necessária a leitura. O Sindicato, na época ainda tutelado pelo Estado, exigia que o trabalhador fosse no mínimo alfabetizado, para que nele se filiasse. A Igreja também precisava de lideranças alfabetizadas, pois o ofício pastoral nas CEBs demandava a leitura da bíblia e outros materiais.

Ainda sobre as origens e os propósitos desta educação para seringueiros, o professor Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho) lembra que Mary Helena Allegretti Zanoni foi quem elaborou o *Projeto Seringueiro* e quem conseguiu recursos junto ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) para constituir uma cooperativa, com o propósito de libertar os seringueiros dos marreteiros, dos intermediários. Mas sendo os seringueiros analfabetos, não tinha como administrarem a cooperativa. Por esta razão, buscou-se alfabetizar: ensinar os seringueiros adultos a ler, escrever e contar. Este seria o grande objetivo inicial deste projeto educativo. Vejamos o que o professor Arnóbio observa a esse respeito:

Então, o *projeto seringueiro* nasceu como escola de adultos, para que o pessoal tivesse as ferramentas básicas para tocar qualquer cooperativa. [...] o *Projeto Seringueiro* nasceu não como uma rede de escolas, era apenas uma escola. [...] Eles não tinham nenhuma habilidade com isso, não foram formados para isso, não eram professores, não tinham conhecimento do método do Paulo Freire. Então, como nasceu o Projeto? A Mary pediu para uma ONG de São Paulo, o CEDI, fazer a cartilha com o método Paulo Freire. E assim foi feita a Cartilha *Poronga*. O nome foi escolhido pelos próprios seringueiros. Discutiram, mas era uma coisa muito pequena. Era uma coisa localizada, para criar uma cooperativa naquela localidade. Como os seringueiros tinham sede de escola, forçaram a barra do Projeto para eles criarem mais outras escolas. Aí construiu-se uma segunda, depois uma terceira, depois uma quarta escola. Quando a Mary Allegretti saiu, tinham quatro escolas. Então a Mary Allegretti construiu quatro escolas e a Mary Alegretti nunca teve intenção de construir muitas escolas. Quando ela viu que aquilo ali dava certo, que era possível alfabetizar o seringueiro no meio da floresta, ela disse: *bom, nós temos que parar por aqui. O nosso objetivo é apenas mostrar que é possível, que é viável, mas o poder público tem que assumir essa tarefa daqui pra frente*. O Chico Mendes era descrente de que o poder público assumisse. Em parte era descrente e em parte ele nem queria mesmo. Porque ele não queria uma escola fechada, ele queria mesmo era uma escola alternativa. Uma escola que ajudasse a fazer transformações, que ajudasse na luta política, que ajudasse no sindicato, que pudesse inclusive fazer a revolução que era o grande sonho do Chico Mendes. Então, talvez aí tenha sido um pouco o conflito, não tenho certeza, entre o Chico e a equipe do *Projeto Seringueiro*. A equipe do *Projeto Seringueiro* não queria expandir o número de escolas, eles queriam continuar com aquelas quatro escolas (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Completando esses relatos e trazendo novos elementos à discussão das raízes deste projeto, Andréa Dantas relembra que foi durante a pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado que frequentava na Universidade Federal de Brasília (UnB), entre o final dos anos de 1970 e início de 1980, que a antropóloga Mary Helena Allegretti Zanoni, ao investigar as casas de aviamento, entra em contato com a situação em que viviam os seringueiros do Acre. Daí nasce a sua ideia de fazer uma intervenção direta, que pudesse contribuir mais imediatamente para a melhoria das condições de vida daquelas populações dos seringais. Para tanto ela entra em contato com pessoas vinculadas à Universidade Federal do Acre, mais especificamente do Curso de História, e do Centro Acadêmico de seus estudantes, o CALHIS. Vejamos algumas passagens do relato da professora Andréa Dantas:

O que eu tenho de memória é que a Mary Allegretti vem para o Acre fazer a pesquisa da sua dissertação de mestrado, que é sobre as casas de aviamento [...]. E dessa pesquisa ela encontra todo um povo que estava na época fazendo história. Tudo é o CALHIS e o Curso de História. Estavam aqui no Curso de História: você (referindo-se ao pesquisador), o Binho (Arnóbio Marques de Almeida Junior), a Marina (Marina Silva). O Manoel Estébio, que fazia o Curso de Letras, mas também... E agora eu não lembro o nome... Darcy (sindicalista de Xapuri). Todo esse pessoal de algum modo estava enfronhado com as questões ligadas à igreja, que é quem patrocinava e incentivava as discussões por aqui sobre as questões de terra. De outro lado, você tinha uma entrada pesada, pelo menos na região de Xapuri, de uma empresa chamada Bordon (Fazenda Bordon), que estava expropriando os seringueiros. Tinha a ideia de comprar vários seringais, desmatar tudo, botar pasto, criar boi, montar uma superfábrica de carne enlatada. Mais ou menos isso. E esse grupo agrega essa discussão da defesa dos nativos, da terra, contrária à invasão dos estrangeiros (referindo-se aos sulistas) [...]. E esse grupo, que tem uma formação quase bolchevique de defesa da terra, da formação de uma... De um... sei lá... De um comando, de um pensamento que pudesse não ceder às pressões capitalistas, que não deixassem as pessoas trabalhar. Eu acho que a Mary Allegretti consegue capitalizar essas ideias, e consegue controlar essas ideias e dar um encaminhamento pra essas questões, pelo menos essa era a história sempre contada dentro do *Projeto Seringueiro* na época que eu lá estive. E daí, portanto, você vai agregando outras lideranças como o próprio Chico Mendes, como Wilson Pinheiro e outros tantos que já têm embates próprios e locais e que encontram nesse grupo a força para fazer com que as vozes deles venham até a cidade, venham até aos governantes. É quando se vão ter os movimentos de *empates*, que é de empatar mesmo, de não deixar derrubar. Então a memória que eu tenho, do que eu ouvi, não do que eu vivi, é essa, é uma coisa que se inicia nesse percurso (Entrevista com **Andréa Maria Lopes Dantas**, em 08.12.2010 – Rio Branco – Acre).

Entre outras de suas considerações, a professora Andréia Dantas inclui no debate as articulações e ações dos movimentos urbanos com o rural, com o ambiental, com a floresta, o que de fato assim o era. Indica que havia uma sintonia, uma combinação de interesses entre os movimentos destes dois setores, independentemente de suas divergências políticas e ideológicas, mas todos identificados no campo da esquerda. Ela própria não era filiada a

nenhum partido e/ou tendência, mas estava sempre nos embates políticos dentro da Universidade.

Outro elemento importante, nos antecedentes da educação do *Projeto Seringueiro*, foi uma experiência desenvolvida por um voluntário da Igreja Católica, Estanislau Paulo Klein⁵⁰, que antes mesmo das primeiras escolas serem criadas, alfabetizou um grupo de 22 seringueiros dos seringais Independência e São Francisco, na região de Xapuri, em 1980 e 1981, demonstrando que a empreitada era possível.

Observa-se, de forma geral, que as origens e o propósito desta educação do *Projeto Seringueiro* indicam diversas direções. Contudo, consta-se nos relatos dos entrevistados e na documentação pesquisada, que a ideia de alfabetizar os seringueiros para cuidarem da Cooperativa, do Sindicato, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de sua saúde, foi uma constante. Os principais líderes do movimento social dos seringueiros daquela região como Chico Mendes e Raimundo Barros, por exemplo, sempre falavam principalmente nessas coisas: *cooperativismo* e *alfabetização*. Por esta razão decidiram convidar algumas pessoas em Rio Branco (Acre) para cuidarem desses assuntos.

Dito isso, apresento adiante algumas principais ações do *Projeto Seringueiro*, na área de educação, realizadas durante o período em estudo, 1981 a 1990, relacionando-as às questões da Cooperativa, do Sindicato e da atuação da Igreja Católica naquela região, como também com as entidades/instituições proponentes e financiadoras do Projeto, incluindo o Estado.

O primeiro momento (1981/82)

O processo de alfabetização dos seringueiros na região da Amazônia Sul-Occidental, iniciado como experiência pioneira no final de 1980, com o trabalho de Estanislau Paulo Klein, continuou de forma esporádica durante todo o ano de 1981, com Ronaldo Lima de Oliveira e sua esposa Marlete Oliveira, e vai se efetivar, de forma regular, em 1982.

⁵⁰ Estanislau Paulo Klein era um voluntário da Igreja Católica, que adentrou a floresta da região, com o propósito de fazer a catequese e prestar assistência social aos seringueiros, na condição de protético dentário. Concedeu entrevista a este pesquisador em fevereiro de 1999, no município de Xapuri(Acre).

O primeiro momento desta experiência educativa, transcorrido em 1981 e 1982, como dito anteriormente, tinha como preocupação fundamental ensinar os seringueiros adultos a ler, escrever e contar, para organizarem e atuarem nos Núcleos de Produção e Consumo (NPC), como agentes de saúde, no Sindicato e como monitores da Igreja Católica, numa perspectiva de educação popular.

O financiamento da parte voltada para os Núcleos de Produção e Consumo (NPC) foi negociado principalmente com a Coordenação Ecumênica de serviço (CESE) e Oxford Family (OXFAM); e os recursos destinados à educação foram negociados com o Projeto Integração, do MEC, que atendeu inicialmente com verba para a produção do material didático e salários de seis pessoas até 1985 (SOUZA, 1999).

Constam da primeira versão do *Projeto Seringueiro*⁵¹ duas etapas. Uma destinada à elaboração de materiais didático, a se realizar de agosto a dezembro de 1981, e a outra destinada à implantação definitiva da primeira escola, prevista para dezembro de 1981 a abril de 1982. Como a liberação dos recursos para a construção da escola atrasou, a comunidade improvisou uma outra, na colocação *Deserto* (ou *Já com Fome*), no próprio seringal Nazaré. Funcionou em um galpão de chão batido, recebendo o nome do líder sindical assassinado Wilson de Souza Pinheiro, sendo que as aulas, conforme previstas, começaram em dezembro de 1981. Quanto ao material didático, este ficou dependendo da liberação dos recursos⁵².

Considerando a necessidade de o Sindicato instalar novas delegacias e a Igreja Católica seus núcleos de base, o apoio dessas instituições foi decisivo para a rápida expansão das escolas em outros seringais. Em 1982, segundo ano de funcionamento do Projeto, foram construídas mais três escolas de chão batido e com material rústico colhido na mata: pau roliço, palha, etc. Foram elas: Escola *União*, na colocação *Rio Branco*, Seringal Floresta; Escola *Fé em Deus*, na colocação *Caboré*, Seringal Boa Vista e a Escola *João Eduardo*, na colocação *Itapissuma*, Seringal São Pedro. Esta última escola, além dos novos alunos, passou a atender aos alunos do Seringal São Pedro, que antes estudavam no Seringal Nazaré. Foi

⁵¹ A primeira versão deste projeto chamava-se **PROJETO SERINGUEIRO**: Cooperativa, Educação e Saúde para Seringueiros de Xapuri – Acre. Elaborado inicialmente pelo Centro Acreano de Informação e Pesquisa (CAIP), em agosto de 1981.

⁵² Estas informações foram extraídas do Histórico do Projeto Seringueiro, constante da Minuta do Projeto Pedagógico – 1995.

também implantada uma Central de Produção e Consumo (CPC) nesta colocação, destinada a atender às famílias do Seringal São Pedro, especificamente.

Para atender à demanda, em setembro de 1982 foi incorporado ao Projeto o casal Manoel Estébio Carvalho da Cunha, ex-seminarista com experiência de trabalho na Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Acre, e sua esposa Dercy Teles de Carvalho Cunha, ex-presidente do STR de Xapuri, para atuar no Seringal Nazaré. E ainda durante o segundo semestre de 1982, ingressou o casal Djacira Maria Maia de Oliveira (Dedê), ex-integrante da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), e seu companheiro Mário Silva, fotógrafo, que se encarregaram da escola e da cooperativa do Seringal São Pedro. (SOUZA, 1999).

Para começarem as aulas no São Pedro, algumas providências tiveram que ser tomadas. Primeiro, os dois últimos monitores tiveram que fazer um estágio de duas semanas na escola do seringal Nazaré. Depois, visitaram várias colocações a fim de verificarem o interesse dos seringueiros em frequentarem a escola. À primeira reunião compareceram 35 pessoas, entre adultos e crianças, que decidiram o seguinte: a colocação na qual seria construída a escola, como construí-la, como seria a alimentação dos alunos durante os dias de aula, os dias em que haveria aulas etc. No final, seguiu-se praticamente o modelo do Seringal Nazaré, inclusive com as aulas programadas somente para os finais de semana. (BASÍLIO, 1992; SOUZA, 1999).

Em relação ao material didático utilizado pelos monitores/professores, foi produzida a Cartilha *Poronga*, baseada na experiência freiriana de alfabetização de adultos, cujas palavras geradoras foram pesquisadas no universo vocabular dos seringueiros que seriam alfabetizados. Para a sua elaboração, o CEDOP AMAZÔNIA contratou a assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. E os recursos financeiros que a custearam vieram do Projeto Interação, do MEC⁵³.

No final de 1982, a equipe estava assim constituída: Ronaldo, encarregado da coordenação da Central de Produção e Consumo (CPC) do Seringal Nazaré; Marlete e Dercy, responsáveis pela escola também do Nazaré; Dedê e Mário assumiram a coordenação geral do

⁵³ Dos recursos solicitados à CESE/OXFAM, num valor de CR\$ 1.091.882,00 (um milhão, noventa e um mil e oitocentos e oitenta e dois cruzeiros), só foram liberados CR\$ 212.120,00 (duzentos e doze mil e cento e vinte cruzeiros). Com este valor irrisório, vistas as ampliações havidas, foi solicitada e atendida uma suplementação no valor de CR\$ 314.679,00 (trezentos e quatorze mil seiscentos e setenta e nove cruzeiros), para o pagamento de bolsa alimentação dos monitores/professores que iriam participar do curso de formação, previsto para o início do ano seguinte.

núcleo (Escola e CPC) do Seringal São Pedro; Manoel Estébio assessorando o Sindicato e Mary Allegretti, que ficou no CEDOP AMAZÔNIA, em Rio Branco, assumindo a coordenação geral do *Projeto Seringueiro* e articulando novos financiamentos.

Cabe destacar que antes mesmo de se concluir o processo de alfabetização da primeira turma, do Seringal Nazaré, no final de 1982, momento em que se fazia uma avaliação geral do Projeto, inclusive, em razão da abertura da escola do São Pedro, decidiu-se por uma revisão da cartilha *Poronga*. Alguns problemas foram detectados durante as aulas no Seringal Nazaré, e a revisão contou com a assessoria do CEDI, de São Paulo.

As informações de Sandra Tereza Cadiolli BASÍLIO (1992) indicam vários problemas de ordem interna, que teriam dificultado o bom desenvolvimento dos trabalhos. Sintetizo a seguir os que são considerados mais significativos, sem ordem de prioridade e sem uma rígida separação entre questões de Escola e de Cooperativa:

- a) formação inadequada dos agentes (monitores/professores) em relação aos propósitos do *método* adotado, a proposta freiriana de alfabetização de adultos;
- b) constante deslocamento dos agentes (monitores/professores) para a cidade, buscando resolver problemas do projeto ou de ordem particular ou, ainda, por questões de falta de adaptação na floresta;
- c) sobrecarga de trabalho dos agentes (monitores/professores), tendo que darem aulas, administrarem a Cooperativa e trabalhar para o próprio sustento;
- d) ritmo de trabalho totalmente diferenciado entre Escola e Cooperativa;
- e) presença de pessoas de fora (agentes externos, da cidade), criando uma certa dependência e, portanto, inibindo as iniciativas dos membros da comunidade;
- f) falhas da Cartilha *Poronga* em relação ao método de alfabetização, tanto no que tange ao formato das letras (maiúsculas e de fôrma) como em relação às palavras geradoras, que não produziam a motivação esperada, para que fosse possível o debate conscientizador;
- g) os desníveis de idade e do grau de assimilação dos alunos;
- h) aulas somente nos finais de semana;
- i) dificuldades no transporte das mercadorias e no escoamento da produção;
- j) inflação superior ao aumento dos preços dos produtos;

l) interferência das grandes famílias de seringueiros na condução dos trabalhos da central de produção e consumo (Cooperativa).

Sobre esse último ponto, Sandra Basílio observa que:

As famílias associadas não concordavam também com a forma de organização da Central de Produção e Consumo, a qual identificaram como um novo barracão, se negando a pagar o acréscimo de 30% sobre o preço da compra das mercadorias (BASÍLIO, 1992, p. 111).

Pensando numa solução para os problemas acima indicados e com o propósito de expandir as ações ligadas à educação, foram definidas as ações para o período de abril de 1983 a março de 1984⁵⁴, priorizando a Escola, numa tentativa de dissociá-la do movimento cooperativista. A partir de então, os trabalhos já desenvolvidos foram considerados experiências piloto, ficando aquelas escolas conhecidas como *escolas cooperativas*, para se diferenciarem das próximas, que deveriam preocupar-se, fundamentalmente, com a alfabetização e a iniciação à matemática. Portanto, primeiro a escola prepararia a comunidade, depois ela própria se organizava em Cooperativa.

Segundo momento (1983/84)

O segundo momento desta experiência educativa tem início em 1983, quando a escola passa a ser conduzida pelos próprios seringueiros, os já alfabetizados, mantendo suas rotinas diárias de trabalho no corte da seringa, na coleta da castanha, cuidando dos rosados, etc. O trabalho na escola seria uma cooperação com a comunidade, sem remuneração. Assim sendo, a programação das aulas deveria ser de acordo com o calendário geral de atividades do seringal. Agora, o papel da equipe do *Projeto Seringueiro*, na condição de agentes externos, seria o de treinar, assessorar e acompanhar os monitores/professores durante todo o processo educacional. No bojo dessas discussões foi proposto, inclusive, que o *Projeto Seringueiro* passasse a ser administrado pelo próprio Sindicato, e não mais por uma entidade externa, no caso uma ONG, o CTA. A proposta não se efetivou, mas em abril de 1983 os agentes externos

⁵⁴ **PROJETO SERINGUEIRO**. Proposta de Trabalho. Março de 1983. Para o período de abril de 1983 a março de 1984. Caixa Arquivo do **Projeto Seringueiro I**. Sala do Projeto Seringueiro/Educação. Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Rio Branco - Acre.

saíram das colocações dos seringais (**PROJETO SERINGUEIRO**. Documento de Avaliação. Rio Branco – Acre, 1984. Arquivos do CTA).

Prevendo a ampliação dos trabalhos e a impossibilidade de Mary Alegretti estar presente nos seringais, para o devido acompanhamento do Projeto, em janeiro de 1983 a socióloga e professora da UFAC Eloísa Winter do Nascimento foi incorporada à equipe. Isso contribuiu para que, durante 1983, as quatro escolas já implantadas continuassem funcionando e fossem implantadas mais três: Escola Nova Esperança, na colocação Mato Grosso, Seringal Nova Esperança; a Escola Jesus Matias, na colocação Pimenteira, Seringal Boa Vista; e Escola Caboré, na colocação Caboré, também Seringal Boa Vista. E com a liberação dos recursos financeiros destinados à construção de escolas, negociados com a CESE/OXFAM e o Projeto Interação (MEC), as escolas se instalaram provisoriamente e a partir de maio de 1983 passaram a receber suas construções definitivas (SOUZA, 1999).

Apesar do entendimento de que a equipe do *Projeto Seringueiro*, ligada à educação, não mais se envolveria com as cooperativas, Ronaldo Lima foi convidado e colaborou com a implantação de mais duas delas: uma no Seringal Boa Vista e outra no Seringal Floresta. Essas cooperativas, como as demais, seguiram sempre o modelo da primeira delas, montada no Seringal Nazaré, exceto a do Seringal São Pedro, que, apesar de ter se desmembrado daquele, seus agentes, Dedê e Mário, seguiram outro caminho. Criaram uma série de desavenças com os seringueiros sócios e com o próprio Ronaldo. Vejamos o que BASÍLIO (1992) observa quanto a isso:

[...] segundo Ronaldo, os componentes dessa Cooperativa reclamavam que não havia mais mercadorias, que o fundo de reserva deveria ser usado para evitar a venda da borracha aos marreteiros, mas já estava começando a ser gasto sem prioridade e que todo o material estava em total abandono. Teriam dito ainda que, em relação à atuação de Mário, este dava idéias, mas depois ia embora, e o que ele dizia não estava dando certo. Por todos esses motivos, solicitavam urgentes medidas na solução dos problemas, chegando mesmo a propor novamente a sua junção com o Nazaré. Ronaldo concluiu que os trabalhos desenvolvidos no São Pedro após a ida de Dedê e Mário foram inconsequentes, uma vez que todo o trabalho iniciado juntamente com o pessoal do Nazaré tomou rumo totalmente diverso da linha programada pelo projeto e em consequência teria que ser refeito, dado que economicamente a Cooperativa do São Pedro estava em total falência, com perigo de alguns membros da comunidade voltarem ao tradicional sistema de submissão aos patrões e marreteiros (BASÍLIO, 1992, p. 116).

Ainda no primeiro semestre de 1983, foi incorporado ao Projeto o casal Armando Soares, ex-indigenista, e Maria de Fátima Ferreira da Silva, que atuava nas CEBs de Rio Branco. Em agosto do mesmo ano, realizou-se o treinamento para a preparação dos novos

monitores/professores, que, a partir de então, passariam a ser os próprios seringueiros. Esse treinamento, realizado em Rio Branco, apresentou de início dois grandes problemas: a equipe do Projeto não estava preparada, não tinha qualificação adequada para ministrar um treinamento de formação de professores e, por outro lado, os monitores/professores a serem treinados eram quase todos leigos, semi-alfabetizados e com pouca escolarização formal. A maioria foi alfabetizada no próprio seringal com a mãe, pai ou outra pessoa. Outros eram, inclusive, ex-alunos das escolas do *Projeto Seringueiro*. No mais, os poucos que tinham uma formação melhor eram os mais novos, faltando-lhes, uma boa formação política, o que se exigia para esse tipo de responsabilidade. Deste modo, o treinamento trabalhou mais as técnicas de alfabetização do que a formação política, deixando a equipe bastante apreensiva com o resultado futuro dos trabalhos (**RELATÓRIO** de Atividades do Projeto Seringueiro e Proposta de Continuidade. Elaborado por Manoel Estébio Cavalcante da Cunha. Rio Branco - Acre, 15 de janeiro de 1986. Arquivos do CTA).

De acordo com informações extraídas do Relatório do Primeiro Treinamento de Monitores do *Projeto Seringueiro*, realizado em Rio Branco – Acre, em agosto de 1983, participaram deste treinamento um total de 14 monitores/professores das escolas do *Projeto Seringueiro*. Tais monitores/professores se distribuem nas seguintes colocações e seringais: Rio Branco/Floresta – 4; Mato Grosso/Nova Esperança – 3; Caboré/Boa Vista – 2; Deserto/Nazaré – 2; Município de Brasileia/Estrada Velha – 1; Pimenteira/Boa Vista – 1 e Itapissuma/São Pedro – 1.

A partir de então, as escolas ficaram sob a responsabilidade de monitores/professores escolhidos na e pela própria comunidade, com o compromisso de alfabetizar e ensinar as operações matemáticas básicas aos seringueiros de sua comunidade, dentro de um programa que combinasse o calendário das atividades produtivas com os da escola, do Sindicato e da Igreja Católica, visto que neste período as atividades do monitor/professor já eram de caráter voluntário, ou seja, a título de colaboração e sem remuneração.

No entanto, o pessoal externo que compunha a equipe do Projeto, os supervisores – como ficaram sendo chamados, recebiam salários pagos com os recursos oriundos das agências financiadoras. Os monitores até então não sabiam disso, o que lhes provocou uma grande insatisfação, fazendo com que a avaliação seguinte indicasse que o Projeto deveria buscar a parceria do Estado para o pagamento dos professores, fato que começou a acontecer a partir de 1985 (**RELATÓRIO** de Atividades do Projeto Seringueiro e Proposta de

Continuidade. Elaborado por Manoel Estébio Cavalcante da Cunha. Rio Branco - Acre, 15 de janeiro de 1986. Arquivos do CTA).

Nesse momento a equipe do Projeto começou a admitir que essas escolas deveriam ser assumidas pelo poder público, mas sem perder suas características originárias, inclusive mantendo todo o pessoal envolvido. Para tal, principalmente no que se refere aos professores, tornava-se necessário que eles fossem melhor preparados e a organização da escola mais condizente com a realidade do seringal, sendo equipadas, com animais para os transportes, por exemplo.

Essa nova proposta foi apresentada ao CEDOP AMAZÔNIA pela antropóloga Mary Allegretti, que considerou a experiência já esgotada e o CEDOP AMAZÔNIA em processo de extinção. Deste modo, dava por encerrada sua participação no *Projeto Seringueiro*. A equipe do Projeto e as demais lideranças sindicais envolvidas discordaram da postura da antropóloga, alegando que ela deveria respeitar a avaliação do conjunto do movimento e não somente seu próprio ponto de vista. Por fim, confirmou-se a saída de Mary Allegretti, assumindo a coordenação geral do Projeto a socióloga Eloísa Winter do Nascimento.

O relatório das atividades desenvolvidas durante o ano de 1983 indica que mesmo com estes enfrentamentos e contradições, o trabalho produziu resultados positivos. O documento registra que no período o grupo se constitui como equipe, com uma visão de trabalho mais amadurecida, com a participação efetiva da comunidade, tanto discutindo como formulando propostas. Considera que as ações realizadas proporcionaram uma melhor convivência entre os membros das comunidades envolvidas, criando alternativas para modificação dos seus modos de vida, a partir do conhecimento e reflexão de suas histórias e de suas culturas.

Nos primeiros meses de 1984, a equipe ainda estava às voltas com um levantamento, iniciado logo após o treinamento de agosto de 1983, sobre a real situação das escolas e das cooperativas, com o propósito de melhor definir as ações para aquele ano. Concluídos os trabalhos, tratou-se de estabelecer as próximas ações. A prioridade foi dada ao debate sobre a institucionalização das escolas e a definição de uma proposta pedagógica para a alfabetização das crianças, como também à produção de um material próprio para a pós-alfabetização. Previu-se, também, a realização de uma recuperação sistemática do histórico do Projeto, tentando compreender melhor a relação Escola X Cooperativa. Ficou igualmente definida a necessidade de se realizarem estudos objetivando um aprofundamento do conhecimento da cultura do seringal. Por fim, decidiu-se pela continuidade do acompanhamento, assessoramento sistemático nas escolas, e a realização de um novo treinamento para os

monitores/professores (**PROJETO SERINGUEIRO**. Documento de avaliação. Rio Branco – Acre, 1984. Arquivos do CTA).

A questão da institucionalização vai impregnar todas as ações futuras, as divergências eram evidentes. Alguns defendiam que, sendo a educação uma responsabilidade, um dever do poder público, o município, estado, governo federal deveriam assumir definitivamente as escolas, pois não era função da comunidade, tampouco do Projeto, a sua manutenção. Neste caso, os trabalhadores da floresta deveriam lutar para garantir seus direitos e conquistar seu espaço na sociedade.

Outros, contrários a essa posição, defendiam que o Sindicato deveria assumir a questão do Projeto, buscando recursos somente nas entidades financiadoras que estivessem afinadas com os propósitos do movimento, evitando qualquer tipo de atrelamento. Neste sentido, a educação dos seringueiros deveria continuar como um instrumento de conscientização dos trabalhadores da floresta e de preparação política para a luta contra seus opressores, resgatando, por conseguinte, seus propósitos iniciais. Neste caso, a escola deveria ser extensiva a todos os trabalhadores da floresta e/ou zona rural, de maneira autônoma, sem os vícios do Estado considerado conservador e opressor. O movimento sindical e ambientalista caminharia junto com a escola articulando os elementos necessários para a construção de uma nova sociedade, justa e igualitária. Negava-se aqui qualquer tipo de institucionalização, exceto a sindical (SOUZA, 1999).

Mas havia ainda os que propugnavam a continuidade do projeto como um interlocutor entre o poder público e as escolas da floresta. Deste modo, com o apoio da equipe do projeto, a comunidade definiria o que ela realmente queria, levando em consideração suas particularidades culturais e seus diferentes interesses. O Projeto executaria as ações dentro de uma programação combinada com a comunidade, cabendo ao poder público a responsabilidade de oferecer as condições necessárias para que o processo educativo se efetivasse.

Na sequência, o que se observa é uma mesclagem desses três entendimentos, prevalecendo, contudo, uma posição manifesta de que o Estado deveria reconhecer e legalizar o processo educativo até então realizado, como também dos que seriam realizados, expedindo os respectivos certificados, contratando os professores e fornecendo material didático e merenda escolar. A partir de então, esse aspecto irá se constituir numa preocupação permanente da equipe do Projeto.

Os iniciadores do Projeto, Ronaldo Lima e Marlete, afastaram-se no início de 1984, indo residir em Brasília, visto que Ronaldo passou a trabalhar numa representação da OXFAM naquela cidade. A equipe ficou reduzida a cinco pessoas: Manoel Estébio, Dercy Teles, Armando, Fátima e Eloísa Winter. Mary Alegretti já havia saído. Em relação aos financiamentos, com a extinção do CEDOP/AM, buscou-se outras vias, como a Fundação Cultural do Acre e o Grupo Terra Norte. (SOUZA, 1999).

Na tentativa de viabilizar um método para a alfabetização das crianças, que já eram numerosas nas escolas junto com os adultos, buscou-se, sem êxito, ajuda do CEDI; e do MEC, que se efetivou, inclusive com assessoramento direto. No entanto em uma das visitas a assessora do MEC não chegou a um entendimento com a coordenadora geral do Projeto, Eloísa Winter, provocando seu afastamento em meados de 1984. A equipe ficou, então, com apenas quatro componentes: Manoel Estébio, Dercy Teles, Armando e Fátima. No mesmo ano, porém, foram incorporados Nonato Marques e Raimundo Nonato, sendo que Marlete retornou de Brasília em novembro de 1984.

Em relação à sua saída, Eloísa Winter faz o seguinte comentário em uma entrevista concedida à Sandra BASÍLIO:

[...] o MEC fazia um acompanhamento direcionado e eu tinha uma série de desconfianças quanto àquele projeto de integração com os diferentes contextos culturais, porque me parecia, como me parece hoje, uma política extremamente conservadora. Quer dizer, você faz uma apologia de uma cultura de miséria no sentido de você manter a postura de miséria e uma concepção intervencionista também, que era exatamente a postura que eu negava. Você não poderia ter uma postura intervencionista junto ao pessoal, à época que deu o rolo, uma assessoria que veio do MEC, criticou essa minha postura, que eu tinha uma postura muito passiva ante os seringueiros, enfim, eu acho que aquele espaço criado pelo governo federal naquele período, para mim era um pseudoespaço (Entrevista com **Eloísa Winter do Nascimento**, realizada por Sandra Tereza Cadiolli Basílio, 1991).

Ainda sobre essa questão da parceria com o MEC e a saída da Eloísa, Manoel Estébio faz o seguinte comentário:

[...] foi um verdadeiro beco sem saída, haja vista que o apoio financeiro que recebemos dessa instituição era indispensável para o desenvolvimento de nossa proposta. Ficamos realmente numa situação muito delicada, já que estávamos atuando em cinco comunidades, nas quais mantínhamos quatro cooperativas e seis escolas. Como atendê-las com uma equipe de quatro pessoas e logo agora, que estávamos levantando a situação real de todas elas para poder dar continuidade e preparar um treinamento condizente com a realidade de cada comunidade e que levasse em conta as reais necessidades dos monitores? (**Relatório** de Atividades do *Projeto Seringueiro* e Proposta de Continuidade, elaborado por Manoel Estébio Cavalcante da Cunha. Rio Branco, 15.01.86, p. 4-5).

Observa-se que das atividades planejadas para o ano de 1984 muito pouco foi realizado, visto que os recursos só foram liberados em novembro, exigindo que tudo fosse reprogramado. No entanto, duas grandes conquistas foram evidenciadas: a Secretaria de Estado de Educação, mediante entendimento com o Ministério da Cultura e o *Projeto Seringueiro*, responsabilizou-se pelo pagamento dos monitores/professores e pelo fornecimento da merenda escolar. Para efetivar o pagamento, o Estado firmou um contrato com os professores, estabelecendo que eles só poderiam lecionar em escolas do Projeto evitando, portanto, a transferência para o meio urbano ou para outras escolas.

O relatório produzido a partir dos levantamentos efetivados pela equipe durante o ano de 1984, indica uma série de problemas internos ao Projeto. A equipe concluiu que as comunidades mais problemáticas eram exatamente as duas primeiras: as dos seringais Nazaré e São Pedro. Ambas rejeitaram os monitores/professores da escola e os gerentes das cooperativas por pertencerem à própria comunidade. As grandes famílias, constituindo-se na maioria dos membros da comunidade, aprovavam nas assembleias somente aquilo que lhes interessava, rejeitando as orientações da equipe do Projeto. Quanto a essa rejeição do monitor/professor, segundo Manoel Estébio, eles alegaram que *ele é igual à gente, porque estudou conosco*, motivo pelo qual não o aceitavam. Preferiam um membro da equipe, um agente externo, que, segundo eles, estava mais preparado do que qualquer um da comunidade.

No que se refere ao funcionamento da cooperativa, continuou problemático. Alguns seringueiros passaram a consumir mais do que quando compravam do marreteiro, em um período igual de tempo, e não repunham em borracha e castanha o valor correspondente ao seu consumo, inviabilizando a aquisição de uma nova remessa de mercadorias na mesma quantidade da anterior. Tornou-se ainda mais grave o fato de que a pequena produção de borracha e castanha entregue à Cooperativa não resultava de uma produção menor, mas do desvio dos produtos para trocá-los por outros bens com o marreteiro. Manoel Estébio, em seu relatório, comenta o assunto:

[...] a gente não percebia que eles repetiam e refletiam as propostas, dizendo que estavam entendendo, que era uma coisa coletiva, mas na verdade a maioria se colocava individualmente em relação à cooperativa, como se a gente fosse um *patrão bom*, e eles poderiam fazer determinadas coisas que com o patrão eles não poderiam fazer. Sabiam que a gente não ia reprimir, então eles ficavam mais à vontade, [...]. Como eles já estavam com a mercadoria para se alimentar e na cabeça deles aquilo era uma coisa deles, era um direito adquirido, então raciocinavam assim: *Bom, já que a gente não tem mais necessidade de comprar as coisas básicas...* Então muitas pessoas desviaram a produção para comprar coisas supérfluas que os marreteiros ofereciam, com a finalidade de implodir o sucesso da

cooperativa. Alguns seringueiros adquiriram radiola, que é uma coisa que não fazia muito sentido naquela conjuntura, mas o pessoal adquiria. Uma coisa séria no seringal era o vício de bebidas alcoólicas: as pessoas compravam de estoque, caixas de pinga, que é supercara no seringal. [...] Mas os seringueiros que colocaram a borracha para repor o estoque tiveram saldos e perceberam que aquela metodologia era viável (**Relatório** de Atividades do *Projeto Seringueiro* e Proposta de Continuidade, elaborado por Manoel Estébio Cavalcante da Cunha. Rio Branco, 15.01.86).

Outro aspecto a considerar refere-se às disputas e divergências internas, tanto em função da direção da Cooperativa como em relação ao funcionamento da Escola. A avaliação final do ano de 1984, realizada pela equipe do Projeto, concluiu que a saída de seus membros das áreas onde atuavam, passando a exercer a função de supervisores, não deu resultados positivos, visto que os monitores/professores seringueiros não estavam suficientemente preparados para assumirem a escola.

A equipe conclui sua avaliação reforçando seus propósitos e indicando como o Projeto deveria funcionar doravante:

Somos um grupo que desenvolve um trabalho junto a uma comunidade carente e por isso temos responsabilidade para com ela. Somos agentes transformadores e não apenas meros espectadores da realidade do seringal. A partir destas reflexões, o *Projeto Seringueiro* faz algumas mudanças no seu programa e objetivos de trabalho, ficando em constante análise e aberto para discussão com pessoas ou grupos que possam ou tenham interesse em contribuir para o bom andamento do trabalho. Cada escola será assistida por um técnico do projeto, que ficará um mês na área e quinze dias na cidade. Este técnico terá atuação dentro da sala de aula juntamente com o monitor-seringueiro na perspectiva de dar continuidade à formação destes monitores na própria área, dinamizando não só o processo de alfabetização enquanto leitura e escrita, mas trabalhando o universo cultural do seringueiro. Fica entendido para esta equipe que a presença do agente na comunidade não se restringirá à atividade da escola em si, mas deve procurar atuar em todas as questões levantadas pela comunidade, como cooperativa, saúde etc... Durante a permanência dos técnicos na área haverá troca de aprendizado entre monitores, técnicos e educando na tentativa de descobrir alternativas de funcionamento para uma escola no e para o seringal com um *currículo* apropriado... (**Documento** de Avaliação do *Projeto Seringueiro* – Novembro de 1984, Rio Branco-Ac, 21.11.84, p. 3).

A próxima programação do Projeto previa ações a serem desenvolvidas no biênio 1985 e 1986, praticamente as mesmas atividades planejadas para 1984:

- a) fazer acompanhamento direto nas escolas, buscando apoiar mais efetivamente os monitores;
- b) realizar treinamentos com o objetivo de reciclar os professores/monitores e avaliar o desenvolvimento do projeto;

- c) continuar com o processo de alfabetização de adultos;
- d) coletar e organizar material para alfabetização de crianças;
- e) coletar e organizar material para a pós-alfabetização de crianças e adultos; e
- f) resgatar, organizar e publicar histórias e outros trabalhos produzidos pelas próprias comunidades.

Terceiro momento (1985 e 1986)

Os anos de 1985 e 1986 constituem o terceiro momento do período em estudo e se caracterizam pela evidência de muitos desencontros. Durante todo o primeiro semestre de 1985, apesar do esforço concentrado de toda a equipe, a escola dos seringais Nazaré e São Pedro, que já apresentavam problemas, não conseguiram deslancar, visto que aquelas comunidades não aceitavam a determinação do Projeto de que o monitor/professor deveria ser da própria comunidade. Dercy Teles procura esclarecer esta situação:

É que essas escolas tiveram no início do seu processo de alfabetização agentes externos que tornaram alienadas as expectativas das pessoas envolvidas e as levaram a não valorizar o trabalho de pessoas do seu próprio contexto que assumiram a monitoria das escolas, mesmo essas pessoas tendo participado do treinamento de capacitação e sendo assessoradas periodicamente pela equipe técnica do projeto (**Relatório** Individual e Geral do *Projeto Seringueiro* nos 4 anos de atividades, elaborado por Dercy Teles de Carvalho Cunha – Rio Branco, 16.01.86, p. 3.).

Entre 2 a 16 de agosto e 2 a 19 de setembro de 1985, realizou-se o segundo treinamento para professores/monitores do *Projeto Seringueiro*. Além dos monitores/professores dos seringais Nazaré, São Pedro, Floresta, Boa Vista e Nova Esperança, onde já existiam escolas, participaram seringueiros de outros seringais, escolhidos pela comunidade para se qualificarem e abrirem escolas em suas comunidades.

Assessoraram esse treinamento Regina Hara, do CEDI; Abel Kanaú, ligado à educação indígena, e Arnóbio Marques de Almeida Júnior, historiador. Durante este treinamento, dentre outras coisas, buscou-se solucionar alguns problemas detectados pelos assessores em visitas realizadas às escolas entre maio e junho deste ano de 1985, tais como:

- a) dificuldades em relação ao domínio da língua escrita;
- b) falta de critério na utilização da grafia no processo de alfabetização;
- c) erros de pontuação e de ortografia;
- d) pouco domínio do conteúdo da cartilha *Poronga*; e
- e) não-utilização da cartilha em algumas escolas.

Sobre este último aspecto, começava a ser introduzido outro material didático nas escolas, em detrimento do fornecido pelo Projeto. Outro fato da época era a reivindicação dos monitores/professores por material ligado às áreas de saúde, história e geografia, demonstrando que a escola passava a exigir novos objetivos além de ler, escrever e contar.

O Relatório do segundo treinamento de Monitores do *Projeto Seringueiro*, realizado em Rio Branco Acre, no período de 2 a 16 de agosto e 2 a 19 de setembro de 1985, registra um total de 12 participantes, que se distribuem nas seguintes colocações e seringais: Rio Branco/Floresta – 4; Pimenteira/Boa Vista – 3; Caboré/Boa Vista – 2; Itapissuma/São Pedro – 2 e Deserto/Nazaré – 1.

No final desse treinamento, as expectativas eram grandes, no entanto os problemas começaram a ressurgir no início de 1986 quando, em janeiro, Manoel Estébio, Dercy Teles e Nonato Matias, afastam-se definitivamente do Projeto. Armando saiu pouco tempo depois, seguido de Fátima e Marlete, que assumiram a responsabilidade de fazer as prestações de contas e encerrar os convênios. (SOUZA, 1999).

Mesmo com a dissolução de toda a equipe de assessores, as escolas continuaram funcionando, ainda que precariamente. Mas seus monitores/professores continuaram recebendo salários pagos pelo Estado, e as escolas recebendo merenda escolar e material didático da Fundação de Assistência ao Educando (FAE).

Deve-se ressaltar que, naquela ocasião, dado o fato de os trabalhadores extrativistas não terem sido contemplados nos planos do governo Sarney, a antropóloga Mary Alegretti, que se encontrava em Brasília trabalhando no Instituto de Estudos Socioeconômicos, viabilizara, ainda em 1985, uma proposta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri para a realização do I Encontro Nacional de Seringueiros. O evento contou com o apoio de várias instituições, como a Universidade de Brasília (UnB), a Fundação Pró-Memória e várias organizações não governamentais, entre elas a OXFAM, CEDI, CONTAG e CESE (SOUZA, 1999).

Esse encontro, além de viabilizar a organização dos seringueiros no âmbito nacional, pretendia divulgar a importância de suas lutas e buscar apoio da sociedade na resolução de seus conflitos. Os seus resultados foram satisfatórios, uma vez que se encaminharam os procedimentos de luta pela criação das Reservas Extrativistas e criou-se o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). O sucesso desse encontro, ao mesmo tempo em que animava o envolvimento de pessoas ligadas ao *Projeto Seringueiro* nessa luta mais geral – o caso mais imediato de Armando e Manoel Estébio, que passaram a trabalhar com pesquisa para subsidiar a proposta das Reservas Extrativistas –, afastava outras delas do Projeto de Educação dos Seringueiros do Acre (BASÍLIO, 1992).

Em janeiro de 1986, Mary Allegretti retorna a Xapuri e, em um encontro de avaliação geral do movimento, que contou com a participação de várias lideranças tanto do *Projeto Seringueiro* como do Sindicato, esclarece qual era a sua compreensão do movimento naquela ocasião, enfatizando a necessidade de uma luta em nível mais abrangente. Vejamos algumas passagens desse discurso:

[...] a perspectiva que está surgindo, como desdobramento do Encontro dos Seringueiros, que é de um tipo bem claro, é criar uma instituição em Brasília, que seja um centro articulador de uma proposta de defesa da Amazônia, em termos da população própria dela, ou seja, índios, caboclos, seringueiros, extrativistas de todo o tipo. Um trabalho que questione o modelo de desenvolvimento que está sendo implantado na Amazônia, e que é parte de um modelo de desenvolvimento, de internacionalização mesma, da economia brasileira, que está muito presente na Amazônia nesses grandes projetos. Esse centro teria um trabalho que seria um pouco uma combinação de uma questão geral com uma forma específica de fazer essa questão. Existe um espaço, em termos de recursos e de opinião nacional e internacional, que junta a questão do meio ambiente, da Amazônia e da organização popular, e esse centro seria alguma coisa por aí [...] (**Relatório** Geral de Avaliação do Projeto Seringueiro, elaborado por Mary Helena Allegretti Zanon. Xapuri, janeiro de 1986).

Percebe-se que Mary Allegretti busca propor uma luta em um âmbito mais abrangente, onde as antigas instituições (Sindicato, CONTAG, Igreja Católica, etc.), anteriormente responsáveis pela organização dos trabalhadores e condução de suas lutas, não teriam mais condições de conduzir esse processo, tornando-se necessário reorientar as ações no sentido de constituir outros organismos para a condução das lutas dos trabalhadores da floresta de um modo geral.

Prosseguindo esse seu discurso, Mary Allegretti destaca *quatro trabalhos principais* ou quatro linhas de intervenção na Amazônia, que deveriam nortear as ações a serem desenvolvidas pela instituição a ser criada:

[...] um seria o de assessorar a organização desses conselhos de seringueiros, ou de trabalhadores extrativistas, o que seria uma tarefa política de assessoramento [...], uma espécie de brigada verde. Uma coisa que tivesse uma conotação simbólica de defesa da floresta [...]. A outra é eminentemente de pesquisa, pesquisas básicas. A gente acha que o tipo de informação que foi colocado aqui é muito precário: se o seringueiro e se a população da Amazônia não existem para o resto do país, e não existem para os tecnocratas, os técnicos do governo, então todo o conhecimento começa por aí – é preciso provar que eles existem. [...]. A segunda tarefa [...] seria aglutinar as pesquisas e os estudos, a documentação e produzir uma informação básica sobre o extrativismo. A gente estaria saindo do extrativismo da borracha e pegando o extrativismo como um modo de vida na Amazônia, [...] A terceira linha é uma vertente um pouco oficial e alternativa. Seria a questão das reservas extrativistas, de como elas estão colocadas na mesa, que está aí, que estamos discutindo. [...] A Sudhevea parece que está, o IBDF também está, e a SEMA. Nós não podemos deixar que esse negócio fique na mão desses órgãos. Seria então uma proposta de se criar uma ou duas reservas extrativistas, [...]. Porque se a gente não entrar [...], não mexer em alguma área, concretamente, o que vai acontecer é que eles vão implantar algumas reservas, sem base, com espírito burocrata. Não vai dar certo e aí eles vão dizer que a nossa proposta não dá certo. [...] E a quarta tarefa seria a de criação de opinião pública. E aí são várias as coisas que podem ser feitas. [...] Há toda um opinião pública urbana e, dentro dela, segmentos diferenciados. E temos que entrar de cheio nisso aí. A idéia, o avanço, neste ano, seria fazer vários, muitos encontros regionais, locais, mexendo com essa idéia, espalhando esse negócio pela Amazônia toda. [...] (**Relatório** Geral de Avaliação do Projeto Seringueiro, elaborado por Mary Helena Allegretti Zanoni. Xapuri, janeiro de 1986).

A prioridade do momento era a discussão sobre o extrativismo, e as questões ambientais na Amazônia. Sobre a educação, especificamente, percebe-se que a fala de Allegretti, em outras passagens de seu discurso, indica que deveria ficar mesmo na responsabilidade do Estado. A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, durante a realização do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, ocorrido em Brasília, entre 17 e 21 de outubro de 1985, e sua conseqüente receptividade, no conjunto dos extratores seringueiros, entre outros grupos de extratores, na sociedade civil organizada e até mesmo em setores do governo, produziram perspectivas concretas de viabilização da Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), efetivada cinco anos depois através do Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990.

Nesse contexto, o movimento pela educação vai tomando novo sentido. Após a extinção da equipe do *Projeto Seringueiro*, em janeiro de 1986, como dito acima, as escolas continuaram funcionando, ainda que precariamente. As quatro cooperativas vinculadas ao projeto foram todas extintas, e durante vários meses o próprio *Projeto Seringueiro* não existiu (SOUZA, 1999).

Em abril de 1986, o CTA sofre uma reestruturação, traduzida em um novo estatuto e objetivos mais amplos. Assim, esse centro reassume o *Projeto Seringueiro* com uma nova equipe de membros que se revezam entre a direção do CTA e a condução do *Projeto Seringueiro*. Neste mesmo ano são incorporadas as seguintes pessoas: Gumerindo Clóvis, Júlia Feitosa, Arnóbio Marques (Binho), Fábio Vaz, Reginaldo Castela, Rosineide Cordeiro, Socorro, Amine Carvalho, Eliete e Gilson Pescador.

A sindicalista Dercy Teles, analisando as mudanças ocorridas naquele momento, observa que a educação de seringueiros no período entre sua origem em 1981 até 1985 e 1986,

[...] tinha o compromisso político de preparar as pessoas para intervir na realidade, para lutar contra os fazendeiros, [...]. Depois de 1985, com a entrada de novas pessoas para conduzir o projeto, tudo mudou [...]. Depois que começaram a dar uma moderada no material, a gente vê que as pessoas que foram alfabetizadas depois dessa época não têm a mesma concepção das anteriores. [...] A partir de então, a escola vai se distanciando cada vez mais das lutas do sindicato, vai andando com suas próprias pernas, tendo como principal preocupação o ler e escrever mais no sentido de atender uma perspectiva pessoal, própria. [...] As reivindicações passam a ser muito mais relacionadas a recursos e materiais para alfabetização de crianças, [...]. Daí foi moderando [...]. (Entrevista com **Dercy Teles de Carvalho Cunha**, em 01.10.2009 – Xapuri – Acre).

Esta consideração de Dercy Teles evidencia um divisor entre um momento e outro do processo histórico da educação de seringueiros. Entretanto, estas palavras da sindicalista divergem do pensamento do novo líder da equipe do *Projeto Seringueiro*, professor Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho), que nele se integrou, segundo o próprio, a convite de Chico Mendes, pois eram amigos desde 1981. E à época (1986), militantes e dirigentes do Partido Revolucionário Comunista (PRC) no Acre.

Para entendermos melhor o que separa estes momentos, vejamos alguns trechos da fala do professor Arnóbio, comentando sobre a sua inserção no *Projeto Seringueiro*:

Eu conheci o Chico Mendes em 1981, que foi meu primeiro ano na Universidade e fui participar de um projeto de pesquisa intitulado *História da ocupação da terra no Acre*, na condição de bolsista do CNPq. Aí eu fui entrevistar o Chico Mendes em Xapuri [...] Conheci, gostei e nos tornamos amigos. Esse foi o primeiro contato com o Chico. Depois, na Universidade, eu acabei participando da tendência estudantil *Caminhando*, que era ligada ao PRC (Partido Revolucionário Comunista), e o Chico Mendes era do PRC, também. Então, aquela amizade que já existia se aprofundou, ficou muito mais forte, ficamos mais amigos ainda, e a minha casa era um aparelho do PRC, e o Chico Mendes fazia parte do Comitê Regional, como eu. Isso foi durante o período que eu era universitário. Quando eu concluí a Universidade, eu fui convidado pelo Chico Mendes para trabalhar no *Projeto Seringueiro*, e eu já era professor. Dos amigos do Chico Mendes eu era um

dos poucos mais ligados ao tema da educação [...]. Dei alguns cursos para os monitores do *Projeto Seringueiro*, na área de História, de Geografia, mas depois em 86 eu fui trabalhar definitivamente. Quando o Chico brigou com a equipe do *Projeto Seringueiro*, ele provocou uma substituição geral na equipe. Aí ele me convidou, a mim e ao Fábio Vaz. Aí eu era amigo da antiga equipe do *projeto seringueiro*, e o Chico Mendes também queria modificar. Então, foi uma transição feita num acordo. Então, a própria equipe que estava saindo gostou da idéia que eu entrasse no *Projeto Seringueiro*. E o Chico já não se entendia muito bem com a equipe, gostava de mim, tinha uma boa relação comigo, me convidou. E eu convidei o Fábio Vaz, então nós dois entramos substituindo uma equipe que existia desde 1981 (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Em outra parte de seu relato, o professor Arnóbio discorre sobre as estratégias e articulações do PRC para assumir o CTA e o *Projeto Seringueiro*, deixando claro que se tratou de uma decisão do Partido e não simplesmente por uma questão pessoal ou profissional. Em relação à equipe anterior, ele lembrou que ela era muito mais afinada com o Partido dos trabalhadores (PT) e que apenas o Manoel Estébio, posteriormente, ingressou no PRC.

Ao fazer uma avaliação deste momento de crise do Projeto e das etapas anteriores, Arnóbio expõe:

A equipe do *Projeto Seringueiro* não queria expandir o número de escolas, eles queriam continuar com aquelas quatro escolas. Depois, a Mary Allegretti... O CEDOP acabou. Eles brigaram... Acabou o CEDOP. O *Projeto Seringueiro* continuou aos trancos e barrancos, mas ainda recebendo recursos de doação [...]. Era uma ajuda muito pequena, pouco dinheiro, tudo era feito em mutirão. Os professores não ganhavam nada, trabalhavam de graça, todos eram voluntários. Então era um projeto pequenininho, *pobrezinho*, [...] depois assumiu uma nova equipe: Manoel Estébio, Dercy, Armando [...] ficou essa turma, que saiu de quatro para oito escolas, atendendo a uma pressão muito grande da comunidade, aumentou para oito escolas. Mas não passava disso, e o Chico queria expandir. Queria colocar escola em todo canto. Tinha uma certa ansiedade para isso. Então foi nesse momento que eu entrei, eu entrei em 1986. Neste momento o *Projeto Seringueiro* não tinha uma ONG nem para receber o dinheiro dos financiamentos. O dinheiro era depositado na conta da Fundação Pró-índio porque o CEDOP tinha acabado, então não tinha nem onde repassar o recurso. E o *Projeto Seringueiro* era uma coisa muito tímida, era só um projetinho de educação popular para poucas escolas. Não tinha uma sistemática de visitar as escolas, monitorar, acompanhar. [...] Ele estava completamente desfigurado. Ele era um Frankstein, porque uma coisa era o *Projeto Seringueiro*, outra coisa era o Projeto dos Seringueiros. O projeto de escola dos seringueiros era diferente da escola do *Projeto Seringueiro*. O projeto de escola do *Projeto Seringueiro* era aquela escola de adultos, uma alfabetização no método de ensino Paulo Freire. Mas o que os seringueiros queriam, ou seja, o projeto dos seringueiros era uma escola regular, oficial, uma escola em que as crianças pudessem estudar e que tivesse a primeira série, segunda, terceira, quarta série. [...] O seringueiro olhava aqui na cidade e as crianças tinham direito à escola, porque ele não podia ter direito à escola? O seringueiro sabia o que era escola, e a escola do *Projeto Seringueiro* era muito limitada, ela só ensinava a ler e escreve muito precariamente. Era ler, escrever e contar, era só isso, era uma alfabetização só. Eles queriam mais, eles queriam mais que alfabetização, eles queriam continuar os estudos. Se pudesse ter uma universidade lá, seria ótimo. Eles queriam tudo, tudo

que poderiam ter direito, eles queriam ter, com muita razão, muita justiça. E o que acontecia era que os monitores não usavam mais a cartilha do *Projeto Seringueiro*, a cartilha *Poronga*, eles iam à FAE, que era a Fundação de Assistência ao Educando, do MEC, e pegavam as cartilhas oficiais, e estavam usando para ensinar os seringueiros. [...] Então lá eles estavam saindo do estudo da paca, faca, terçado, cotia, seringueira, castanheira, paxiúba... Saiu disso para estudar viaduto, uva, etc. Era um mundo completamente desconhecido. Era uma alienação total. Eles liam uma palavra e não sabiam o que significava. (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Assim estava constituído um novo momento do período da escola do *Projeto Seringueiro* em estudo. O ano de 1986 foi marcado por instabilidade e improdutividade. Os trabalhos da nova equipe que assumiu a partir de abril (lembrando que o ingresso destas pessoas se deu ao longo do ano), ficaram restritos ao conhecimento da situação do CTA e do *Projeto Seringueiro*, e ao esboço do planejamento do ano seguinte, apesar da instalação de mais quatro escolas, totalizando nove unidades escolares no conjunto do Projeto.

Quarto momento (1987/88)

A nova equipe, que começa seu trabalho, definitivamente, em 1987, ainda é constituída por critérios políticos, como esclarece o professor Arnóbio em sua fala. Por esta razão seus participantes são distribuídos para atuarem em diferentes campos, não somente na escola. Alguns tiveram que assumir a própria direção do CTA. Enquanto outros foram assessorar as Cooperativas e o Sindicato. Os que foram atuar na equipe de educação do *Projeto Seringueiro* ficaram envolvidos durante todo o ano com um levantamento minucioso da real situação das escolas em funcionamento, como também estudando possibilidades de instalação de novas unidades escolares.

Durante 1987 começaram a surgir divergências entre os membros da referida equipe, em relação ao propósito da educação, das escolas do *Projeto Seringueiro*. De um lado observa-se que o professor Reginaldo Castela, do Departamento de Economia da UFAC, a exemplo da equipe que iniciou o Projeto, considera que as escolas do *Projeto Seringueiro*, além de ensinarem a ler, escrever e contar, deveriam preparar politicamente os seringueiros para enfrentarem os fazendeiros e demais setores da classe dominante. Diferentemente, para o professor Arnóbio, a escola deveria se preocupar em oferecer uma formação geral, contemplando todas as áreas do saber para que os seringueiros pudessem melhor decidir seus posicionamentos políticos.

Referindo-se ao posicionamento do professor Reginaldo Castela, Arnóbio lembra que esta nova equipe foi composta somente por ele e Fábio Vaz, inicialmente. Adiante, a convite da Júlia Feitosa, integrante do CTA, entrou o professor Reginaldo, que por sua vez levou Rosineide. Aí teve um momento em que:

O Reginaldo achou que a gente estava muito devagar, então ele achou que o CTA poderia organizar luta armada, fazer isso e aquilo outro, e aí eu rompi com ele e saí do *Projeto Seringueiro*. Quando o Chico viu aquela situação, expulsou o Reginaldo, e me chamou de volta. Então, teve um breve período que a gente começou a resgatar as escolas, construir as escolas... Estava até esquecendo-se desse fato... Coisa ruim a gente esquece. Então o Reginaldo Castela, que foi professor de Economia na Universidade (UFAC), estava voltando do mestrado. Tinha feito Economia em Campina Grande e estava concluindo o mestrado. Acho que nem chegou a concluir. E aí ele se empolgou com a coisa. Nunca tinha sido militante, aí a coisa subiu pra cabeça e ele resolveu fazer a luta armada. Achou que os ideais do PRC estavam muito atrasados, muito reformistas. Então, nesse momento ele começou a mudar todas as coisas. Assumiu a liderança, e como ele era muito carismático, lutava capoeira, ele conquistou todos os professores, todo o mundo. Aí eu vi que o meu projeto de escola, o projeto do CTA, estava minoritário, que eu estava sozinho, eu e o Fábio. Aí resolvemos sair, eu e o Fábio saímos. Ele ficou no CTA no período de alguns meses, mas quando o Chico Mendes tomou consciência do que estava acontecendo, foi lá e expulsou o Reginaldo e eu voltei. O Chico me chamou para voltar. Esse período se caracteriza como sendo eu, o Fábio, o Reginaldo e a Rosineide. A Rosineide saiu junto com Reginaldo. Aí ficou eu e o Fábio, sozinhos por algum tempo (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Em relação a esta questão da luta armada, contrariando, em parte, o que Arnóbio expôs, Manoel Estébio pontua que:

O Reginaldo, fiel àquela orientação original do *Projeto Seringueiro*, da época do Ronaldo, da minha época, é que eu omiti uma coisa: nós estávamos organizados e nos organizando e organizando também os trabalhadores, para num caso de uma agressão a gente poder se defender. Então assim: nós recebemos visita da Polícia Federal disfarçados de marreteiro, lá na colocação Já com Fome. Nós participamos de um empate e eu e Ronaldo fomos presos. Então a gente tinha uma militância junto com os caras. E o Reginaldo também começou. O Reginaldo deu prosseguimento a isso e a os caras (referindo-se às pessoas desta nova equipe, liderada pelo Binho) se horrorizaram, porque já estava começando essa transição, essa coisa mais institucional. Começaram a achar que o Reginaldo queria fazer a guerrilha. Era a mesma acusação que fizeram contra Ronaldo na época, mais só que por outras coisas que fizeram. Só que a acusação, a amputação era a mesma, agora as pessoas que estavam amputando eram outras. Na época, algumas pessoas diziam que esse trabalho do Ronaldo, ele iria organizar a guerrilha lá no seringal, porque ele tinha trabalhado no sentido de ajudar os índios do 45 a se defenderem das agressões do Cabeça Branca. Então os caras diziam isso. Então, com o Reginaldo, até onde eu apurei conversando com as pessoas porque as pessoas não gostavam de conversar muito sobre isso, mas até onde eu apurei foi isso, é que ele tava dando continuidade a esse processo. Ora, se vivia uma situação limite na época que ele passou pelo *Projeto Seringueiro*, era época de atuação da UDR que era o braço

armado, o braço assassino do latifúndio (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

O retorno do professor Arnóbio à coordenação do *Projeto Seringueiro* representou maior liberdade e autonomia na condução dos trabalhos. Foi retomado o levantamento da situação das escolas, para poder subsidiar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas em 1988, e convidaram-se novas pessoas para ingressarem no Projeto. No final de 1987 havia nove escolas funcionando, com doze professores, todos recebendo salários pagos pelo Estado. O material didático, na sua grande maioria, era o mesmo usado nas escolas urbanas do Estado, obtido na Fundação de Assistência ao Educando (FAE). Neste momento pouca diferença havia entre as escolas do *Projeto Seringueiro* e as oficiais, do Estado, a própria merenda era fornecida pelo governo estadual. Burocraticamente, no controle e na divulgação do projeto educativo do *Projeto Seringueiro*, constava uma proposta de educação popular tendo como referencial a cartilha *Poronga*, mas na prática tratava-se de uma escola oficial.

Sobre a proposta desta nova equipe e como esta foi implantada, o professor Arnóbio comenta:

Então, quando eu entrei, eu vi que o melhor para mim era concretizar o sonho dos seringueiros. Era fazer o projeto dos seringueiros e não seguir adiante com o *Projeto Seringueiro*. Ao mesmo tempo eu percebi que a gente poderia construir um novo currículo, que não seria exatamente o currículo da escola oficial. Então, no lugar de ser somente uma alfabetização, com a *Poronga* original, a gente poderia construir uma nova *Poronga*. Mas uma *Poronga* que desse conta do conteúdo das quatro primeiras séries. Então nós dividimos em duas etapas. Uma etapa que a gente chamou de alfabetização e outra de pós-alfabetização. E a gente não seguiria a seriação normal, a gente faria uma escola em dois ciclos. Um ciclo de alfabetização, mais longo, não naquela correria de alfabetizar em seis meses, como normalmente se faz no método Paulo Freire... Na maioria dos casos. Faria uma alfabetização mais longa, mas uma alfabetização com mais profundidade, considerando até que o ano letivo é curto, em função das chuvas na floresta. Então teria um período de alfabetização e outro de pós-alfabetização, dando conta de todo o conteúdo até a quarta série. Só que não teria seriação, os alunos trabalhariam... Seriam trabalhados de acordo com as suas diferentes capacidades. [...] E aí tivemos que organizar muitos cursos para que os professores soubessem lidar com aquela nova realidade. E aí eu fui atrás de professores da rede oficial, pedagogos, pessoas conhecidas... Fui ao Instituto de Educação, procurei pessoas que entendiam do assunto, fui estudar o assunto para que a gente pudesse organizar um novo currículo, e contratei com uma pessoa que era do CEDI, que tinha trabalhado na primeira cartilha *Poronga*. Foi a Regina Hara, que veio para nos ajudar a construir a nova cartilha do *Projeto Seringueiro*. E a partir daí a gente construiu a cartilha de Matemática, a cartilha de Língua Portuguesa, de História... A gente foi construindo as novas cartilhas para dar conta dessas duas fases, de alfabetização e pós-

alfabetização (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Quinto momento (1988 – 1990)

Neste quinto e último momento, uma nova equipe deveria ser montada para dar vazão às ideias esboçadas pelo professor Arnóbio. Como dito por ele, este saiu *à cata* de pessoas já especializadas, profissionais com formação universitária e que tivessem experiência comprovada. Sobre a formação desta equipe, a professora Andréia Dantas ilustra, com detalhes, uma das iniciativas desse professor:

Eu terminei a faculdade de Pedagogia em 1987. Colei grau no início de 88 e fui trabalhar na equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, onde já era professora. Saio da sala de aula e lá, junto com Maria Cláudia, Quinha, Graciete e outros tantos colegas, a gente começa a discutir a teoria crítica social dos conteúdos... A histórico-crítica. E vou formando um grupo, tentando fazer uma coisa meio revolucionária na prefeitura daquele momento. O prefeito era o Aragão, mas a Secretaria de Educação era coordenada pela dona Maria Luíza, então a gente navegava meio de braçada nessas questões. Mas ao mesmo tempo foi ficando meio chato e a coisa não andava. E um belo dia o Binho foi na minha casa... É uma coisa absolutamente prosaica e sem nenhum pensamento político mais interessado em alguma coisa, não. O Binho foi na minha casa, sentou na mesa e perguntou: “*Está a fim? A gente está remontando o grupo do Projeto Seringueiro, que teve aquela primeira fase com a Mary Allegretti, que participou o Ronaldo, Marlete, Manoel Estébio, Dercy, eu (Binho)... Depois o Reginaldo assumiu... Mas agora o Reginaldo está saindo e nós estamos remontando o CTA e o Projeto Seringueiro e vamos continuar com a assessoria do CEDI, e estamos recompondo a equipe de educação do Projeto Seringueiro. Mas agora é uma questão muito mais focada no Projeto Seringueiro do que*”... E aí explicou o que era o *Projeto Seringueiro*, um projeto de educação pra... Inicialmente pra adultos, mas agora a escola ganhou um volume tal, que tinha muito mais crianças do que adultos. Então a gente tinha que se preocupar um pouco com isso. Aquela cartilha *Poronga* do início dos anos de 1980 era para seringueiros adultos, e não fazia mais o menor sentido para as crianças. Primeiro, porque a proposta do Paulo Freire não se aplica à educação infantil, e segundo discutir mata com as crianças, cabia, mas sindicato não fazia muito sentido, na perspectiva que era discutida antes. Então ele fazia a seguinte proposta: “*Vamos montar a equipe. Eu estou montando a equipe, a equipe está comigo e eu vou presidir o CTA*” (Entrevista com **Andréa Maria Lopes Dantas**, em 08.12.2010 – Rio Branco – Acre).

Para a montagem da nova equipe, o professor Arnóbio contou com pessoas de diferentes formações profissionais, distribuídas em diversos níveis de atuação, pois do grupo que entrou em 1986, sete deles saíram em 1989, permanecendo apenas Amine Carvalho, Eliete e Gilson Pescador, que se desligaram no ano seguinte.

A equipe ficou assim constituída: pessoas com formação técnica em nível superior nas diferentes áreas relacionadas com o ensino das quatro primeiras séries, envolvendo:

assessoramento pedagógico, alfabetização e português; matemática; ciências; história e geografia. Integraram também a nova equipe pessoas que passaram a atuar diretamente no acompanhamento das escolas, no caso ex-alunos do *Projeto Seringueiro* e uma funcionária cedida pela UFAC, bem como dois responsáveis pelo assessoramento externo: um do CEDI, e um do CTA.

Questionado sobre os critérios para a escolha destas novas pessoas, se continuava o da militância no critério político PRC, o professor Binho asseverou que:

Não. Não tinha mais nenhuma relação com o PRC. Nesse momento eu já estava mais fora do que dentro do PRC, porque a minha saída do PRC foi, também, muito em função do *Projeto Seringueiro*. Porque quando eu fui para o *Projeto Seringueiro*, eu fui muito motivado pelo PRC. [...] Quando o Chico me chamou, não chamou só porque éramos amigos, chamou porque eu era do PRC, e poderia ajudá-los na luta lá. Então, tínhamos lá uma célula do PRC. Então eu ia lá... Eu deixei de cuidar da célula estudantil do PRC, e passei a cuidar da célula dos seringueiros do PRC. Então, já estava com codinome, eu era Ricardo, o Chico era Santos. Era uma organização clandestina em um momento já fora de moda, mas era. Não tinha sentido, não tinha motivo para a gente acreditar que a luta armada ia acontecer. No começo foi assim. [...] o PRC acreditava que o Brasil estava à beira de uma revolução, que era uma coisa completamente desvairada. (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Um rápido comentário do professor Djalcir Rodrigues Ferreira (Pingo), ajuda a esclarecer este novo posicionamento político do professor Arnóbio:

Então, nós já éramos profissionais da educação naquele tempo. Então a nossa pegada foi no sentido de arrumar as coisas. Mas assim... Olha, o Binho aconselhou: *“Vocês não se envolvam com este negócio de Sindicato, essa confusão aí, que vocês não vão fazer nada”*. Ele pediu mesmo assim, encarecidamente, que a gente não se envolvesse muito com aquilo, para a gente poder trabalhar. O Jorge (membro da equipe) dizia: *Vocês são muito técnicos, a gente quer é político, tem que conscientizar o povo* [...]. Este discurso estava muito forte entre os monitores antigos, encravado nas idéias de Paulo Freire... (Entrevista de **Djalcir Rodrigues Ferreira**, em 29.07.2010 – Rio Branco - Acre).

Este grupo se formou entre 1988 e 1989, período em que, apesar do assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988, o movimento social dos seringueiros obteve conquistas e pôde encaminhar com segurança as articulações políticas e legais para a constituição das Reservas Extrativistas. A partir de então, o desenho orientador da luta não será mais o enfrentamento dos seringueiros com os fazendeiros, e passa a ser os

encaminhamentos para a constituição das Reservas e dos Projetos de Assentamentos Extrativistas.

Ainda no final de 1988 o CTA, através do *Projeto Seringueiro*, esboçou o Programa Floresta Sustentável, buscando oferecer alternativa à sustentabilidade econômica das comunidades da floresta. Desde então a grande prioridade do *Projeto Seringueiro* ficou sendo a questão ambiental e a escola passou a ser um elemento fundamental na viabilização da Reserva. A escola torna-se um local de conscientização ambiental e de aquisição de conhecimentos relativos à relação do homem com a floresta. Isto sem descuidar de seu objetivo fundamental que era proporcionar uma educação básica, correspondentes às quatro primeiras séries, programada de modo diferenciado, respeitando-se as particularidades do calendário cotidiano daquelas comunidades. A perspectiva educativa, agora, estaria diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico dentro da floresta, garantindo a viabilidade da Reserva Extrativista.

As falas dos depoentes que naquele momento (1987/88 e 89) participavam da equipe de educação do *Projeto Seringueiro* são unânimes em afirmar que, a partir de então, não se seguiu mais a orientação fundamentada nas ideias e práticas de Paulo Freire. Em um dado momento de sua fala, comentando sobre a assessoria do CEDI, realizada pela mesma pessoa que assessorou a primeira cartilha *Poronga*, o professor Arnóbio lembra que a perspectiva tornou-se outra e que apesar de o grupo não ter feito nenhuma opção específica por uma dada concepção teórica, a assessora foi buscar apoio no que pudesse auxiliar na alfabetização. Ele relata:

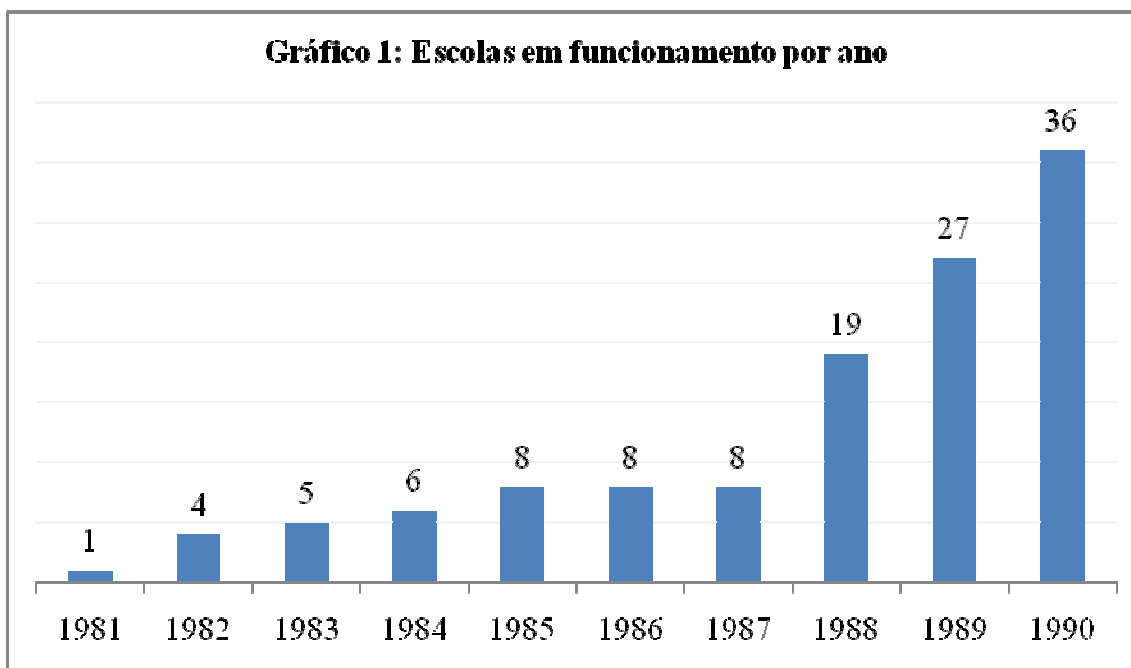
Eu lembro muito bem que eles trabalharam com Vigotski. Então a influência passou a ser Vigotski, menos Paulo Freire e mais Vigotski, porque a gente estava trabalhando com crianças, com processo cognitivo dessas crianças [...]. Um enquadramento, e ao mesmo tempo uma idéia, para a época bastante revolucionária, que era trabalhar tudo de maneira muito integrada, trabalhar as disciplinas de maneira integrada. Nosso desafio era ter um currículo que não estivesse dividido por disciplinas e que não estivesse dividido por séries. Isso é uma tarefa árdua, difícil e que precisava ter uma formação bastante rebuscada, por isso eu fui buscar profissionais de diversas áreas. E para poder constituir um currículo eles tinham que estar interagindo, para que a gente tivesse um único material. A gente fez cartilhas separadas, mas a gente queria caminhar para ter uma cartilha integrada (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010. Rio Branco – Acre).

Mesmo com os problemas e dificuldades enfrentados durante 1988, este ano encerrou-se com 19 escolas funcionando; com o levantamento da situação das escolas concluído; com

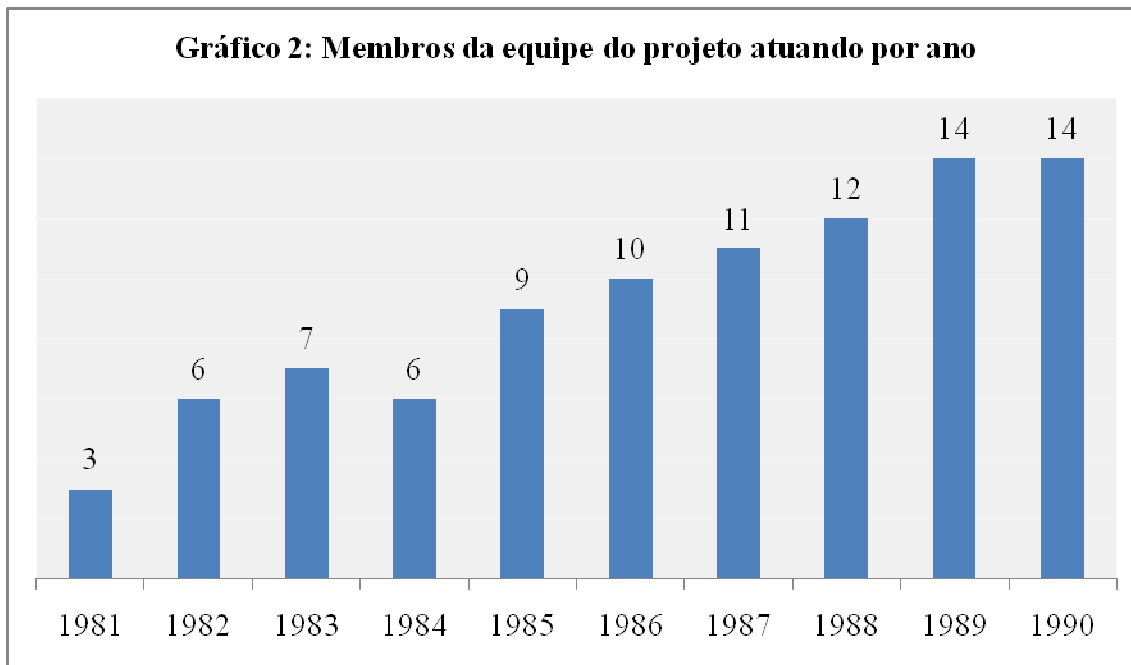
uma equipe bem definida e integrada e com o planejamento dos próximos anos encaminhado. No ano seguinte foram estabelecidos convênios com a Secretaria de Estado de Educação, Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco e com a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC). Realizou-se, ainda, o Terceiro Curso de Formação de Professores (antes denominado Treinamento de Monitores/Professores). O Relatório do Terceiro Curso de Formação de Professores das escolas do *Projeto Seringueiro*, realizado em abril de 1989, registra um total de 39 participantes, distribuídos nas seguintes colocações e seringais: Fazendinha/Cachoeira – 2; Deserto/Nazaré – 2; Brazilzinho/Cachoeira – 2; Espera Ai/Cachoeira – 2; Itapissuma/São Pedro – 2; Chora Menino/Cachoeira – 1. Havendo ainda 28 participantes de colocações não informadas, mas nos seguintes seringais: Nova Esperança, Janiral, São Luiz Remanso SRL – Espalha, SRL-Xapuri, Porto Rico, Fronteira, União, Nova Vida, Guarani, Semitumba, São Miguel, Centro Virgem, Santa Cruz, Filipinas, Japão, Santa Fe, Dois Irmãos e Bom Levar. Pode-se afirmar que 1989 encerrou com resultados positivos: 27 escolas funcionando, 39 professores se formando e vários convênios assinados.

Ao iniciar o ano de 1990, o CTA já possuía em caixa para gastar com a área de educação do Projeto Seringueiro CR\$ 24.783,00 (vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e três dólares), oriundos dos convênios assinados no ano anterior. Durante este ano, foi realizado mais um Curso de Formação (o quarto), que passou a ser anual. Chegou-se a trinta e seis escolas funcionando, com aproximadamente 900 alunos matriculados e 52 professores. Os convênios assinados, principalmente com as secretarias Estadual e Municipal de Educação, permitiram atender o Projeto com professores cedidos para atuarem tanto em sala de aula como na equipe técnica. Foi garantida a merenda escolar e material de consumo para as escolas. Além do mais, foram contratados pela SEE todos os professores indicados pelo Projeto. O CTA cuidou da formação dos professores leigos e produziu o material didático necessário, dentro desta nova perspectiva das Reservas e dos Projetos de Assentamento Extrativistas.

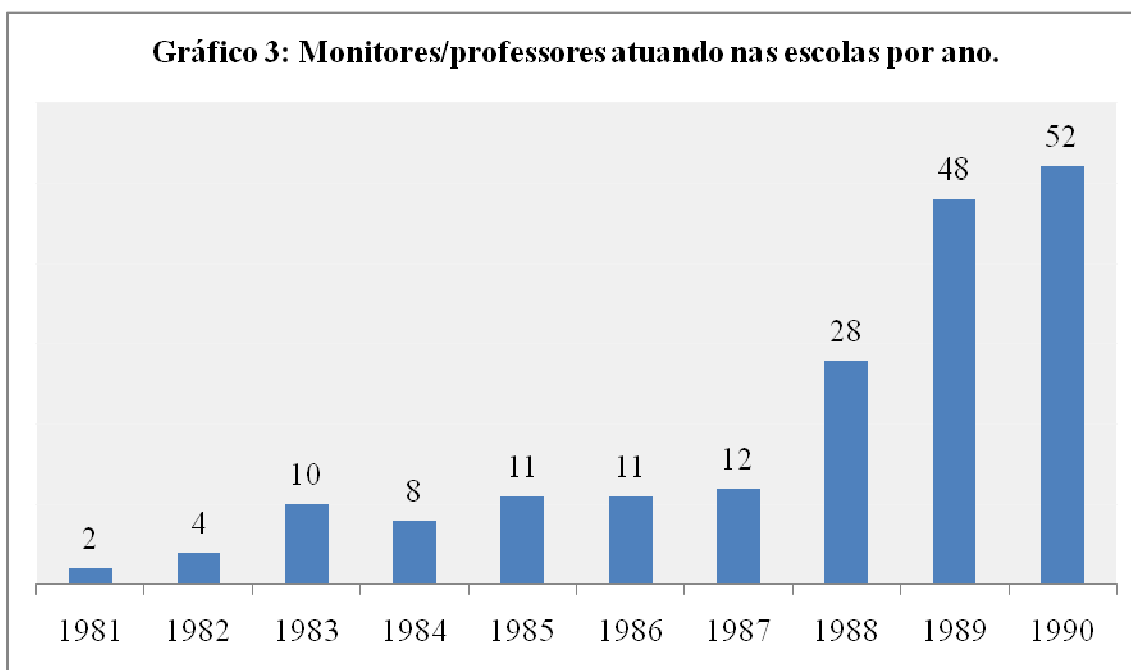
Para melhor ilustrar os relatos feitos nesta segunda parte do capítulo 3, apresento a seguir quatro gráficos sintetizando quantitativamente – mesmo com dados aproximados – o movimento deste projeto educativo durante estes dez anos de funcionamento. Lembro que cheguei a estes números a partir de um levantamento feito em diversos documentos constantes nos arquivos do CTA, inclusive em anotações manuscritas, e são informações bastante divergentes entre um documento e outro.



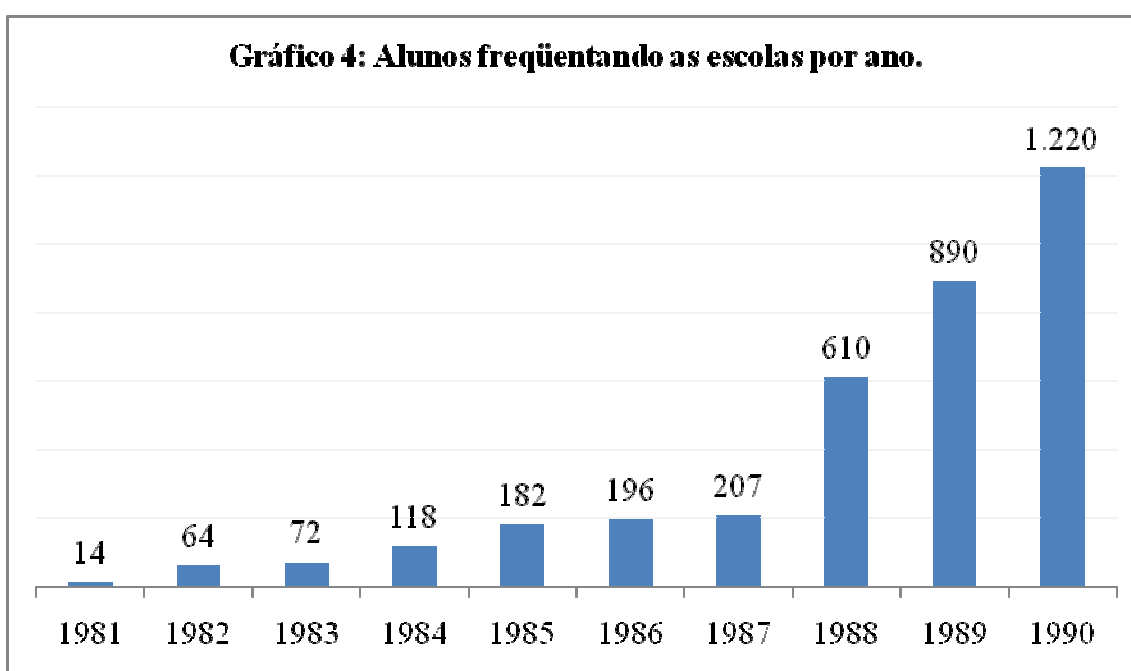
Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados constantes nos arquivos do CTA.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados constantes nos arquivos do CTA.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados constantes nos arquivos do CTA.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados constantes nos arquivos do CTA.

CAPÍTULO 4

OS VEIOS, AS ESTRADAS DE UMA ESCOLA SERINGUEIRA

Este capítulo trata das Escolas do Projeto Seringueiro. Analisa a estrutura física e a arquitetura das escolas, esclarecendo sobre como foram elas constituídas, estruturadas e organizadas. Analisa, também, os sujeitos sociais (docentes e discentes) que nelas atuaram. Na sequência, descreve alguns do material e recursos didáticos utilizados no cotidiano da escola.

4.1 Estrutura física, equipamentos, arquitetura e aspectos (bases) gerais de funcionamento

No *Projeto Seringueiro*, a concepção da escola, sua construção e funcionamento resultam de um trabalho conjunto, com a participação efetiva da coletividade. Primeiro a comunidade decide se quer ou não a escola. Depois define o seu local e encaminha a construção do prédio, da casa onde ela vai funcionar. Essas unidades escolares eram construídas pela própria comunidade, em forma de mutirão, com a participação dos futuros alunos, seus parentes e amigos mais próximos, dos professores, do pessoal da equipe do *Projeto Seringueiro*. Contava ainda com a ajuda do CTA, da Igreja Católica e do Sindicato, principal interessado neste empreendimento.

Quanto à sua arquitetura, de um modo geral, as escolas se edificaram a partir de três tipologias básicas. A primeira refere-se às chamadas *pioneiras*, feitas de forma improvisada, construídas de modo rústico, com material natural, colhido na floresta sem receber nenhum tipo de beneficiamento. Este material restringia-se ao pau roliço, à paxiúba, à paxiubinha, à palha e, às vezes, a tábuas cerradas com moto-serra. Para segurar as madeiras e as palhas, utilizava-se prego e, em sua falta, usavam-se enviras ou cipós extraídos também na floresta. Dependendo das circunstâncias, a escola não tinha paredes e nem assoalho, ficando um galpão somente com a cobertura montada sobre esteios. O piso era o chão batido. Outras recebiam o assoalho e as paredes, feitas com paxiúba e paxiubinha.

As escolas *pioneiras* podiam ser, ainda, uma parte da própria moradia do seringueiro/monitor/professor. Neste caso, erguia-se a casa em seu todo, com área suficiente para agregar a moradia do seringueiro, que ficava, normalmente, na parte de trás, com parede, assoalho e porta de aceso na lateral ou nos fundos, enquanto a sala de aula era montada na parte da frente, com o chão batido ou, às vezes, assoalhada com paxiúba. As paredes eram dispensadas, para não impedir a luminosidade e ventilação. Em alguns casos se fazia apenas uma meia parede. Havia também situações em que se aproveitavam espaços já construídos: a sala de visitas da casa do seringueiro, uma varanda, um paiol abandonado, ou então era feita uma cobertura na lateral da casa e ali se montava a sala de aula.

No interior destas escolas ou salas de aula, havia poucos equipamentos e materiais: quadro de giz e bancadas laterais para sentar e, eventualmente, outra mais alta para colocar os cadernos. Na ausência destas bancadas, os cadernos ficavam nas próprias pernas dos alunos. Raramente existiam mesas e carteiras escolares.

Estas escolas pioneiras foram improvisadas não apenas no início de sua implantação, devido à não liberação dos recursos oriundos da SESE-OXFAM e do MEC, destinados à sua construção, como também todas as ocasiões em que uma comunidade resolvia não esperar pela construção definitiva da unidade escolar. Na sequencia veem-se algumas fotos que caracterizam esta tipologia de escola.

Escola pioneira na colocação Pimenteira – seringal Nazaré, 1985.



Fonte: Arquivos do CTA.

Primeira Escola da colocação Chora Menino – seringal Cachoeira.



Fonte: Arquivos do CTA – fotografada em 1992.

Imagem frontal da Casa/Escola do casal Ronaldo e Marlete, na colocação Independência – Seringal São Pedro – 1º dia de aula.



Fonte: Arquivos do CTA - fotografada em Maio de 1982.

Professora Mary Allegretti (à esquerda) e alunos da Casa/Escola do casal Ronaldo e Marlete, na colocação Independência – Seringal São Pedro – 2º dia de aula.



Fonte: Arquivos do CTA - fotografada em Maio de 1982.

**Interior da Casa/Escola do casal Ronaldo e Marlete, na colocação Independência –
Seringal São Pedro – 2º final de semana.**



Fonte: Arquivos do CTA - fotografada em Junho de 1982.

**Aluno desenvolvendo atividade no quadro de giz na Escola/Casa do casal Ronaldo
e Marlete, na colocação Independência – Seringal São Pedro – 3º final de semana.**



Fonte: Arquivos do CTA - fotografada em Junho de 1982.

O segundo tipo de escolas é o das construídas com os primeiros financiamentos, que irão substituir as *pioneiras*. Elas seguiam, normalmente, o padrão da escola rural da região, construída com madeira de lei semibeneficiada, sendo coberta com palhas, alumínio ou cavacos de madeira. E seus assoalhados eram de tábuas.

Esse tipo tinha vários compartimentos: varanda, sala ou salas de aula, armários ou prateleiras para guardar o material didático, quarto de dormir do professor, cozinha com seus utensílios e fogão à lenha, despensa para depositar os gêneros alimentícios, material de limpeza, etc. Nas salas de aula havia um quadro de giz pequeno ou, excepcionalmente, um quadro grande, além de bancadas conjugadas de acento e mesas para escrever, construídas em um só módulo, feitas de madeira serrada com motosserra, sem beneficiamento. Eventualmente, havia carteiras escolares feitas com madeiras beneficiadas. Contudo, em muitas escolas ainda a essa época existiam apenas acentos em forma de bancos ou mesas compridas com cadeiras individualizadas.

Próximo à casa/escola construía-se um sanitário, também com madeiras serradas. E mais afastado da escola ficava uma fonte de água natural onde se lavava roupa, tomava-se banho e pegava-se água para beber e fazer comida. Ainda nas proximidades da escola a comunidade costumava construir um campinho de futebol, para a recreação dos alunos.

A maioria destas escolas foi edificada com recursos de convênios firmados tanto com instituições nacionais ou estrangeiras, quanto com órgãos dos governos, estadual e federal. Este tipo de construção foi iniciado em 1983 e perdurou por todo o período em estudo. Segue foto deste segundo modelo.

Escola Boa Vista – Projeto Seringueiro.



Fonte: Arquivos do CTA - fotografia tirada em 2002.

O terceiro tipo é o das escolas construídas sob a orientação técnica da Fundação de Ciência e Tecnologia do Acre (FUNTAC), em virtude de convênios assinados entre o CTA, SEE e FUNTAC, a partir de 1989. Estas seguiam um padrão sugerido pelo próprio *Projeto Seringueiro*, aperfeiçoado e arquitetado pela FUNTAC. Muitas destas escolas receberam formato de um octógono, sugerindo uma arena, uma maloca indígena, de modo que os alunos se posicionassem em diversas direções, eliminando o enfileiramento e a ordem linear.

Muitas das características do modelo anterior foram mantidas e aperfeiçoadas. As madeiras utilizadas na construção passaram a ser totalmente beneficiadas, embora as coberturas continuassem variando entre palha, cavaco e alumínio.

A maior parte destas escolas, a partir de então, passou a ser pintada, e suas salas de aula começaram a receber prateleiras ou mesmo estantes e armários para a guarda do material didático e equipamentos, tais como: gravador, espelho, jogos e, com a utilização das antenas parabólicas, a televisão. Os assentos também receberam melhorias: mesas e cadeiras passaram a ser feitas com madeiras beneficiadas, e as mesas começaram a receber gavetas abertas para a guarda de cadernos e outros materiais. E os quadros de giz passaram a ser em um formato maior.

A cozinha também se modificou: tem agora um grande fogão à lenha, utensílios novos e modernos e um lavatório de pratos em formato de puxadinha lateral. Nela colocaram-se armários para o depósito dos alimentos e utensílios, e próximo da cozinha ficava o refeitório, com uma ampla mesa e assentos em forma de bancadas.

Muitas destas escolas passaram a receber sanitários com vasos e com a separação entre masculino e feminino, além de uma caixa d'água que se enchia através de sucção de motobomba a combustível. A higiene pessoal passou a ser uma preocupação significativa para alunos e professores. As fontes de abastecimento d'água receberam melhorias, com a construção de proteções laterais de madeiras, para auxiliar na conservação da água, mantendo-a mais limpa e sadia.

Completando, a foto que seguem corrobora e auxiliam na visualização das descrições acima.

Escola Nova Esperança colocação Terra Alta.



Fonte: Arquivos do CTA – fotográfica tirada em 2002.

Tais escolas eram multisseriadas e exigiam procedimentos pedagógicos diferenciados, tanto em relação às escolas oficiais urbanas e rurais, quanto a seus próprios alunos. Dado que aquela sociedade dos seringais ainda não experimentara um convívio cultural nos moldes de

um processo mercantil/industrial, a não ser de modo informal, através de contatos esporádicos, essa educação é ainda concebida e marcada pela transmissão de saberes dos mais velhos, os mais experientes, aos mais novos, menos experientes. O processo educativo escolar se aproximava de uma concepção tradicional de educação, sem perder seu caráter popular/social.

Analisando o processo em que se efetiva a educação nos seringais nesse período, MARTINS (1994) salienta que:

[...] os mais velhos ensinam os mais novos, não existindo institucionalização; a coisa se dá por presença, por impregnação; prevalece a oralidade, por aí passando suas crenças, suas práticas extrativistas de coleta de castanha, corte de seringa, caça, pesca etc.; não existe a reflexão sobre a separação entre a teoria e a prática; todos os membros dessa sociedade são sujeitos da educação; a divisão do trabalho é diferente da divisão social do trabalho sob a sociedade organizada. A fronteira dessa divisão é difusa, não bem marcada como nos meios citadinos. É possível que a não-circulação corrente de moeda seja determinante. Noutras palavras, tal sociedade está mais próxima da cultura indígena do que da cultura que prevalece nos projetos de colonização (efeito da expansão da fronteira do capital), cujo elemento humano tem caráter de culturas mais alienígenas e que, do ponto de vista das leis que regem a Educação, são classificadas como Zona Rural, de maneira genérica, sem atentar para essa diferenciação (MARTINS, 1994, p. 24).

Ainda segundo MARTINS (1994), as escolas buscavam proporcionar uma instrução/formação que permitisse um diálogo entre os conhecimentos tradicionais – valores históricos e culturais do seringal e suas práticas sociais e comunitárias – e os conhecimentos institucionais próprios da escola de ensino fundamental brasileira. Tratava-se, portanto, de escolas diferenciadas, não seriadas, que atendiam crianças, jovens e adultos ao mesmo tempo. Um só professor teria que dar conta do ensino equivalente às quatro primeiras séries, ministrando aulas para alunos em uma faixa etária de seis a trinta ou mais anos de idade. O conteúdo a ser ensinado não atingia o correspondente às quatro primeiras séries, em seu todo. O importante seria o aluno/seringueiro dominar a leitura e a escrita, criar um texto e realizar as operações matemáticas básicas.

O calendário escolar e os respectivos dias de funcionamento da escola dependiam muito de como estava organizado o trabalho das famílias daquela comunidade. Algumas escolas funcionavam durante cinco dias na semana, por um período determinado de tempo no ano, seis a oito meses, por exemplo. Havia, também, as que funcionavam apenas durante três

dias, enquanto outras o faziam somente nos finais de semana. Mas apesar do calendário diferenciado, a participação se dava em forma de mutirão, ao menos nos dois últimos tipos de calendários citados acima. Isto é, os alunos levavam para a escola roupas e comida para poderem passar os dois ou três dias estudando, efetivamente. Sendo assim, definiam-se escalas para fazer a comida, limpar a escola, tomar banho e lavar suas roupas, além de se reservar tempo para as brincadeiras, jogos e para ouvir dos colegas histórias diversas (SILVA, 1998).

Ninguém era obrigado a ir para a escola, mas a partir do momento que nela se integrava, as responsabilidades aumentam. Tornava-se sujeito de um investimento. Agora ele poderá ser um futuro professor, um monitor da Igreja, um delegado sindical ou um diretor da Cooperativa. Aquele aluno deve dedicar-se suficientemente para poder dar conta de suas obrigações futuras. Assim, ele ficará sempre sob uma, atenta vigilância das principais lideranças (SOUZA, 1999).

Os saberes adquiridos por meio da vivência, transmitidos de geração em geração, são gradativamente incorporados pela escola. Mesmo sem saber ler e escrever, aqueles homens e mulheres seringueiros foram, ao longo dos anos, repetindo e construindo experiências, codificando-as e, com isso, criando uma leitura própria daquela complexa *sociedade dos seringais*. O saber comum, a lógica do universo cultural dos seringueiros, suas diversas formas de expressar seus sentimentos, suas angústias e prazeres, muitas vezes imperceptíveis por quem não faz parte daquele mundo, vão sendo incorporados no dia a dia da escola, vão dando sentido e dizendo o que deve ou não deve ser estudado, aprendido. Assim foi sendo construído o processo educativo desses seringueiros. Incerto e indefinido, plasmado no fazer educação. Incorporando valores culturais próprios da floresta, mas guiado por uma orientação que lhe era estranha (MARTINS, 1994).

A noção de espaço e tempo dos seringueiros pouco se assemelha a esses conceitos na vida urbana. Se para os citadinos é algo complexo se localizarem num determinado ponto da floresta ou saberem as horas sem o uso do relógio, para os seringueiros é muito mais complicado entender a localização de uma residência num complexo traçado de ruas muito parecidas ou ter que consultar um relógio quando quiser saber as horas.

Quanto à localização da escola, isto é estrategicamente definido, de modo que se aproxime o máximo das colocações onde os seringueiros/alunos residem. A distância entre a escola e a moradia do aluno mais próximo chegava até os dez minutos, um quilômetro de

distância, mas poderia chegar, também, a três ou até quatro horas de efetiva caminhada, numa distância de 18 a 24 quilômetros. E até o final do período em estudo, todas as escolas estavam localizadas em colocações que não possuem nenhuma outra forma de acesso senão a pé, sendo que a mais próxima ficava a duas horas e meia de viagem, e a mais distante localizava-se a vinte horas em relação à cidade de Xapuri.

Tratando-se das dificuldades de funcionamento existentes, conforme MARTINS (1994), alguns problemas afetavam o funcionamento das escolas: - a inexperiência do professor no trato com os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos; - uma formação deficitária do docente, principalmente em face dos aspectos psicopedagógicos e didáticos; - alguns alunos, por seu bom desempenho e esforço pessoal, chegavam a igualar seus conhecimentos aos do professor; pouco contato com material escrito, seja por parte dos professores, seja dos alunos, e a ausência de pessoas escolarizadas nas famílias dos alunos, inviabilizando atividades de reforço.

4.2 Os sujeitos sociais da escola: docentes e discentes

De um modo geral é possível caracterizar e subdividir os docentes que atuavam nas escolas do *Projeto Seringueiro* entre 1981 e 1990, em três grupos. O primeiro é o daqueles que participaram desde seu início, atuando nas escolas *pioneiras*. Eram pessoas da zona urbana, com nível médio ou superior de escolarização, que por uma questão de comprometimento com a luta dos seringueiros assumiram o trabalho de ensinar-lhes a ler, escrever e contar, qualificando-os para se organizarem e atuarem no Sindicato, na Cooperativa, como monitores da Igreja Católica e como agentes de saúde.

O segundo é o grupo dos seringueiros, que, tendo estudado ou não no *Projeto Seringueiro*, eram alfabetizados, fizeram treinamento e passaram a ser seringueiros/monitores/professores a partir de 1983. Trabalhavam na extração do látex, na coleta de castanha, na agricultura, participavam do Sindicato, da Cooperativa, da Igreja Católica e lecionavam na escola.

Um terceiro grupo é o dos professores, não mais monitor/professor, mas sim profissionais com formação específica para a docência, contratados e designados pela

Secretaria de Estado de Educação (SEE), ministravam aulas nas escolas do *Projeto Seringueiro*, mediante convênios firmados entre o CTA e a aquela Secretaria.

Tal classificação é puramente formal e não implica separar estes sujeitos em campos distintos. Quando se trata de um professor de origem urbana, mas que está naquele momento na condição de seringueiro, tem-se um seringueiro/monitor/professor. Outras vezes um monitor/professor é também um seringueiro, oriundo do seringal e contratado pela SEE.

Os docentes eram formados por meio de cursos (treinamentos), realizados inicialmente de dois em dois anos e à frente, anualmente, complementados com o acompanhamento contínuo dos supervisores, o pessoal da equipe do Projeto. Além disso, havia os encontros, reuniões, seminários e cursos diversos, promovidos pela Igreja Católica, pelo Sindicato, pela CONTAG e pelo próprio *Projeto Seringueiro*/CEDOP/CTA.

A partir do segundo semestre de 1983, depois do primeiro treinamento, todos os professores passaram a ser dos próprios seringais. Embora alguns tivessem passagem pela cidade, sua capacitação para o magistério dava-se através do *Projeto Seringueiro*, que os preparava e os incentivava a obter seus certificados de escolaridade formal por meio do ensino supletivo.

As exigências básicas para ser professor/a eram que o candidato fosse do próprio seringal, e indicado, democraticamente, pela comunidade. Além disso, ele ou ela deveria ter domínio da leitura, da escrita e das operações matemáticas básicas. E para que pudesse assumir definitivamente uma escola, teria que participar do treinamento ministrado pelo Projeto, no qual recebia os conhecimentos básicos relativos à língua portuguesa, à matemática, aos estudos sociais, às ciências e os fundamentos essenciais de didática e metodologias de ensino, além da formação política, que permeava todos os conteúdos.

Os treinamentos pretendiam, ainda, desenvolver a preparação teórico-pedagógica dos professores seringueiros, de modo que estes fossem capazes de trabalhar na perspectiva do conhecimento entendido como um processo em construção, no qual o ato de ensinar é também de aprender, e vice-versa. O discente, nesse caso, era compreendido como um sujeito do processo de construção do conhecimento, e não como um ser passivo, que apenas recebe os conhecimentos transmitidos pelos docentes como se fossem verdades absolutas, sem questioná-las. Manoel Estébio destaca a esse respeito que:

Como o Projeto trabalhava com professores leigos numa realidade onde predominava a oralidade, com demanda altíssima por escolarização, a formação do

professor era um processo contínuo, que não se esgota numa série de cursos e treinamentos. Havia uma gradação de acordo com o nível que cada professor alcançou nesse processo de formação, mas a necessidade de continuidade não se esgota, pois o predomínio da oralidade e a pouca circulação de informações escritas no ambiente das escolas são fatores que poderiam causar estagnação ou regressão na formação dos professores. Assim sendo, para manter o professor atualizado segue-se o processo de cursos regulares e supervisões continuadas, ocasiões em que ocorre a interação de conhecimentos e dificuldades, onde aqueles tentam suplantar estas. O professor apto a iniciar no magistério era aquele que apresentava um bom desempenho no domínio dos conteúdos e da didática (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

Já na segunda metade da década de 1980, a maioria desses professores era contratada. Uma parte era paga pelo *Projeto Seringueiro*, através de convênios firmados com instituições externas e outra pelo governo do Estado. No final desta década, todos estavam contratados pela SEE, embora alguns, provisoriamente. Eram professores/seringueiros de seringueiros dos quais mais se exigia em relação ao magistério, pois eles tinham uma situação de certa forma privilegiada do ponto de vista econômico, se comparados aos outros seringueiros. Na ocasião, aqueles professores recebiam em média o equivalente a 300 quilos de borracha por mês, enquanto um seringueiro, mesmo trabalhando exclusivamente no corte da seringa, sequer atingiria a média de 150 quilos por mês.

Manoel Estébio observa, ainda, que no final de 1980 alguns desses professores/seringueiros não mais cortavam seringa, tendo transferido essa atividade a um filho ou agregado, o meeiro, por exemplo. No entanto, além do magistério, eles praticavam a lavoura de subsistência. Suas condições de moradia e estrutura familiar, por sua vez, eram as mesmas dos outros seringueiros, e quase todos pertenciam à Igreja Católica e participavam das CEBs. Ainda segundo Manoel Estébio, foram encontrados somente um adepto da *Assembléia de Deus*, um outro ligado ao *Daime* e um terceiro simpático à *Umbanda*.

Todos defendiam e professavam a importância de continuar na floresta, estruturando de modo mais eficaz as Reservas e os Projetos de Assentamento Extrativistas, construindo ali um futuro melhor para seus filhos. Defendiam, ademais, a necessidade de se modernizarem, desenvolvendo outras culturas, como a criação de peixe, frango e plantio de pupunha (palmito), utilizando tecnologia apropriada para a floresta, sem depredá-la e de modo autossustentável. Pleiteavam a realização de outros níveis de ensino - alguns chegavam até a sonhar em fazer um curso superior, se possível nas áreas de agronomia ou engenharia florestal, mas eram taxativos: desde que realizado na própria floresta.

Cabe destacar que a participação da mulher docente foi de fundamental importância neste período, mesmo tratando-se de uma sociedade machista como a dos seringais. A mulher tornou-se uma necessidade como mão de obra intelectualizada, visto que ao homem cabia, prioritariamente, cuidar da subsistência do lar, esgotando todo o seu tempo. Mas, assim, sendo a mulher necessária não só em seu lar, mas também para toda a comunidade, muitos esposos não concordavam com isto. A fala de Ademir Pereira reforça essa constatação:

Quando a gente encontrava uma comunidade que a pessoa que tinha um conhecimento melhorzinho, que poderia ser escolhida pra ser a professora, quando era mulher, tinha um problema. Principalmente se ela fosse casada. Encontramos isso, não dá para citar nomes. Mas encontramos esse problema de o esposo dizer: *Não, ela não vai, essa aqui não vai, se ela for não volta mais.* Aquela história que a gente já sabe, de ciúmes. Mas, depois nós começamos a trabalhar essa questão. Outro dizia: *Olha, porque a minha filha não pode ir para escola, porque lá só tem muito é menino, e tem isso e aquilo... Olha pessoal! [...]* A gente ia à casa da família, dormia, tomava café, comia o feijãozinho com arroz ou o que tivesse, junto com eles lá, e aproveitava aquele tempo para estar conversando. A gente não conversava mais só sobre aquele assunto, mas todos os aspectos que a gente tinha tempo pra abordar, a gente conversava. Discutia com ele, até na tentativa de fazer ele entender que a mulher não é um objeto. E se ela é uma parte da família, ela deve ser respeitada. E que a consideração e respeito à mulher deve ser tanto quanto a do homem. O direito que é do homem a mulher também tem. Essa era a tentativa da gente conseguir convencer ele. Por fim, já nos anos 90, essa coisa foi sumindo. Teve muitos cursos que a gente chegava lá e tinha metade homens e metade mulheres. A escola era... A esposa do cidadão chegava lá e estudava como se fosse uma criança... Claro que ainda existem problemas, mas estão sumindo. [...] Um dos primeiros problemas encontrado foi a questão de uma senhora que estava sendo escolhida para ser professora, porque era a única que demonstrava uma condiçãozinha melhor, e o rapaz não estava aceitando. Primeiro porque ele estava... O casamento era meio recente. Depois, ele achava que aquilo não ia dar certo, tinha medo de ela ir e achar algo que lhe interessasse. Supõe-se que ele pensava dessa forma. Mas também a discussão, no todo mesmo, de modo geral, era o que está impregnado na nossa sociedade, é que mulher tem que cuidar de casa. Esse é um fato. O que hoje já está mudando, mas ainda existe essa marca da sociedade: *Mulher é para cuidar de casa, pilotar fogão, lavar roupa e ponto, acabou* (Entrevista com **Ademir Pereira da Rodrigues**, em 15.07.2009 – Rio Branco – Acre).

Quanto aos discentes, não difere muito dos docentes. Naquele primeiro momento a grande maioria era formada por adultos. Mas adultos já imbuídos de propósitos e compromissados com o movimento social dos seringueiros como um todo. Querer ser aluno de uma determinada escola não era apenas uma decisão pessoal ou familiar. Era, sobretudo, uma tarefa atribuída pelo movimento. Além disso, esses discentes adultos, jovens ou crianças, não podem ser vistos como os alunos de uma escola regular, oficial, administrada pelo Estado. O padrão cultural de sua formação é marcado por uma lógica que os diferencia muito dos

citadinos e mesmo dos ruralistas. Seu isolamento no interior da floresta; sua inserção precoce no processo produtivo; certa ausência de relacionamento humano, visto que este homem dos seringais dialoga muito mais com outros seres do que com os humanos; suas péssimas condições de saúde, devido à total ausência de serviços médicos locais, são fatores que contribuíam para o seu frágil e restrito processo de escolarização.

4.3 Material e recursos didáticos

A Cartilha *Poronga*

Para iniciar esta parte considere significativo reproduzir aqui um diálogo entre Mary Allegretti, Marlete, o seringueiro Chico Marinho e sua esposa Alzira, quando da discussão sobre o título da Cartilha *Poronga*:

Mary: Aqui na frente do livro de vocês tem essa figura, aqui. O que o senhor acha que essa figura diz? // **Chico Marinho:** É um seringueiro com uma *poronga* na cabeça. // **Mary:** O que será que ele está fazendo? // **Alzira:** A *poronga*? // **Mary:** É. // **Alzira:** Alumiar. // **Mary:** Pra que serve a *poronga*? // **Chico Marinho:** Pra alumiar, pra cortar a seringa... // **Alzira:** Quer dizer... Que ela serve pra tudo, né? Em qualquer canto que a pessoa tá aperreado, né? Que não tem luz, a gente se serve dela. Na cozinha, né? É como uma lamparina. // **Chico Marinho:** Pra viagem. // **Mary:** Quem faz a *poronga*; o seringueiro mesmo faz? // **Chico Marinho:** Não. Quer dizer; tem deles que fazem, né?. Mas sempre tem o profissional do trabalho pra fazer, né? // **Mary:** O senhor conhece algum que faz? // **Chico Marinho:** Conheço. Mora lá na rua. // **Marlete:** Eles mesmos fazem a *poronga* e daí vendem pra vocês, direto? // **Alzira:** Ele faz balde, faz lamparina, *poronga*, tudo isso ele faz. // **Mary:** De que é feito a *poronga*? // **Alzira:** De flandre. // **Mary:** Dura muito tempo, ou sempre tem que comprar outra? // **Alzira:** Sempre tem que comprar. // **Chico Marinho:** Todos os anos têm que comprar outra. O total dela durar é um ano. // **Mary:** E eles cobram quanto? O senhor sabe quanto que custa uma *poronga*? // **Chico Marinho:** Tá custando C\$ 350,00, uma. Inda agora eu perguntei mesmo lá no comércio. // **Mary:** O senhor usa *poronga*? // **Chico Marinho:** Uso não. // **Mary:** Não gosta de usar? // **Chico Marinho:** É porque eu ainda não... Não deu condições de eu comprar. Agora eu fui, lutei pra ver se trazia uma, né, comprava uma, mas não deu condições. // **Mary:** Mas o senhor gosta de usar? // **Chico Marinho:** Eu gosto de usar porque tem muita serventia. Porque às vez a gente vai numa viagem, à noite. Ou entonce a gente, na luta que vive, de espera, de noite, entonce a gente sempre pra espera, leva ela, deixa ali do lado, quando desce da espera já vem com ela acesa. De forma que ela tem muito prestígio, ajuda muito o trabalhador rural. // **Mary:** Põe querosene ali dentro e ela alumeia... // **Chico Marinho:** Põe querosene e alumia. Agora, ela só tem uma vantagem. Ela só alumeia pra frente. Pra trás nada. // **Alzira:** Pra trás, de jeito nenhum. // **Mary:**

E isso é bom ou é ruim? É vantagem, isso? // **Chico Marinho**: É vantagem porque devido o amparado da luz de detrás, ela clareia muito prá frente, né? Porque atrás é amparado, né? Não clareia nada pra trás, a luz só penetra toda pra frente. Clareia bem. // **Mary**: Então, a poronga é importante pro seringueiro... // **Chico Marinho**: É importante. // **Mary**: Então esse livro, que é o livro do seringueiro, ele se chama **Poronga**. Aqui em baixo, nessas letras, está escrito **Poronga**. Agora, por que será que a gente chamou o livro do seringueiro de **Poronga**? //..... silêncio // **Chico Marinho**: Aí eu não tô a par ... diretamente. // **Mary**: Mas o que o senhor acha? O que a senhora acha, Dona Alzira? // **Alzira**: Eu vou dizer uma doideira (risos). // **Mary**: Pode dizer ... // **Alzira**: Porque ele é seringueiro. // **Mary**: Porque ele é seringueiro. E tem mais uma razão também. A poronga serve prá que? // **Alzira**: Pra alumiar. // **Mary**: E o livro? // **Chico Marinho**: Pra estudar. // **Mary**: Pra estudar. E então? Por que será que chama **Poronga**? // **Chico Marinho**: Bom. É o sentido, o sentido de chamar o livro **Poronga** é o sentido que nós tamo no escuro por não saber ler. Entonce, vem o livro com as iniciais da **Poronga** fazendo a representação que é uma claridade, aquele livro é uma claridade que vem nos dar sobre o que ele trás pra o ensino nosso, né? // **Mary**: É bem isso, seu Chico Marinho. É por isso mesmo que a gente chamou ele de **Poronga**. Se a poronga alumia a estrada pro seringueiro, então vamos ver se o livro e a escola ajudam o seringueiro na caminhada dele (**Transcrição da gravação feita quando foi discutido o nome da Cartilha PORONGA por Chico Marinho, seringueiro e Alzira, sua mulher. Seringal Nazaré, 3 de junho de 1982**).

O projeto de educação de seringueiros, iniciado em 1981, orientou-se pela proposta de educação popular de Paulo Freire e tinha como livro-texto básico a cartilha *Poronga*, composta de quatro volumes: a cartilha de alfabetização e os cadernos de português, de matemática e do monitor. Foi concebida a partir de um estudo prévio da realidade dos seringais. O universo vocabular daquelas comunidades foi pesquisado, de modo a oferecer elementos para que a equipe do Projeto Seringueiro, com a assessoria do CEDI, elaborasse sua primeira versão. A cartilha concentra as principais ideias contidas na proposta de educação do Projeto Seringueiro e os conteúdos a serem trabalhados, assim como as necessárias orientações metodológicas da proposta educativa.

Em artigo de Mary Alegretti intitulado *A Poronga*, publicado no jornal *Folha do Acre*, estão algumas considerações sobre essa cartilha, quais sejam:

[...] eles afirmam (os seringueiros): do mesmo jeito que a *Poronga* alumia a estrada para o seringueiro cortar de madrugada, o livro vai alumiar nossas idéias. Não havia, portanto, um material didático que pudesse ser utilizado para a alfabetização dos seringueiros, a especificidade do modo de vida na mata, o linguajar, o modo de pensar, as palavras usadas no cotidiano, precisavam fazer parte de um livro de educação de adultos. Procurando criar algo novo e que respondesse a essas necessidades, a equipe do projeto procurou assessoria com um centro voltado para educação popular em São Paulo – o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). O processo de produção do material em todas as suas fases será editado brevemente no CEDI. A *Poronga* procura responder a duas necessidades: valorizar o saber do seringueiro, resultado de sua própria história, e dar a ele informações necessárias para encontrar autonomia política e social, ou seja,

para raciocinar criticamente sobre a sociedade em que vive. A outra é o domínio do cálculo matemático fundamental para realizar, por conta própria, a comercialização. Para isso, o material está voltado para a decodificação de uma conta corrente tradicional de um barracão. Ou seja, como se forma o débito e o saldo. Quais são as operações matemáticas ocultas nesse processo tão mágico que leva sempre ao endividamento? O material vai sendo transformado à medida que o processo se desenvolve e através da criação dos seringueiros. Suas falas, gravadas por nós desde o início do trabalho, serão devolvidas a eles através de uma outra forma, a escrita, para que dessa maneira se reconheçam através de um código até então inacessível. Diferentemente das propostas oficiais que consideram o trabalhador um indivíduo sem cultura, nossa proposta é partir do saber que ele traz – o da vida. E acrescentar a este o que lhe é oculto. E como achamos que o trabalhador tem o direito de exigir o melhor da produção social, elaboramos um material bonito e bem impresso (...). (ZANONI, Mary Helena Alegretti, artigo intitulado *A Poronga*. In, jornal *Folha do Acre*, nº 74, ano I, 1983, p. 4. Rio Branco - Acre).

A *Poronga* foi elaborada com o propósito de nortear todo o processo educativo dos trabalhadores da floresta, a partir de alguns princípios fundamentais que, conforme a análise de SILVA (1998), podem ser resumidos em três.

Primeiro, considera que nenhuma educação é neutra. Por essa razão, o processo educativo deve estar comprometido politicamente. Nesse caso, os materiais didáticos, especialmente os cadernos de português e matemática, devem buscar:

1. Servir de instrumento para a reflexão do seringueiro sobre sua realidade, reflexão esta produzida a partir da leitura de sua prática de luta pela sobrevivência;
2. Fazer com que o aprendizado dos códigos de leitura e escrita do português e da matemática sirvam de instrumento na luta do seringueiro por melhores condições de vida (SILVA, 1998, P. 62-63).

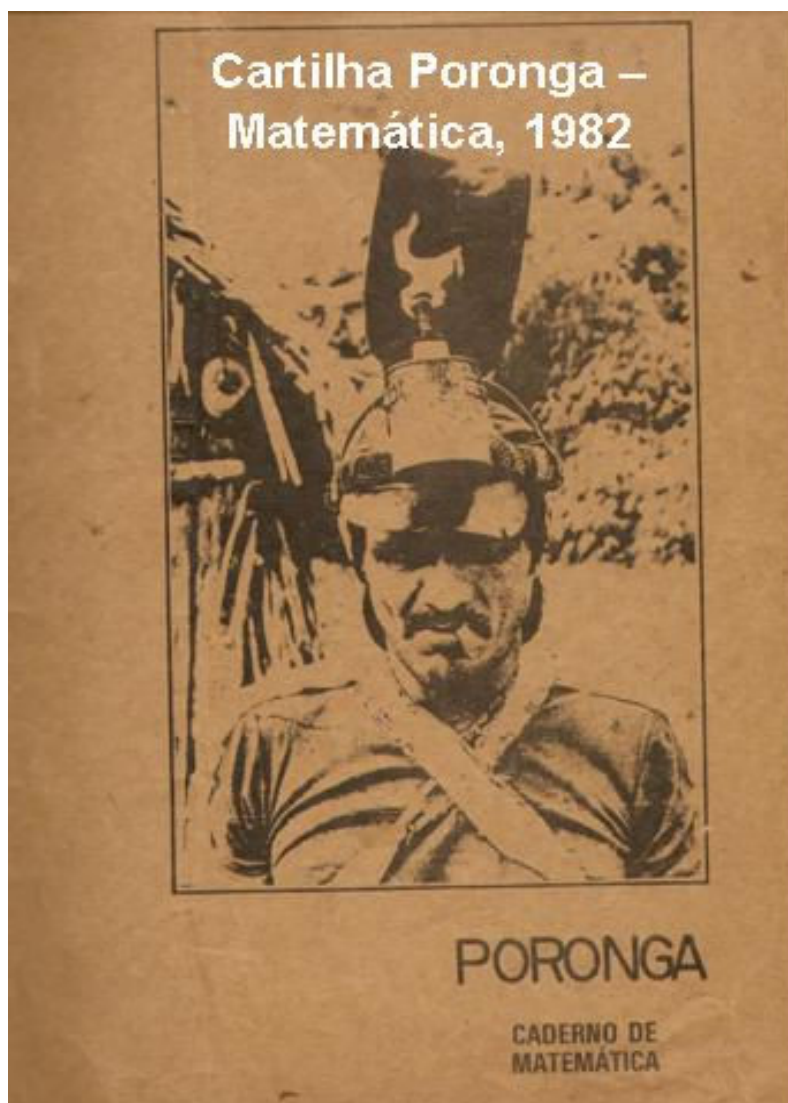
O segundo princípio destaca a ideia de que na escola todos aprendem. Esta ideia busca valorizar o saber de cada um, adquirido por meio das experiências vividas ao longo de sua existência ou transmitido de geração a geração pela tradição oral. Assim sendo, este material didático ajuda a refletir sobre essas experiências de vida, valorizando o modo de vida, a cultura, o trabalho e o cotidiano dos seringueiros. Como SILVA (1998, p. 63) salienta, *todos têm alguma coisa para aprender, para refletir e para ensinar. O saber da sala de aula é, portanto, um pouco do saber de cada um.*

O terceiro princípio propõe que a escola entendida como um processo em permanente transformação, visto que ela não está acabada ou concluída. É uma permanente construção, a ser conduzida pelos que dela participam.

A cartilha *Poronga*, por determinado período (1981/87), foi o eixo norteador do currículo dessas escolas da floresta, fornecendo orientações para a produção de outros materiais a partir da imaginação e criatividade de docentes e discentes, de modo a valorizar os materiais disponíveis no ambiente natural e cultural da própria floresta. E apesar de sugerir 25 palavras geradoras, selecionadas dentre as mais significativas do universo vocabular dos seringueiros, ficava em aberto a apropriação de outras, a critério do professor e das circunstâncias do momento e da realidade específica de cada comunidade. Sobre a opção destas palavras geradoras, SILVA (1998) salienta que:

Tal escolha obedeceu aos seguintes critérios: representatividade das palavras dentro dos temas geradores da proposta política da cartilha, riqueza fonética e gradação das dificuldades ortográficas. Cada palavra geradora é representada por uma gravura, que poderá servir de motivação para a discussão dos temas geradores, e há também um quadro com as famílias dos fonemas das palavras. Para cada palavra existe uma série de exercícios de fixação, construídos de acordo com o desenvolvimento do processo de alfabetização do aluno; esses exercícios incorporam gradualmente frases e textos que incluem os fonemas já estudados (SILVA, 1998, p. 64).

A cartilha *Poronga* foi reeditada várias vezes, e mesmo no final da década de 1980, quando a equipe coordenadora dos trabalhos do Projeto decide abandonar a orientação baseada na proposta de educação popular de Paulo Freire, o material didático produzido continuou com o nome de *Cartilha Poronga*, como se observa na foto abaixo:



Fonte: Arquivos do CTA.

A Mala de Leitura

A Mala de Leitura foi um outro importante recurso didático no processo de escolarização dos seringueiros. É uma atividade itinerante do Projeto e foi desenvolvida desde o final dos anos de 1980, tendo começado com malas de madeira, sendo depois confeccionadas com lona.

No início a mala continha poucos livros, tendo chegado adiante a 300 exemplares, aproximadamente, distribuídos em malas de 30 volumes no máximo. Cada mala ficava três meses em cada escola, permitindo a leitura de 90 títulos por ano, no mínimo, porquanto três meses são de recesso e férias escolares.

Os temas e estilos dos livros eram diversificados: poesias, histórias antigas e atuais, mitos indígenas, literatura de cordel, entre outros. Os autores também eram os mais diversos, dentre eles: Monteiro Lobato, Cecília Meireles, Ziraldo, Silvia Ortofo, Hélio Melo, para citar alguns.

Havia duas formas de utilização da Mala de Leitura: o trabalho com leituras na própria escola e os empréstimos para leitura em casa. SILVA (1998) descreve uma ocasião em que presenciou o trabalho de um professor com essa mala, qual seja:

[...] o professor sentou com os alunos, dispostos em semicírculo no chão da sala, e lhes falou sobre o objetivo da atividade que iria desenvolver, pedindo que cada um retirasse da mala o livro que gostaria de ler e, após a leitura, contasse o que lera aos seus colegas. Posteriormente, cada aluno foi solicitado a escrever sua própria história, baseada naquela que anteriormente lera. No final da atividade, que se estendeu até o dia seguinte, as produções foram apresentadas à turma e expostas num varal de barbante, que fazia as vezes de mural (SILVA, 1998, p. 125).

Outra atividade realizada pelos docentes com a Mala de Leitura consistia em pedir que um aluno escolhesse um livro. Em seguida o professor transcrevia a história no quadro, de modo que todos os alunos pudessem lê-la e copiá-la. Depois eram destacadas do texto várias palavras, a partir das quais era planejada a aula do dia seguinte.

Sobre o empréstimo de livros, segundo SILVA (1998), realizava-se da seguinte maneira:

[...] os alunos pedem permissão ao professor para levarem para casa o livro que lhes interessa, e o professor lhes recomenda cuidar bem do livro, e com eles combina o prazo para sua devolução. O empréstimo de livros aos pais, que geralmente se interessam em ler qualquer impresso pertencente à escola, funciona da mesma forma. Vale salientar que, nos seringais, apesar de as famílias morarem muito distante umas das outras, a relação de confiança existente entre elas ainda é algo muito forte, o que explica a adoção desse sistema tão inusitado de empréstimo de livros, que não obedece a regras burocráticas comum às bibliotecas (SILVA, 1998, p. 126).

A Mala de Leitura foi pensada para atender a vários propósitos. Deve-se destacar a respeito a ideia de que ela se destinava, também, aos demais membros da comunidade que sabiam ler e que, por algum motivo, não mais frequentam a escola. De outra parte, essa invenção didático-pedagógica ajudava a revelar outro mundo, um universo ainda

desconhecido daquelas populações da floresta, enriquecendo seu repertório cultural. Neste sentido, a Mala de Leitura amplia os limites do processo educativo e os sujeitos da educação escolar, discentes e docentes, abrindo-se a outros membros daquelas comunidades, trazendo-lhes outras distantes e desconhecidas culturas e histórias, outros saberes, sendo aproveitada para além da escola, porque ultrapassava seus limites.

Mala de Leitura – professora Conda.



Fonte: Arquivos do CTA.

Os Impressos

É provável que a ausência da tecnologia eletrônica na floresta tenha colocado em destaque os materiais impressos no processo educativo-escolar dos seringueiros, presentes não somente nos textos escritos, mas também nas imagens, nos desenhos, nos mapas e outros impressos. Liderados pela cartilha Poronga e seus derivados – cartilha de alfabetização e os cadernos de português, de matemática e do monitor –, os impressos utilizados nas escolas dos seringueiros eram variados: Almanaque Abril, dicionários, gramáticas, fotografias, jornais,

revistas, livros de historinhas e lendas, folhetins de Igreja, panfletos do Sindicato e cânticos de protesto e outros da Igreja Católica, dentre outros.

Esse material, classificado como de apoio, tornou-se indispensável à escolarização dos adultos, crianças e jovens que frequentaram aquelas escolas. Sem eles dificilmente o desempenho pedagógico e os aprendizados seriam os mesmos, visto que por seu intermédio e da oralidade é que se realizava, prioritariamente, o processo didático pedagógico. A expectativa de poder ler os panfletos do Sindicato, os folhetins da Igreja, os cânticos de protesto ou mesmo um bilhete de um amigo ou namorado/a de outro seringal, conduzia à valorização indiscutível dos impressos.

Deve-se lembrar a esse respeito que, historicamente, os seringueiros sempre valorizaram o papel escrito, talvez até pelo fato de a grande maioria não saber ler. Todo e qualquer documento escrito – documentos pessoais, contratos de trabalho, notícias de jornais, sobre a guerra ou sobre aumento dos preços da borracha, cartas de parentes ou amigos, bulas de medicamentos, notas de compra, eram muito bem guardados e valorizados. E quando alguém que sabia ler chegava à casa de um seringueiro, ele pegava prontamente a papelada, que se encontrava sempre bem protegida e guardada, geralmente em uma mala de colocar roupas ou em latas, e pedia que a pessoa os lesse em voz alta. Como se seguissem essa tradição, os impressos constituíram elemento significativo nos traçados e dinâmica da educação de seringueiros.

Livros de histórias da mata escritas por alunos do Projeto Seringueiro.



Fonte: Arquivos do CTA.

O Quadro de Giz

Esse recurso, de singular importância no processo didático-pedagógico, no ensino-aprendizagem escolar, tem participação garantida em quase todos os momentos da educação de seringueiros, seja nas atividades em sala de aula, entre professor e alunos, seja extrapolando-a, nas reuniões e encontros do sindicato e da Igreja.

A ausência de recursos didáticos mais sofisticados nas escolas dos seringais, como audiovisuais e outros equipamentos eletrônicos, contribuiu para a valorização e importância do quadro de giz. Sua utilização era, portanto, permanente e necessária. Ele vem junto com o professor e os alunos. É pelo quadro de giz que tudo começa nas escolas dos seringais: a

primeira letra ou a primeira palavra a ser estudada; a primeira conta a ser calculada; a pauta da reunião do Sindicato ou do encontro da Igreja Católica. Quase tudo passa pelo quadro de giz, como se uma escola para ser realmente escola devesse ter quadro de giz.

De outra parte, ser chamado para ir ao quadro de giz efetuar uma conta ou escrever uma palavra constitui um momento muito especial. Pode significar responsabilidade e medo, por um lado, mas também uma conquista, um privilégio, realização pessoal, por outro. É como se, por alguns instantes, o aluno se tornasse o professor. Sobre isso, SILVA (1998) observa:

Enquanto o quadro de giz parece substituir o papel, algo tão raro e precioso por ali, o giz parece simbolizar algo mais, um privilégio de poucos. Na prática, ainda que as escolas disponham de vários recursos tecnológicos que contribuem para uma aprendizagem mais satisfatória, o quadro de giz está longe de ser substituído por qualquer outro meio que possa parecer mais eficaz (SILVA, 1998, p. 120).

Aluna da Escola Bom Jesus fazendo tarefa no quadro de giz.



Fonte: Arquivos do CTA.

O Gravador

Desde as primeiras escolas, o gravador e toca-fitas à pilha era utilizado pelos professores e professoras. Serviam para gravar as leituras feitas pelos alunos, com o intuito de melhorar a sua capacidade de ler, através da audição de sua própria fala; eram usados para se ouvirem histórias infantis clássicas, gravadas em fitas K-7; para tocar músicas em sala de aula, tanto infantis quanto do folclore brasileiro, dentre outras de serventia e marcações de sua presença. Também os alunos, independentemente do professor, o utilizavam para gravarem aulas, reuniões de avaliação da escola, os encontros do Sindicato e da Igreja. Essas situações, gravadas em fitas K-7, eram repassadas para pessoas que estiveram ausentes, para que pudessem se inteirar dos assuntos ali debatidos. Além disso, com o gravador as músicas da Igreja, de protesto e quaisquer que fossem, podiam ser ouvidas, e se treinava a voz para melhor se expressar nos encontros e reuniões.

O Rádio

A utilização do rádio nos seringais, como um elemento que transmite e informa cultura, não é recente. Sabe-se que durante a Segunda Guerra Mundial, o rádio já era utilizado. Apesar de o Projeto Seringueiro não ter definido nenhuma forma de seu uso, pode-se considerá-lo um recurso, um equipamento, uma presença de fundamental importância na formação cultural/intelectual dos seringueiros.

É através do rádio que os seringueiros se mantêm informados sobre os mais diversos assuntos, tanto local como regional, nacional e internacional. Sintonizando emissoras locais, regionais, nacionais e internacionais, eles se informam sobre guerras, esportes, conhecimentos científicos, religião, comércio, música, artes, política, dentre outras variadas formas de manifestações culturais.

Localmente, um importante serviço que o rádio oferece é o de utilidade pública, especialmente as melodias e mensagens transmitidas e enviadas. As primeiras tratam do oferecimento de músicas de uma pessoa a outra, aproximando-as. Não raro criando uma relação emocional/sentimental entre elas, recriando laços e afetos. Assim, nos horários reservados para tal, seria possível ouvir felicitações como: “*Senhora Maria Agripina Valente,*

na colocação Pimenteira, seringal Nazaré, queira receber pela passagem do seu natalício, do seu filho Pedro Lima Valente, que nunca lhe esquece, a melodia Coração de Mãe”.

Em relação às mensagens, ouviam-se textos como:

Atenção, muita atenção João Pessoa de Menezes, professor da escola da colocação Refúgio, no seringal Boa Viagem. Aviso que não vou poder ir mais esta semana, motivo do numerário não ter sido liberado. Logo isso aconteça, voltarei a avisar. Abraços Francisco Saturnino Lemos, da equipe do Projeto Seringueiro.

Essa forma de comunicação informa e amplia o universo cultural, as informações e as afeições dos seringueiros, principalmente daqueles que faziam parte da escola, que passavam a associar o que se aprende através de escritos com o que se ouve, com a linguagem oral. Deste modo, o rádio atua sobre a educação dos seringueiros/as, ampliando seu sentido e significado.

CAPÍTULO 5

AS MÃOS QUE CONDUZEM A ESCOLA AO SERINGAL

Compreender quem foram e como se deram as relações entre os atores sociais envolvidos nas escolas do Projeto Seringueiro, foi um dos propósitos desta investigação, dada a importância de seus protagonismos para a existência daquelas escolas no coração do seringal, edificadas entre *porongas* que viraram cartilha, entre malas que carregavam livros em vez de roupas, entre rádio que falava de escola, gravador e muito mais, como vimos. Estes atores constituíram, ao longo da história desse Projeto, características, atitudes, perspectivas que traduziam seus interesses a considerar.

Ali estavam vários atores, individuais e coletivos, dentre os quais focalizaremos os mais expressivos, definidos a partir da importância que a documentação e os depoimentos foram-lhes atribuindo, que por sua vez revelava seus protagonismos e importância, quais sejam: os seringueiros, suas famílias e as comunidades; o Sindicato, a CONTAG e a Igreja Católica; a equipe do Projeto Seringueiro, o CEDOP/CTA e as instituições/entidades proponentes e financiadoras da Educação de Seringueiros; o poder local, o Estado e o aparato policial; e outros atores: estudantes, artistas, jornalistas, intelectuais, mulheres, índios, negros e Igrejas não Católicas.

5.1 Os seringueiros, suas famílias e as comunidades

Quem eram aqueles seringueiros que, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, vão se organizar em sindicato e reivindicar uma escola que os qualificasse para a luta contra os fazendeiros latifundiários, pela garantia da posse da terra e em defesa do meio ambiente? Estes trabalhadores dos seringais do último quartel do século XX, da Amazônia Sul-Occidental, que hoje ocupam áreas de Reserva Extrativista ou de Projeto de Assentamento Extrativista, como dito anteriormente, é o desdobramento histórico do *retirante* nordestino que ali começou a chegar na segunda metade do século XIX, quando do início da extração do látex, na condição de *brabo*, tendo que enfrentar o aborígine e os demais empecilhos próprios desta selva, para poder cortar seringa e sobreviver. Com o correr do tempo e as sujeições do

barracão, extorquido e escravizado pelo *sistema de aviamento* e, também, fragilizado diante do ambiente geral da floresta, em contato nunca amistoso com os indígenas, insetos e animais selvagens, transformou-se em *manso*, e hoje encontra-se na condição de *guardião da floresta*.

Euclides da CUNHA (1999), no início do século XX, quando esteve no Acre como Chefe da Comissão de Reconhecimento das Nascentes do Rio Purus, angustiado com o que viu no interior dos seringais, observa que ali se encontrava *a mais criminosa organização do trabalho*. Salienta que *o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se* (p. 24). Sua análise é rica em detalhes e de grande significação histórica, contribuindo para a compreensão das origens deste trabalhador seringueiro. Conforme suas palavras,

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhoril, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designar. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o *corte da madeira* e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de xarque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 75\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso *sério* de 2:090\$000 (CUNHA, 1967, p. 24-25).

Essa dívida que possui e que *o possui* desde sua partida como retirante nordestino rumo à Amazônia/Acre, vai-se acumulando de safra em safra, de ano a ano, de geração em geração. E não bastando a tortura da dívida permanente, do isolamento no interior da selva e das precariedades da vida naquele ambiente, as regras emanadas do barracão vão fragilizando cada vez mais e a cada dia estes seringueiros. São estabelecidos os verdadeiros *contratos unilaterais*, os conhecidos *regulamentos* dos seringais, onde são fixadas regras inconcebíveis como: - as que disciplinam o corte da seringueira; - a obrigatoriedade de só poder comprar e vender no barracão de seu patrão; - a proibição que o impede de poder abandonar a colocação sem antes quitar todas as dívidas; - a restrição de não poder ser aceito por outro patrão sem antes quitar suas dívidas com o patrão anterior e a inexistência de direito à indenização

relativa a qualquer benfeitoria realizada em sua colocação (CALIXTO & OUTROS, 1985; CUNHA, 1967; MARTINELLO, 2004).

A tais regras outras se adicionam, normas não prescritas, que o patrão seringalista fazia cumprir como se fosse um administrador público, um delegado de polícia, um juiz e/ou padre. CALIXTO & OUTROS (1985), ao caracterizarem este personagem do seringal, o patrão seringalista, fazendo um contraponto ao seringueiro, revelam que são eles

Homens de pouca cultura, a maioria mal sabia ler, escrever e fazer algumas operações contábeis. Suas origens não remontam a nenhuma tradição de riqueza. São nordestinos que perderam todas as perspectivas de vida abastada em sua terra natal. A forma bem particular de organização do trabalho no seringal tornou esses homens autoritários, arrogantes e insaciáveis em suas pretensões. Desejosos de enriquecer rápido e facilmente, à custa da exploração do trabalho forçado e ininterrupto dos extratores do látex (os seringueiros), assumiram uma postura de *ser supremo* do seringal. Consideravam-se os árbitros para o estabelecimento do erro ou da verdade. Castigando com surra, amarrando no *tronco* ou mandando matar os infratores de seus interesses, em certos casos desempenhavam até o papel de *juiz de paz* daquela região (do seringal), fazendo casamento, registrando nascimento, mortes, sentenciando pena e dando o perdão. Eram a cruz e a espada a um só tempo na luta contra a *conta-corrente* da casa aviadora (CALIXTO & OUTROS, 1985, p. 79-80).

A este patrão seringalista o seringueiro terá que prestar respeito e obediência, concordando ou não com as imposições emanadas do barracão. O seringueiro não podia contrariá-lo, por mais absurda que fossem suas deliberações. Muitos destes seringalistas adquiriram patentes de coronel, major, capitão, tornando-se uma classe poderosa, a dos *coronéis de barranco*, como expressa Cláudio de Araújo LIMA (1970).

Do ponto de vista das relações de trabalho, o seringueiro não era assalariado e nem escravo, mas um trabalhador extrativista submetido a uma superexploração que começava nas *casas aviadoras* e prolongava-se na materialização do seu trabalho no interior das estradas de seringa. Ele não era um trabalhador livre, pois não podia deixar o seringal onde estava labutando para trabalhar em outro, pois isso era proibido pelos *regulamentos*. O seringueiro não tinha vínculo empregatício do ponto de vista legal, mas estava subordinado a um patrão. Ele ocupava uma enorme área de terras (colocação), mas não era proprietário e nem podia utilizá-la para cultivos agropastoris de subsistência, isto também lhe era interdito, visto que o importante era produzir mais e mais borracha. Às vezes sua jornada de trabalho ultrapassava a 20 horas de trabalho ininterrupto, considerando o tempo gasto com higiene corporal e alimentação, necessárias à reprodução de sua força de trabalho. Sobre este aspecto é importante reiterar o que dizem CALIXTO & OUTROS (1985):

A jornada de trabalho, então, não se resumia a simples oito horas por dia. Era muito mais. Geralmente o seringueiro punha-se de pé às duas horas da manhã, preparava o café, tomava-o, empunhava os instrumentos de trabalho (faca ou machadinha, tigelas, balde ou saco encauchado, poronga, facão, rifle etc.) e ganhava a mata para cortar madeiras. Por volta das onze, terminava o *corte*, comia um pouco de farofa, no mato mesmo, e de posse de um balde ou saco *encauchado* (impermeável) iniciava a *colha* do látex. Às quatro da tarde chegava à barraca e dirigindo-se à *defumadeira* iniciava o processo de defumação das *pélas* ou *bolotas* de borracha. Esse trabalho todo terminava por volta das vinte horas. Ai, então, é que ele podia fazer higiene corporal e comer alguma coisa. Estava preparado para o dia seguinte. Deitava-se as vinte e três para levantar-se às duas (da manhã). [...] Outros preferiam o turno da noite. Entravam para o corte às dezoito horas, só conseguindo ficar livre às onze horas (do dia). Dormia das treze às dezessete, para às dezoito continuarem a rotina. Assim era por toda a safra, já que a dívida contraída no barracão precisava ser paga. Se adoecesse, o jeito era sarar à custa de quinino ou beberagem do mato. Do contrário, morriam ali mesmo – sozinhos. E foram muitos os que pereceram acometidos de impaludismo, beribéri, pneumonia, picadas de cobras etc. Nas barracas habitadas por mais de uma pessoa, o quadro também não era menos desagradável, pois ocorria que todos ficavam doentes ao mesmo tempo, sem que um pudesse ajudar o outro. Assim mesmo, no fim do mês, o comboio encostava para deixar mercadoria e levar borracha. Deixar mercadoria... se tivesse borracha (CALIXTO & OUTROS, 1985, p. 81).

Ainda segundo CALIXTO & OUTROS (1985), estes seringueiros suportavam todo tipo de violência: subordinação por dívida, isolamento social, mudança climática, doenças endêmicas e infecciosas, etc. Os que sobreviviam a estes problemas tinham que enfrentar a dívida acumulada durante a enfermidade, sendo que o preço do quilograma de borracha, pago pelo patrão seringalista, nunca compensava o preço dos produtos importados, que vinha acrescido em mais 100%. Nesse imbróglio a dívida acumulava. Muitas coisas eram anotadas indevidamente na conta corrente do seringueiro, pois ele, não sabendo ler, não tinha como contestar e também não havia qualquer possibilidade de comprar em outro lugar ou mais barato. A borracha produzida pelo seringueiro tinha que ser entregue ao patrão que lhe forneceu os produtos necessários ao trabalho na colocação. Além do mais, segundo Roberto SANTOS (1980), a essa época todas as transações comerciais eram realizadas em espécie, já que não circulava nenhuma forma de dinheiro.

A forma de subordinação por dívida era, provavelmente, o maior problema enfrentado pelo seringueiro. Mesmo que ele trabalhasse muito e obtivesse uma produção que lhe permitisse um bom saldo, isto não se efetivava, pois que o seringalista ou seu preposto (gerente, etc.) acrescentava em sua conta uma quantidade maior do que as mercadorias que lhes eram entregues ou anotava objetos que o seringueiro nunca havia recebido.

Nesse contexto surge a *comercialização de mulheres*. Não de forma explícita, mas usando o subterfúgio dos gastos realizados para o seu transporte e manutenção, do porto de

Belém ou Manaus até a colocação do seringueiro. Só que ao comparar estes gastos com os de outras pessoas, verifica-se que eram várias vezes maiores do que o normal. Vejamos o que CALIXTO & OUTROS (1985) destacam a esse respeito:

Para os seringueiros que tinham saldo, o patrão trazia companheiras, mas cobrava. Digamos, eram debitadas na conta do seringueiro todas as despesas de hotel e passagens feitas de Manaus ou Belém até o destino da criatura que vinha nestas condições. Não era uma venda de pessoa humana propriamente dita, mas uma violência a mais cometida pelo sistema de aviamento. A mulher não era comum nos primeiros decênios da existência do seringal, por isso o seringalista a importava, com a condição de só desposá-la quem tivesse condições de custear suas despesas. A um trabalhador doente ou que estivesse com débito elevado isso não era permitido (CALIXTO & OUTROS, 1985, p. 82).

A imposição de um regime de trabalho que mantinha o seringueiro em *cativeiro*, ou seja, atrelado e subjugado ao barracão pela dívida, o que contribuía para uma regularidade de força de trabalho nos seringais, conjugada a uma conjuntura econômica internacional que assegurava um nível favorável dos preços da borracha, possibilitou a produção em níveis elevados e a obtenção de lucros sempre crescentes durante algumas décadas. Nestas circunstâncias, o Acre conseguiu localizar-se nas primeiras décadas do século XX como o terceiro maior contribuinte tributário da União, perdendo apenas para os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em 1912 o Brasil atinge sua maior produção de borracha vegetal nativa, com 43.370 toneladas contra 28.000 toneladas da África e América Central juntas, e contra 28.194 toneladas da Ásia. No ano seguinte, 1913, a produção brasileira cai para 39.560 toneladas, enquanto África e América Central, juntas, caem também para 21.450 toneladas, enquanto a produção dos seringais de cultivos da Ásia atinge a cifra de 47.618 toneladas, mais que dobrando a produção do ano anterior. Daí em diante a produção brasileira foi caindo, atingindo em 1932 sua menor cifra, com 6.224 toneladas. Paralelamente, a produção asiática crescia, atingindo neste mesmo ano de 1932, um total de 711.708 toneladas.

Esta crise vai até março de 1942, quando são assinados os Acordos de Washington, em função do desenrolar dos acontecimentos da Segunda Grande Guerra Mundial. Daí em diante a produção brasileira passa a crescer novamente, mas apenas por alguns anos. A partir de 1913 o custo de produção dos seringais de cultivo asiáticos torna-se cada vez mais barato, enquanto o custo da produção brasileira mantém-se alto. Com isto o preço da borracha asiática vai se apresentar no mercado internacional em valores bem menores do que o da borracha brasileira. O Brasil tenta reagir com algumas medidas do Governo Federal, mas não

consegue resposta positiva. Bancos de Crédito e Casas Comerciais de Importação e Exportação sediados em Belém e Manaus começam a sair de cena e os estoques de borracha vão se acumulando nos depósitos das Casas Aviadoras. Agora, sem aceitação da borracha brasileira no mercado internacional, cessa a importação de mercadorias necessárias ao trabalho nos seringais.

No período de 1913 a 1942, entre altos e baixos da produção e comercialização da borracha e, sobretudo, com a queda dos preços deste produto acreano ante a produção e preços de outros países, os barracões acumulam estoques de borrachas e, portanto, as mercadorias não chegam. No desespero, patrões seringalistas abandonam seus barracões ou os deixam sob a responsabilidade de algum trabalhador da sede (gerente, guarda-livros, etc.). Os seringueiros ficam entregues à própria sorte, pois são poucas as opções que lhes restam.

Durante o período de crise o trabalhador seringueiro precisou reinventar seu cotidiano de trabalho. Muitos tentaram voltar para o Nordeste, de onde saíram, mas o custo da viagem frustrava qualquer tentativa. Outros foram morar na periferia dos núcleos urbanos em formação ou ocuparam lotes rurais cedidos pelos Prefeitos dos Departamentos. Mas a grande maioria deles continuou residindo no interior dos seringais, ocupando a mesma colocação de antes ou abrindo outras, preferencialmente às margens dos rios, igarapés ou lagos, lugares que facilitavam a prática da cultura da várzea, o comércio com o regatão, além de continuarem com as atividades de extração do látex.

Nesse contexto de crise, o seringueiro, há décadas obrigado a escorraçar o indígena para regiões mais desertas, para poder garantir a extração do látex; acostumado a praticar apenas o extrativismo da borracha, a não realizar atividades agropastoris e a desprezar a diversidade de possibilidades de sobrevivência que a selva lhe oferecia, foi obrigado a buscar no nativo e nas experiências pastoris e agrícolas de seus antepassados do Nordeste outras atividades produtivas. Dentre elas, a cultura de várzea, com plantio de arroz, feijão, milho, mandioca, jerimum, melancia, etc.; a plantação de pequenos roçados em terra firme; o plantio de árvores frutíferas, como também a coleta de frutos da mata; o trabalho com a criação de pequenos rebanhos, de gado, porco, pato, galinha, etc. E, ainda, a extração de madeiras; a coleta de castanhas, de cocos e óleos; a caça de animais silvestres; a pesca nos rios, lagos e igarapés. Fez-se uma verdadeira reinvenção produtiva para sobrevivência.

Os seringais foram abandonados pelos seus donos, mas os seringueiros continuaram ocupando-os. E não tendo mais o barracão para fazerem a comercialização – entregar as mercadorias em troca das pelas de borrachas –, passaram a desenvolver outras práticas

comerciais, até então proibidas e reprimidas pelos patrões seringalistas, como aquelas dos regatões e pequenos comerciantes das vilas e cidades. Mesmo nos casos em que um gerente permaneceu no barracão como responsável, foi impossível manter as regras praticadas anteriormente, visto que o barracão não dispunha, suficientemente, do elemento fundamental para a vida no seringal: as mercadorias. Desta maneira, começa a se constituir mais claramente este trabalhador do início dos anos de 1980, sujeito desse estudo: o ocupante, o posseiro.

Já recomposto e refeitas suas experiências produtivas e de sobrevivência, esse trabalhador seringueiro será novamente surpreendido, com a proposta de reativação dos seringais, no início dos anos de 1940. Foram os chamados Acordos de Washington, assinados entre o Brasil e Estados Unidos, objetivando atender os aliados com borracha, na Segunda Guerra Mundial.

Se durante a Primeira Guerra Mundial a borracha já se constituía em um produto de extrema necessidade, na Segunda era praticamente impossível manter-se na linha de combate sem este produto. Como MARTINELLO (2004, p. 83) destaca: *a borracha, devido aos seus múltiplos usos, era considerada como o verdadeiro **nervo da guerra***. Mas, para o desespero dos aliados, o ataque dos japoneses à base norte-americana de Pearl Harbor, na manhã de 7 de dezembro de 1941, colocou o Eixo no controle dos seringais da Malásia, cortando praticamente 100% das fontes de suprimento de borracha para os aliados. Diante dessa situação, os Estados Unidos além de entrar na guerra contra o Eixo, assumiu a responsabilidade de mobilizar os países produtores de borracha natural para compensarem as perdas asiáticas. Assim que, através da assinatura dos Acordos de Washington, o Brasil assumiu o compromisso de reorganizar os seringais da Amazônia para atender à nova demanda.

Foram tomadas várias medidas nessa direção, dentre elas: a reabertura dos seringais, com recuperação da infraestrutura do barracão; a limpeza dos ramais, das estradas de seringa e reforma da casa do seringueiro e do defumador das colocações; a organização de um sistema de financiamento, com a criação do Banco da Borracha (BB); a reabertura dos portos de Manaus e Belém; a construção de armazéns e modernização do sistema de abastecimento; a criação de um moderno sistema de comunicação e transporte, inclusive com a invenção dos aviões anfíbios e a mobilização de mão de obra para os seringais (SANTOS, 1980; MARTINELLO, 2004).

Este último ponto é o mais significativo para este estudo, visto que sem mão de obra, seria praticamente impossível aumentar a produção. E como a população de trabalhadores ainda residente nos seringais estava reduzida, por circunstância da crise, foi preciso fazer uma grande mobilização para sanar o problema. Mais uma vez, o Nordeste foi a região brasileira onde mais se buscaram trabalhadores. De início, em função das exigências que o Brasil impôs, o processo migratório se deu com o deslocamento de famílias, mas logo esta possibilidade foi esgotada, passando-se a mobilizar todo e qualquer trabalhador masculino, até mesmo os menores de idade. Quanto a isso, MARTINELLO (2004) salienta que a mobilização destes homens assumiu um caráter de recrutamento para a guerra, dando-lhe um sentido militar, com fardas, formaturas, marchas, juramento e cântico de hinos de louvação à nação. Daí terem sido chamados de *soldados da borracha*.

Esgotadas as possibilidades de mobilização, não restou outra saída que não fossem os presídios. MARTINELLO (2004) observa que as penitenciárias, não só do Nordeste, mas também das demais regiões do país, foram convocadas e orientadas a selecionar presidiários para irem trabalhar no corte da seringa. Esta nova tipologia do trabalhador seringueiro trouxe diversas consequências, até mesmo em sua permanência em Manaus ou Belém, quando muitos fugiram dos albergues onde se hospedaram para irem assaltar, roubar e outras transgressões dessa ordem nas periferias dessas cidades.

Com o final da Guerra em 1945 e a vitória dos aliados, toda a infraestrutura criada e/ou mobilizada é abandonada rapidamente e, mais uma vez, os seringueiros ficam à deriva. Sem barracão, sem mercadorias e sem patrão, tiveram que reinventar novamente suas vidas. Buscaram-se várias alternativas para manter os seringais funcionando, inclusive com financiamento do então Banco de Crédito da Borracha (BCB), mas os seringais de cultivo da Ásia reagiram rapidamente e em pouco tempo a borracha nativa brasileira não tinha como concorrer com a borracha de cultivo e, agora, também com a borracha sintética.

Segundo DUARTE (1987), o BCB passou a exigir o pagamento das dívidas do financiamento, e quando não podia ser pago, apropriava-se do seringal, que estava hipotecado. Ao receber o seringal como pagamento, o banco tinha-o apenas como patrimônio e não como bem de capital, deixando os seringueiros na condição de ocupante. Os seringais que não se constituíram em patrimônio do banco por pagamento de dívida também foram abandonados, e seus seringueiros os ocuparam na condição de posseiro, tendo que recriar suas práticas produtivas e formas de sobrevivência.

Neste cenário surgiram algumas colônias agrícolas ao redor das principais cidades, através de lotes doados pelo governo do Território Federal do Acre, embora a grande maioria dos seringueiros tenha continuado em suas colocações, estabelecendo relações comerciais com marreteiros e/ou com o comércio urbano. Em alguns seringais prosseguiu o sistema de aviamento do barracão, de modo mais flexível e precário.

Com o Golpe Militar de 1964, o governo brasileiro definiu com melhor clareza a política de desenvolvimento da Amazônia. A estratégia de desenvolvimento regional vai priorizar para o Acre a criação de gado. Teve início a venda indiscriminada dos antigos seringais, sem que fosse estabelecido um entendimento com seus ocupantes, os seringueiros. Rapidamente mais de um terço das terras acreanas foi vendido para grupos de capitais nacionais e multinacionais. E como a ordem era criar gado para exportar para o Pacífico, o caminho foi o do desmatamento para se formar campo de pastos (DUARTE, 1987).

Essas opções econômicas e iniciativas afetavam diretamente os seringueiros/posseiros. Seja porque a maioria dos novos donos da terra não aceitava a permanência desses trabalhadores em suas propriedades, seja porque caso nelas ficassem, deveriam ser redefinidas as condições de sua permanência: não poderiam continuar como livres ocupantes, independentes, tendo que obedecer às regras jurídicas legais.

À frente, com desmatamento para a formação dos campos de pastos, o seringueiro foi diretamente afetado, pois a mata não mais lhe servia como o espaço natural do qual retirava os meios essenciais para a própria sobrevivência e de sua família. Os fazendeiros, de sua parte, ensaiaram uma forma de indenizá-los pelas benfeitorias realizadas nas colocações que ocupavam, mas os valores oferecidos eram irrisórios. Ainda assim, muitos os aceitaram e migraram para as periferias das cidades, tendo que refazerem, ali, seu trabalho e modos de vida.

Diante deste quadro os seringueiros vão recuperar os laços familiares e comunitários que haviam sido construídos durante décadas, para criarem formas de resistência que garantissem a sua permanência nas colocações de seringa nesse novo contexto econômico. Até então, as experiências de organização coletiva eram muito raras para aquela população, dada a natureza do trabalho extrativista da borracha, que implicava dispersar os trabalhadores na vastidão da floresta, com enormes distâncias entre as colocações, chegando a distar horas de caminhadas de uma à outra. A experiência de organização mais evidente eram os adjutórios, os mutirões para abertura de roçados, estradas de seringa, colheita, etc. Mas os laços familiares eram muito fortes e através deles os seringueiros encontraram a melhor

maneira de se organizarem; de transformarem suas lutas pela sobrevivência e contra a dívida ao marreteiro, específica de cada família, em uma luta coletiva, social (SOUZA, 1999).

Antes da chegada da frente agropecuária, as famílias de seringueiros não constituíam comunidades. Viviam isoladas no meio da floresta, cuidando de suas colocações, extraindo o látex, colhendo castanha ou outros produtos e se subordinando permanentemente ao barracão ou ao marreteiro, através da eterna dívida. Com o tempo os caminhos se encurtaram. Novos laços de amizade e de apadrinhamento são estabelecidos. Os casamentos se ampliam e crescem os grupos familiares, encurtando a distância entre as colocações. E se anteriormente era um privilégio ter o patrão seringalista como padrinho de casamento ou de batismo do filho, tal fato se tornou uma afronta. Agora os padrinhos, os compadres eram escolhidos mediante outros critérios, vinculados à identidade na fé, na luta e nos interesses comuns. Desse modo, formam-se as grandes famílias, fortificando os laços de amizade, de companheirismo, de confiança, o que facilitava as articulações, criando um espírito de corpo, de unidade. Por essa razão, entre outras, muitos acontecimentos importantes e o surgimento de grandes lideranças estão quase sempre vinculados à capacidade de mobilização e articulação dessas grandes famílias (ESTEVES, 1999; SOUZA, 1999).

Tais grupos familiares estavam presentes em todos os momentos da vida nos seringais quando da implantação das escolas do Projeto Seringueiro. Rosivarque Cavalcante, referindo-se aos participantes do primeiro treinamento para professor/seringueiro, realizado em 1983, exemplifica esse fato, relatando:

Nós éramos uns vinte e pouco. Lembro-me muito bem. Olha, tinha eu, (Rosivarque), o João Alves, a Maria Lino, o Raimundo Barros, o Jorge Antônio, o Targino, o seu filho Francisco de Assis, a sua filha Isaura e a Rosa, sua sobrinha (Entrevista com **Rosivarque Cavalcante de Freitas**, em 11.02.1998 – Xapuri – Acre).

As comunidades, por sua vez, apesar de terem sido uma criação da Igreja Católica, enquanto Comunidade Eclesial de Base (CEB), como também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), foram constituídas a partir da reunião de um conjunto de famílias que ocupavam um seringal, vários seringais ou apenas uma parte de um seringal. Essas famílias ou pessoas, para se constituírem em uma comunidade, deveriam ter um só propósito, tanto material como espiritual, compartilhando os mesmos problemas e as mesmas conquistas. Essa forma de organização dos seringueiros é recente e foi incorporada ao universo cultural do

seringal, através da Igreja Católica, trazendo o conceito e a prática da Comunidade Eclesial de Base à realidade dos seringais.

A esse respeito, FREI BETTO (1981) considera que a Comunidade Eclesial de Base (CEB) surge na constituição de pequenos ou mesmo de um único grupo, através da reunião de pessoas que aos domingos se encontram para celebrar o culto. Chama-se *comunidade* porque congrega pessoas da mesma convicção religiosa, que fazem parte da mesma Igreja e de uma mesma região, compartilhando seus problemas e suas conquistas. É *eclesial* porque pertencem à mesma Igreja, tendo como núcleo unificador da comunidade a fé. E é de *base* porque constituída por pessoas que trabalham com as próprias mãos.

Ainda sobre o significado de CEBs, João Carlos PETRINI (1984) destaca que:

Vale a pena tentar uma compreensão das CEBs que não reduza seu significado à solidariedade entre as pessoas, pois existe uma clara dimensão política e cultural que deve ser estudada. Por outro lado, seria excessivamente reduutivo querer filtrar toda riqueza de uma CEB por alguns critérios políticos, renunciando a compreender o aspecto religioso específico, a dimensão humana de amizade e de recíproco apoio, de festa, enfim, o aspecto propriamente comunitário que não pode ser considerado algo accidental ou de menor interesse (PETRINI, 1984, p. 15).

Pode-se afirmar que o processo de constituição e funcionamento das escolas do Projeto Seringueiro está todo ele condicionado à participação/intervenção da comunidade. Desde os primeiros procedimentos até o aproveitamento do pessoal formado na escola, cabe à comunidade definir o seu destino. Primeiro, a comunidade se reúne para decidir se deve implantar ou não uma escola. Depois define o local (a colocação) do seu funcionamento. Na sequência, a própria comunidade, em forma de mutirão, constrói a casa, o prédio onde vai funcionar a escola. Aí vem a escolha do professor, feita na e pela comunidade. Os dias de aula, os horários, o calendário escolar e o material didático a ser utilizado (antes e depois de sua produção), tudo é discutido e aprovado pela comunidade, o mesmo ocorrendo com as parcerias de apoio e financiamento.

Nosso entrevistado Francisco de Assiz, referindo-se à escolha dos professores e à criação das escolas, mostra qual é o papel das comunidades neste processo:

No princípio era o delegado sindical que fazia essa articulação aqui fora. Depois ia lá dentro, e junto com o pessoal da direção do Sindicato e o técnico do CTA fazia-se toda uma discussão de quem seria o professor. A comunidade

escolhia ali quem iria ser o professor (monitor). Este teria que ter um perfil adequado para isso. Ter condição de leitura, mesmo que fosse pouca. Mas não valia só a questão da leitura, mais todo um perfil que ele tinha: de liderança, de comportamento lá dentro e de se dar bem com a comunidade. A partir dessas condições a comunidade o escolhia. O local da escola era escolhido pela comunidade. Escolhia-se aquele local que fosse mais adequado para aquela comunidade. Que melhor centralizava aquele universo de pessoas. Então, tudo era decidido a partir da própria comunidade. Inclusive, até a construção da escola era feita pela comunidade. Às vezes havia parceria. O sindicato conseguia através de doações: pregos, alguns litros de gasolina... Mais a comunidade era quem fazia a escola. A princípio foi assim. Até que houvesse um convênio. Mas mesmo em um convênio com o Estado, para construir oito escolas, foi em parceria com a comunidade. O Governo pagou, através do convênio, o operador de motosserra, pagou pregos, e a cobertura, que era de madeira, e a comunidade ajudou a arrastar a madeira e construir. [...] Decidia-se que a escola ia ser construída na colocação de um determinado seringueiro. E aquele seringueiro, que também estava presente na reunião, aceitava. Mas não existia um documento onde ele desse a concessão de um pedaço de terra para construir a escola. Não existia isso não (Entrevista com **Francisco de Assiz Monteiro de Oliveira**, em 1.10.2009 – Xapuri – Acre).

Acerca de como se formava e como se definia uma comunidade, o sindicalista Assiz faz as seguintes considerações:

Na Zona Urbana tem um traçado de rua e essa coisa toda. Na área rural uma comunidade é um grupo de pessoas que tem mais ou menos um entendimento, que participa da mesma igreja, da mesma delegacia sindical, da mesma cooperativa, da mesma escola etc. [...] Os seringais foram – vamos chamar nucleados – nucleados a partir da Igreja. Um seringal se divide – dado o seu tamanho – pela aproximação que as pessoas têm para participar de alguma reunião. Pelo local que fica mais perto. Então eles foram criando esses núcleos, de acordo com a distribuição que a Igreja fazia. E, normalmente, aonde tinha uma Igreja, ali foi, também, instalada a Delegacia Sindical. Isso facilitava para todos. E ali, também, foi construída uma escola. Ali, também, foi instalado o Posto de Saúde. Então, a partir da Igreja, foi feita essa nucleação, vamos dizer assim. Essa divisão... Um seringal que se divide em três comunidades – não necessariamente –, essas três comunidades ficam em uma área de abrangência aonde eu saio de casa às oito horas e quando for dez horas eu chego à reunião ou à Igreja, porque se for cinco horas não dá para eu ir. Neste caso cria-se outro núcleo. [...] Agora quanto à propriedade da terra onde eram colocadas essas coisas, era também a comunidade que deliberava. Era assim: *Aonde é que vai ser a Igreja? A igreja vai ser aqui aonde dar para a gente se juntar.* Era da mesma forma que a escola: *“Vai ser ali, na casa do companheiro tal”.* Se por alguma razão houvesse uma desavença, poderia mudar para outra casa próxima. Mas não havia uma compra, uma propriedade da Escola, da Igreja, da Delegacia Sindical, etc. (Entrevista com **Francisco de Assiz Monteiro de Oliveira**, em 1.10.2009 – Xapuri – Acre).

A constituição das comunidades exige um trabalho cauteloso, de longas caminhadas e prolongadas reuniões, de muita paciência e vigorosa determinação. A fé divulgada pela Igreja Católica e a consciência de que todos devem se empenhar na luta em defesa de suas posses

são um alimento vigoroso dessa empreitada. Pode-se dizer, em suma, que a comunidade se define e se orienta na luta e na reunião, na fé e na religião.

5.2 O Sindicato, a CONTAG e a Igreja Católica

Em um clima de tensões no qual fazendeiros e posseiros se enfrentavam na luta pelo direito à terra, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR – Xapuri), em abril de 1977, com o propósito de congregar os interesses e insatisfações dos trabalhadores rurais e da floresta daquela região. A partir de então, o STR tornou-se um aglutinador dos sentidos e propósitos que o movimento dos trabalhadores da floresta adquirira com o passar do tempo. Contudo, o Sindicato não se explica por si mesmo e, tampouco ficaria clara sua relação com a educação de seringueiros, sem a compreensão de suas relações com a CONTAG e com a Igreja Católica.

A Igreja Católica, desde o início da década de 1970, desenvolvia naquela região um trabalho inspirado na Teologia da Libertação, colocando-se ao lado dos menos favorecidos, dos despossuídos. Contudo, nem sempre se tratava de uma ação da Igreja enquanto instituição, mas de pessoas, que muitas vezes davam pouca importância ao evangelho propriamente. Estas preferiam empenhar-se na luta política, com todo vigor e convicção, buscando construir as transformações sociais que eliminariam as injustiças sociais, a exploração e o latifúndio, ali representados na figura do fazendeiro. Sobre este aspecto Manoel Estébio faz o seguinte comentário:

Eu ainda estava na Igreja, mas acompanhava isso, porque na época, qualquer pessoa que fosse ajudar os trabalhadores era muito mal vista. Então esse pessoal recebia guarida na Igreja, e como eu era da Igreja, na época, então eu os hospedava, eu ajudava para que eles fizessem da casa paroquial um local de pouso, como se fosse um Posto Avançado... (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

Este comprometimento da Igreja Católica com a luta dos menos favorecidos, efetivada no Acre a partir da década de 1970, principalmente, está diretamente relacionado à chegada de um novo bispo, Dom Moacir Grechi, que implantou um programa de evangelização fundamentado nos princípios da Teologia da Libertação. Na época foram também criadas as CEBs e formaram-se Grupos de Jovens e Grupos de Evangelização. Nesses agrupamentos e

seu entorno vão sendo incorporadas pessoas de diversos matizes político-ideológicos: cristãos e não cristãos, cristãos humanistas, marxistas-leninistas, stalinistas e trotskistas radicais. Não seria estranho neles encontrar indivíduos de direita, mas portadoras de insatisfações sociais. Era também possível haver, entre eles e elas, alguns clandestinos ao lado de informantes e/ou colaboradores do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Tais grupos, em parte como consequência das CEBs, vão se formando primeiro nas periferias das cidades e, em seguida, atingem as margens dos rios e os seringais, sendo que não somente padres e freiras tinham o direito de celebrar encontros de orações e missas. A Prelazia do Acre e Purus cria um programa de treinamentos/cursos para a formação de monitores, que serão os chamados religiosos leigos, os voluntários da Igreja Católica. Nessas ocasiões, muitas leituras marxistas ou literatura oriunda dos programas dos partidos socialistas e/ou comunistas clandestinos, circulavam com frequência. Em surdina e tendo a Igreja como *protetora* – ao menos aparentemente, visto que vários foram os casos de exclusão de pessoas desses grupos ou mesmo a exclusão de todo o grupo, por serem consideradas comunistas, materialistas, etc. – pouco a pouco é forjado um novo pensamento, uma nova forma de conceber o mundo, neles estando presentes o evangelho e a vida política e social. No bojo desses acontecimentos, a CONTAG e a Igreja Católica se aliam para a criação do Sindicato.

Dercy Teles, em sua entrevista, após ressaltar a importância da Igreja Católica na organização das comunidades através das CEBs, destaca também seu papel na formação das lideranças:

Durante todo esse percurso a Igreja foi uma parceira fundamental na questão da formação das próprias lideranças. Ela foi extremamente importante nessa parte de formar, de instruir as lideranças pra este embate da organização. A Igreja Católica promovia eventos, assim, de 15 dias de formação, trazendo pessoas renomadas na área da organização popular, como Carlos Mester, Clodovis Boff e Leonardo Boff, que naquele tempo atuava numa linha progressista, porque hoje o Leonardo está meio... Hoje o Leonardo mudou de lado. [...] Então, essa formação das lideranças, a Igreja foi fundamental na construção delas, e depois dela não teve mais ninguém com essa capacidade. [...] Todo ano... Tinha o mês de julho, que nesse mês de julho a Igreja oferecia uma formação de 15 dias. Ou seja, duas semanas, e se chamava *Curso de Análise de Realidade*, que hoje se chama de *Análise de Conjuntura*, onde se fazia análise de conjuntura em todos os níveis, até chagar nas próprias comunidades. [...] Porque através da fé ela tinha essa capacidade de atrair as pessoas, a partir da fé. As pessoas iam para esses encontros porque tinha todo um ritual de religião. E até aquele momento o pessoal achava que padre era quase santo, que representava Deus ali. Então, eles tinham muita autoridade, e as pessoas tinham muito respeito, e isso facilitava esse intercambio. E a partir dessa fé, dessa credence, era introduzida a questão política de forma muito

forte, e muita gente absorveu esse conteúdo (Entrevista com **Dercy Teles de Carvalho Cunha**, em 1.10.2009 – Xapuri – Acre).

Mas há quem discorde, pelo menos em parte, deste entendimento de Dercy Teles, como o professor Arnóbio Marques, que em sua entrevista, ao se referir às relações do Projeto Seringueiro com a Igreja Católica, faz as seguintes afirmações:

A igreja ajudou muito na organização dos seringueiros. Mas no projeto de organização dos seringueiros nós tínhamos muitos monitores/professores que eram, ao mesmo tempo, monitores da Igreja Católica. Mas o Chico não era ligado a Igreja Católica, e por isso tinha uma distância muito grande entre nós e a Igreja. Nós éramos os comunistas e a Igreja Católica não se misturava com a gente, nem nós com eles. [...] Xapuri era um espaço do PRC, não era... A gente participava muito dos movimentos do PT, dos movimentos populares, dentro do PT, e depois a gente estava lá dentro também. Mas a relação com a Igreja sempre foi, no campo político, de conflito. Agora, pra discutir os candidatos do PT, tinha os candidatos da Igreja, e os candidatos nossos, do PRC. E do Projeto Seringueiro a Igreja não fazia parte. [...] Naquele tempo eu não pisava em Igreja de jeito nenhum, eu não acreditava em Deus. Hoje eu acredito em Deus, não pertencço a nenhuma religião, mas acredito em Deus, e naquela época eu não acreditava em Deus, eu era ateu comunista. [...] A escola sempre foi um ponto de encontro, de ligação com a comunidade. Era ali que as coisas aconteciam. Desde o forró... A Igreja usava as escolas para... A gente não incentivava, mas também não reprimia. A Igreja usava a escola como um ponto básico, usava a escola, mas o projeto de educação não tinha nada a ver com a Igreja. Mas o espaço da escola sempre foi um espaço que a Igreja Católica utilizava. [...] Tinha uma relação de amizade, mas de rompimento ideológico total. Tinha uma relação de respeito, porque eles sabiam que a gente era comunista e ateu. E a gente não se misturava do ponto de vista ideológico e de crença, mas havia um profundo respeito. Em alguns momentos havia confusão. Por exemplo, o padre Cláudio era do PRC, mas era uma pessoa do PRC infiltrado na Igreja, por isto ele abriu espaço na Igreja. O Dom Moacir sempre foi uma pessoa bondosa, então ele sabia das coisas, mas falava: *Ah, esses moleques aí, deixa pra lá. Com o tempo eles vão descobrir que Deus existe.* Era mais ou menos assim. Então, não era uma coisa de conflito, mas não era junto também. Também não éramos um projeto da Igreja, a gente não ia para a Igreja, o Chico não comungava, essas coisas não aconteciam. A gente não reunia os monitores para rezar, em nenhum momento, isso não acontecia (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Em que pese a esse tipo de consideração do professor Arnóbio, observa-se uma significativa parceria entre a instituição Igreja Católica e o Projeto Seringueiro. Ele mesmo, em outra passagem de sua entrevista, contradiz o que disse no trecho acima. Remetendo-se às providencias que tomou ao assumir o CTA:

Então, a essa altura o CTA começou a crescer, começou a fazer projeto, buscar financiamento. Eu consegui ir para uma sala maior, que rapidamente ficou pequena, e com o apoio do Dom Moacir (leia-se Igreja Católica) a gente conseguiu o financiamento para comprar uma sede. E aí, compramos uma sede, o trabalho foi crescendo, a gente avançou para criar a Cooperativa, e em pouco tempo o CTA já era uma entidade grande, com vinte funcionários. [...] Quem financiou a sede foi

uma instituição, se não me engano, foi a MISEREOR, alemã. Se não me engano, a minha memória agora falhou. [...] Era uma entidade ligada à Igreja Católica, que eu fui conversar com o Dom Moacir, ele queria saber qual era a do PRC... Tudo! Queria saber tudo. O Dom Moacir foi muito generoso, avalizou o nosso projeto. O projeto foi aprovado e a gente comprou uma casa... (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

O relato do professor Ademir também destoa do entendimento de Arnóbio. Vejamos o que ele diz neste trecho de sua entrevista:

Geralmente, na maioria das... Eu acho que quase cem por cento dessas comunidades onde receberam escolas, uma das coisas que o Sindicato incentivava era que aquela escola fosse aberta onde já existia um mínimo de organização, e onde existia um mínimo de organização, sem dúvida a Igreja já estava lá. Tinha às vezes uma casinha onde era trabalhada a parte evangélica. Tinha as missas, às vezes os padres faziam visitas naquelas comunidades. Então, era considerada uma comunidade razoavelmente organizada. Então, se não tivesse pelo menos uma Igreja, ou uma Delegacia Sindical na área, era inviável abrir uma escola naquela área, porque faltava organização. [...] e quando a Igreja chegava à comunidade para escolher uma pessoa pra ser monitor – porque monitor vem da Igreja – então, ela tinha que ser uma pessoa que soubesse ler, porque eles mandavam os panfletos. Aí tinha a bíblia, tinha algum livretinho para estar sendo divulgado na comunidade, aí precisava de uma pessoa para estar lendo, porque o Padre não podia estar todo domingo lá. Às vezes, de quinze em quinze dias... Então, era exatamente isso. Mas nem sempre, para ser professor tinha que ser aquela pessoa que já era o monitor. Isso para não acumular cargos. (Entrevista com **Ademir Pereira Rodrigues**, em 15.07.2009 – Rio Branco – Acre).

Como se observa, a parceria existia, e se havia divergências políticas e ideológicas eram mais entre pessoas, pois enquanto instituições, apesar de o PRC e a Igreja Católica divergirem quanto às suas concepções e propósitos, ali se tornaram parceiros inseparáveis.

Voltando às articulações pela criação do Sindicato, as visitas de pregação do evangelho realizadas pelos párocos ao interior dos seringais, transformaram-se em verdadeiras articulações pela criação do sindicato. Conspirava-se por toda a floresta contra os fazendeiros, contra os governos locais (municipal e estadual) e contra a ditadura militar. No final dos anos de 1970, era comum ouvir-se a voz de algum seringueiro, embrenhado na mata, muito distante de qualquer núcleo urbano, cantarolando músicas de protesto como a histórica canção de Geraldo Wandré, *Pra não dizer que não falei das flores*, cujo refrão, cantado de norte a sul do Brasil, na Campanha pelas *Diretas Já* dentre outros espaços, dizia: *Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*.

O repertório das canções era grande, somando-se a esta, outras tantas parecidas, a exemplo de: *Funeral do lavrador*, de Chico Buarque de Holanda e João Cabral de Melo Neto; *Perseguição – Sertão vai virar mar*, de Sergio Ricardo; *A canção do amor armad*, de Tiago

de Melo. É provável que tais canções tenham sido ouvidas e decoradas por ocasião de algum treinamento da Igreja Católica, ou de uma reunião do Sindicato ou, ainda, durante os encontros do Grupo de Evangelização, o que não era fácil. Para aprendê-las e memorizá-las teria que ser ouvindo-as, pois poucos sabiam ler ou escrever.

A expansão dos Grupos de Evangelização pelos seringais começa a exigir da Igreja uma melhor sistematização de seu trabalho, certa modernização, passando a se utilizar de jornais, folhetins, catecismos e outros impressos em suas pregações e atividades. Para que isso se efetivasse no interior dos seringais, a Igreja parece entender que em vez das longas e cansativas caminhadas dos *mensageiros da fé*, o melhor seria criar condições para que o próprio seringueiro se tornasse um monitor, um intérprete da palavra de Deus, um *pregador da liberdade*. E isso só seria possível se eles fossem alfabetizados.

Outro bom exemplo da necessidade de a Igreja Católica alfabetizar os seringueiros pode ser identificado a partir de 1973, quando a instituição decide criar o *Catecismo da Terra*. Este *Catecismo*, que em seguida será de grande serventia para o trabalho da CONTAG na orientação para a implantação do Sindicato, contém uma orientação geral aos trabalhadores/posseiros envolvidos com questões de terra, mostrando-lhes como deveriam proceder quando se sentissem ameaçados de expulsão. Apesar de o pároco de Xapuri se posicionar contrário ao *Catecismo* e se colocar ao lado dos fazendeiros, a Prelazia do Acre e Purus, na pessoa de seu Bispo Dom Moacir Grechi, decidiu realizar naquela cidade o 1º. Encontro do Vicariato do Acre, em julho de 1974. Na ocasião foi aprovado e divulgado, oficialmente, um documento no Boletim Informativo *Nós Irmãos*, da Prelazia, expondo as orientações da Igreja sobre a problemática das terras no Acre, delas constando o próprio *Catecismo*. O principal objetivo da Igreja e da CONTAG era que os seringueiros tomassem conhecimento de seus direitos e a partir daí criassem consciência da necessidade de lutarem para garanti-los.

O *Catecismo* se baseia e faz uma interpretação do Estatuto da Terra e de outras legislações dele decorrentes, tal como neste seu trecho:

Catecismo da Terra: 1 – O que é o INCRA? É o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sua principal missão é proteger os trabalhadores da terra (colonos, posseiros, seringueiros etc...). O principal interesse desse órgão é a fixação do homem à terra.

2 – Qual é a lei que garante a fixação do homem a terra? É a Lei 4504, de 1964, assinada pelo presidente Castelo Branco. Mais o decreto 70.430, de 1972, assinado pelo presidente Médici.

3 – Que diz a Lei 4504 do Estatuto da Terra? A Lei 4504 do Estatuto da Terra garante o direito à posse da terra (o módulo), a quem nela morar habitualmente depois de um ano e um dia, dedicando-se à cultura efetiva da terra.

4 – O que significa o módulo da terra? O módulo da terra é a área que uma família pode utilizar convenientemente para o seu sustento. Como base, o módulo parte de 50 hectares, aumentando conforme o tipo de utilização e capacidade braçal da família.

5 – O que fazer para garantir seu direito à posse da terra? A melhor garantia de direito à posse da terra é não sair da terra onde você trabalha, mesmo se lhe oferecerem indenização, até uma decisão judicial.

6 – O que fazer em casos de conflito em razão de vendas de terras? Em casos de conflitos, seguir estas normas: a) conservar a calma e não brigar com os compradores; b) não se deixar intimidar por ninguém, pois você não pode ser jogado fora de sua terra enquanto não quiser; c) Se for necessário, você deve recorrer às autoridades competentes, que são: o próprio INCRA, na sede em Rio Branco; o Juiz Federal; a Polícia Federal; a 4ª Companhia de Fronteira; e a Prelazia do Acre e Purus (Documento assinado por Dom Moacir Grechi e publicado no Boletim Informativo Nós Irmãos, julho de 1974 – Arquivo da Prelazia do Acre e Purus, em Rio Branco – Acre).

A leitura deste *Catecismo* pelos seringueiros era de fundamental importância, pois atendia aos objetivos da Igreja Católica, da CONTAG e do Sindicato. Assim sendo, se de um lado a educação do Projeto Seringueiro veio para atender a uma necessidade premente dos seringueiros em luta contra os fazendeiros, de outro ela também atendeu aos propósitos destas três instituições.

A CONTAG, de outra parte, que desde meados dos anos de 1970 desenvolvia uma política comprometida com os trabalhadores rurais da região, inclui nessa categoria os seringueiros. E para eles que pudessem filiar-se ao sindicato, a Confederação elege como prioridade em suas ações, a criação das Delegacias Sindicais (DS) no interior da floresta, nos seringais. Contudo, para a implantação dessas delegacias eram necessários vários filiados que soubessem ler e escrever. Sendo a grande maioria constituída de analfabetos, também a CONTAG passou a defender a necessidade da escola. Seu delegado regional, João Maia, ex-Deputado Federal, foi um dos baluartes das articulações, juntamente com o bispo dom Moacir Grechi, pela criação do Sindicato, pela educação de seringueiros e pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região, em 1981.

Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e sua instalação definitiva em abril de 1977, deve ser compreendida como resultado de um conjunto de relações e articulações diretamente vinculadas aos interesses da Igreja Católica e da CONTAG. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que ambas as instituições construíram o Sindicato, elas se faziam Sindicato. DUARTE (1987) ilustra essa idéia e aquele quadro afirmando:

Nos primeiros momentos da organização do seringueiro, para a resistência à expropriação e à exploração, foi de importância decisiva o apoio dado pela Igreja. Antes da criação do Sindicato, era nos salões paroquiais, nas Comunidades de Base que se discutiam as questões da violência, as questões das expulsões. Foi a Igreja que solicitou da CONTAG o envio de uma comissão ao Acre para acompanhar os problemas que estavam se intensificando. Foi na Igreja que se realizaram os cursos sobre sindicalismo, visando a fundação do Sindicato (DUARTE, 1987, p. 110).

Pode-se considerar, portanto, que a CONTAG, a Igreja Católica e o STR/Xapuri foram o polo aglutinador das questões relacionadas aos problemas com a terra, com a fé e com o enfrentamento aos fazendeiros, aspectos estreitamente vinculados à necessidade de educação, da escolarização daquela população. Mais diante, o Sindicato vai assumindo a dianteira do movimento, deixando a Igreja e a CONTAG em uma posição de escudeiras e/ou amenizadoras dos conflitos mais violentos. O Sindicato torna-se a referência. Havendo uma conquista, os trabalhadores a atribuem ao Sindicato. Contrariamente, os opositores do movimento consideram a conquista dos trabalhadores uma vitória do Sindicato e uma derrota sua, dos que a elas se opunham.

Sobre este aspecto, ESTEVES (1999) elucida:

As lideranças mais experientes, como se autodefinem para se contrapor às lideranças jovens, atribuem ao Sindicato as maiores conquistas, enfatizando, sistematicamente, que tudo começou com o Sindicato, ele é o pai, o responsável por tudo (conquistas). Por consequência, enfatizam: *“As decisões devem passar por ele”*. Esse reconhecimento do STR como criador de uma outra forma de dominação, relaciona-se aos efeitos simbólicos dos investimentos em organização política, por expressar a união, o coletivo, a vontade de muitos; a aglutinação de esperanças que foram materializadas na conquista da terra (Reservas Extrativistas); na criação das escolas e na emergência de outras instituições econômicas, políticas e sociais. Faz parte deste efeito, o sentimento de orgulho pela liderança Chico Mendes – o único e verdadeiro embaixador da Amazônia... (ESTEVES, 1999, p. 190).

Em relação às escolas do Projeto Seringueiro, a influência e interferência do Sindicato não estão relacionadas apenas ao fato de ter sido ele o seu articulador, pois a entidade esteve presente em todos os momentos daquela proposta educativa e de escolarização. A propósito, não só o Sindicato, mas também a Igreja Católica e a CONTAG, por meio de seus monitores (agentes) e delegados, respectivamente. Este fato tão visível que não é raro encontrarmos em uma só pessoa as três funções: monitor (agente) da Igreja, delegado sindical e professor (monitor) da escola.

Sendo assim, se nas escolas urbanas da rede oficial de ensino muitas vezes o dia escolar tem início cantando-se hinos cívicos, nas escolas dos seringueiros entoavam-se hinos religiosos, rezava-se um Pai-Nosso, lia-se um trecho do Evangelho, comentado e divulgado no folhetim da Igreja Católica. Ou davam-se os informes sobre a luta sindical, sobre um empate ou sobre o assassinato de uma liderança, por exemplo.

O Sindicato manteve-se sempre vigilante quanto aos conteúdos, aos ensinamentos que eram transmitidos na escola. Mesmo que coubesse à comunidade a escolha do professor ou da professora, a entidade não deixava de fazer suas articulações para que fosse escolhida uma pessoa de sua estreita confiança. Do mesmo modo, seria bastante deselegante optar por um professor que não fosse seguidor fiel do evangelho e da Igreja. Assim, a educação de seringueiros vai se impregnando e, de certa forma, refletindo o pensamento e os propósitos do STR/Xapuri e da Igreja Católica. Assim sendo, o calendário escolar, o material didático, os treinamentos para professores, tudo era produzido e programado de modo a contemplar os objetivos de todo o movimento dos trabalhadores da floresta, seguindo a programação geral do Sindicato.

Por outro lado, ir para a escola, poder estudar, representa muita coisa. Significa ter que assumir responsabilidades futuras. Os que se destacavam eram brevemente aproveitados como dirigente sindical, monitor da Igreja, encarregado da central de produção e consumo (cooperativa) ou mesmo como professor de uma escola de seringueiros. Assim, tanto quanto o Sindicato, a Igreja e o movimento interferem e influenciam na construção/definição do que se ensina e do que se aprende, o que se ensina e o que se aprende interfere e influencia na condução de todo o movimento. Nessas vinculações, as ações dos indivíduos como dirigentes sindicais, evangelizadores, dirigentes de cooperativas ou professores, ficavam todas impregnadas com o que se aprendia na escola.

Outra questão vinculada ao Sindicato e à escola é o movimento ambientalista, que se torna um tema de suma importância na construção do projeto de educação de seringueiros, principalmente nos últimos anos do período de seu funcionamento, em estudo. Apesar de parecer autônomo, esse movimento se constitui como uma parte do movimento geral dos trabalhadores da floresta, tendo o Sindicato como o organismo aglutinador de suas bandeiras de luta em defesa do meio ambiente. A questão do meio ambiente e o movimento pela posse da terra se completam e se articulam no Sindicato, dando um sentido mais forte à luta dos trabalhadores da floresta.

Os temas relacionados ao meio ambiente estavam sempre presentes na escola. Os material didático produzido e utilizado nas aulas os priorizava, frequentemente, propondo e estimulando a reflexão sobre eles. A *Cartilha Poronga* foi toda ela pensada e elaborada em uma visão ambientalista regional. Nesse sentido há quem considere que o sucesso do movimento ambientalista e pela posse da terra dependeu fundamentalmente da conscientização ambiental realizada, para o qual a escola teria sido um instrumento prioritário.

5.3 A Equipe do Projeto Seringueiro, o CEDOP/CTA e as instituições proponentes e financiadoras da educação de seringueiros

Tendo em sua origem a necessidade de os seringueiros defenderem seus interesses na luta dos trabalhadores da floresta contra os marreteiros e fazendeiros da região, a educação dos seringueiros da Amazônia Sul – Ocidental realiza suas primeiras experiências, através da iniciativa de algumas pessoas comprometidas com essas lutas, que adentraram os seringais e ali iniciaram trabalhos de alfabetização. Como se tratava de uma iniciativa pessoal, sua continuidade demandaria, em breve, recursos materiais, financeiros e técnicos para além das possibilidades de seus idealizadores. Assim, apoiadas pelas lideranças sindicais mais expressivas, tais pessoas contataram um grupo de intelectuais que estava criando o CEDOP/AM, em busca de apoio. Este veio de imediato, uma vez que um dos objetivos do CEDOP AMAZÔNIA era *prestar assessoramento, coordenar e executar projetos de desenvolvimento econômico, social e de educação popular*⁵⁵.

Tanto as pessoas que adentraram os seringais iniciando a alfabetização, quanto as demais do grupo de intelectuais do CEDOP AMAZÔNIA, eram historicamente comprometidas com a luta dos seringueiros, por uma opção pessoal ou por serem oriundas de instituições/entidades que já vinham defendendo essas bandeiras de luta. Suas origens políticas estavam associadas aos trabalhos desenvolvidos pela Igreja Católica, pelos movimentos estudantil, artístico-cultural, dos docentes e/ou dos indigenistas.

⁵⁵ A antropóloga Mary Allegretti foi designada pelo CEDOP AMAZÔNIA para prestar esse assessoramento direto. Ela deslocou-se para a região dos seringais nos quais começava a discussão da ideia da escola, com o objetivo de conhecer mais de perto aquela realidade e colher subsídios para a montagem do projeto a ser negociado, que ficou conhecido como *Projeto Seringueiro*.

Pode-se supor que a visão de mundo dessas pessoas tenha impregnado e influenciada a orientação dada à dinâmica e ao material utilizado nas atividades de alfabetização/escolarização dos seringueiros, que contém suas marcas político-ideológicas. As entrevistas de nossos sujeitos revelam tais influências, por vezes entrelaçando experiências anteriores a esse projeto educativo, como é o caso de Estanislau Paulo Klein, responsável pela primeira experiência de alfabetização de seringueiros na região em estudo. Ele revela:

Quando eu vinha do Rio Grande do Sul, como voluntário da Igreja Católica, para trabalhar com comunidades indígenas, eu era estudioso do método Paulo Freire [...]. Então, quando a gente passava em Mato Grosso, Rondônia, era preciso esconder os livros, porque a Polícia Federal fazia batida e prendia os livros do Paulo Freire, por considerá-los subversivos. Os meus mesmos nunca chegaram a prender, mas prenderam de vários colegas meus. Eu fazia o seguinte: arrancava as primeiras páginas dos livros, encapava com capa de Gibi, com capa desses livros de bobagens. Aí eles olhavam a capa e as primeiras páginas e devolviam. [...] *Educação como Prática da Liberdade e Pedagogia do Oprimido* eram a nossa orientação teórica do trabalho (referindo-se à sua experiência com alfabetização de seringueiros) e, claro, as reuniões que a Igreja fazia, como também as do sindicato, ajudavam na orientação geral desse trabalho (Entrevista com **Estanislau Paulo Klein**, em 05.02.1999 – Rio Branco – Acre).

A esse respeito, Dercy Teles referindo-se às pessoas da equipe do Projeto Seringueiro também relata:

Dedê e Mário foram convidados para trabalhar no Projeto. Eles trabalhavam com teatro, eram pessoas envolvidas com o movimento popular da cidade, em Rio Branco. A Dedê trabalhou muito tempo com índios, na região do Juruá. O Ronaldo era, também, indigenista, trabalhou com os índios do Km 45 da estrada de Boca do Acre, aí teve um problema político com a FUNAI, foi demitido. A Marlete participava das Comunidades de Base da Igreja, em Rio Branco. Ela era esposa do Ronaldo e participava... Todos estavam vinculados a este movimento de contestação, de transformação... (Entrevista com **Dercy Teles de Carvalho Cunha**, em 1º.10.2009 – Xapuri – Acre).

Esses exemplos podem ser estendidos aos demais participantes do Projeto Seringueiro até 1986, tais como: Manoel Estébio, ex-seminarista, com experiência de trabalho na CPT; Armando Soares, ex-indigenista; Maria de Fátima Ferreira, atuante nas CEBs de Rio Branco; e Nonato Marques, ator de teatro e capoeirista. A antropóloga Mary Alegretti e a socióloga Eloisa Winter, por sua vez, apesar de não serem da mesma origem sociocultural e política dos demais, eram pesquisadoras que se mostravam comprometidas com esse tipo de movimento. E a própria Dercy Teles havia sido seringueira e presidente do STR/Xapuri.

Os que entraram no Projeto a partir de 1986/7 não são tão diferentes desses primeiros. Ressalta-se, ainda, que neste novo momento, a presença/interferência do PRC é muito significativa, pois praticamente todos os seus integrantes estavam vinculados ao PRC, inicialmente, e mais tarde ao PT. Apesar de suas origens diferenciadas, todo o grupo estava vinculado à orientação política e ideológica do PRC, sobre o que a fala do professor Arnóbio em sua entrevista foi clara: *Quando o Chico me chamou, não chamou só porque éramos amigos, chamou porque eu era do PRC e poderia ajudá-los na luta. Então eu ia lá, eu deixei de cuidar da célula estudantil do PRC e passei a cuidar da célula dos seringueiros do PRC.*

A partir de 1988, o critério de entrada no projeto educativo do *Projeto Seringueiro* será essencialmente técnico, ao que Arnóbio também se refere claramente dizendo:

É... A primeira equipe, o critério de escolha era político. Eu fui escolhido por um critério político, embora estivesse ligado à educação. Só que eu tinha uma formação técnica, e aí, quando eu assumi, de fato, o Projeto, fiz a escolha técnica da equipe. Então, não fui escolher as pessoas por critério político. O Reginaldo já entrou por critério político como indicação da Júlia. A partir do momento em que o Reginaldo sai, e eu assumo definitivamente o Projeto, eu faço escolhas técnicas para a equipe. Então, a gente monta uma equipe técnica para o Projeto, embora estivesse dentro da política no sentido do projeto de Reserva Extrativista, mas não política partidária. A Andréia Dantas não tinha militância partidária, o Pingo também não tinha, não foi esse o critério. A Quinha tinha, mas foi coincidência, ela foi a melhor aluna do curso de história da minha turma, quer dizer, abaixo da Marina, e acima de mim (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

A entrevistada Andréia Dantas confirma essa observação de Arnóbio. Falando sobre a equipe da qual participou, ressalta que era um grupo coeso e que não existiam enfrentamentos políticos internos, mesmo porque eles não faziam nenhuma militância política partidária. Ela diz:

A nossa maior discordância era em relação à entrada política... Por quê? Porque nós nos constituímos muito tecnicamente. O veio político era garantido ao Sindicato, à Cooperativa [...]. Então nós não participávamos de *empates*, nós não participávamos dessas movimentações, do grito da terra, nós não participávamos disso, mas ao mesmo tempo nós não éramos afastados disso. A condução que o Binho fez no período foi uma condução que eu acho que era bem... Pensado hoje acho que era bem própria. Na época eu achava superprópria (Entrevista com **Andréia Maria Lopes Dantas**, em 08.12.2010 – Rio Branco – Acre).

Cabe ressaltar que apesar de transparecer uma contínua harmonia no interior das diferentes equipes do projeto educativo do *Projeto Seringueiro*, e também entre esta equipe,

as comunidades e o Sindicato, havia alguns enfrentamentos que começam a surgir, já no início do funcionamento das primeiras escolas. O *Documento de Avaliação do Projeto Seringueiro*, redigido por Marlete Oliveira, quando de sua saída do Projeto, no início de 1984, registra a esse respeito que:

Em 1982 o Projeto é marcado por um desmembramento da Cooperativa e Escola por questões de distância entre o seringal Nazaré e o seringal São Pedro, de onde alguns seringueiros eram sócios da Cooperativa do Nazaré [...]. Nessa ampliação o Projeto não modificou suas características, nem tinha uma proposta explícita sobre a identificação das novas pessoas em relação aos seringueiros. Apenas essas pessoas passaram a residir no seringal, pois era só como se possibilitava o trabalho do Projeto. Das três pessoas, Dercy, Manoel e Dedê, que entraram nessa fase do Projeto, a primeira era seringueira e ex-presidente do Sindicato e a segunda, ex-seminarista, fazendo trabalho de base junto ao Sindicato. Elas incorporaram, pela própria prática anterior, a mesma forma de identificação das duas pessoas há mais tempo na área. A terceira, Dedê, assumiu uma postura de diferenciação com os seringueiros, numa relação onde ela não era um deles e sim, uma pessoa identificada com outro grupo social, disposto a contribuir com a luta do seringueiro, e, portanto, não tomou pra si a vida do seringueiro. Apesar da ampliação de pessoas no Projeto, não se estabeleceu uma prática de trabalho de grupo, de equipe. A atuação das pessoas continuou sendo de acordo com as perspectivas pessoais, e as formas individuais de entendimento do conjunto ou não de ações do Projeto, caracterizando-se apenas uma coordenação correspondente ao trabalho de campo na pessoa de Ronaldo e outra coordenação externa com Mary, que eram as pessoas que comandavam todas as coisas no Projeto. [...] Com a descaracterização de um trabalho de equipe, onde geralmente as formas de atuação são discutidas e estabelecidas, surgiram as primeiras divergências. No seringal Nazaré, o trabalho do Projeto continuou sendo desenvolvido sobre visão e prática de atuação dos iniciadores do Projeto. Ao contrário do São Pedro, que com a presença de uma pessoa nova passou a ter outra forma de atuação e novos encaminhamentos nos trabalhos de organização e funcionamento da Cooperativa e da Escola. O São Pedro passou a exigir maior autonomia nas formas de organização e, sobretudo, nas decisões que eram substancialmente atreladas à organização do Nazaré e centralizadas na pessoa responsável pelo trabalho na área, que era o Ronaldo. Essas diferentes formas de atuação e encaminhamento, bem como questões de cunho pessoal, levaram à incompatibilidades. Estas, também por motivos de apenas duas pessoas decidirem sobre o trabalho, isso sem dúvidas trouxeram a exclusão de quem divergia dos encaminhamentos dados ao Projeto (**DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SERINGUEIRO**. Manuscrito. Elaborado por Marlete de Oliveira. Abril de 1984. Arquivos do CTA).

Em outros documentos reencontramos referências sobre este conflito entre os que iniciaram o Projeto e os que entraram posteriormente para atuarem no seringal São Pedro. Ocorreram vários problemas com a condução da Cooperativa, a ponto de os seringueiros começarem a desviar a sua produção para ser comercializada com os marreteiros, apesar de continuarem obtendo mercadorias na Cooperativa.

Esses problemas originaram um longo debate sobre os *agentes internos versus agentes externos*, culminando com a decisão de afastamento gradativo, de todas as pessoas consideradas externas, da atuação direta nas escolas. A partir de então, todos os

monitores/professores deveriam ser originariamente do seringal; isto seria extensivo à direção das cooperativas e às delegacias sindicais. O pessoal externo ficava apenas como assessor e supervisor.

Nesse debate surgiu a proposta de que o *Projeto Seringueiro* deveria se desvincular completamente do CEDOP/CTA, e passasse a ser administrado pelo Sindicato. O entendimento era de que as ações deveriam estar desvinculadas de qualquer instituição que não estivesse diretamente comprometida com a luta dos seringueiros, entre elas as entidades/instituições financiadoras, que deveriam ser criteriosamente selecionadas, evitando comprometimentos externos ao movimento. Isto culminou com o fechamento do CEDOP AMAZÔNIA e a criação do CTA, agora formado por outras pessoas, todas externas ao seringal. O CTA teve um funcionamento efêmero, levando o *Projeto Seringueiro* a buscar outras entidades para assumirem o papel de proponentes de seus projetos específicos, como foi o caso da Comissão Pró-Índio e do Grupo Artístico Terra Norte.

Voltando à questão do *pessoal interno versus pessoal externo*, deve-se esclarecer que os recursos negociados com as instituições financiadoras previam o pagamento dos assessores/supervisores, e não dos monitores/professores, que trabalhavam como voluntários. Segundo Dercy Teles, quando os monitores descobriram que os assessores/supervisores estavam recebendo, e eles não, criou-se um clima de discórdia a ponto de muitos monitores/professores não aceitarem continuar trabalhando de graça. Tal fato levou a renegociações com as instituições financiadoras, inclusive com a Secretaria de Educação do Acre, que começou a pagar alguns professores no formato de recibo. Os demais eram financiados e recebiam de outras instituições.

Com os monitores/professores sendo pagos para trabalhar, as atenções se voltam para o processo de sua escolha. Se antes era um convencimento, porque a atividade representava além do compromisso político com a luta do movimento como um todo, um serviço a mais e sem renumeração, agora significaria um salário garantido, algo de extrema importância para a melhoria de vida de qualquer família da região. Como se tratava de uma escolha pelo voto de todos os membros da comunidade, filiados ao sindicato e conduzido por este, surgiram as articulações pela escolha do professor ou professora. As grandes famílias passam a ter papel preponderante nessa decisão.

Outro momento bastante tencionado deu-se quando membros da equipe do Projeto decidiram concorrer à diretoria do Sindicato, com o que nem todos eram de acordo. Ainda

assim, algumas pessoas do Projeto, que eram filiadas ao Sindicato, formaram uma chapa e concorreram à sua Diretoria. Manoel Estébio comenta esta questão:

Eu e o Ronaldo fomos trabalhar mais ligados ao cooperativismo e ao sindicalismo. Porque assim... A gente chegou à conclusão de que seria interessante estar na diretoria do Sindicato. E a gente formou uma chapa. Isto foi meio polêmico... As pessoas que estavam no *Projeto Seringueiro* junto com a gente dividiram as opiniões. A Mary e a professora Eloisa Winter, que estava começando a chegar, a trabalhar com a gente... Elas achavam que esta injunção não era sadia para o sindicalismo, porque a gente era de fora. A gente tinha outra concepção, que, a rigor, a gente não era trabalhador rural. A gente estava trabalhador rural, mas não era trabalhador rural, e isso não seria bom para o Sindicato. Mas o certo é que a gente organizou uma chapa, tendo o Ronaldo na cabeça, e essa chapa perdeu por um voto (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

A saída da professora Eloisa Winter foi outro momento tenso, porque se tratava de um enfrentamento com a representante/supervisora do MEC, um órgão de governo que financiava o Projeto. As pessoas foram obrigadas a optar em ficar com a sua Coordenadora, professora Eloisa Winter, ou com o financiamento do MEC. Em entrevista concedida à professora Sandra Tereza Cadiolli Basílio, do Departamento de História da UFAC, a Eloisa Winter refere-se a este conflito com a representante do MEC:

[...] o MEC fazia um acompanhamento direcionado e eu tinha uma série de desconfiças quanto àquele Projeto de Integração com os Diferentes Contextos Culturais, porque me parecia, como me parece hoje, uma política extremamente conservadora. Quer dizer, você faz uma apologia de uma cultura de miséria no sentido de você manter a postura de miséria e uma concepção intervencionista também, que era exatamente a postura que eu negava. Você não poderia ter uma postura intervencionista junto ao pessoal, à época que deu o rolo, uma assessoria que veio do MEC, criticou essa minha postura, que eu tinha uma postura muito passiva ante os seringueiros, enfim, eu acho que aquele espaço criado pelo governo federal naquele período, para mim era um pseudo-espaço (Entrevista com **Eloisa Winter Nascimento**, concedida a Sandra Tereza Cadiolli Basílio, em 22.08.1991 – Rio Branco. Arquivos do CTA).

Esse enfrentamento colocou em cheque a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido. Manoel Estébio também se refere a essa questão da parceria com o MEC e da saída da Eloísa. Aliás, o apoio do MEC foi condicionado à sua saída. Vejamos o que diz Manoel Estébio:

Foi um verdadeiro beco sem saída, haja vista que o apoio financeiro que recebemos dessa instituição era indispensável para o desenvolvimento de nossa proposta. Ficamos realmente numa situação muito delicada, já que estávamos

atuando em cinco comunidades, nas quais mantínhamos quatro cooperativas e seis escolas. Como atendê-las com uma equipe de quatro pessoas e logo agora, que estávamos levantando a situação real de todas elas para poder dar continuidade e preparar um treinamento condizente com a realidade de cada comunidade e que levasse em conta as reais necessidades dos monitores? (**Relatório de Atividades do Projeto Seringueiro e Proposta de Continuidade**, elaborado por Manoel Estébio Cavalcante da Cunha, em 15 de Janeiro de 1986, em Rio Branco – Acre).

As constantes saídas e entradas de membros na equipe do Projeto Seringueiro foram sempre momentos de tensão e complexidade, e é possível que o mais forte deles tenha sido quando se definiu a permanência de Arnóbio e a retirada do professor Reginaldo Castela. A incorporação de ambos deu-se por critérios político-partidários, atendendo à determinação do PRC. No entanto, as divergências de propósitos entre eles chegaram a ponto de se escolher entre um e outro.

Tudo indica que, estrategicamente, o professor Arnóbio, reconhecendo a sua pouca influência junto à equipe e aos seringueiros, afasta-se do Projeto, provocando a intervenção de Chico Mendes, a principal liderança sindical e ambiental da região, que optou por excluir o professor Reginaldo para garantir o retorno de Binho, já que era esta a condição. Quanto a isso, é esclarecedora a fala do próprio professor Binho, já citada na página 134, quando expunha sobre o quarto momento deste período em estudo. Considero relevante lembrarmos aqui, alguns trechos dessa fala:

O Reginaldo achou que a gente estava muito devagar, então ele achou que o CTA poderia organizar luta armada, fazer isso e aquilo outro, e aí eu rompi com ele e saí do *Projeto Seringueiro*. [...] Estava até esquecendo-se desse fato... Coisa ruim a gente esquece. [...] E aí ele se empolgou com a coisa. Nunca tinha sido militante, aí a coisa subiu pra cabeça e ele resolveu fazer a luta armada. [...] Assumiu a liderança, e como ele era muito carismático, lutava capoeira, ele conquistou todos os professores, todo o mundo. Aí eu vi que o meu projeto de escola, o projeto do CTA, estava minoritário, que eu estava sozinho, eu e o Fábio. Aí resolvemos sair, eu e o Fábio saímos. Ele ficou no CTA no período de alguns meses, mas quando o Chico Mendes tomou consciência do que estava acontecendo, foi lá e expulsou o Reginaldo e eu voltei. O Chico me chamou para voltar. [...] (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho)**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

O retorno de Arnóbio significou, também, seu afastamento do PRC. Ele conta em sua entrevista: *Nesse momento eu já estava mais fora do que dentro do PRC, porque a minha saída do PRC foi muito em função do Projeto Seringueiro*. Qual seja, sua proposta de trabalho no Projeto Seringueiro indicava uma opção mais por critérios técnicos do que políticos, conforme dito acima.

Em relação às instituições/entidades proponentes, no caso do CEDOP AMAZÔNIA/CTA, as pessoas que as representavam eram quase sempre as mesmas que atuavam no Projeto Seringueiro, o que evitava as divergências. Ainda assim houve situações de conflitos, a exemplo da saída da Mary Allegretti do Projeto Seringueiro e do CEDOP AMAZÔNIA. E, também, do afastamento dos outros dirigentes, que iriam atuar em cargos do governo, deixando a entidade acéfala, dificultando a utilização dos recursos financeiros disponíveis em conta. Estes problemas, que tiveram solução provisória através de uma diretoria interina, culminaram com o fechamento do CEDOP AMAZÔNIA e a criação do CTA. Porém, enquanto o CTA não se constituiu juridicamente, o Projeto Seringueiro precisou utilizar-se da personalidade jurídica de outras entidades, como a Comissão Pró-Índio e do Grupo Terra Norte, que atuaram por algum tempo como proponentes de seus trabalhos.

Quanto à Fundação Cultural do Estado do Acre, deve-se ressaltar que o governo do período era do PMDB, e havia congregado vários segmentos de esquerda e/ou dos movimentos sociais/populares durante sua campanha eleitoral, tendo OS incorporado neste grupo, resultando na integração de parte delas à equipe dessa Fundação. Seu presidente, o antropólogo Jacó César Picolli, por exemplo, foi um dos principais articuladores da criação do CEDOP AMAZÔNIA. Este também foi o caso do seu diretor de Recursos Humanos, o historiador José Dourado de Souza, autor desta tese, que além de ter participado da criação do CEDOP AMAZÔNIA, teve atuação nos movimentos artístico-culturais e estudantis dos anos setenta, com passagem nas CEBs.

Cabe destacar que no segundo semestre de 1983, a Fundação Cultural, através de sua Diretoria de Recursos Humanos, prestou todo o apoio logístico à realização do 1º. Treinamento para Monitores/Professores do *Projeto Seringueiro*, realizado em agosto daquele ano. A partir de então, o Projeto passou a ocupar uma das salas do Centro de Treinamento da Fundação, usufruindo de toda sua infraestrutura.

No que se refere ao Grupo Terra Norte, seus componentes eram oriundos dos movimentos sociais/populares urbanos, que trabalhavam com teatro, música, cinema, etc. A participação desse grupo foi pequena, tendo cedido apenas sua personalidade jurídica para intermediar e negociar com o MEC recursos destinados ao Projeto Seringueiro.

Relativamente às instituições/entidades financiadoras, tem-se: a Oxford Family (OXFAM), entidade inglesa mantida pelos alunos e ex-alunos da Universidade de Oxford, com sede em Brasília; o Projeto Integração entre Educação Básica e os Diferentes Contextos

Culturais Existentes no País, do MEC; a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

A OXFAM torna-se financiadora do Projeto Seringueiro mediante articulações de Mary Alegretti, sendo que a entidade já financiava alguns projetos em realização na educação indígena. Quanto ao MEC, observa-se que era uma época de reabertura política, de redemocratização do país, iniciado no final dos anos setenta, motivo pelo qual o órgão criou alguns programas na área de educação popular, a exemplo do Projeto de Integração acima mencionado. Contudo, esse seu financiamento foi problemático, gerando desentendimentos entre os membros da equipe do projeto, que resultaram no desligamento da socióloga Eloísa Winter, que não concordou com as imposições de uma consultora daquele ministério.

O CEDI e a CESE, por sua vez, eram organismos ligados à Igreja Católica, então comprometida com as lutas sociais e populares, posicionando-se publicamente em favor dos menos favorecidos. Em relação à luta dos seringueiros da região, a Prelazia do Acre e Purus não só a apoiava, como mantinha sob sua guarda e proteção os principais articuladores do movimento em defesa dos trabalhadores da floresta.

De modo geral, essas instituições/entidades que financiavam o *Projeto Seringueiro*, apesar de não estarem diretamente envolvidas com a luta dos seringueiros, seus representantes (intermediários locais) revelavam certo comprometimento com seus propósitos. No entanto, não é possível constatar uma participação/intervenção mais direta desses organismos no processo de construção e de condução do *Projeto Seringueiro*. Eles se limitavam a acatar os encaminhamentos dados por seus representantes locais, exceto o MEC, que fazia um acompanhamento *in loco*, que originou alguns desencontros.

Retornando à análise anterior, acerca do pessoal envolvido na equipe do Projeto Seringueiro, no CEDOP AMAZÔNIA/CTA e nas outras entidades proponentes (Fundação Cultural e Grupo Terra Norte), destaca-se que todo o grupo passara, diretamente ou não, pelos movimentos sociais/populares dos anos setentas. Deste modo, suas práticas e ideias refletem uma contestação à ditadura militar, ao capitalismo e reivindicam as liberdades democráticas e a justiça social. No caso do Acre, entendiam que o principal inimigo a ser combatido eram os empresários do boi, os fazendeiros latifundiários, os ditos paulistas que lá atuavam. Eles representavam, ao mesmo tempo, a ditadura militar, que através do governo federal oferecia aos fazendeiros do Centro-Sul facilidades para a aquisição de terras, de forma arbitrária e ilícita. Também se opunham ao capitalismo *moribundo, selvagem*, que exigia e executava a expulsão dos seringueiros de suas posses.

A participação/intervenção dessas instituições/entidades proponentes e a ação direta da equipe do projeto seringueiro, realizada por seu pessoal que participou na constituição e implantação da educação de seringueiros, revelam dois sentidos desse Projeto em um só movimento. O primeiro é o fato de ele estar influenciado pelas ideias e práticas culturais, políticas e ideológicas dessas pessoas. O segundo refere-se ao sentido que essa educação vai assumindo desde as suas primeiras experiências, caminhando sempre em direção à sua institucionalização, como meio para solucionar as dificuldades encontradas.

5.4 O poder local, o Estado e o seu aparato policial

O poder local da cidade de Xapuri entre 1981 e 1990 era palco de tensões sociais. Pouco a pouco o confronto aberto e declarado entre fazendeiros e seringueiros levava a população a assumir uma posição, localizando-se em um dos dois lados opostos. Constituído e representado pela Prefeitura, pela Inspetoria de Ensino, pelo Poder Judiciário, Delegacia de Polícia, Polícia Militar, entre outros organismos e instâncias, este vai assumindo uma clara posição, quando não de apoio, de proteção aos fazendeiros, assim como uma parte da sociedade civil, organizada ou não, que vai também se definindo em favor dos fazendeiros. Assim, as tradicionais famílias urbanas, os antigos e novos (recém-migrados) comerciantes ainda bem-sucedidos, os intelectuais ligados à cultura letrada tradicional local, o fazem igualmente, incorporando uma postura de defesa dos fazendeiros. Até mesmo segmentos representativos da Igreja Católica oficial concordavam com os fazendeiros. A esses grupos agregam-se também as representações locais dos partidos políticos de direita.

De modo geral, todos os setores privilegiados da sociedade urbana local concordavam com o projeto dos fazendeiros. Somente os despossuídos, ao lado de um segmento representativo do magistério, os funcionários públicos, os adeptos da Igreja Católica moderna, os pequenos comerciantes, os pequenos e médios agricultores e um discreto grupo de intelectuais ditos de esquerda ousavam questionar o projeto dos fazendeiros e se colocavam na defesa dos seringueiros.

Entretanto, a opção de ficar contra ou a favor dos fazendeiros ou dos seringueiros não é uma questão tão simples, tendo em vista o processo histórico a que nos referimos no primeiro e segundo capítulos deste estudo. No momento, apenas reiteramos o fato de que para os membros do poder local dominante, a implantação da pecuária representaria a

modernidade, a produtividade, os benefícios que o sistema do seringal, em seu entender, deixaria de proporcionar. Elas viveram os momentos de glória desse sistema, viram sua queda e, agora, quando os seringais se encontram em absoluta bancarrota, como membros dos setores dominantes da sociedade local, enfrentavam dificuldades. O boi surge, portanto, como uma redenção que as perdoaria e salvaria da miséria que rondava algumas grandes e prodigiosas famílias. Seringal, para esse grupo, é coisa do passado. Quanto aos seringueiros, o consideravam-nos uns preguiçosos, que viveram longos anos sem pagar qualquer renda das colocações que ocupavam, até hoje nada possuindo.

Com esse tipo de raciocínio os setores dominantes, o poder local dominante, vão se opor ao Projeto de Educação de Seringueiros, posicionando-se e intervindo contrariamente ao processo de sua implantação. Tais setores consideravam que educar seringueiros, para eles continuarem no seringal, era um contrassenso, um *atraso*, uma educação do atraso, contra o moderno, o novo. Mesmo que a falta de escolas, de educação fosse um fato reconhecido por todos, não estavam dispostos a apoiar nem reconhecer esse tipo de educação. Mesmo cientes de fatos como o registrado em matéria jornalística que denunciava a precária situação das escolas em Xapuri, eles não se dispunham a apoiar aquela iniciativa. Seguem os termos da referida notícia do jornal A Gazeta do Acre a respeito:

Das 34 escolas rurais que tinha em Xapuri no ano passado, apenas 19 estão funcionando, assim mesmo sem condições. Falta de tudo: livros, merenda, farda, sapato, cadernos etc. De acordo com dados da Prefeitura do município 400 alunos estudam na zona rural, mas esse número, mesmo que seja verdadeiro, não atende a população. É preciso, para amenizar o problema, a construção imediata de mais 10 escolas para abrigarem 500 estudantes [...]. (Jornal, A Gazeta do Acre, Nº 800. Rio Branco, 07.04.81, p. 2.).

Mesmo com o sistema educacional nessas pífias condições, o poder local via com maus olhos a educação para seringueiros, tendo óbvios motivos para assim pensarem e reagirem. Havia, inclusive, aqueles que tentavam desanimá-los dessa iniciativa. Um trecho da entrevista de Rosivarque ilustra essas tentativas de persuasão vinda de indivíduos dos setores dominantes da cidade à época. Ele relata o que uma dessas pessoas lhe dissera, no final de 1983, tentando desanimá-lo, lembrando:

Eu estava em Xapuri, de passagem, quando aquela pessoa que eu não lembro mais o seu nome, se aproximou de mim e disse: *Larga esse negócio, rapaz, isso não*

é coisa de Deus não, isso é coisa do demônio. Ainda vai é morrer gente aí. Eu, se eu fosse tu, largava tudo lá e vinha morar na cidade. Esse negócio de querer ensinar seringueiros a ler e escrever não dá resultado não (Entrevista de **Rosivarque Cavalcante de Freitas**, concedida a José Dourado de Souza, em 11.02.1998 – Xapuri – Acre).

Ainda sobre o poder local, uma outra parte da entrevista de Arnóbio é reveladora, ao se remeter às relações do Projeto Seringueiro com o Estado. Ele salienta que o governo estadual considerava que não havia grandes problemas, mas frente à Prefeitura de Xapuri, o clima era tenso, qual seja,

Tivemos muitos conflitos com a Prefeitura de Xapuri, porque a Secretaria de Estado mandava merenda e a Prefeitura desviava, e numa dessas confusões, os livros didáticos não chegavam, material não chegava... Porque a gente também usava livros paradidáticos, tinha dicionários, essas coisas, nunca chegava perto do seringueiro. Chegava na Prefeitura e ela não passava para o Projeto Seringueiro. Eles tinham direito, era uma escola oficial, mas não passavam. E uma das vezes no desvio da merenda escolar, eu fui reclamar para o Prefeito e aí ele saiu na porrada comigo e me prendeu... Então a situação chegava a esse ponto (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Em termos gerais, é visível que o poder dominante local atuou sempre no sentido de desarticular o processo de construção da educação de seringueiros.

Em relação ao Governo Estadual, até março de 1983, quando o primeiro governador eleito após a ditadura militar assume o cargo, o tratamento dado à luta dos seringueiros em seu conjunto e à educação de seringueiros, em particular, não foi muito diferente do que ocorria no poder local. Houve um verdadeiro descaso da Secretaria de Educação do Acre em relação à educação de seringueiros.

Com a posse do governo do PMDB em 1983, verificou-se outro tratamento. A Fundação Cultural e a Secretaria de Educação fizeram importantes parcerias e acordos. Esses não significaram nenhum tipo de intervenção na luta dos trabalhadores da floresta nem no processo de concepção e implantação das escolas do Projeto Seringueiro. Contudo, nem sempre estas parcerias eram uma ação direta do Governo propriamente dito, através de seus órgãos, de suas secretarias. Era muito mais uma iniciativa de pessoas que atuavam no governo, ocupando cargos estratégicos ou não, da mesma forma que ocorria tanto em nível estadual quanto federal.

Sobre estas relações do Projeto Seringueiro com os governos Federal e Estadual, Manoel Estébio fez, também, o seguinte comentário em sua entrevista:

Por incrível que pareça, em plena Ditadura Militar havia também a parceria com o MEC. O MEC é bem no começo. O primeiro trabalho do Projeto Seringueiro, o MEC ajudou. Porque era assim: havia dentro do MEC a Fundação Pró-Memória e dentro da Fundação Pró-Memória, tinha lá [...]. Eles apoiavam iniciativas inovadoras. E era interessante porque o pessoal do MEC vinha e ajudava a gente. Iam pro seringal, financiavam e tal. E as pessoas do poder local aqui, do Governo do Estado, eram contra. Agora era interessante porque estrategicamente a gente utilizava esta aliança com o MEC para, de certa forma, também, dar visibilidade ao trabalho. E esse Projeto do MEC, ele pode ter sido por duas razões: primeiro porque estava lá, na época, o Gregório Filho, que é daqui do Acre, é um militante das políticas culturais afirmativas, e porque a Mary Allegretti que é, também, muito articulada. A Mary Allegretti conseguiu fazer uma articulação com o MEC. O Governo do Estado contribui com o *Projeto Seringueiro* já na segunda gestão do PMDB (1986 - 1989) quando é Governador o Flaviano Melo, e quem é Secretário de Educação: o professor Josué Fernandes. Então, o Josué Fernandes foi uma pessoa que foi muito interessante, ele tinha uma postura de militância política também progressista e ele viabilizou projetos que ajudaram, sobretudo, a construção e a manutenção de escolas do Projeto Seringueiro. Mas isso já foi... Aí, posteriormente, quando se cristaliza a oposição PMDB e PT, aí esse tipo de ajuda passa a ser menos, mas ele (Josué) continuou... Ele contratou os professores para atuarem no Projeto Seringueiro (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

O entrevistado Arnóbio Marques também discorre, positivamente, sobre a relação do Projeto Seringueiro com o Governo do Estado. Inicialmente ele salienta que as relações com o Secretário de Educação do primeiro governo do PMDB não foram muito boas. E efetuava-se por baixo, através dos técnicos, em um relacionamento puramente informal. Posteriormente, com o Secretário de Educação do segundo governo do PMDB, essas relações eram boas. Ele relata:

Com o Josué chegava a estragar, de tão boa que eram. Porque quando a gente expandiu as escolas, ele queria já contratar, ajudar... Ele queria ajudar de qualquer maneira. O Josué era um amor de pessoa, ele queria ajudar, ele queria resolver, e de maneira sincera, não era oportunista, ele queria ajudar mesmo. E aí eu tinha que segurar o Josué, porque ajuda demais atrapalhava, porque a organização comunitária garantia o funcionamento da escola, e eu via que os primeiros professores contratados que tinham virado funcionário público, tinham literalmente virado funcionário público, então já não tinham mais compromisso, já faltavam, e a gente não podia demitir, porque ficou uma crise: *Quem era o patrão?* (Entrevista com **Arnóbio Marques de Almeida Junior**, em 02.09.2010 – Rio Branco – Acre).

Merece também destaque, em nível da estrutura de poder dominante, como força contrária à educação de seringueiros, o aparato e a ação policial. A polícia, em todas as suas categorias (Civil, Militar e Federal, inclusive o Exército), interveio de forma repressiva e violenta na organização do movimento e no funcionamento das escolas de educação de seringueiros. No capítulo precedente relatamos alguns casos a respeito, mas deve-se destacar, ainda, um trecho da entrevista de Dercy Telles sobre essa questão. Ela conta:

Existiam várias formas de repressão a esse tipo de trabalho que a gente fazia [...]. A gente chegou a receber a visita (ironizando) da Polícia Federal lá na escola, que fica a doze horas de distância. A gente foi surpreendida, despertada às cinco horas da manhã pela Polícia Federal... Porque ocorriam muitos comentários de que não tinha nada de escola, que essa conversa de escola era um disfarce, pois esse pessoal que estava lá estava era treinando o pessoal para uma guerrilha. Diziam que a gente tinha radioamador, mantínhamos contato com Moscou e não sei mais o quê. Havia todos esses comentários que eram passados pelo pessoal que se opunha ao trabalho da gente, especialmente aqueles ligados aos fazendeiros [...]. A gente não vivia muito tranqüilo, não, né?... Essa época foi uma época de muita tensão para todos nós. A gente chegava até pensar que um dia ia dormir e não ia mais acordar, porque ia ser metralhado lá pelas... (Entrevista com **Dercy Teles de Carvalho Cunha**, em 1º.10.2009 – Xapuri – Acre).

Ainda no primeiro período do Projeto, aqui focalizado, do ponto de vista político, do enfrentamento do movimento social dos seringueiros com os fazendeiros, principalmente na região dos seringais São Pedro e Nazaré, ocupados por posseiros e por isso uma região de muitos conflitos, as ameaças eram constantes. Principalmente quando da ausência das lideranças, como revela esse relato da professora Dedê:

[...] Nesta viagem, Simpício, um dos associados da Cooperativa, líder do grupo com o qual trabalhamos, monitor da Igreja, delegado sindical, também nos acompanhou. O clima era de expectativa, pois corriam muitos boatos por parte dos fazendeiros e marreteiros locais, que obviamente não satisfeitos com esta organização dos seringueiros, espalharam diversos boatos com intuito de nos intimidar. Por exemplo: *A Federal vai prender a professora; as cartilhas são de padres comunistas; o dinheiro das cooperativas vem da Rússia; as mercadorias da Cooperativa vêm do estrangeiro*. Este clima encontramos dentro do seringal, pois além dos boatos, tivemos a visita de quatro homens que se apresentaram para algumas pessoas ligadas à Fazenda como agentes da Polícia Federal, para os seringueiros associados da Cooperativa, como marreteiros, oferecendo armas e munições para os mais variados tipos de armas. Essas visitas ocorreram na nossa ausência, e muitas pessoas já não acreditavam mais no nosso retorno e estavam desanimadas em relação à Cooperativa e à Escola (**RELATÓRIO** do CEDOP

AMAZÔNIA, intitulado Trabalho de Avaliação – Projeto Seringueiro – Cooperativa/Educação/Saúde, correspondente ao período de agosto de 1982 a abril de 1983, elaborado por Djacira Maria Maia de Oliveira. Arquivos do CTA).

Sem sombra de dúvida, a ação policial interferiu significativamente no funcionamento das escolas. Às vezes através de uma ação direta, prendendo e espancando os seringueiros, outras vezes apenas ameaçando-os.

5.5 Outros atores (estudantes, artistas, intelectuais, Igrejas não Católicas) e a participação dos indígenas, dos negros e das mulheres

A análise sobre os atores que realizaram a proposta educativa do *Projeto Seringueiro* deve considerar, ainda, a contribuição de outros deles e delas, personagens que o apoiaram efetivamente e de algum modo estiveram em sua condução, embora não tenham participado diretamente do dia a dia do trabalho realizado. Trata-se de um conjunto de atores que por diversas razões declaravam o seu comprometimento com os setores oprimidos da região, como os trabalhadores dos seringais da Amazônia acreana. Estamos falando de estudantes, de intelectuais, de jornalistas, de artistas e de Igrejas não Católicas, como também aqui apresentamos algumas considerações relativas à participação dos indígenas, dos negros e das mulheres no Projeto.

O movimento estudantil acreano no período em estudo, mais especificamente o dos anos de 1970 e toda a década de 1980, esteve declaradamente comprometido com a luta histórica dos seringueiros. Em 1977, a chapa vencedora das eleições do DCE da UFAC chamava-se *Seringueira* e era encabeçada por um estudante de Enfermagem filho de seringueiro, Valdir Nicácio. A vitória desse grupo de estudantes estabeleceu um divisor entre as direções associadas à reitoria, fiéis à ditadura militar, e uma nova proposta, comprometida com as lutas sociais, com os trabalhadores e oprimidos⁵⁶.

⁵⁶Muitas daquelas pessoas tornaram-se, posteriormente, lideranças políticas de partidos identificados como de esquerda: MR 8, PCB, PSB, PC do B, PRC, PT, Tendência Trabalho do PT.

Este novo movimento, apesar da sua diversidade ideológica, atuou com unidade e influenciou o movimento estudantil secundarista, interferindo significativamente na Casa do Estudante Acreano (CEA) e na criação de Grêmios Estudantis (GEs), que se contrapunham aos Centros Cívicos (CCs), instituídos pelos militares. Influenciou, ainda, na fundação de Centros Acadêmicos Livres (CALs) da UFAC e, reconstituição da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os programas, os manifestos e mesmo os nomes das chapas ou dos movimentos encabeçados por aqueles estudantes estavam impregnados de discursos, imagens e nomenclaturas em defesa do homem da mata, dos seringueiros.

Desde o final dos anos de 1970, a participação dos universitários e secundaristas nos eventos/acontecimentos científicos, culturais e artísticos foi relevante, cabendo-lhes a responsabilidade do tom político comprometido com os oprimidos. E quando se fala nesses grupos no Acre naquele momento, a atenção se volta, fundamentalmente, para os seringueiros, como ilustram as temáticas dos eventos promovidos na UFAC, principalmente nas áreas de história e economia, sempre relacionadas aos problemas regionais.

Prosseguindo, a contribuição do campo artístico-cultural ao movimento social dos seringueiros e, conseqüentemente, à educação de seringueiros, é também de grande significação. Os temas enfocados pelos artistas locais naquele período envolviam problemas que envolviam os seringueiros. De um modo geral, todos os ramos das artes em atividade discutiam temáticas ligadas à cultura dos seringais. A criação do grupo musical *Raizes*, por alunos secundaristas, inspirados em grupos de outras regiões do país, como o *Quinteto Violado*, traz aos palcos de escolas, salões de Igrejas Católicas, Centros Comunitários e/ou praça pública, músicas que transmitem mensagens de fé, esperança, luta e possibilidades de conquistas. Canta-se não apenas o choro da *Acauã*, a *Volta da Aza Branca* ou o *Funeral de um Lavrador*, assim como as canções *Filhos da Mata*, uma *Vila Beira do Barranco*, *Borracha Progresso* e, à frente, cantou-se muito, tal como hoje, um *Chico Rei Seringueiro*:

Ecoou pela mata afora //Cai a flor //E a seringueira chora //Em Xapuri
//Chora o mundo inteiro //Morre o Chico //O Chico Rei seringueiro //Mas essa mata
que mata //Esse povo infeliz //Um dia quis fazer o Chico Rei //Seringueiro feliz (Ao
Chico ou Seringueiro, Letra de Tião Natureza).

O relatório da realização do 1º. Encontro de Cultura do Acre, em abril de 1978, informa que este evento reuniu dezenas de grupos artísticos de diferentes setores: Teatro, Música, Cinema, Literatura, Artes Plásticas, Artesanato, Dança, etc. Participaram deste evento

não somente artistas, mas pessoas das CEBs de Rio Branco; representantes de sindicatos, entre eles o STR/XAPURI; representantes da Associação dos Professores do Acre (ASPAC) e uma representação de professores e alunos da UFAC. Deste encontro resultaram várias formas de organização dos segmentos artísticos ali presentes: Federação de Teatro Amador do Acre (FETAC), Associação dos Músicos, Associação dos Artesões, Grupos de Estudos em Pintura, etc. Discutiu-se, dentre outros temas, o comprometimento do fazer artístico com as lutas sociais, nos quais os problemas enfrentados pelos seringueiros se destacavam. Deste Encontro resultou um conjunto de ações práticas, como: os Festivais Acreanos de Músicas Populares (FAMPs), as Amostras de Teatro Amador do Acre (ATAs), as Amostras de Pintura (APs), as Amostras de Artesanatos (AAs), as Amostras de Cinema em Super 8 (ACs), etc. Deu-se continuidade a várias atividades permanentes que já vinham acontecendo, como a do Cine Clube Aquiri (CCA), com projeções de filmes todos os sábados à noite⁵⁷.

Na literatura, sob a liderança do professor Clodomir Monteiro, foi editada aos domingos, uma página cultural no jornal *O Rio Branco*, intitulada *Contexto Cultural*, contendo comentários de obras, divulgação de eventos da área e a publicação de poesias, contos e crônicas. Ainda sob a sua responsabilidade, era publicado um tabloide de nome *Berração*, onde eram divulgados diversos trabalhos de artistas locais. Toda essa produção literária retratava o ambiente daquele momento.

Na pintura destacam-se os trabalhos do seringueiro, catraieiro, barbeiro, músico e pintor/desenhista Hélio Melo, artista/personagem responsável por um novo enquadramento das artes plásticas no Acre. Ele inova não somente nas formas, mas principalmente por ser um pintor/desenhista naturalista primitivista que utiliza tintas tiradas de plantas regionais, mas foi nas formas que o *Seu Hélio* mais chamou a atenção. Sua perspectiva colocava e dava visibilidade ao ambiente anterior ao da venda dos seringais, mostrando a convivência do seringueiro com o ambiente natural, inclusive com os animais, e a posterior transformação dos seringais em fazenda de gado. Neste novo contexto, aparece o boi deitado na própria rede do seringueiro ou com uma faca de cortar seringa na mão, cortando a seringueira em cima de um

⁵⁷ Um dos filmes projetados foi *Nós e Eles*, do cineasta Osvaldo Sevá, censurado em um primeiro momento e liberado adiante. Este documentário retratava o cotidiano da violência no interior dos seringais, mostrando o processo de expulsão dos seringueiros pelos jagunços dos fazendeiros, fazendo queimadas da floresta e das próprias barracas dos seringueiros.

mutá⁵⁸ ou, à espera de antas em um barreiro, ele desenha o boi, não mais o homem, com uma espingarda na mão esperando a caça chegar. Retrata, também, seringueiros e suas famílias saindo de suas *colocações*, com a floresta ao redor totalmente queimada. Este tipo de denúncia, através de desenhos e pinturas, é muito forte, dentre outros motivos, porque o seringueiro se vê, se reconhece nelas e pode refletir melhor sobre a sua condição naquele momento histórico. É inegável a contribuição dos desenhos e pinturas do *Seu Hélio* na formação da consciência crítica dos seringueiros.

No que se refere ao teatro, é possível que tenha sido o campo artístico que revelou maior comprometimento com a luta dos seringueiros. São inúmeros os espetáculos que tratam do cotidiano de violência pelo qual passavam. Como exemplo, lembramos as peças: *Os Filhos da Mata*, montada pelo Grupo de Teatro Amador (GRUTA); *Borracha Progresso*, pelo Grupo Macaíba de Teatro Amador (GJTA) e o trabalho *Vila Beira do Barranco*, montado pelo grupo Semente de Teatro Amador (Grupo SETA)⁵⁹.

Os jornais *Varadouro*, *O Jornal* e *A Gazeta do Acre*, por sua vez, através de seus jornalistas sempre fizeram pesquisas e publicaram matérias retratando a realidade regional, sendo que apenas o *Varadouro* assumiu uma posição de claro comprometimento com a luta dos seringueiros. Várias matérias publicadas por estes jornais foram citadas ao longo desta tese, como se pode observar. De sua parte, também o professor Carlitinho (Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti), citado em capítulo deste estudo, discorre sobre as precárias condições de funcionamento deste periódico e destaca o seu posicionamento a favor da luta dos seringueiros.

Estes fatos, entre outros, conduzem-nos à suposição de que a presença de intelectuais de diferentes matizes influenciou os caminhos das diversas ações do trabalho educativo do *Projeto Seringueiro*. Mesmo porque, como visto antes, muitos e muitas de seus integrantes

⁵⁸ Espécie de jirau, rodeando a árvore seringueira, para que se torne mais acessível a novos cortes.

⁵⁹ Essas obras teatrais tratavam temáticas relacionadas à expulsão dos seringueiros de suas colocações, sendo a primeira delas uma adaptação de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, para a realidade dos seringais daquela época. A segunda era um musical com produções do próprio grupo, relatando o processo de produção da borracha e sua destinação ao capital internacional, com as diversas facetas de expropriação que o sistema de aviamento proporcionava. A terceira revela o seringueiro e sua família já na periferia da cidade grande, Rio Branco, sujeitando-se a viver precariamente: sem emprego e sem escola para os filhos, o pai torna-se um viciado, a filha prostituta e o filho ladrão e assassino. Apesar do enredo fatalista, no desenrolar da peça, principalmente quando do julgamento do crime ocorrido, produz-se todo um debate sobre aquela realidade, tendo como pano de fundo os problemas advindos da especulação fundiária.

vinham destes campos intelectualizados. Há que reconhecer, ainda, o papel de vários intelectuais que se dispuseram a ajudar o movimento, seja orientando na elaboração de projetos, seja ministrando *treinamentos*, seja dando palestras ou mesmo como advogados, defendendo os seringueiros acusados de crimes contra os fazendeiros.

Em relação à presença do indígena, Manoel Estébio lembra que, quando William Chandless⁶⁰ esteve na região, na segunda metade do século XIX, encontrou na Boca do Rio Xapuri, em frente do que hoje é a cidade de Xapuri, duas etnias bastante populosas. Mas quando da insurreição dos seringalistas e seringueiros contra a ocupação boliviana, em 1902/3, já eram poucos os indígenas ali existentes, o que confirma o processo de seu extermínio. Por esta razão o entrevistado reafirma que era praticamente nula a presença de nativos, à exceção de uma longínqua descendência.

Cabe lembrar que a ocupação do Alto Acre, onde foi instalada a grande maioria das escolas do Projeto Seringueiro, a densidade de árvores seringueiras é bem maior que em outras regiões da Amazônia, o que tornou sua densidade populacional também maior, provocando uma eliminação mais ampla e violenta do nativo. Como Estébio, os demais entrevistados e entrevistadas apenas confirmam a inexistência de nativos envolvidos com a educação de seringueiros.

Quanto à presença do negro, esta foi acentuada por todos os entrevistados. A esse respeito Manoel Estébio relata que um movimento organizado dos negros não existia, mas o número de negros no interior dos seringais, nas *colocações* e no movimento dos seringueiros, era bastante significativo. Ele observa:

A Dercy mesmo é negra. Os irmãos dela que também participavam do movimento são negros. [...] Os Monteiros são negros. O Chico Marinho, o Sabá Marinho são negros. Então, havia muitos negros, porque os negros tinham uma presença muito forte na indústria do seringal, no extrativismo. Só que eles foram mandados para cá, tanto negros como brancos e índios, que aderiram ou que foram obrigados a aderir à empresa do seringal, eles tinham aquela condição estratégica do seringal, e que era uma imposição do modelo de exploração extrativista da borracha, que era isolá-los nas *colocações* de seringas. Então era impossível fazer um movimento só de negro, só de índio ou só de mulheres (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

⁶⁰ William Chadless foi um geógrafo inglês que explorou os rios Purus, em 1864, e Juruá, em 1866, conforme registros históricos.

No que se refere às Igrejas não Católicas, Ademir relembra que suas presenças foram sempre muito singelas. No início do projeto, praticamente não existiam, mas com o passar do tempo começaram a aparecer e produziram-se alguns conflitos, com certa gravidade. O entrevistado declara:

Olha! Isso foi muito pouco. A princípio não se contava com essa situação. Aí, de uns anos destes pra cá, aí começaram a surgir alguns casos. Os evangélicos começaram a entrar muito nas áreas, porque antes não tinham. Com a frequência dos evangélicos nas áreas, algumas pessoas começaram a se bandear e se interessar pelo assunto. Depois disso... Acho que uma ou duas comunidades tiveram problemas. Teve problema e foi um problema sério mesmo. Mas, por sorte, só teve uma comunidade em que houve enfrentamento entre eles e que isso afetou a escola. Afetou a escola e todo o movimento. Afetou tudo lá. Foi meio desastrosa a situação. [...] Aconteceu. Mas a gente sempre tentava conversar. Hoje a situação nessa escola está melhorando, mas ainda existe. Está lá uma marca e tem muita gente magoada com a situação. Porque antes eram todos católicos. Depois uns evangélicos e outros católicos. No dia em que tinha o culto, não tinha missa, e era sempre aos domingos, então quando tinha missa não podia ter culto, começou por aí a briga. Nenhum queria desistir da sua tendência, até intriga aconteceu (Entrevista com **Ademir Pereira Rodrigues**, em 15.07.2009 – Rio Branco – Acre).

Outro aspecto a ressaltar quanto a esses participantes do *Projeto Seringueiro* e mesmo quanto ao conjunto dos atores envolvidos em seu trabalho educativo-escolar, é a presença das mulheres. Novamente sem qualquer pretensão de aprofundar essa discussão, pertinente às relações de gênero no interior do Projeto e entre os trabalhadores do seringal, algumas questões se destacam.

Em outros termos, no que tange à participação das mulheres nesta experiência educativa, cabe destacar que aquela sociedade dos seringais, pelas suas origens e seu percurso - no qual esse tipo de atividade extrativista vai exigir um trabalho a cargo dos homens, mediante os processos históricos de divisão sexual do trabalho - e considerando que nos termos dessa mesma divisão, durante muito tempo este seringueiro foi proibido de praticar a agricultura (atividade de que as mulheres se encarregaram em muitos grupos sociais, culturas e épocas), sua presença no trabalho do seringal, entre outras circunstâncias, foi colocando o homem numa posição que lhe dava maior poder de mando, de decisão. Tais fatos podem ter contribuído para a formação de uma consciência machista nos seringais. Procurando ouvir os entrevistados e entrevistadas sobre isso, algumas visões foram expressas a respeito. Começando por Andréa Dantas, ela relata:

Olha, boa parte dos professores eram mulheres. Algumas tinham que ser... Eu me lembro da Dona Antonia, do seringal Cachoeira, era uma liderança... Começou como liderança sindical. Então pra chegar perto, tinha que ser muito mais do que ela. Aí, não era homem nem mulher, era liderança. Havia a Gláucia, que era a moça que tirou o marido morto debaixo de uma castanheira... Caiu um ouriço de castanha na cabeça dele. Inicialmente pensavam que era uma onça, mais foi um ouriço. Então, a Gláucia era muito dona da vida dela. Era uma viúva e queriam casar com ela, mas ela não queria casar com ninguém, porque ela era mais ela. Mas também havia um sem número de mocinhas que estavam dando aula, como a Maria José, que sabia ler e escrever. Então, aquelas mulheres viviam na verdade num universo masculino, e esse universo masculino é preponderante. Eu lembro quando... Com relação à escola propriamente dita, eu não consegui perceber um preconceito, um resguardo, enfim, qualquer tipo de orientação maior ou menor, com uma distinção para homem ou para mulher, mas no cômputo geral, as mulheres obedeciam aos homens. Eu lembro que tinha situações... E após a morte do Chico, acaba dando uma reviravolta em tudo. Quem estava se constituindo como liderança sindical, teve que se apressar um pouco, porque você teve uma outra ordenação, uma outra dança com preenchimentos de espaços. E eu lembro que, quando os sujeitos vinham para a cidade, vinham com a família. E as mulheres acabavam confinadas num quarto, numa casa pequena, que é bem diferente daquela criatura que tem um roçado pra cuidar, que tem uma criação pra cuidar, e ali ela não tinha, porque o líder... Ela não era a liderança, ela era a mulher da liderança. E esse papel subalterno... É tanto que tinha dentro do CTA, coordenado pela Amine e a Eliete, um grupo de mulheres, justamente preocupadas com essa posição que as mulheres iam ficando no curso do desenvolvimento da luta, e das várias mutações que a luta vai sofrendo. Mutações políticas, mutações administrativas. Existia um grupo de... Era a Amine e a Eliete, acho que tu conhecesse as duas (dirigindo-se ao entrevistador). Elas tinham um grupo de mulheres ligado entre o CTA e o sindicato. Elas organizavam *feiras de produtos domésticos*. Eu lembro que eu comi uma coisa uma única vez na minha vida e nunca mais, numa exposição que as mulheres seringueiras fizeram... E elas vinham dos mais diferentes lugares. [...] Eu não sabia que se plantava araruta. Então, as mulheres trouxeram a araruta e fizeram... Mostraram a tal da araruta lá, mas mostraram uma coisa que era como uma cocada, só que de castanha com limão. Foi a coisa mais gostosa que eu já comi até hoje, e nunca mais vi isso. E isso... Montava-se isso aonde? Em frente à igreja, porque era o *porto seguro*, porque todos eles eram católicos, alguns eram protestantes, mas a base era católica, então era... Não existia – que eu possa ter percebido – em relação ao projeto em si, uma distinção entre professor homem e professor mulher. Não me lembro dessa distinção (Entrevista de **Andréa Maria Lopes Dantas**, em 08.12. 2010 – Rio Branco – Acre).

Tais considerações de Andréa reconhecem que, em relação às escolas do *Projeto Seringueiro*, ela não identificou nenhum tipo de discriminação entre sexos, mas ela admite que no contexto do movimento com o um todo, o machismo é evidente. A este respeito, para Ademir, contemporâneo de Andréa no *Projeto Seringueiro*, este problema do machismo, em certo sentido, afetava o funcionamento da escola:

Olha! A princípio, como a gente já sabe que a nossa sociedade sempre foi mais machista mesmo, nós, inclusive, enfrentamos problemas sérios nessa situação. Porque quando a gente encontrava uma comunidade que a pessoa que tinha um conhecimento melhorzinho, que poderia ser escolhida pra ser a professora, quando era mulher, tinha um problema. Principalmente se ela fosse casada. Encontramos – não dá para citar nomes – mas encontramos esse problema de o esposo: *Não, ela*

não vai, essa aqui não vai, se ela for não volta mais. Aquela história que a gente já sabe, de ciúmes. Mas, depois nós começamos a trabalhar essa questão: *Olha, porque a minha filha não pode ir para escola, porque lá só tem muito é menino, e tem isso e aquilo... Olha pessoal!* Aí a gente começava a discutir. A gente ia à casa da família, dormia, tomava café, comia o feijãozinho com arroz ou o que tivesse, junto com eles lá, e aproveitava aquele tempo para estar conversando. A gente não conversava mais só sobre aquele assunto, mas todos os aspectos que a gente tinha tempo pra abordar, a gente conversava. Discutia com ele, até na tentativa de fazer ele entender que a mulher não é um objeto. E se ela é uma parte da família, ela deve ser respeitada. E que a consideração e respeito à mulher deve ser tanto quanto a do homem. O direito que é do homem, a mulher também tem. Essa era a tentativa da gente conseguir fazer isso. Por fim, já nos anos 90, essa coisa foi sumindo. Teve muitos cursos que a gente chegava lá e tinha metade homens e metade mulheres. A escola era... A esposa do cidadão chegava lá e estudava como se fosse uma criança... Claro que ainda existem problemas, mas estão sumindo. [...] Mas, também, a discussão no todo mesmo, de modo geral, era que o que está impregnado na nossa sociedade, é que mulher tem que cuidar de casa. Esse é um fato. O que hoje já está mudando, mas ainda existe essa marca da sociedade. Mulher é para cuidar de casa, pilotar fogão, lavar roupa e ponto, acabou (Entrevista com **Ademir Pereira Rodrigues**, em 15.07.2009 – Rio Branco – Acre).

Francisco Assiz, outro de nossos entrevistados, quando indagado sobre a participação das mulheres no *Projeto Seringueiro*, argumenta que sua presença era forte, mas que o machismo também o era. Assiz relembra:

[...] no Seringal é maior essa coisa do machismo, e na própria educação. E como a mulher no Seringal tem muitos filhos... Então, a sua maior dificuldade é pelo tanto de filho que tinha. Porque ela tem a responsabilidade de cuidar. E muitas vezes, entre ela e o marido, se um tinha que ficar cuidando, era ela que ficava. Mas ela também ia pra aula. Não tinha nenhum impedimento maior da mulher ir para a escola. Do ponto de vista do marido, ele não dizia: “*Não, eu não quero que a minha esposa estude!*”. Mas, por outro lado, ela com 5 ou 6 filhos pequenos tinha que ficar cuidando. Não era ele que cuidava. Mas elas participavam, tanto como estudante quanto monitores. Tinha várias mulheres... (Entrevista com **Francisco Assiz Monteiro de Oliveira**, em 01.10.2009 – Xapuri – Acre).

Para Assiz, não havia nenhum impedimento de a mulher ir à escola, mas ressalta que, tendo muitos filhos e como a mulher é quem *tem a responsabilidade de cuidar*, havendo algum impedimento, e se alguém tem que ficar cuidando dos filhos, *era ela que ficava*. Embora essa ideia não esteja sendo corroborada pelo entrevistado, visto que ele a identifica no imaginário social, é algo a ser discutido e problematizado. Seja porque naturaliza o que foi historicamente constituído, uma construção social das culturas e épocas, seja porque justificar esse lugar da mulher pela matriz do natural ela o justifica. Seja, ainda, porque ao colocar como necessário à vida social e como natural o lugar da mulher na casa e no cuidado dos

filhos, o que torna direito das mulheres à escola torna-se apenas formal, torna-se apenas uma retórica.

Djalcir, vulgo Pingo, outro de nossos entrevistados, considera que a sociedade dos seringais sempre foi machista, desde a sua formação inicial. Lembra que sua formação cultural inicial é nordestina, e o Nordeste tem fama de machista. Entende, ainda, que durante a existência do *Projeto Seringueiro* houve um processo evolutivo de conquistas e que a própria escola contribuiu muito para algumas mudanças. Ele destaca:

No começo era mais homem do que mulher. Depois a mulher foi evoluindo, numericamente, foi se afirmando. Tinha essa coisa, tipo, os homens vão para esses cursos, tem um negócio de uma *furação* e tal, a gandaia. O homem, de modo geral, não quer que a mulher vá viajar, porque fica com medo do chifre. E outra coisa, a mulher começa a ganhar dinheiro, começa a ficar autônoma, então como é que ele vai dominar? É uma cultura de dominação. [...] o povo veio do Nordeste, qual é a cultura? Então o que existia era um fator de que a mulher não vá, então tem que ser homem. [...] Então esse é um aspecto. Outro, as alunas. Tinha pai que não queria que as meninas fossem pra escola porque através da escola começa a namorar, a fugir, e tal. E ele quer a menina em casa por fatores vários. Tem a moral, o trabalho, essas coisas. Outro aspecto: No começo, isso a gente conseguiu ver numericamente, a mulherada, chegou aí pelos quatorze, quinze anos, já está doida pra casar, é o tempo dela. E casando, de modo geral, abandona a escola. Mais ou menos a regra era essa aí. Nós notamos aí nos últimos anos [...] a gente percebeu que a mulherada tava ficando mais tempo na escola. Então, alguma coisa mudou. Aí a gente tentou levantar que fatores levaram ou isso aqui. A gente acredita que, como a escola começou realmente a ter regularidade [...]. Então a gente notou que o número de mulheres tava aumentando, e mulher com mais de quinze, dezesseis anos estava ficando mais tempo na escola, aí foi uma pergunta: *A que atribuir isso?* Nós tentamos esboçar alguma coisa, que a mulherada de um modo geral, essa coisa de talento, alarga o horizonte do camarada, o universo. E começam a estabelecer outras coisas, a gente achou, ficou no achismo, não chegou a comprovar nada não, que a mulher começou a ver que tinha outras coisas lá, além do casamento. Na mata é isso, o projeto dela é casar, ter menino e pronto. A gente viu que foi por atributo, no sentido dela perceber que tem outras coisas além do casamento. Por exemplo, ela tem um agente de saúde, ela tem professora, ela tem outras atividades que vão aparecendo. Então, nós atribuímos a isso. Agora, a gente teria que fazer uma pesquisa pra ver se é isso mesmo (Entrevista com **Djalcir Rodrigues Ferreira**, em 29.07.2010 – Rio Branco – Acre).

Com tais considerações e com as de Manoel Estébio que seguem, novos elementos são trazidos pelos nossos entrevistados a respeito da participação das mulheres no movimento como um todo, sobre o que Estébio registra:

Eu lembro que eu acompanhava a Dercy, quando a Dercy era presidente, que a gente ia fazer a reunião do Sindicato, que a gente fazia a reunião de base, ficavam todos os homens na sala ou no terreiro, e as mulheres na cozinha, e a Dercy falava: *Não! As mulheres têm que vir para cá, elas têm que discutir também, porque elas*

sabem o que está errado também, a posição e a opinião da mulher é importante aqui. A Dercy começou a trabalhar sem ser feminista, ela nunca foi ligada ao movimento feminista. O movimento feminista, inclusive, a hostilizava e hostiliza até hoje. Sem ser feminista, eu creio que a Dercy contribuiu mais para a emancipação da mulher e para a discussão da emancipação da mulher do que o movimento feminista organizado. Ela não queria desmerecer o trabalho das feministas (Entrevista com **Manoel Estébio Cavalcante da Cunha**, em 11.06.2009 – Rio Branco – Acre).

Este debate sobre a participação das mulheres nas ações do Projeto Seringueiro é bastante rico e merece um estudo a parte. Contudo, a fala dos entrevistados permite concluir que as mulheres dos seringais, pelo menos na região e no período em estudo, tiveram uma participação significativa, e os conflitos evidenciados entre homens e mulheres deve ser analisado levando em consideração o processo histórico-cultural como um todo e atento para os reflexos da conjuntura política e social do momento em que se efetivou este projeto de Educação de Seringueiros.

No mais, é bom lembrar que este tema assumiu posição de destaque dentro das preocupações do Projeto Seringueiro, haja vista a constituição de um grupo encarregado de realizar estudos e pesquisas, e também apoiar a atuação das mulheres em seus afazeres diários e na militância em suas entidades representativas, como foi o caso do trabalho desenvolvido sob a liderança de Amine e Eliete, tema já tratado nesta tese.

CONCLUSÃO

Sem qualquer pretensão de retomar o conjunto das reflexões deste trabalho ou de esgotar as questões em análise, mas entendendo que este estudo, como outros tantos, deverá prosseguir, tendo em vista a importância de sua temática e sua amplitude, seguem algumas considerações a título de finalização.

Entendo que o percurso traçado por esta pesquisa foi todo ele carregado de encontro e desencontros, continuidades e rupturas, mas considero que os resultados alcançados sejam satisfatórios, sempre passíveis de novas interpretações, o que atribui um caráter provisório às conclusões aqui apresentadas. Mesmo porque não foi minha pretensão esgotar as possibilidades de análises. O trabalho não tratou vários aspectos da experiência em foco, o que poderá ser feito em futuras pesquisas. Além disso, sabe-se que pretender dar conta - principalmente em uma análise de processos e experiências históricas, de sua totalidade, seria uma ingenuidade, haja vista sua complexidade e permanente construção.

Durante este estudo, orientei-me pela compreensão de que a produção do conhecimento científico se efetiva como uma permanente elaboração, afastando-me das verdades acabadas, inquestionáveis, absolutas. Encarei a construção do conhecimento como um processo dinâmico em que os atores se enfrentam e se completam, confrontando os seus diferentes interesses, fazendo com que fluam com clareza os elementos e significados dos fenômenos analisados.

Nesta perspectiva, concebe-se a educação do Projeto Seringueiro como o resultado de vários sentidos, de muitos encontros e desencontros. Trata-se de um processo em que se aglutinam e dialogam vários pensamentos, práticas e pretensões de diferentes atores individuais e coletivos, conscientes de seu projeto e com objetivos bem definidos. Esses atores, com suas práticas e ideias, inscritas em seus lugares sociais e propósitos, atuaram na edificação dessa experiência, de uma ou outra maneira. Alguns com maior, outros com menor envolvimento, porém sempre imprimindo a marca de sua intervenção.

O caminhar da pesquisa orientou-se pela busca dos significados gerais e de alguns aspectos do projeto educativo erigido no interior do Projeto Seringueiro, envolvendo algumas questões, quais sejam: - em que circunstâncias e contextos sócio-históricos se deram a emergência e realização deste projeto educativo, erigido no interior do Projeto Seringueiro, no período de 1981 a 1990? Qual a estrutura e funcionamento deste projeto educativo, suas raízes

e troncos mais gerais? Quais foram e como se caracterizam os atores sociais, individuais e coletivos envolvidos nesta experiência educativa, bem como suas relações no interior do Projeto? Como foram concebidas, estruturadas e como funcionavam as escolas, de um modo geral?

O processo investigativo passou inicialmente por um “embrenhar-se na mata”, procurando reconstituir as lutas, entre o acender e o apagar das porongas, recolocando as letras plantadas entre seringueiras e castanheiras em um tempo que não vai tão longe, de 1981 a 1990, apesar de que a proposta inicial tenha sido trabalhar todo o período de existência do Projeto, qual seja de 1981 a 2007. Buscou-se, ali mesmo, os atores que encenaram neste palco educativo: os seringueiros, suas famílias e as comunidades. Juntaram-se a estes a organização sindical, a CONTAG e a Igreja Católica, adicionando-se o CEDOP AMAZÔNIA, o CTA e vários outros que participaram na constituição deste projeto educativo, as mãos pelas quais a escola foi ao seringal.

Para andar mata adentro, em busca de elementos e indícios do que se passou ontem e se passa hoje, aqui e acolá, entre seringueiras e castanheiras; entre eles e elas e os rios, riachos e igarapés; espinhos, cobras e carapanãs. Entre lutas e afetos, entre companheirismo, alegrias e dores, dificuldades e conquistas. Busquei orientação em outros mais experientes, mais vividos, nos mansos, para elaborar uma análise sócio-histórica, inspirada na História Social Inglesa, principalmente em um dos seus pensadores, Edward Palmer Thompson, que considera que o trabalho no campo da história resulta da análise das múltiplas dimensões, aspectos, relações e contradições da realidade, da totalidade não somente do que se quer pesquisar, mas da totalidade em que os objetos de investigação estão inscritos.

Com o desenrolar da pesquisa, o caminho traçado inicialmente foi sendo, aos pouco, alterado. Como já dito, era intenção pesquisar todo o período de existência do Projeto Seringueiro, de 1981 a 2007, mas em função das particularidades que o estudo foi revelando em cada momento, sua amplitude e complexidade, optei por trabalhar somente o período inicial, transcorrido entre 1981 e 1990.

Havia, também, a intenção de ouvir atores ligados diretamente ao interior das escolas: seus professores e professoras, alunos e alunas e outras pessoas das comunidades que as sediaram, mas o acesso a elas se tornou inviável por diversas razões, apesar de sua grande importância. Diante disso, optamos por examinar apenas algumas questões que pudessem ser discutidas mesmo sem o material que iríamos recolher com os referidos contatos.

Era pretensão, também, ouvir os fazendeiros e/ou os representantes da antiga União Democrática Ruralista (UDR) que, conforme suposto, desempenhou um papel preponderante na ação dos latifundiários do Acre naquele momento histórico. Fiz várias tentativas junto aos representantes da Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado do Acre (FAPEA), mas não consegui agenda que viabilizasse a realização de entrevistas. Diante disso, coube, novamente, redirecionar as questões da pesquisa, de modo que esse material não fosse necessário.

As descobertas alcançadas, fruto das pesquisas e das análises processadas, permitiram a elaboração desta tese com cinco capítulos, indicando os seguintes pontos conclusivos:

- A compreensão do processo histórico desta experiência educativa se deu por uma orientação teórica e metodológica que se apropria de uma análise sócio-histórica, valorizando os múltiplos aspectos e as diversas direções que os fenômenos constituintes deste percurso vão assumindo, a História Social Inglesa.

- Foi possível compreender o momento conjuntural em que surge a educação do Projeto Seringueiro, fazendo uma análise retrospectiva do processo histórico pelo qual passou a Amazônia Sul-Occidental, e mais especificamente a Amazônia acreana da região do Alto Acre, a partir de uma recomposição do processo histórico iniciado na segunda metade do século XIX, indo até o final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, quando começam a funcionar as primeiras escolas do Projeto Seringueiro. Isto indicou que o seringueiro que vai se organizar e lutar pela garantia da terra e por uma escola que melhor o qualifique para o enfrentamento aos latifundiários foi constituído historicamente, e seus anseios, seus ideais devem ser compreendidos neste contexto de expropriação e violência.

- A educação do Projeto Seringueiro foi concebida e gestada no contexto do Movimento Social dos Seringueiros, e como um movimento social por educação, vinculado aos movimentos de Luta pela Terra e de Defesa do Meio Ambiente. Dada a conjuntura política do período, no qual as políticas de Estado colocavam-se quase sempre contrárias aos seringueiros, estes buscaram parcerias com instituições e entidades não governamentais para que fosse possível concretizar as suas pretensões. Para tal, contaram com o apoio do Sindicato, da CONTAG, da Igreja Católica, do CEDOP AMAZÔNIA, do CTA, etc.

- A ausência de políticas públicas de educação para seringueiros é um fato inegável historicamente, por sua evidência. Além disso, esse descaso com escolas nos seringais não é algo isolado ou do momento em que se efetivou o Projeto Seringueiro, pois suas origens

remontam às próprias circunstâncias da formação da sociedade dos seringais. Estas constatações e a visibilidade destes problemas permitiram pensar e analisar com melhor clareza o período específico do nosso estudo, levando em consideração o contexto histórico anterior e os processos sociais, políticos e institucionais que viabilizaram sua efetivação.

- A caracterização dos atores sociais, individuais e coletivos que interagiram no processo de constituição desta experiência educativa e a análise de alguns aspectos das relações entre eles, indicam que o percurso e dinâmica deste projeto educativo contiveram convergências e divergências, continuidades e descontinuidades, e não apenas harmonia, linearidade, permanência. Os enfrentamentos, as contradições, as divergências estiveram muito presentes em todos os momentos do período estudado.

- As escolas foram concebidas, criadas, instituídas, estruturadas e funcionaram a partir de uma perspectiva que tinha a comunidade como o elemento norteador de seus veios e estradas, na linguagem seringueira. Por certo isso se dava a partir das articulações do Sindicato, que contava com o apoio prioritário do CDOP AMAZÔNIA/CTA e outras entidades e instituições, mas era sempre a comunidade que estabelecia como seria conduzida a escola. No entanto, as influências/interferências externas foram sempre inevitáveis. Seja pela presença de um monitor/professor; seja através do material didático produzido com a assessoria do CEDI ou fornecido pela FAE; seja pelas condições em que se davam os financiamentos dos projetos. Mas, ainda assim, a marca comunitária impregnou todos os elementos que forjaram este projeto educativo, como se observa nos relatos dos entrevistados e entrevistadas e nos documentos produzidos pelo pessoal envolvido em suas diferentes linguagens, tanto escrita quanto nas imagens fotográficas.

Finalizando e considerando que muitos aspectos desta experiência educativa não foram explorados durante esta pesquisa, sugere-se a sua continuidade, analisando elementos e questões não trabalhados neste estudo, ou mesmo para aprofundar alguns aspectos pouco explorados, teorizados e analisados até aqui. Talvez sejam apropriados, por exemplo, estudos que busquem analisar as concepções e práticas docentes que estiveram presentes nestas escolas, como também os processos do aprender e ensinar, a participação das mulheres, sempre invisibilizadas. Seria também relevante pensar em dar continuidade com uma análise panorâmica, a exemplo do que foi feito em relação aos outros períodos de atuação do projeto: 1991 a 2000 e 2001 a 2007. O material didático utilizado, adquirido ou mesmo produzido pelo próprio pessoal do projeto, também se constituem em elementos que merecem um estudo à parte. Considero de grande relevância ouvir os fazendeiros, os seringueiros que foram

alunos, professores, monitores da Igreja Católica e delegados sindicais, em se tratando de outros atores que estiveram presentes apoiando, vivendo ou se opondo à experiência.

Muito ainda temos que estudar, mas este foi o possível para o momento. Acredito que a continuidade desta pesquisa indicará outros horizontes que não tive a oportunidade de percorrer e enxergar, e assim alcançar outras questões, elementos, sentidos e dinâmicas desta memorável experiência por meio da qual, por entre lutas, *porongas* e letras leva a escola ao seringal.

FONTES DOCUMENTAIS

A PORONGA. Artigo de Mary Helena Alegretti Zanoni, publicado no Jornal Folha do Acre, nº 74, p. 4. Ano I, 1983, Rio Branco - Acre.

(ZANONI, , artigo intitulado *A Poronga*. In, jornal *Folha do Acre*,).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO SERINGUEIRO. Autor: Francisca Bezerra da Silva. Rio Branco – Acre, 18 de maio de 1989.

CENTRO ACREANO DE INFORMAÇÃO E PESQUISA. Projeto Seringueiro: Cooperativa, Educação e Saúde para seringueiros de Xapuri – Acre. Equipe de Coordenação: Mary Helena Allegretti Zanoni, Pascoal Torres Muniz, Ronaldo Lima de Oliveira e Marlete de Oliveira. Rio Branco – Acre, agosto de 1981. Documento guardado na Caixa Arquivo **Projeto Seringueiro I**. Sala do Projeto Seringueiro/Educação. Arquivos do CTA. Rio Branco - Acre.

DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SERINGUEIRO. (Manuscrito). Elaborado por Marlete de Oliveira. Abril de 1984 – Rio Branco – Acre. Arquivos do CTA.

EM XAPURI, de 34 escolas funcionam 19. Artigo publicado no jornal **A Gazeta do Acre**, Rio Branco, 11 fevereiro de 1981.

ENTREVISTA de Dercy Teles de Carvalho Cunha, realizada por José Dourado de Souza, em 12.02.1998 – Xapuri – Acre.

ENTREVISTA de Eloisa Winter do Nascimento, realizada por Sandra Teresa Cadiolli Basílio, em 22.08.1991 – Rio Branco – Acre. Arquivos do CTA.

ENTREVISTA de Estanislau Paulo Klein, realizada por José Dourado de Souza, em 05.02.1999 – Rio Branco – Acre.

ENTREVISTA de Manoel Estébio Cavalcante da Cunha, realizada por José Dourado de Souza, em 23.03.1997 – Rio Branco – Acre.

ENTREVISTA de Pedro Teles de Carvalho, realizada por José Dourado de Souza, em 18.01.1997 – Xapuri – Acre.

ENTREVISTA de Rosivarque Cavalcante de Freitas, realizada por José Dourado de Souza, em Novembro de 1998 – Xapuri – Acre.

ESTADO DO ACRE. Plano de Educação e Cultura (1980/83).

ESTADO DO ACRE. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre. I Encontro para Definição de Diretrizes para o Ensino Rural. Março de 1980. Arquivo pessoal de José Dourado de Souza. Rio Branco - Acre.

INFORMATIVO CEDOP. Nº 1. Julho de 1982. Arquivo pessoal de José Dourado de Souza. Rio Branco – Acre.

JORNAL A GAZETA DO ACRE. Em 7 de abril de 1981, p. 2. Arquivo pessoal de José Dourado de Souza. Rio Branco – Acre.

JORNAL A GAZETA DO ACRE. Em 9 de agosto de 1980, p. 4. Arquivo pessoal de José Dourado de Souza. Rio Branco – Acre.

JORNAL VARADOURO, nº. 19 – maio/1980. Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Rio Branco – Acre.

MINUTA DO PROJETO PEDAGÓGICO. Projeto Seringueiro. Centro dos trabalhadores da Amazônia (CTA), 1995. Arquivo do CTA. Rio Branco – Acre.

MISCELÂNEA DO MUNICÍPIO DE XAPURI, p. 15. Museu da Borracha. Rio Branco – Acre, pasta de 1917.

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DE FLORES. Canção de Geraldo Vandré.

PROJETO SERINGUEIRO. Documento de avaliação. Arquivos do CTA. Rio Branco – Acre, 1984.

PROJETO SERINGUEIRO. Proposta de Trabalho. Março de 1983. Arquivo do CTA. Rio Branco - Acre.

PROJETO SERINGUEIRO. Relatório à SEC-MEC. Julho de 1983. Elaborado por Mary Helena Alegretti Zanoni. CEDOP AMAZÔNIA. Rio Branco – Acre, 26 de julho de 1983.

PROJETO SERINGUEIRO: Cooperativa, Educação e Saúde para Seringueiros de Xapuri – Acre, Rio Branco – Acre: Centro Acreano de Informação e Pesquisa (CAIP), agosto de 1981.

PROJETO SERINGUEIRO: Cooperativa, Educação e Saúde para seringueiros de Xapuri – Acre. Rio Branco – Acre, julho de 1982. Momentos de Trabalho no Seringal: Relato das atividades desenvolvidas durante os meses de maio e junho de 1982, nas áreas dos seringais Nazaré, Tupã, São Pedro e Floresta, feito por Mary Helena Allegretti Zanoni, em nome da equipe do Projeto Seringueiro, para o Grupo de Trabalho da SEC/MEC responsável pela

implantação da linha programática Interação entre Educação Básica e Contextos Culturais. Arquivos do CTA. Rio Branco - Acre.

RELATÓRIO (Período de agosto de 1982 a abril de 1983). Trabalho de Ampliação. Projeto Seringueiro: Cooperativa, Educação e Saúde. Seringal São Pedro – Município de Xapuri – Acre.

RELATÓRIO de acompanhamento em área. Período de 27 de abril a 20 de maio de 1990. Responsáveis: Graciete e Djalcir. Arquivo do CTA. Rio Branco - Acre.

RELATÓRIO de atividades do Projeto Seringueiro e proposta de continuidade. Arquivos do CTA. Rio Branco. : [s.n.], 1986.

RELATÓRIO de atividades do Projeto Seringueiro e proposta de continuidade. Elaborado por Manoel Estébio Cavalcante da Cunha. Arquivos do CTA. Rio Branco - Acre, 15 de janeiro de 1986.

RELATÓRIO de treinamento de Monitores. Local: Colocação Nova Vida – seringal Nazaré. Período de realização: 3 a 17 de dezembro de 1987. Arquivos do CTA. Rio Branco - Acre.

RELATÓRIO do Curso de Seringueiros. Abril de 1989. Arquivos do CTA. Rio Branco - Acre.

RELATÓRIO do Primeiro Treinamento de Monitores do *Projeto Seringueiro*, realizado em Rio Branco, em agosto de 1983. Arquivos do CTA. Rio Branco – Acre.

RELATÓRIO Geral de Avaliação do Projeto Seringueiro. Elaborado por Mary Helena Allegretti Zanon. Em janeiro de 1986. Xapuri – Acre.

RELATÓRIO individual e geral do Projeto Seringueiro dos 4 anos de atividades. Elaborado por Dercy Teles de Carvalho Cunha. Em 12.03. 1986. Arquivos do CTA. Rio Branco – Acre.

RELATÓRIO individual e Geral do Projeto Seringueiro, dos 4 anos de atividades, elaborado por Dercy Teles de Carvalho. Arquivos do CTA. Rio Branco - Acre, 1986.

UMA ESCOLA PARA SERINGUEIROS: na mata. Artigo de Mary Helena Alegretti Zanon. Jornal Folha do Acre. Rio Branco, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Departamento de Educação. Documento Final do Seminário sobre Alternativas Educacionais para o Meio Rural. Rio Branco – Acre, agosto de 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

ALBUQUERQUE NETO, Alvaro Sobralino de. **Política educacional no estado do Acre (1963-1995): A trajetória da formação docente** – Recife-PE: Linceu, 2007.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília, em 2002.

AQUINO, Terri Vale de. **Índios Kaxinawá: de Seringueiro Caboclo a Peão**. Rio Branco: Sesc, 1982.

BASÍLIO, Sandra Teresa Cadiolli. **Seringueiro de Xapuri na luta pela terra e defesa da floresta: projeto seringueiro, cooperativismo e educação popular**. São Paulo: PUC, 1992. 171p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além – depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

BOFF, Clodovis. **Deus e o homem no inferno verde: quatro meses de convivência com as CEBs do Acre**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CALIXTO, Valdir de Oliveira, SOUZA, Josué Fernandes de, SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **A política Ambiental na Amazônia: um estudo sobre as Reservas Extrativistas**. Campinas – SP – Tese de Doutorado, 2002.

CHAVES, Avelino de Medeiros. **A exploração da hévea no Território Federal do Acre**, 1913.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez: Rio Branco-AC, UFAC, 1992.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para história do Território do Acre. 2ª. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1973.

CUNHA, Euclides. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA (2), Euclides. **Um paraíso perdido** (ensaaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia). Rio de Janeiro: José Olympio/Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Governo do Estado do Acre, 1986.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 70. Rio de Janeiro: relume – Dumaré: ANPOCS, 1995.

DOTE, José Jocilém. **Raízes do movimento ambientalista no Acre (1970-1993)**. Rio Branco : [s.n.], 1996.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre**: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta**: estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da reserva extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Tese (Doutorado em Política, desenvolvimento e agricultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FERREIRA REIS, Arthur César. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. (Documento da vida rural, 5).

GINELLI, Giovana. **História da educação acreana**. Rio Branco: UFAC/DE, 1982. Volumes I e II.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

GUEDES, Mário. **Os seringaes**. Rio de Janeiro, 1920.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INÁCIO FILHO, José. Termos e tradições populares do Acre. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1968.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Par e terra, 1976. (Rumos da cultura moderna, 26).

LIMA, Cláudio de Araújo. **Coronel de barranco (romance)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LIMA, Jaime José de Magalhães. **Movimentos sociais, educação popular na Amazônia Acreana**: da pedagogia do oprimido à pedagogia para o oprimido. Rio Branco: UFAC, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Acre (UFAC).

LIMA, Mário José. **Capitalismo e extrativismo: a formação da Região Acreana**. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

LOWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MARTINS, Maria Lúcia & FERREIRA, Djacir Rodrigues. **A lição da samaúma: formação de professores da floresta: didática e educação matemática – do saber à construção do conhecimento**. Rio Branco: Poronga, 1994. Centro dos trabalhadores da Amazônia (CTA).

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 5ª. ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. V. I, 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A prática educativa das Comunidades Eclesiais de Base no estado do Acre: popular e transformadora ou clerical e conservadora?** São Paulo: PUC, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1988.

OLIVEIRA, Edir Figueira Marques de. **Educação básica no Acre: 1962-1983: imposição política ou pressão social?** Rio Branco: E. F. M. Oliveira, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana**. Rio Branco-Acre: Governo do Estado do Acre, 1985. Dissertação (Mestrado Economia). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1982.

OLIVEIRA, Roberto Araújo de. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca da liberdade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1991.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PEREGALLI, Enrique. **Como o Brasil ficou assim?: formação das fronteiras e tratados dos limites**. São Paulo: Global, 1982.

PETRINI, João Carlos. **CEBs: um novo sujeito popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PINTO, Nelson Prado Alves. **A política da borracha no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1984.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1977.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 2^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

ROCHA, Airtton Chaves da. **A Reinvenção e Representação do Seringueiro na Cidade de Rio Branco – Acre (1971 – 1996)**. São Paulo – SP: PUC/SP, 2006. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado (PUC/SP), 2006.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia (1980 – 1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes: 1991. (Novas direções).

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre**: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

SILVA, Francisca das Chagas Souza da. **Uma escola na floresta**: o lugar da tecnologia educacional na proposta pedagógica do CTA. João Pessoa: UFPB, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 1998.

SILVA, Mauro César Rocha da. **Estado e movimentos sociais no campo**: os anos 90 e a busca do consenso. Rio Branco: UFAC/DFCS, 1998. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Acre (UFAC), 1998.

SOUZA, José Dourado de. **Um estudo histórico do currículo da educação de seringueiros na Amazônia Ocidental (1981-1986)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. 3^a. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção questões da nossa época, 8).

ENTREVISTAS

ADEMIR PEREIRA RODRIGUES. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 15 de julho de 2009. Rio Branco - Acre.

ANDRÉA MARIA LOPES DANTAS. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 08 de dezembro de 2010. Rio Branco – Acre.

ARNÓBIO MARQUES DE ALMEIDA JUNIOR (BINHO). Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 02 de setembro de 2010. Rio Branco – Acre.

DERCY TELES DE CARVALHO CUNHA. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 1º. de outubro de 2009. Xapuri – Acre.

DJALCIR RODRIGUES FERREIRA (PINGO). Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 09 de julho de 2010. Rio Branco – Acre.

FRANCISCO CARLOS DA SILVEIRA CAVALCANTI (CARLITINHO). Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 14 de dezembro de 2009. Rio Branco – Acre.

FRANCISCO DE ASSIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 1º. de outubro de 2009. Xapuri – Acre.

JACÓ CESAR PICCOLI. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 19 de novembro de 2010. Rio Branco – Acre.

JOSUÉ FERNANDES DE SOUZA. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 11 de JULHO de 2008. Rio Branco – Acre.

MANOEL ESTÉBIO CAVALCANTE DA CUNHA. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 11 de JUNHO de 2009. Rio Branco – Acre.

MARIA SEVY DOURADO DA SILVA. Entrevista realizada por José Dourado de Souza. Em 13 de novembro de 2010. Rio Branco – Acre.

GLOSSÁRIO

Adjutório – O mesmo que mutirão. Forma de trabalho coletivo no interior dos seringais. Dadas as distâncias, seringueiros de diversas colocações reúnem-se durante alguns dias (2, 3 ou mais) para trabalharem em uma colocação. Concluído o trabalho dirigem-se para outra, e assim vão trabalhando coletivamente de colocação em colocação. Mulheres e crianças também participam desse processo.

Arigó – O mesmo que brabo. Migrante nordestino que vinha trabalhar no Acre. Aquele que ainda não está afeito ao trabalho no corte da seringa.

Atravessador – O mesmo que marreteiro. Comerciante ambulante que sai de colocação em colocação trocando mercadorias (sal, sabão, querosene, roupas, etc.) pela produção dos seringueiros (borracha, castanha, etc.). Normalmente ele entrega primeiro as mercadorias para depois (meses) pegar a produção.

Aviamento – Sistema de abastecimento próprio da produção extrativista da borracha. As casas comerciais (Casas Aviadoras) de Belém ou Manaus forneciam ao seringalista uma quantidade de mercadorias suficiente para o seringal se manter durante toda uma safra (um ano). Por sua vez, o seringalista ficava obrigado a entregar toda a produção do ano (safra) para aquela Casa Aviadora, tendo ou não saldo. O mesmo acontecia na relação do seringueiro com o seringalista.

Barracão – O mesmo que margem. Sede do seringal. Residência do seringalista, dono absoluto do seringal. Ou de seu representante: gerente, guarda-livros, etc. Local onde são armazenados os gêneros necessários à vida no seringal e guarda das pelas de borracha.

Brabo – O mesmo que Arigó. Aquele que ainda não se adaptou ao trabalho no corte da seringa. Era chamado assim quando chegava ao seringal e era designado para ocupar as colocações mais distantes, as colocações novas, as chamadas colocações virgem (aquelas que ainda não tinham recebido nenhum seringueiro), na zona braba. Daí o nome brabo.

Casas Aviadoras – Casas comerciais de Belém ou Manaus que forneciam mercadorias para a demanda dos seringais. Comerciantes que faziam o aviamento, que aviava o seringueiro. Era chamado de aviador.

Cholita – Espécie de jogo de dados com figuras de planetas e/ou animais. Fazia-se os dados de madeira (pequenos cubos) e em cada lado colava-se a figura de um planetas, animais ou mesmo números.

Cipó – Plantas sarmentosas ou trepadeiras que pendem das árvores e nelas se trançam. Como se trata de uma fibra bastante resistente os seringueiros utilizam para fazerem diversos tipos de amarrações.

Colha do látex – Processo de recolhimento do leite da seringueira escoado nas tigelas fixadas anteriormente pelo seringueiro durante o corte.

Colocação – Parte de um seringal onde o seringueiro reside e exerce suas atividades. Um seringal divide-se em várias colocações. Cada colocação, por sua vez, compõe-se de várias estradas de seringa.

Coronéis de barranco – Patente atribuída aos seringalistas prodigiosos, numa comparação aos coronéis do Nordeste.

Correrias – Modo de expulsar ou eliminar o indígena para poder abrir o seringal, abrir as estradas de seringa. Constituíam-se de grupos de homens portando armas de fogo que invadiam as malocas dos indígenas e após atarem fogo em suas moradias, matavam os que tentassem reagir. Fragilizados, os nativos fugiam para os altos rios, para regiões mais distantes. Daí o nome correrias: correr para se livrar do branco.

Corte – Cortar a seringueira para extrair o leite e daí fazer a borracha. Usam-se expressões tipo: ‘o fulano foi pro corte’ – foi para as estradas cortar as seringueiras.

Cultura da várzea – Plantação de cereais, hortaliças, frutas, etc., nas margens dos rios ou igarapés.

Defumadeira – Pequeno tapiri onde o seringueiro processa a transformação do leite (látex) colhido da seringueira em pelas de borracha.

Empates – Impedir o desmatamento. Empatar que os fazendeiros fizessem a broca e derrubada da floresta para formar os pastos de criação de gado. Modo pelo qual os seringueiros se organizavam, colocando-se diante dos peões dos fazendeiros que estavam fazendo o desmate, impedindo (empatando) que a mata fosse derrubada. A organização dos empates exige uma série de providências e se constitui em um ato político articulado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Envira - Fibras de certos vegetais que serve para fazer amarras.

Estradas de seringa – Caminhos traçados dentro da mata seguindo a localização das árvores seringueiras, constituindo-se no local de trabalho do seringueiro.

Gaiola – Embarcação a vapor que fazia o transporte das mercadorias, pessoas e borrachas nos rios da região Amazônica.

Guardião da floresta – Refere-se ao ocupante das Reservas Extrativistas, no sentido de protetor da floresta.

Látex – Leite extraído da árvore seringueira com o qual se fazem as pelas de borracha.

Manso – A expressão utilizada para designar o seringueiro já adaptado ao ambiente de trabalho na floresta, aquele que já possuía prática, contrastando com *brabo*, *arigó*, que é o seringueiro recém-chegado ao seringal, inexperiente, não adaptado.

Margem – Sede do seringal, onde fica o barracão. Estes barracões eram, normalmente, construídos nas margens de um rio, de um igarapé ou mesmo de um lago. Diz-se também de qualquer lugar que fique às margens dos rios, igarapés ou lagos.

Marreteiro – Vendedor ambulante, comerciante intermediário, para quem os seringueiros vendem a borracha, castanha e outros produtos da floresta, em troca de crédito, dinheiro ou mercadoria.

Muares – Animais de carga pertencentes à família dos mulos.

Mutá – Espécie de jirau, rodeando a árvore seringueira, para que se torne mais acessível a novos cortes.

Paxiúba – Espécie de palmeira que, feita em ripas, é empregada para assoalhar as barracas dos seringueiros.

Paxiubinha – Palmeira, um pouco menor que a paxiúba, empregada na feitura das paredes dos barracas dos seringueiros.

Pelas ou bolotas de borracha – Trata-se de uma bola de borracha fabricada através do processo de defumação, de coagulação do látex, pesando em média 50 quilos.

Posseiro – Ocupante das colocações de seringa dos seringais que foram abandonados por seus antigos donos, os seringalistas.

Regatão – Vendedor ambulante que percorre os rios que cortam os seringais em pequenas embarcações, vendendo ou trocando mercadorias (bastante diversificada) por borracha, castanha, etc.

Reserva Extrativista – Expressão dada os espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais.

Seringa – Nome dado à árvore seringueira. Diz-se também da atividade exercida pelo seringueiro.

Seringal – É a unidade produtiva e social da economia da borracha. Trata-se de uma imensa área de terra composta do barracão e das colocações.

Sistema de aviamento – O mesmo que Aviamento.

Troca de dia – Forma de trabalho do adjutório.

Tronco – Local onde eram castigados os seringueiros infratores, a exemplo do que acontecia com os escravos no nordeste brasileiro.

Varadouro – Caminho que liga um barracão a outro e os barracões às colocações, e entre estas.

ANEXOS

IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E ENTREVISTADAS

- 1. Ademir Pereira Rodrigues**, 53 anos de idade, natural de Xapuri – Acre. Nascido no dia 3 de junho de 1957, atualmente reside no Bairro Hermínio de Melo, em Xapuri – Acre. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (UFAC), foi professor/monitor na Escola Jesus Matias, no Seringal Boa Vista – Colocação Pimenteira. Depois se integrou na Equipe Técnica de Educação do Projeto Seringueiro, do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), permanecendo até a atualidade.
- 2. Andréa Maria Lopes Dantas**, 46 anos de idade, natural de Rio Branco – Acre. Nascida no dia 15 agosto de 1964, atualmente reside no Bairro do Bosque, em Rio Branco. Graduada em pedagogia pela Universidade Federal do Acre (UFAC); mestre em Educação: história, política, sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); e Doutora em Educação: história, política, sociedade, também pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atuou no Projeto Seringueiro na condição de assessora técnica, no período de 1988 a 1990 Atualmente é coordenadora administrativa do DINTER em Educação entre a Universidade Federal do Acre – UFAC e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Leciona na graduação de Pedagogia e no Mestrado Letras, Linguagem e Identidades, ambos da UFAC. É também Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre.
- 3. Arnóbio Marques de Almeida Junior**, governador do Estado do Acre. Ex-monitor e ex-membro da equipe de educação do Projeto Seringueiro, como também, ex-diretor do Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA. Atuou nos movimentos artístico-culturais do final dos anos setentas e início dos anos oitentas. Atuou, também, no movimento estudantil secundarista de Rio Branco-Acre e no movimento estudantil universitário da UFAC. Depois ingressou na militância político-partidária, tendo atuado no Partido Revolucionário Comunista – PRC e depois no Partido dos Trabalhadores – PT. Foi Secretário Municipal de Educação do Município de Rio Branco – Acre, Secretário de Educação do Estado do Acre, Vice-Governador e depois Governador deste mesmo Estado.

4. **Dercy Teles de Carvalho Cunha**, 56 anos de idade, natural de Xapuri – Acre. Nascida no dia 28 de junho de 1954, no Seringal Boa Vista – Colocação Limoeiro, atualmente reside no Seringal Boa Vista – Colocação Pimenteira, com endereço, também no Bairro Centro, em Xapuri – Acre. Seu envolvimento com as lutas políticas/sociais teve início ainda nos anos de 1970 (78/79), através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, da Igreja Católica, atuando mais precisamente na Pastoral da Terra. Participou efetivamente do processo de criação do Partido dos Trabalhadores no Acre. Foi a primeira mulher a exercer o cargo de presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais no Brasil (1981/82). Foi através de sua atuação nas CEBs e no Sindicato que se envolveu com o Projeto Seringueiro (1983/85). De 1986 a 1990, a convite do Movimento Sindical e do Movimento de Educação de Base, da Igreja Católica, foi para o município de Carauari – AM, organizar o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS. De 1991 a 1994 atuou na Casa do Seringueiro, da Fundação Cultural do Acre. De 1994 a 1997 atuou na Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX. Em 1997 volta a morar no Seringal Boa Vista – Colocação Pimenteira. Foi eleita, novamente, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em 2007 e reeleita em 2009. A sindicalista é a atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri, cargo já exercido por várias vezes.

5. **Djalcir Rodrigues Ferreira**, 57 anos de idade, natural de Rio Branco – Acre. Nascido em 08 de julho de 1953, atualmente reside no Bairro 6 de Agosto, em Rio Branco - Acre. Graduado em Física pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Tem especialização em Planejamento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Acre – UFAC, em parceria com o Pesacre. Frequenta, atualmente, um curso de Linguística, oferecido pela Associação Linguística Evangélica Missionária – ALEM, entidade vinculada ao Instituto Internacional de Sociolinguística – FISL. Ingressou no Projeto Seringueiro a partir de 1989 e permaneceu até 2007. Como membro do Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA, compôs a equipe do Projeto Seringueiro, foi professor, supervisor, ministrou cursos de formação, participou da elaboração de propostas pedagógicas e, como ele mesmo diz, fez de tudo nesse projeto.

6. **Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti**, 56 anos de idade, casado, natural de Rio Branco – Acre. Nascido no dia 07 de março de 1954, atualmente reside em Rio Branco – Acre. Graduado em Economia pela Universidade Federal do Acre - UFAC, Mestre

em Planejamento do Desenvolvimento Regional e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas – São Paulo. Foi fundador e Diretor Técnico do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia – CEDOP AMAZÔNIA – entidade mantenedora dos três primeiros anos do Projeto Seringueiro (1981-1983). Exerceu os cargos de Subsecretário do Desenvolvimento Agrário do Estado do Acre, no período de 1986 -1988. Reitor da Universidade Federal do Acre – UFAC, no período de 1997 – 2000, é o atual coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFAC.

7. **Francisco de Assiz Monteiro de Oliveira**, 52 anos de idade, natural de Xapuri – Acre. Nascido no dia 26 de novembro de 1958, atualmente reside na Colocação Invenção – no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador, em Xapuri – Acre. Licenciado em geografia pela Universidade Federal do Acre, é ex-seringueiro, sua militância política tem origens nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, da Igreja Católica. Atuou no movimento sindical e político. Foi da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (TRS) de Xapuri e da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri LTDA. Foi Secretário de Saúde do Município de Xapuri na gestão 1997-2000, tendo coordenado o Adjunto da Solidariedade naquele município. Atualmente ocupa um cargo em comissão do Governo do Estado do Acre na Secretaria de Estado de Floresta, é sindicalista e socioambientalista.
8. **Jacó Cesar Piccoli**, 57 anos de idade, solteiro, natural de Serafina Correia – Rio Grande do Sul – Brasil. Nascido no dia 12 de julho de 1953, atualmente reside em Rio Branco – Acre. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, mestre e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Fundador e diretor do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia – CEDOP/AM – entidade mantenedora dos três primeiros anos do Projeto Seringueiro (1981-1983). Foi diretor-presidente da Fundação de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto do Estado do Acre, no período de 1983 a 1986. Assumiu a Pro-Reitoria de Planejamento da UFAC entre os anos de 1998 a 2000, é o atual diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, desde 2008.
9. **Josué Fernandes de Souza**, 61 anos de idade, casado natural de Xapuri – Acre – Brasil. Nascido no dia 22 de setembro de 1949, quando da entrevista residia no Bairro Estação Experimental, em Rio Branco – Acre. Graduado em História pela

Universidade Federal do Acre – UFAC, foi Secretário Municipal de Educação de Rio Branco-Acre, superintendente do INCRA e Secretário de Educação do Estado do Acre, período em que financiou algumas ações do Projeto Seringueiro. Era jornalista, historiador e professor na UFAC.

10. Manoel Estébio Cavalcante da Cunha, 50 anos de idade, natural de Fortaleza – Ceará. Nascido em 1º de março de 1960, atualmente reside no Bairro Distrito Industrial, em Rio Branco – Acre. Graduado em Letras e frequenta o mestrando em Letras, Linguagens e Identidades. Foi fundador e Secretário da primeira diretoria do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), depois Tesoureiro e Coordenador Geral, como também professor e Coordenador do Projeto Seringueiro. Atualmente é professor da Universidade Federal do Acre (UFAC).

11. Maria Sevy Dourado da Silva, 58 anos de idade, natural de Feijó – Acre. Nascida no dia 10 de junho de 1952, no Seringal Recreio – Colocação Laranjal. Atualmente reside no Bairro do Bosque, em Rio Branco – Acre. Foi alfabetizada na Colocação Laranjal, do Seringal Recreio, no Município de Feijó – Acre e frequentou escola multisseriada naquela região. Atualmente é farmacêutica/bioquímica e enfermeira obstetra.

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA

1. Fale sobre suas origens, de sua família, de seus estudos (formação), das primeiras experiências de trabalho.
2. O que você estava fazendo antes de começar a atuar com a Educação de Seringueiros? Trabalhava com quê?
3. Que motivos levou um grupo de pessoas com diferentes origens empreenderem um projeto educativo para seringueiros? Quais as motivações desse empreendimento? Quem estava interessado nesta educação? Por quê?
4. Quando e como se deu o seu envolvimento com a Educação de Seringueiros? Foi através de quem? Ou foi por interesse de alguma instituição (Igreja, Sindicato, Partido Político, etc) à qual você estava vinculado? O que, realmente, motivou você a se envolver com esse projeto educativo?
5. Qual o período em que você atuou no Projeto Seringueiro? Faça um relato de suas atuações nos diferentes momentos.
6. A Educação desenvolvida através do Projeto Seringueiro se deu de 1981 a 2007, momento em que as últimas escolas foram transferidas para o poder público estatal. É possível identificar diferentes momentos, diferentes períodos dentro deste período maior?
7. Que concepções de educação, de homem, de sociedade orientaram, influíram nesta experiência de educação, em seus diferentes momentos?
8. É correto afirmar que esta experiência de Educação de Seringueiros sofreu influências das ideias e práticas da Educação Popular de Paulo Freire, da Teologia da Libertação e do sindicalismo rural acreano? Se realmente essas influências ocorreram, de que modo isto se deu? Por que exatamente estas e não outras ideias e práticas?
9. Você lembra das pessoas e instituições que se envolveram com este Projeto em seus diferentes momentos? Qual o papel que desempenhavam? Quem era contra e quem era a favor deste Projeto? Do lado dos que eram favoráveis temos quem? O que defendiam? E do lado dos que estavam contra, podemos identificar quem? O que defendiam? Quais eram as dinâmicas, as contradições e as tensões entre estes atores?

10. Havia relações entre este projeto educativo e o Estado? Havia relações com os governos local, regional e nacional? Quais e como se deram estas relações (boas ou não)? Havia parcerias? Quais? Como se davam estas parcerias?
11. Como você encara a transferência dessas escolas para o Estado? Não havia uma possibilidade de elas continuarem sendo gerenciadas/administradas pelo movimento social? Por entidades (ONGs, Sindicato, etc)?
12. Havia relações com outras instituições não governamentais local, regional, nacional e internacional? Quais e como se deram estas relações (boas ou não)? Havia parcerias? Quais? Como se davam estas parcerias?
13. Especificamente sobre o CEDOP/AM e o CTA, qual o papel destas entidades/ONGs no processo de concepção, constituição e execução do Projeto Seringueiro? Quem eram as pessoas que delas participavam? Quais suas origens, formação e vínculos étnico-culturais, políticos, etc.? Havia divergências internas, conflitos de concepções ou de interesses individuais?
14. Em relação, especificamente, ao Projeto de Educação do Projeto Seringueiro: como eram constituídas as equipes? Como eram escolhidas? Houve diferentes equipes nos diferentes momentos? Havia divergências internas, conflitos de concepções ou de interesses individuais?
15. Quais e como se deram as relações desse Projeto com os seringueiros e suas famílias? Eles participavam do processo de concepção, elaboração e execução das atividades? Havia conflitos entre os seringueiros e os membros do Projeto? Qual era o envolvimento dos seringueiros com essa educação?
16. Quais e como se deram as relações entre essa experiência de educação e o movimento dos trabalhadores da floresta em suas lutas em defesa do Meio Ambiente e pela Posse da Terra, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri? Qual era a participação do Sindicato nesse projeto? O que o sindicato defendia? Qual o seu interesse em educar os seringueiros? O sindicato lutava contra o quê? Do que ele discordava?
17. Quais e como se deram as relações com a Igreja Católica? De que modo a Igreja participava desse processo? Qual o seu interesse nesse projeto educativo? Havia parcerias com a Igreja Católica? Como eram essas parcerias? Qual era, realmente, a contribuição da Igreja Católica?

18. Quanto aos fazendeiros, os grandes (novos) proprietários de terras, a União Democrática Ruralista (UDR), quais e como se davam as relações desse segmento com o Projeto de Educação dos Seringueiros? E entre os fazendeiros e os seringueiros, o Sindicato, a Igreja e o Estado?
19. Como se dava a decisão de colocar uma escola em uma determinada localidade? Quem encaminhava essa questão? Era o Sindicato, a Igreja, o CTA ou eram os próprios seringueiros?
20. Como se dava o processo de construção de uma escola? Quem cedia e/ou doava o terreno? Que materiais eram utilizados na construção? Como esses materiais eram conseguidos? Quem cedia e/ou financiava esses materiais? Quem participa do processo de construção da escola?
21. Quem eram os alunos? Como eram mobilizados? Onde moravam e qual a distância de suas residência da escola? Que procedimentos esses alunos tinham que tomar para participar da escola?
22. Quem eram os professores? Quem e como eram escolhidos? Qual a sua formação? Havia uma formação continuada, e como se dava essa formação?
23. Quanto ao material didático, qual era? Quem o produzia? Quem financiava a produção desse material?
24. Como eram estruturadas as escolas? Eram constituídas de que partes? Como eram os móveis? Quais os dias e horários de funcionamento? Havia merenda? Quais as formas de recreação que existiam nas escolas?
25. Fale mais especificamente sobre a Cartilha Poronga? Como foi concebida, elaborada e impressa? Que orientação teórica e metodológica guiou a elaboração dessa Cartilha?
26. Fale mais especificamente sobre a Mala de Leitura? O que era, realmente, esta mala? De que se constituía? Como era utilizada? Que benefícios trouxe para o processo educativo geral?
27. Houve a participação de mulheres nestas experiências? Como era esta participação?
28. Os índios participavam desta educação, visto que eles também eram seringueiros? Ou nestes locais onde foram desenvolvidas estas experiências não havia índios?
29. Havia negros participando dessas escolas, como alunos ou como professores?
30. De que maneira esta experiência educativa contribuiu com o processo emancipatório daquelas populações? Que contribuição trouxe para aquelas famílias de seringueiros?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISA

Eu, **Ademir Pereira Rodrigues**, natural de Xapuri – Acre, RG: 153.669 – SSP/AC, CPF: 196.808.562 – 91, filho de Luciana Pereira Rodrigues e de Manoel Rodrigues da Costa, atualmente residindo na Rua Chico Mendes, nº 218, Bairro Hermínio de Melo, Cep: 69.930 – 000, em Xapuri – Acre, Técnico em Educação da Equipe de Educação do **Projeto Seringueiro**, coordenado pelo Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), declaro que fui consultado pelo pesquisador José Dourado de Souza e respondi positivamente à sua demanda de participar da pesquisa **Experiências de Educação de Seringueiros/as na Região da Amazônia Ocidental (1981 – 2007)**, descrita em folha anexa, concedendo-lhe entrevista gravada e/ou filmada, seguindo os procedimentos da História Oral. Li e entendi as informações constantes no documento **Termo de Compromisso com a Utilização da Entrevista**, e tive a oportunidade de fazer as perguntas concernentes, sendo devidamente respondidas, sentindo-me, portanto, esclarecido para participar. Para constar, cederei ao pesquisador uma cópia deste documento assinada e datada por mim e receberei deste uma cópia do documento **Termo de Compromisso com a Utilização da Entrevista**, também assinada e datada.

Rio Branco-AC, 15 de julho de 2009.

Ademir Pereira Rodrigues